

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE MESTRADO EM CIÊNCIA POLÍTICA

**A CRISE DO ESTADO NO DISCURSO DOS CANDIDATOS
À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA DO BRASIL EM 1989**

TEMÍSTOCLES AMÉRICO CORRÊA CEZAR

Orientadora:

Profa. Dra. Céli Regina Jardim Pinto

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciência Política ao Programa de Mestrado em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

PORTO ALEGRE, 1993

C432c Cezar, Temístocles Américo Corrêa
A crise do estado no discurso dos candidatos
à presidência da República do Brasil em 1989 /
Temístocles Américo Corrêa Cezar; orient. Céli
Regina Jardim Pinto. -- Porto Alegre : UFRGS,
1993.

viii+402 p.

Diss. (mestrado) -- Instituto de Filosofia e
Ciências Humanas da Universidade Federal do
Rio Grande do Sul.

CDU: 323.2:324(042.5) (81)"1989"

ÍNDICE ALFABÉTICO

CRISE POLÍTICA:DISCURSOS
ELEITORAIS:BRASIL:1989 323.2:324(042.5) (81)"1989"
CRISE POLÍTICA:BRASIL 323.2(81)
DISCURSOS ELEITORAIS:BRASIL:1989 324(042.5) (81)"1989"
ELEIÇÕES:DISCURSOS:BRASIL:1989 324(042.5) (81)"1989"
ESTADO:POLÍTICA SOCIAL:BRASIL 321:304(81)
POLÍTICA BRASILEIRA:1989 32(81)"1989"
POLÍTICA ECONÔMICA:BRASIL 338.22(81)
RELAÇÃO ESTADO-POVO:BRASIL 323.2(81)
RELAÇÃO ESTADO-POVO:DISCURSOS
ELEITORAIS:BRASIL:1989 323.2:324(042.5) (81)"1989"

Bibliotecária Responsável:
Denise Mari de Andrade Souza
CRB 10/960

Este trabalho é dedicado à Eliane Cezar e à nossa filha, a pequena Laura, que tantas alegrias nos proporciona.

À memória de José Antônio Teixeira Cezar

PREFÁCIO

O tema desta dissertação de mestrado - a crise do Estado no discurso dos candidatos à Presidência da República em 1989 - originou-se de um projeto mais amplo, intitulado "Eleições Presidenciais de 1989", coordenado pela professora Céli Regina Jardim Pinto, do qual participei em sua primeira fase como auxiliar de pesquisa. Iniciada no segundo semestre de 1988, a pesquisa mapeou o lançamento das candidaturas e o desenvolvimento daquela que seria a primeira eleição direta para Presidente da República desde o golpe militar de 1964. Em 1989, foi gravada a Propaganda Eleitoral Gratuita do primeiro e do segundo turno da eleição, procedendo-se, após, a decodificação do discurso da campanha em um grande número de temáticas específicas.

Durante este processo, de acompanhamento dos programas eleitorais e da decomposição dos assuntos, surgiu a idéia de analisar como os candidatos falavam sobre a crise do Estado brasileiro, ao mesmo tempo alvo de severas críticas e objeto de disputa.

Decidido o assunto, deu-se início a etapa da transcrição dos pronunciamentos em que os candidatos referiam-se à questão do Estado. Foram transcritos, integralmente, 201 discursos dos oito primeiros candidatos mais votados no primeiro turno da eleição.

Da análise deste material resultou o presente estudo, cujo objetivo maior é o de tentar contribuir para a compreensão do discurso político enunciado na campanha presidencial, momento privilegiado na história recente do país.

A realização desta dissertação só se tornou possível graças ao auxílio de algumas pessoas e instituições.

Em primeiro lugar, agradeço a minha orientadora, professora Céli Regina Jardim Pinto, com quem iniciei os primeiros passos na pesquisa acadêmica e que acompanhou este trabalho com rigor crítico associado a um estímulo constante à sua finalização.

Agradeço também aos meus professores do Programa de Mestrado em Ciência Política e de forma especial aos meus colegas Ângela Quintanilha Gomes, Carla Brandalise, Fernando Schüller, Hélio Ricardo do Couto Alves e, principalmente, Maria Lúcia Rodrigues de Freitas Moritz, que, por

sua capacidade de organização, proporcionou-me inúmeras informações imprescindíveis à dissertação.

Lembro, ainda, o apoio recebido de Eduardo Neumann, de Daniela de Freitas Xavier e da chefe do Departamento de História da Universidade Federal de Pelotas, onde trabalho, professora Beatriz Ana Loner.

Agradeço à CAPES a concessão da bolsa de estudo no período de realização do mestrado (de agosto de 1988 a agosto de 1991), e à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UFRGS pelo auxílio na conclusão da dissertação que me foi concedido neste último ano.

Finalmente, gostaria de mencionar a revisão dos originais realizada pela professora Sabrina Abreu, fundamental para a apresentação final do trabalho.

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar os discursos dos candidatos à Presidência da República do Brasil em 1989, incorporando os diferentes contextos que lhes dão suporte, em referência a um tema básico: a crise do Estado brasileiro.

O corpus discursivo é formado pelos pronunciamentos relativos ao tema dos oito candidatos mais votados do primeiro turno da eleição, que foram extraídos dos programas eleitorais gratuitos veiculados em televisão no horário noturno..

Para analisar as diferentes formas de manifestação da crise estatal, a dissertação contemplou as seguintes variáveis: a crise dos serviços públicos, a influência da política econômica na crise do Estado, e, finalmente, uma discussão sobre as relações entre as noções de Estado interventor e de Estado de orientação neoliberal.

ABSTRACT

This study aims at analysing the speeches of the candidates to the Presidency of Brazil in 1989, taking into account the different contexts on which they were based and regarding a single topic: the crisis of the Brazilian State.

The corpus analysed comprises pronouncements related to the topic which were made by the eight candidates most voted for in the first polling round of the presidential election. Such pronouncements were taken from the electoral programs aired on television during prime time, provided at no cost to the candidates.

In order to analyse the various forms of declaring the crisis of the State, this dissertation addressed the following variables: the crisis in the public services, the influence of the economic policy on the State crises, and, finally, the discussion of the relations between the concept of an intervening State and the concept of a State with a neoliberal orientation.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO - A CONSTRUÇÃO DE UM DISCURSO	2
CAPÍTULO I - CANDIDATURAS E ESTRATÉGIAS: BIOGRAFIA POLÍTICA E DISCURSO	43
CAPÍTULO II - A CRISE DO ESTADO EM PERSPECTIVA: HISTÓRIA E ENUNCIADOS GERAIS	85
1 - Variáveis Históricas da Crise Estatal	86
2 - Enunciados Gerais	99
CAPÍTULO III - O CIDADÃO VIVENCIANDO A CRISE DO ESTADO: OS SERVIÇOS PÚBLICOS	122
1 - O Sistema de Saúde Pública e Previdência Social: a agonia do cidadão	129
2 - O Sistema Educacional: um discurso entre o público e o privado	154
CAPÍTULO IV - CRÍTICA À POLÍTICA-ECONÔMICA DO GOVERNO: O AGRAVAMENTO DA CRISE DO ESTADO	187
1 - A Inflação: o grande problema	192
2 - A Dívida Externa: renegociação, soberania, omissão	240
CAPÍTULO V - O ESTADO NEOLIBERAL VERSUS O ESTADO INTERVENTOR	278
1 - Privatização e Estatização em Debate	284
2 - As Formas de Intervenção: o discurso redimensionado	329
CONCLUSÃO - O ESTADO EXPOSTO À SOCIEDADE	389
BIBLIOGRAFIA	398

INTRODUÇÃO - A CONSTRUÇÃO DE UM DISCURSO

"En politique, rien n'est plus réaliste que les querelles des mots. Mettre un mot pour un autre, c'est changer la vision du monde social, et par là, contribuer à le transformer." (Pierre Bourdieu) (1)

Em artigo publicado três meses após o encerramento do pleito presidencial, José Arthur Gianotti dizia-se impressionado com o fato de o político ser um "discursador", aquele que faz enquanto fala (2).

A constituição desta característica particular do enunciador político é o objeto do presente estudo. Especificamente, a investigação tem por objetivo analisar os discursos dos candidatos a Presidência da República do Brasil em 1989, incorporando os diferentes contextos que lhes dão suporte, em referência a um tema básico: a crise do Estado brasileiro.

O *corpus* discursivo (3) é formado pelos pronunciamentos relativos à temática central dos seguintes candidatos, definidos segundo suas respectivas posições no clássico e tradicional *continuum* direita, centro e esquerda (4): à direita, Fernando Collor de Mello do Partido da Reconstrução Nacional (PRN), Paulo Maluf do Partido

Democrático Social (PDS) e Guilherme Afif Domingos do Partido Liberal (PL); ao centro, Mário Covas do Partido da Social-Democracia (PSDB) e Ulysses Guimarães do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB); à esquerda, Luis Inácio Lula da Silva do Partido dos Trabalhadores (PT), Leonel Brizola do Partido Democrático Trabalhista (PDT) e Roberto Freire do Partido Comunista Brasileiro (PCB). A escolha destes candidatos justifica-se por serem eles representantes das diversas tendências políticas que travaram um debate em torno da conquista da Presidência do país e, secundariamente, por terem sido os mais votados do pleito (5). Os pronunciamentos selecionados são provenientes dos programas eleitorais gratuitos veiculados em televisão no horário noturno. Este turno foi escolhido em função de sua elevada audiência, se comparada ao horário diurno, e pelo fato de nele ter ocorrido as principais polêmicas da campanha (6).

A crise do Estado brasileiro foi um dos temas centrais presentes na programação gratuita, sendo que na televisão ele adquire a condição da visibilidade. Os candidatos expõem o Estado à sociedade, tendo por base a conjuntura externa e interna. Internacionalmente o momento estava sendo marcado pelos acontecimentos no leste europeu, cujo símbolo - a queda do muro de Berlim - surge justamente em meio à campanha, e pelo avanço do discurso neoliberal

que refletia os supostos sucessos das administrações de Ronald Regan nos EUA e de Margaret Thatcher na Inglaterra.

Ao nível local, a própria desestruturação do Estado, a inoperância de seus serviços, a crise econômica, auxiliam a absorção das premissas básicas do neoliberalismo: a não interferência do Estado na economia, o minimalismo estatal e as políticas das privatizações, são idéias com forte presença na agenda discursiva no ano de 1989 no país. A partir dessa situação verifica-se um debate de grande amplitude entre os defensores neoliberais e aqueles que não se identificam com esta doutrina.

Deste modo, o estudo do discurso da crise do Estado parece ser fundamental para a compreensão das transformações estruturais a que a máquina pública está sujeita naquela que é a primeira eleição presidencial no Brasil desde a instauração dos militares no poder em 1964.

Pretende-se, assim, contribuir para o entendimento de um dos aspectos - o discurso político - que compõem o vasto conjunto de variáveis através das quais a luta política adquire significado. Reconhecer os limites do método é uma medida cujo princípio visa, evidentemente, estabelecer parâmetros à análise, bem como não subestimar outras formas de intervenção nas matérias objeto da ciência política. Neste sentido, são necessárias, mesmo que sinteticamente, explicações quanto à teoria e à

operacionalização do método, a fim de tornar mais claro o referencial conceitual que subsidia a produção deste texto. Com essas finalidades, em um primeiro momento, será realizada uma rápida apreciação introdutória sobre a análise do discurso político e, em um segundo, a apresentação das hipóteses norteadoras do trabalho e a estrutura do mesmo.

A análise do discurso, cuja presença nas ciências sociais vem desenvolvendo-se gradativamente, é um método que implica em uma constante interdisciplinaridade e no rompimento com macroteorias explicativas. A primeira condição é marcada, para os limites deste trabalho, pelas relações entre a lingüística, campo de saber do qual emergiu originalmente o conceito de discurso (7), e as ciências sociais. Das modificações intradisciplinares resultantes deste contato, interessa aqui a apreensão efetuada pelos cientistas sociais sobre a noção de discurso que passa a dimensão de fenômeno social, não restrito, portanto, a uma análise estritamente textual. Mediante este procedimento, evita-se uma separação estanque e artificial entre o que seria próprio da lingüística e as propriedades do social, neutralizando o reaparecimento de dualidades que se procura negar. Ernesto Laclau e Chantal Mouffe reafirmam esta posição nos seguintes termos:

".... that any distinction between what are usually called the linguistic and beaviourial aspects of a social practice,

is either an incorrect distinction or ought to find its place as a differentiation within the social production of meaning, which is structured under the form of discursive totalities." (8)

Com efeito, este "mal-entendido", na definição de Régine Robin (9), é corroborado, muitas vezes, pela dificuldade de abandonar-se os modelos analíticos rígidos. À teoria do discurso contrapõem-se as produções de sentido e sujeitos sociais como dados *a priori* e essenciais, características desses grandes relatos explicativos (10). Ou seja, nestes paradigmas o discurso seria conceituado como mais um produto da dicotomia cartesiana do pensamento em oposição ao material, do aparente *versus* o real ou como um reflexo de uma infra-estrutura determinante, que formariam conteúdos adaptáveis a sujeitos previamente determinados e/ou existentes. É o caso, por exemplo, dos sujeitos de classe da teoria marxista. Esta não admite a presença de sujeitos sociais que não aqueles inseridos conforme sua posição no processo produtivo: assim, tornar-se sujeito de um outro discurso é ser portador de uma "consciência" contrária à realidade, logo falsa. O sujeito é visto como agente fundador do discurso e não como seu resultado, e os significados que os tornam sujeitos, no caso de classes, existem previamente ao discurso que lhes dão sentido. Na essencialidade do argumento encontra-se uma noção de discurso cuja característica é estabelecer verdades ou falsidades em seu interior, cabendo ao analista

desvendar o que ele de fato diz e transmite: se um engodo ou o real (11).

A teoria da discursividade, da qual a análise do discurso emerge, não comporta estas premissas nem a idéia de um "sentido oculto". Para não ser atraído por um improvável "lado escuro" presente na espessura do discurso é preciso, segundo Michel Foucault,

".... ne pas résoudre le discours dans un jeu de significations préalables; ne pas s'imaginer que le monde tourne vers nous un visage lisible que nous n'aurions plus qu'à déchiffrer; il n'est pas complice de votre connaissance; il n'y a pas de providence prédiscursive qui le dispose en notre faveur." (12)

O princípio teórico desenvolvido por Foucault é ratificado em termos metodológicos por Michel Pêcheux:

".... l'analyse de discours ne prétend pas s'instituer en spécialiste de l'interprétation maîtrisant 'le' sens des textes, mais seulement construire des procédures exposant le regard-lecteur à des niveaux opaques à l'action stratégique d'un sujet (...). L'enjeu crucial est de construire des interprétations sans jamais les neutraliser ni dans le 'n'importe quoi' d'un discours sur le discours, ni dans un espace logique stabilisé à prétension universelle." (13)

Ao retirar do discurso sua "espiritualidade" os analistas procuram situá-lo no nível do material, ou melhor, das práticas sociais. Colocá-lo nesta condição é

trazê-lo àquela mencionada dimensão social, onde o discurso passa a ser concebido, na terminologia de Laclau e Mouffe como uma "prática articulatória" (14). Para esses autores o discurso induz e produz práticas e condutas, ou seja, significados. As coisas só adquirem sentido no momento em que encontram seu lugar em discursos, isto é, a produção do conhecimento só existe articulada a discursos, nunca anteriormente. Em suma, o discurso só constrói significados na relação que o sujeito estabelece entre os conteúdos discursivos que isoladamente não tem sentido entre si.

O ponto nevrálgico desta concepção é a noção de sujeito. São sujeitos que constroem as práticas discursivas, mas não como causa e/ou origem do discurso, uma vez que um sujeito é sempre já sujeito de outros discursos. Esta condição é dada porque para se construir sujeitos sociais é necessário interpelá-los e os indivíduos o são por inúmeros discursos dispersos no social. Céli Pinto define a interpelação

".... como um ato de identificação do indivíduo (sempre já sujeito) no discurso do 'outro'. Quando se identifica torna-se sujeito (...) [Logo] o êxito da interpelação se revela na capacidade de um discurso ocupar espaços no mundo das significações que constituem os sujeitos aos quais se dirige." (15)

Estes sujeitos quando sujeitados por discurso podem transformá-lo de acordo com suas posicionalidades

anteriores, pois por serem já sujeito de outros discursos a enunciação do discurso pelo "novo" sujeito a ele identificado tende a sofrer reparos de incidência maior ou menor dependendo do caso. Isto ocorre, segundo explica Julia Kristeva, porque

".... o discurso implica primeiro a participação do sujeito na sua linguagem através da fala do indivíduo. Utilizando a estrutura anônima da língua, o sujeito forma-se no discurso que comunica ao outro. No discurso, a língua comum a todos torna-se o veículo de uma mensagem única, própria da estrutura particular de um determinado sujeito que imprime sobre a estrutura obrigatória da língua uma marca específica, em que se marca o sujeito sem que por tal ele tenha consciência disso." (16)

Note-se, assim, que o sujeito sujeitado por uma pluralidade de discursos articula suas condutas cotidianas de acordo com as posicionalidades que assume. Neste caso, o fato, por exemplo, de um indivíduo ser sujeito do discurso democrático não o impede de ter posturas racistas. É por isso que o sujeito não é o autor, o organizador do discurso, mas seu efeito; é um efeito discursivo. De acordo com Dominique Maingueneau,

".... nesta perspectiva, não se trata de examinar um corpus como se tivesse sido produzido por um determinado sujeito, mas de considerar sua enunciação como o correlato de uma certa posição sócio-histórica na qual os enunciadores se revelam substituíveis." (17)

A multiplicidade discursiva instalada no social implica dois momentos simultâneos, embora distintos: como se articulam os discursos internamente; como o discurso ocupa espaço na pluridiscursividade do social.

Os discursos articulam-se internamente através de relações de (a) equivalência, (b) contrariedade e (c) antagonismo:

- a) as relações de equivalência ocorrem quando se estabelece uma cadeia de conteúdos que se equalizam, isto é, sinonimizam-se. No pleito presidencial, por exemplo, "democracia" pode aparecer em cadeias de equivalência com conceitos como liberalismo, neoliberalismo, responsabilidade, Estado forte, progresso, dignidade, conquista do povo, liberdade, etc.;
- b) as relações de contrariedade (assim como as de antagonismo) ocorrem entre cadeias de equivalência, sendo as diferenças capazes de conviver em um mesmo discurso sem se anularem. Exemplifica a relação a seguinte passagem: "Ele [Ulysses] é um bom candidato, mas velho para exercer o cargo";
- c) as relações de antagonismo estabelecem-se quando uma cadeia de equivalência exclui a outra. Isto quer dizer que o discurso político enquanto

prática constrói identidades que não constituem uma oposição real, onde cada termo-significado teria uma positividade própria, mas sim tentativas constantes de criar obstáculos ao pleno surgimento do outro termo. O fragmento a seguir representa este tipo de relação: Collor de Mello antagoniza a "felicidade" do povo do leste europeu às suas impossibilidades econômicas (devido, fala Collor, à presença de um "Estado corrupto e interventor"): "lá não há liberdade de se comprar o que se deseja, lá não há salário, lá não há competição, lá não há eficiência, [logo] lá não há felicidade" (18). Produzem-se no mesmo discurso as possibilidades de felicidade como o equivalente à liberdade de comprar, ter salário, competição e eficiência; em resumo, a felicidade seria igual ao neoliberalismo.

Articulados internamente os discursos constroem significados que lutam no social para nele permanecerem através da constante interpelação que fazem aos sujeitos, no intento de torná-los sujeitos de seu próprio discurso. Entretanto, os indivíduos não são necessariamente suscetíveis de serem interpelados por qualquer discurso que se lhes apresente, pois outros discursos dos quais já são sujeitos podem impedi-los de assumir novas posições, fato que contribui para o acirramento da luta interpelatória.

Condição de
Emergência

A ocupação do espaço pelo discurso relaciona-se a duas propriedades complementares: em primeiro lugar, as condições de emergência discursiva, ou seja, a capacidade que o discurso tem de instaurar-se na sociedade através da articulação de sujeitos e sentidos já existentes; em segundo, após essa instauração, a possibilidade de permanência desse discurso, cuja dependência reside na sua condição de poder.

As condições de emergência do discurso do Estado em crise, na campanha presidencial, apresenta-se, em princípio e no mínimo, articulada por três discursos, que isoladamente podem ou não concorrer para sua enunciação: 1) o discurso neoliberal, com porta-vozes ao nível mundial, que pretende reduzir a atividade pública e afastar o Estado da gestão econômica; 2) um discurso antiestatismo dirigido especificamente contra o Estado governado pelos militares e, posteriormente, pelos políticos da Nova República (a ênfase depende do candidato), culpando um ou outra, ou ambos, pela ineficiência das agências e empresas estatais e dos serviços públicos e, também, pelos fracassos das sucessivas políticas econômicas; 3) enfim, talvez o mais importante, porque permeia todos os demais, é o discurso que veicula a histórica participação (maior ou menor, positiva ou negativa) do Estado brasileiro na vida nacional. A crise do Estado aparece articulada e limitada de diferentes formas, durante o pleito, por estes

discursos. A partir destas condições de emergência, os candidatos buscam interpelar novos sujeitos sociais, fazendo a crítica ao Estado ao mesmo tempo que o mantém intacto enquanto instituição fundamental ao processo de desenvolvimento nacional, o que equivale a retirá-lo da crise (19).

A manutenção de um discurso, ou sua condição de poder, coincide por um lado com sua capacidade de transformar as condições de emergência em condições de existência e, por outro, de construir no seu interior suas possibilidades de existência, apresentando-se como lógico e coerente (20).

Para que esta alteração concretize-se é fundamental que ela esteja inserida no conjunto de variáveis passíveis de serem aceitas pela formação discursiva da qual faz parte (21). O conceito de *habitus* de Pierre Bourdieu parece ser útil ao entendimento da passagem da emergência à existência do discurso:

"Produit de l'histoire, l'habitus produit des pratiques individuelles et collectives, donc de l'histoire, conformément aux schèmes engendrés par l'histoire; il assure la présence active des expériences passées que, déposées en chaque organisme sous la forme de schèmes de perception, de pensée et d'action, tendent, plus sûrement que toutes les règles formelles et toutes les normes explicites, à garantir la conformité des pratiques et leur constance à travers le temps." (22)

O *habitus* ao impor um substrato histórico de predisposições que constituem esquemas de percepções do mundo significado, apresenta as possibilidades de emergência de um discurso e do próprio sujeito. A condição de poder de um discurso está, assim, diretamente relacionado a sua capacidade de ajustar-se às disponibilidades receptivas inscritas no social e mantidas pelo *habitus*. Segundo Bourdieu o *habitus* funciona como a materialização da memória coletiva, a qual através desse sistema de disposições anônimas pode rejeitar (percebendo ou não o ato) a permanência de um discurso caso ele não se adapte a determinadas condições. Para evitar mecanicismos analíticos o autor explica que, como

".... système acquis de schèmes générateurs, l'habitus rend possible la production libre de toutes les pensées, toutes les perceptions et toutes les actions inscrites dans les limites inhérentes aux conditions particulières de sa production, et de celles-là seulement."
(23)

No caso da instauração e permanência do discurso esses limites das condições de produção (24) são dados pela construção de respostas legítimas - no sentido de aceitas como representações válidas na sociedade - as seguintes "modalidades enunciativas" (25): quem tem poder de falar; em que lugar; e para quem se fala.

O poder de falar sobre algum assunto reside na legitimidade do enunciador. A construção desta situação implica em relações de diferenciação que por sua vez produzem a especificidade do discurso enunciado: ao Presidente da República é reconhecida a prerrogativa de enunciar planos de política econômica, assim como ao medico, ao magistrado, ao professor, ao religioso, etc., cabem-lhes a legitimidade conferida pelos discursos correspondentes aos seus respectivos campos de saber.

O discurso depende de seu lugar de enunciação, decorrência lógica da institucionalização discursiva e da conseqüente construção de sujeitos autorizados: o Estado, o hospital, o tribunal, a universidade, a igreja, etc. Objetar-se-ia que estes discursos independem destas práticas não-discursivas. Entretanto, o discurso para maximizar sua capacidade interpelativa tende a buscar legitimidade em espaços específicos, reconhecidos como de sua alçada (26).

A quem se fala - questão central do discurso político - refere diretamente à construção dos sujeitos sociais. Neste ponto, resume-se a noção de sujeito esboçada até aqui e que exige algumas precisões: 1º) os sujeitos constituem-se com o próprio discurso (exemplo: não existe sujeito socialista antes da codificação socialista, etc.); 2º) os sujeitos quando sujeitados alteram, de um modo ou de outro, os discursos com os quais são interpelados; 3º) o

Por isso
 o discurso
 da
 prática

sujeito não é passivo diante de qualquer discurso, pois sempre já é sujeito de outros discursos que compõem a pluridiscursividade da qual faz parte. Isto quer dizer que o processo de interpelação, na tentativa de criar novos sujeitos ou na manutenção dos existentes, não se realiza sob um campo de significações nulas, mas, ao contrário, desenrola-se em espaços plenos e plurais de discursos (27).

Finalmente, a conjunção destas três modalidades, indicativas da maior ou menor condição de poder de um discurso, revela a presença de embates permanentes de sujeitos e discursos na sociedade.

É neste amplo domínio que se situa o discurso político. Por este não se está entendendo apenas a fala institucional ou os chamados "textos de arquivo", mas também a diversidade das produções mais espontâneas que atribuem sentido ao "rumor político". Coloca-se em primeiro plano a heterogeneidade do político através da

".... irregularidades gramaticais, discurso interrompido, intervenção de fatores extralingüísticos na mudança verbal, variações formais do código de acordo com diferentes 'níveis da língua', mudança do sentido das palavras, etc." (28)

Contempla-se toda a sorte de artifícios que o político utiliza para construir uma visão de mundo e apresentá-la como a visão dos interesses gerais da sociedade com o objetivo nítido de conquistar os espaços

públicos, definidos nos limites das estruturas do Estado (29).

O discurso político tem como local de enunciação o mercado político e busca de todas as formas novos sujeitos através da desconstrução e reconstrução de significados articulados à construção de estratégias de interpelação. Não é por outra razão que a força de um discurso político depende, de acordo com Pierre Bourdieu,

".... menos das suas propriedades intrínsecas do que da força mobilizadora que ele exerce, quer dizer, ao menos em parte, do grau em que ele é reconhecido por um grupo numeroso e poderoso que se reconhece nele e de que ele exprime os interesses (em forma mais ou menos transfigurada e irreconhecível)." (30)

Quanto às modalidades enunciativas citadas acima, duas, principalmente, dizem respeito imediatamente ao discurso político: a de quem fala e a de quem se fala. A primeira corresponde ao sujeito enunciador, presente no discurso que cria identidade própria e cuja fala obtém centralidade. Os candidatos à Presidência da República produziram um espaço na pluridiscursividade, muitas vezes, à revelia dos partidos, com discursos centralizados nas suas pessoas (31).

Para ter êxito o discurso necessita construir em seu interior novas posicionalidades, em concomitância às

interpelações aos sujeitos. Assim, pode-se entender o posicionamento discursivo do candidato do PCB, Roberto Freire, que procura redimensionar a questão do sujeito socialista em sujeito do socialismo democrático. A incapacidade de redimensionamento, levando-se em conta a atual conjuntura política dos países socialistas, acarretaria dificuldades consideráveis para Freire interpelar os sujeitos eleitores.

Ao construir sujeitos o discurso político instaura enunciadores: o político profissional, o trabalhador, os democratas, os pobres, etc. É importante ressaltar que tanto o sujeito enunciador como o enunciado, apesar de encontrarem-se em uma pluridiscursividade, efetivam sua constituição, de fato, somente no interior do discurso. Ou seja, o sujeito torna-se enunciador de determinado discurso pela identificação aos enunciados que formam e estruturam o código sobre o qual um discurso diferencia-se de outro.

A segunda modalidade - de quem se fala - analisa as formas pelas quais os sujeitos são enunciados pelo enunciador. Por exemplo, quando o candidato Luis Inácio Lula da Silva é acusado por seu oponente, Collor de Mello, no segundo turno do pleito, de querer dar um "calote" na dívida interna, incluindo-se aí, principalmente, os ativos provenientes das cadernetas de poupança - aplicação do mercado financeiro típica das classes média e baixa - afirma:

"... existem algumas pessoas que teimam em ter medo dizendo que a nossa política de distribuição de renda vai empobrecer ainda mais a já empobrecida classe média (...) nós entendemos que ser classe média é um sonho de todo mundo, porque todo mundo quer ter uma boa casa (...), bom salário (...) boa escola, (...) um bom sistema de saúde, (...) o direito de ir para praia na época de férias, (...) o direito de uma (...) ou duas vezes por mês, almoçar no restaurante com a família, (...) o direito de no final da tarde tomar uma cervejinha (...). Ora, isso não pode ser privilégio, isso tem que ser direito." (32)

O candidato desconstrói o discurso de seu adversário, associando ao sujeito enunciado uma imagem de ideal de vida para o trabalhador, isto é, reconstruindo este como "classe média". Em outras palavras, o discurso visa interpelar a "classe média" redimensionando o conceito de trabalhador: os representados programaticamente por Lula não são sujeitos avessos aos princípios e metas (os "privilégios") que compõem o imaginário "classe média", ao contrário, aspiram os mesmos objetivos como um "direito". Assim, o candidato reconstrói e articula em seu discurso uma visão de mundo (o trabalhador equivalente ao "classe média") através da construção do antagonismo à fala de Collor de Mello.

Em resumo, o discurso político articula uma visão de mundo antagonizando-se à visão de mundo do adversário, sendo que a construção do discurso antagônico implica no esvaziamento do discurso do outro. O jogo político adquire uma de suas dimensões marcantes por este uso deliberadamente estratégico da interpelação.

O debate em torno da questão do Estado no Brasil, durante a campanha presidencial, caracterizou-se por um constante embate discursivo, independente de haver afinidades deste ou daquele candidato com outro(s) em determinados momentos. No primeiro turno da eleição, o jogo da desconstrução do outro foi a regra geral, enquanto no segundo - somente com os dois mais votados do primeiro - houve tendências à conciliação e a políticas de alianças sem que as propostas básicas fossem radicalmente alteradas.

O tema do Estado obteve destaque em função de ser o próprio objeto de disputa do pleito e ser caracterizado como inoperante, corrupto e maior impulsionador da crise econômica-social (33). O Estado brasileiro, em debate, é desconstruído em um discurso contra a máquina pública, que, por sua vez, tem o objetivo de captar no seu interior o sentimento antigoverno existente na sociedade. A reconstrução ocorre no discurso do Estado em crise, cuja especificidade varia de candidato para candidato, cada qual o articulando de acordo com a visão de mundo que pretende construir.

A enunciação do discurso dos candidatos à Presidência da República sobre a crise do Estado, por outro lado, desdobra-se em outros discursos que não se encerram na questão aqui privilegiada: projetos democráticos, valorização ou desestímulos à cidadania e mesmo a rearticulação de discursos autoritários, são exemplos de discursos que circulam em torno do Estado (34).

Mais duas observações são importantes, antes de se apresentar as principais hipóteses do trabalho: primeiro, os candidatos não fazem uma distinção conceitual entre as definições do Estado e governo, aparecendo, normalmente, como sinônimos (35); segundo, como são analisadas falas exclusivamente dos candidatos em campanha de televisão no horário noturno, o que significa uma situação extremamente específica, não é possível fazer referências diretas quanto ao modo de recepção dos discursos, pois, como dizem Eliseo Verón e Silvia Sigal, "*el estudio de un discurso en recepción implica el análisis de 'otros' discursos que son el 'efecto' del primero*" (36), tarefa que ultrapassa os limites estabelecidos pelo corpus discursivo construído para esta pesquisa.

A principal hipótese norteadora deste trabalho, decorrente de um prévio exame do corpus mencionado acima, pode ser formada nos seguintes termos:

O debate sobre a crise e reforma do Estado brasileiro durante a campanha presidencial foi engendrado pelas formas enunciativas características do discurso neoliberal: ele conduz a discussão apontando rumos e soluções à crise estatal amparando-se em uma conjuntura internacional favorável.

Desta hipótese geral derivam duas hipóteses específicas:

- H₁ O discurso neoliberal indica àqueles que se fazem porta-vozes da doutrina, notadamente os representantes da direita e, eventualmente, de centro, um receituário adaptado às circunstâncias do País, cuja principal delimitação é dada por uma certa "tradição" estatista provocado pela histórica participação e atividade do Estado brasileiro na vida nacional, fator que obriga o discurso neoliberal a redimensionar seus projetos minimalistas.
- H₂ A crise do Estado brasileiro divulgada a partir das posturas neoliberais geram um discurso de resistência e defesa de estruturas e responsabilidades estatais, assumidas, principalmente, pelos candidatos de esquerda e, eventualmente, de centro. Entretanto, devido a própria crise do Estado estes candidatos vêm-se compelidos a colocarem

em suas agendas questões referentes a projetos de desestatizações.

Para buscar respostas a estas questões o trabalho foi dividido em cinco capítulos. O primeiro capítulo é uma explicação do perfil das candidaturas e das estratégias de mídia dos candidatos. Para tanto, recuperou-se a bibliografia política de cada candidato como fonte privilegiada para entender seu posicionamento na campanha.

O segundo capítulo está subdividido em duas partes: na primeira, procura-se realizar uma síntese histórica e descritiva da crise do Estado brasileiro; na segunda, o objetivo é mapear as formas mais gerais de apreensão que os candidatos fazem da questão do Estado.

No terceiro capítulo, inicia-se propriamente a análise do discurso, através da intervenção nos pronunciamentos relativos à crise dos serviços públicos. Em um primeiro momento são analisados os discursos sobre a saúde pública e previdência social e, em um segundo, os discursos sobre o sistema educacional. Observa-se nestes dois termos o efeito-demonstração da crise do Estado produzido mediante a veiculação das imagens da desestruturação desses serviços. O objetivo é o de criar a identidade do enunciador do discurso com aquele que padece as conseqüências diretas do descaso institucional: a parte majoritária dos eleitores/espectadores. As soluções e

alternativas propostas pelos candidatos para reverter esta situação inserem-se em planos cujas orientações apontam para as responsabilidades constitucionais que limitam e disciplinam a atuação do Estado. Embora este seja o capítulo onde se notam as maiores dificuldades do discurso neoliberal em encontrar espaços para se manifestar, ele está presente, salientando, de um modo ou de outro, a educação e a saúde como tarefas mínimas que cabem ao Estado, sem com isso inibirem a livre ação da iniciativa privada nessas áreas.

O quarto capítulo é dedicado à análise de dois temas centrais na política econômica do País: em primeiro lugar a inflação; em segundo, a dívida externa. O agravamento destes dois problemas ao final do governo da Nova República, converte-se em fonte de argumentos que convergem a uma mesma premissa: o que foi feito até agora não passou de uma sucessão de equívocos seja da classe política, da burocracia, dos empresários, dos militares, do governo Sarney; culpabilidade que recai em um ou outro setor de acordo com o candidato. O maior consenso é aquele que designa o fracasso das políticas econômicas como um dos fatores fundamentais que contribuem para a eclosão e manutenção da crise do Estado.

O último capítulo, cujo objetivo é o de analisar os pronunciamentos que discutem o papel que o Estado deve desempenhar na sociedade brasileira, encontra-se dividido

em duas partes: na primeira, mais específica, discutem-se as propostas de privatização e estatização como alternativas à crise estatal; na segunda, mais geral, tem-se como meta mapear os projetos de redefinição e reordenamento do Estado. Em ambas as partes estão presentes fórmulas de otimização do Estado que dependem, por um lado, da postura do candidato em relação ao neoliberalismo e, por outro, do peso exercido pelo *habitus* estatista na produção dos diferentes discursos.

Nas considerações finais, enfim, pretende-se encadear o conjunto das hipóteses com uma conclusão geral a respeito dos rumos do Estado no discurso em campanha.

Espera-se, assim, que esta dissertação venha a contribuir, de alguma maneira, ao entendimento do discurso político brasileiro contemporâneo que teve um de seus momentos privilegiados durante o pleito presidencial de 1989, no qual esses candidatos "discursadores" falaram do Estado, de sua crise e, ao mesmo tempo, fizeram de tudo para conquistá-lo.

NOTAS

- (1) BOURDIEU, P. "Liberation", Entretien avec Didier Eribon, 19 octobre 1982. Apud ACCARDO, A.; CORCUFF, P. *La sociologie de Bourdieu: textes choisis et commentés*. Bordeaux: Le Mascaret, 1986. p. 44.
- (2) GIANOTTI, J.A. Tráfico de esperanças. In: *Novos Estudos-Cebrap*, São Paulo, n. 26, p. 27, mar. 1990. (Dossiê eleições presidenciais).
- (3) "Diremos que um *corpus* é constituído por uma série de superfícies lingüísticas (discursos concretos) ou de objetos discursivos (...) estando estas superfícies dominadas por condições de produção estáveis ou homogêneas" ou "é um conjunto de seqüências discursivas estruturadas segundo um certo estado de condições de produções do discurso. A constituição de um corpo discursivo é um efeito, uma operação que consiste em realizar por um dispositivo as hipóteses dentro da definição dos objetivos de uma pesquisa. Deve-se impor ao material uma série sucessiva de contrastes que homogeneizam." (PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. (1975). In: GADET, F; HAK, T. (orgs.) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Unicamp, 1990. p. 179-87)

- (4) Segundo Céli Pinto, "dentro do quadro político brasileiro se está definindo estes termos da seguinte forma: direita, formada por políticos ligados ao antigo regime militar com uma visão privatista da economia e com uma proposta de recessão aprovada pelo FMI para resolver as questões da dívida externa e da inflação; centro: composta de políticos que estiveram estreitamente ligados ao governo de José Sarney, alguns dos quais defendendo uma proposta com coloração social-democrata; esquerda: políticos ligados ao PT, ao trabalhismo brizolista e aos tradicionais partidos comunistas. Com maior ou menor ênfase, defendem uma sociedade socialista e democrática, não tendo nenhum deles modelos definidos para estas sociedades." (In: PINTO, C.R.J. *Brasil - Eleições presidenciais/89: Collor e Lula na batalha pelo voto*. Porto Alegre, fev. 1990a)
- (5) Resultado oficial do TSE do primeiro turno da eleição presidencial, ocorrida em 15/11/89:

Colocação	Nome	Total de Votos	% sobre o total
1	Collor de Mello	20.611.011	28,52
2	Luis Inácio Lula da Silva	11.622.673	16,08
3	Leonel Brizola	11.168.228	15,45
4	Mário Covas	7.790.392	10,78
5	Paulo Maluf	5.986.575	8,28
6	Afif Domingos	3.272.462	4,53
7	Ulysses Guimarães	3.204.932	4,43
8	Roberto Freire	769.123	1,06

NOTA: os demais candidatos obtiveram menos de 1% dos votos.

TEMPO DE TV

- (6) A Lei eleitoral nº 7.773, de 8 de junho de 1989, garante a todos os candidatos participação no horário de propaganda gratuita em cadeia de rádio e televisão. Nos dois meses que antecederam a eleição do primeiro turno, o tempo de cada candidato variou de acordo com o número de deputados e senadores da bancada de seu partido no Congresso Nacional. No período de propaganda eleitoral do segundo turno, o tempo foi dividido igualmente entre os dois candidatos mais votados no primeiro turno. Nos debates também foram geradas importantes polêmicas, mas devido ao fato de prolongarem-se até tarde da noite sua repercussão acontecia nos programas eleitorais gratuitos (exceto os debates no segundo turno que iniciavam no próprio horário da propaganda gratuita noturna). O horário noturno correspondia ao período das 20:30 às 21:40 horas.
- (7) Foi com Ferdinand de Saussure que o conceito desenvolveu-se. Ver SAUSSURE, F. *Curso de lingüística geral*. São Paulo: Cultrix, 1989. Cap. I, Parte: Princípios gerais, cap. 1: natureza do signo lingüístico, p. 79-84.
- (8) LACLAU, E.; MOUFFE, C. *Hegemony and socialist strategy: towards a radical democratic politics*. London: Versus, 1985. p. 107.

- (9) ROBIN, R. *L'analyse du discours, entre la linguistique et les sciences humaines: l'éternel malentendu.* [s.n.t.].
- (10) Ver LYOTARD, J.F. *O pós-moderno.* Rio de Janeiro: José Olímpio, 1986.
- (11) Exemplo do argumento essencialista na teoria marxista é aquele que identifica no proletariado "a classe que traz em si a verdade". Segundo Georg Lukács, "há mesmo na 'falsa' consciência do proletariado, mesmo nos seus erros de fato uma intenção que se orienta para a verdade." (LUKÁCS,; G. *História e consciência de classe: estudos de dialética marxista.* Porto: Escorpião, 1974. p. 87 (grifos no original).
- (12) FOUCAULT, M. *L'Ordre du discours.* Paris: Gallimard, 1971. p. 55.
- (13) PÊCHEUX, M. Sur les contextes épistémologiques de l'analyse de discours. In: *Mots.* Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, n. 9, p. 15-7, 1984.
- (14) Segundo Laclau e Mouffe "a discursive structure is not a merely 'cognitive' or 'contemplative' entity": it is an articulatory practice which constitutes and organizes social relations" (op. cit., p. 96; grifos no original). O conceito de discurso é estabelecido

pelos autores a partir desta noção: "In: the context of this discussion, we will call articulation any practice establishing a relation among elements such that their identity is modified as a result of the articulatory practice. The structured totality resulting from the articulatory practice, we will call discourse" (op. cit., p. 105; grifos no original). Pensar o discurso enquanto prática é ressaltar, como diz Michel Pêcheux, o "caráter material do sentido das palavras e dos enunciados", cuja explicação, em parte, consiste, de acordo com o mesmo autor, "em colocar que o sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, etc., não existe 'em si mesmo' (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante), mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas). Poderíamos resumir essa tese dizendo: as palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem". (PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Unicamp, 1988, p. 160). A tese de

Pêcheux, em que pese suas aproximações com a teoria marxista, de certa forma baseiam-se nas noções sobre o discurso desenvolvidas, inicialmente, por M. Foucault que afirma que "as relações discursivas, como se vê, não são internas ao discurso: não ligam entre si os conceitos ou as palavras; não estabelecem entre as frases ou as proposições uma arquitetura dedutiva ou retórica. Mas não são, entretanto, relações exteriores ao discurso, que o limitariam ou lhe imporiam certas formas, ou o forçariam, em certas circunstâncias, a enunciar certas coisas. Elas estão, de alguma maneira, no limite do discurso: oferecem-lhe objetos de que ele pode falar, ou antes (pois essa imagem da oferta supõe que os objetos sejam formados de um lado e o discurso de outro), determinam o feixe de relações que o discurso deve efetuar para poder falar de tais ou quais objetos, para poder abordá-los, nomeá-los, analisá-los, classificá-los, explicá-los, etc. Essas relações caracterizam não a língua que o discurso utiliza, não as circunstâncias em que ele se desenvolve, mas o próprio discurso enquanto prática." No mesmo livro, mais adiante, Foucault sintetiza o que chama de "prática discursiva": "Não podemos confundi-la com a operação expressiva pela qual um indivíduo formula uma idéia, um desejo, uma imagem; nem com a atividade racional que pode ser acionada em um sistema de inferência; nem com a

'competência' de um sujeito falante, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou lingüística, as condições de exercício da função enunciativa." (FOUCAULT, M. *Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987. p. 52-3 e 136). O conceito de "prática discursiva de Foucault é explicado por Michael J. Shapiro do seguinte modo: "When persons engage in conduct, that conduct takes on a meaning or meanings as a result of the interpretations that are available in the language from which the interpreters select. When we therefore review the set of constructs relating to conduct that exists in a language, we are viewing not only the horizons of possible speech but also the horizons of possible actions. The possibilities of action, then, exist in the language of a culture, and the actions that actually emerge are presented as a result of the controlling interpretations, those with general legitimacy. When we are speaking about those interpretations of conduct that produce and affirm actions and their concomitant subjects and objects that are institutionalized because the interpretation is often repeated and accepted, we are speaking of 'discourse practices'. Discursive practices, according to Foucault, who treats them as his primary unit of

analysis, delimit the range of objects that can be identified define the perspectives that one can legitimately regard as knowledge, and constitute certain kinds of persons as agentes of knowledge, thereby establishing norms for developing conceptualizations that are used to understand the phenomena which emerge as a result of the discursive delimitation." (SHAPIRO, M. Michel Foucault and the analysis of discursive practices. In: SHAPIRO, M. *Language and political understading: the politics of discursive practices*. New Haren: Yale University Press, 1981. p. 130)

- (15) PINTO, C.R.J. *Com a palavra o senhor presidente José Sarney: o discurso do Plano Cruzado*. São Paulo: Hucitec, 1989a, p. 27-42. Sobre a interpelação ver também PÊCHEUX, M. *Ideologia, interpelação, efeito Münchhausen*, In: op. cit., 1988, p. 151-8.
- (16) KRISTEVA, J. *História da Linguagem*. Lisboa: 70, 1988, p. 22. Em Michel Pêcheux este tema é tratado nos seguintes termos: "o processo discursivo não tem, de direito, início: o discurso se conjuga sempre sobre um discursivo prévio, ao qual ele atribui o papel de matéria-prima, e o orador sabe que quando evoca tal acontecimento, que já foi objeto de discurso, ressuscita no espírito dos ouvintes o discurso no qual este acontecimento era alegado, com as 'deformações' que a

situação presente introduz e da qual pode tirar partido." (PÉCHEUX, M. *Análise automática do discurso*. In: GADET, F.; HAK, T., op. cit., p. 77)

- (17) MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas: Pontes-Unicamp, 1989. p. 14. Segundo M. Foucault um dos objetivos de seu trabalho na Arqueologia foi não o de "excluir o problema do sujeito; quis definir as posições e as funções que o sujeito podia ocupar na diversidade dos discursos" (op. cit., p. 227). Existem diversas abordagens a respeito da construção do sujeito, úteis ao método da análise do discurso, que embora inter-relacionadas mantêm certa especificidade. Sobre as relações entre o sujeito e a questão do poder, ver FOUCAULT, M. *El sujeto y el poder*. In: *Revista Mexicana de Sociologia*, México, n. 3, jul./set. 1988.
- (18) Fernando Collor de Mello, 2º debate, 2º turno, 15/12/88.
- (19) É importante ressaltar que não existe nenhuma relação necessária e/ou essencial que vincule um discurso ao outro, de modo que a soma dos três produza o discurso do Estado em crise. Na verdade, eles constituem as condições de emergência que em um dado momento histórico articulam-se e formam o discurso da crise estatal. Por outro lado, se estes são os discursos cen-

trais a criarem as condições de emergência para o discurso do Estado em crise, é preciso dizer que não são os únicos. Outros discursos fazem parte desta pluridiscursividade, mas que para o tema objeto deste trabalho são variantes dos três discursos definidos como condições de emergência. Exemplos: o discurso da moralização pública; o discurso das esquerdas em um contexto neoliberal, etc.

- (20) De acordo com Céli Pinto, "a reação entre um discurso e suas condições de emergência não é linear, algumas vezes as condições iniciais desaparecem e o discurso permanece, outras o fenômeno se dá ao inverso, mantém-se as condições e o discurso perde sua capacidade de interpelar" (op. cit., 1989a, p. 39).
- (21) Segundo Foucault, "diremos, pois, que uma formação discursiva se define (pelo menos quanto a seus objetos) se se puder estabelecer um conjunto semelhante; se se puder mostrar como qualquer objeto do discurso em questão aí encontra seu lugar e sua lei de aparecimento; se se puder mostrar que ele pode dar origem, simultânea ou sucessivamente, a objetos que se excluem, sem que ele próprio tenha que se modificar" (op. cit., 1987, p. 50-1). Já Pêcheux chama de "formação discursiva aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta

de classes, determina o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.)" (op. cit., 1988, p. 160).

- (22) BOURDIEU, P. *Le sens pratique*. Paris: Minuit, 1980a, p. 91. Ainda sobre o conceito de *habitus* ver também BOURDIEU, P. *Questions de sociologie*. Paris: Minuit, 1980b, p. 134-5. É importante ressaltar que o conceito de *habitus* de Bourdieu está sendo utilizado neste trabalho porque dele se pode inferir questões relevantes para o entendimento da discursividade. Entretanto, é forçoso reconhecer que Bourdieu tem pontos de choque com a teoria do discurso. Bourdieu não admite, por exemplo, a categoria de sujeito, que substitui pela de "agente social": "cette perspective commande des analyses très différents de celles, plus ou moins familières, reposant sur le postulat de la libre initiative d'un acteur social dont les stratégies seraient soumises essentiellement à des contraintes extérieures (...) D'ailleurs, plutôt que d'acteur social Bourdieu préfère parler d'agente social, qui est agi (de l'intérieur) autant qu'il agit (vers l'extérieur)". (Apud ACCARDO, A; CORCUFF, P., op. cit., p. 55). Por outro lado, a apreensão que se faz aqui do conceito de *habitus* não é original. Alguns analistas de discurso vem desenvolvendo seus

trabalhos incorporando neles o conceito de *habitus* como mecanismo explicativo. Ver MAINGUENEAU, D., op. cit., p. 61; PINTO, C.R.J., *Reflexões acerca da apropriação pelos discursos políticos das significações construídas pelos movimentos sociais*. Parte I: Onde está a mulher na campanha presidencial? In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPOCS, 13, Caxambú, 27 de outubro de 1989. Anais... Caxambú: ANPOCS, 1989b; PINTO, C.R.J., op. cit., 1990a. Uma versão ligeiramente modificada deste último artigo foi publicada na revista francesa *Hermès*, sob o título "Le second tour des élections brésiliennes de 1988: stratégies discursives des candidats". In: *Hermès*, Paris, 8-9, 1990b, p. 47-57.

- (23) BOURDIEU, P., op. cit., 1980a, p. 92. Para se verificar uma relação mais específica entre "hábitos de classe e opiniões políticas" ver BOURDIEU, P. *Culture et politique*. In: BOURDIEU, P. *La distinction: critique sociale du jugement*. Paris: Minuit, 1979, p. 512-4.
- (24) Sobre as condições de produção, em uma abordagem semiótica, diz Eric Landowski: "Une certaine prolifération des niveaux d'analyse paraît alors inévitable, compte tenu de la multiplicité des types de médiations (déterminations économiques, contraintes institutionnelles, peranteurs idéologiques, systèmes de positions hiérarchiques dans le schéma de la

communication interindividuelle, etc.) que l'on peut considérer comme définissant les 'conditions de production' d'un texte." (LANDOWSKI, E.; CHABROL, C. Les discours du pouvoir. In: *Sémiotique: l'école de Paris*. Paris: Hachette, 1982, p. 160-1) O artigo está dividido em duas partes, cabendo a Landowski o tema "Les discours politique", p. 151-172, e a Chabrol o tema "Pour une psycho-socio-sémiotique, p. 173-98.

- (25) Sobre a formação das modalidades enunciativas ver FOUCAULT, M., op. cit., 1987, p. 57-62.
- (26) Segundo Michel Pêcheux, "um discurso é sempre pronunciado a partir de condições de produção dadas: por exemplo, o deputado pertence a um partido político que participa do governo ou a um partido da oposição; é porta-voz de tal ou tal grupo que representa tal ou tal interesse, ou então está 'isolado', etc. Ele está, pois, bem ou mal, situado no interior da relação de forças existentes entre os elementos antagonistas de um campo político dado: o que diz, o que anuncia, promete ou denuncia não tem o mesmo estatuto conforme o lugar que ele ocupa; a mesma declaração pode ser uma arma temível ou uma comédia ridícula segundo a posição do orador e do que ele representa, em relação ao que diz: um discurso pode ser um ato político direto ou um gesto vazio, para 'dar o troco', o que é uma outra forma de ação

política." (PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso. In: GADET, F.; HAK, T., op. cit., p. 77).

- (27) Sobre este ponto ver PINTO, C., op. cit., 1989a, p. 41.
- (28) FIALA, P.; BOUTET, J.; EBEL, M. Relations paraphrastiques et construction du sens. Analyse d'une formule dans les discours xénophobes. In: *Modèles linguistiques*. t. IV, 1, 182, p. 53. Apud MAINGUENAUD, D., op. cit., p. 14.
- (29) Segundo Bourdieu um dos aspectos da luta política é que "ela assume pois a forma de uma luta pelo poder propriamente simbólico de fazer ver e fazer crer, de predizer e de prescrever, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, que é ao mesmo tempo uma luta pelo poder sobre os 'poderes públicos' (as administrações do Estado)." (BOURDIEU, P. A representação política. Elementos para uma teoria do campo político. In: BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989, p. 174)
- (30) Idem, p. 183.
- (31) As condições de emergência para este tipo de sujeito político parecem ser decorrentes, pelo menos em parte, da fragilidade da estrutura partidária no Brasil. Segundo Bolívar Lamounier, "há, na cultura

política brasileira, um mal-estar profundo em relação aos partidos políticos; mais que isso, uma convicção generalizada de que o País não construiu ainda uma estrutura partidária viável, nem parece compartilhar um conjunto de memórias, percepções e critérios de avaliação que lhes permita impulsionar o processo de sedimentação de uma tal estrutura. Essa frustração com os partidos tem uma raiz objetiva e outra subjetiva, ou cultural: de um lado, a evidência incontornável de uma excessiva intermitência e fragilidade nos sistemas partidários que se sucederam em nossa história; de outro, o desencontro quase sempre amargo, às vezes chocante, entre as expectativas que se formam e o desempenho efetivo desses sistemas, ou das principais organizações que os integram." (LAMOUNIER, B. *Partidos e utopias: o Brasil no limiar dos anos 90*. São Paulo: Loyola, 1989, p. 19). Em outro trabalho, o mesmo autor, em co-autoria com Raquel Meneguello, definiu que "em perspectiva comparada, o Brasil é um caso notório de subdesenvolvimento partidário." (In: *Partidos Políticos e consolidação democrática: o caso brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 9-13). Segundo Eli Diniz, "o antipartidarismo é um traço bastante enraizado na cultura política brasileira." (In: DINIZ, E. *Transição, partidos e regimes políticos. Algumas considerações*. Apud CAMARGO, A.;

DINIZ, E. (orgs.) *Continuidade e mudança no Brasil na Nova República*. São Paulo: Vértice, 1989, p. 89).

- (32) Luis Inácio Lula da Silva, 29/11/89, Tribunal Superior Eleitoral/Propaganda Eleitoral Gratuita/Horário noturno (TSE/HN). Estas iniciais serão utilizadas para designar a referência aos discursos citados ao longo da dissertação.
- (33) Além disto, alguns candidatos atribuem aos empresários um papel importante, senão na origem da crise, pelo menos em sua manutenção - casos de Lula, Freire, Brizola e inclusive, eventualmente, Collor -; e outros às centrais sindicais que patrocinavam greves e "prejudicavam" a economia do País - casos de Afif, Maluf e, evidentemente, Collor.
- (34) "Consideramos que os 'discursos sobre' são uma das formas cruciais da institucionalização dos sentidos (...) Ou seja, o 'discurso sobre' é um lugar importante para organizar as diferentes vozes (dos discursos de). Assim, o discurso sobre o samba, o discurso sobre o cinema é parte integrante da arregimentação (interpretação) dos sentidos do discurso do samba, do cinema, etc. O mesmo se passa com o discurso sobre o Brasil (no domínio da história). Ele organiza, disciplina a memória e a reduz." (ORLANDI, E.P. *Terra à vista. Discurso do*

confronto: velho e novo mundo. São Paulo: Cortez- Unicamp, 1990, p. 37).

- (35) Esta constatação é produto da leitura dos pronunciamentos objeto de análise deste trabalho.
- (36) VERÓN, E.; SIGAL, S. Perón: discurso político e ideologia. In: ROUQUIÉ, A. (org.) *Argentina, Hoy*. Buenos Aires: Siglo XXI, 1982, p. 152.

CAPÍTULO I

CANDIDATURAS E ESTRATÉGIAS: BIOGRAFIA POLÍTICA E DISCURSO

A promulgação da chamada Constituição da Primavera, em 5 de outubro de 1988, contemplou, através de um rearranjo de forças clientelistas no interior do Congresso Constituinte, o Governo Sarney com um mandato de cinco anos, um a menos do que o previsto pela Constituição vigente do antigo regime e um a mais do que prometera (1). Além disto, marcou também um primeiro ensaio para conter essa mesma prática do clientelismo. As novas disposições normativas presentes em seu artigo 37 estabelecem os princípios gerais de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e, entre os específicos, a determinação de que a investidura de cargos públicos fosse feita somente mediante concurso público (2). Deste modo, criaram-se mecanismos para nortear e submeter a atuação da administração pública. Segundo José L. Fiori esta situação pode ser resumida da seguinte maneira:

".... coube ao governo Sarney e à Nova República conviver com uma difícil transição jurídico-política, profundamente afetada pela crise do Estado e o esgotamento da estratégia desenvolvimentista" (3).

Em 1989, sob o hibridismo presidencialista-congressualista, outro produto da nova Carta, verifica-se a flagrante manutenção das características herdadas do período anterior, relegando as premissas constitucionais a uma agenda política secundária, algumas à condição de meras figuras de retórica. Com efeito, o legado deixado ao futuro governo era sombrio: um Estado extenuado, financeiramente em decomposição e um conjunto de políticas públicas básicas, desativadas ou inexistentes, que deveriam ser retomadas ou iniciadas (4).

Nesta conjuntura transcorre o pleito presidencial, processo que passa a agregar em torno de si as expectativas de reversão da situação com a eleição do novo presidente. Sob essas condições, lançam-se à disputa do mais alto cargo do Estado 22 candidatos, sendo mais da metade pessoas completamente desconhecidas do grande público e sem nenhuma chance de vencer a eleição (5).

Definem-se, assim, as condições legais impostas aos partidos políticos para que se viabilize uma candidatura à Presidência da República. É fundamental também à análise deste trabalho entender as condições políticas que levam um candidato a esta posição. Deste modo, se tornam mais claros os referentes históricos que determinam as posicionalidades e estratégias dos candidatos ao longo da campanha presidencial. O instrumento que parece ser mais útil para

se buscar este entendimento é a síntese da biografia política de cada candidato.

Fernando Collor de Mello, descendente de uma tradicional família de políticos de Alagoas, nasceu no Rio de Janeiro, em 1949, estudou em Brasília e graduou-se em Economia na cidade de Maceió, onde passou a administrar os negócios do pai, o ex-senador pela ARENA, Arnon de Mello. A herança que este deixou aos cuidados dos filhos constituía-se de um jornal - "A Gazeta de Alagoas", uma emissora de rádio e uma de televisão, que reproduz em Alagoas os sinais transmitidos pela Rede Globo, patrimônio que revela o poder da família na região. Esta forte penetração político-econômica possibilitou que Collor, por intermédio da influência paterna, iniciasse cedo sua carreira política como prefeito nomeado da capital de Alagoas aos 24 anos. Em 1982, é eleito deputado federal pelo PDS com a maior votação do Estado de Alagoas, mas tem uma apagada atuação na Câmara dos Deputados. Além de parlamentar inexpressivo, marcou sua presença na Capital Federal pela ambigüidade política: em 1984, Collor vota a favor da Emenda Dante de Oliveira - que restabeleceria, se aprovada, as eleições diretas para Presidente da República -, contrariando a liderança e orientação partidária. O ato rebelde, entretanto, não o impediu de, em janeiro de 1985, votar, no Colégio Eleitoral que escolheria o novo Presidente, em Paulo Maluf, contra o candidato peemedebista Tancredo

Neves. No ano seguinte, rompe com o partido de Maluf, o PDS, e ingressa no PMDB, agremiação pela qual é eleito, em 1986, governador de Alagoas, na onda do Plano Cruzado.

No período em que foi governador, notabilizou-se pela política de cortar os altos salários de funcionários públicos estaduais, que recorreram da decisão e obtiveram, junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), ganho de causa. Collor recusava-se a cumprir a decisão judicial, colocando sob ameaça o próprio mandato. Efetivamente, o episódio propicia-lhe uma enorme popularidade, expressa no *slogan* de "caçador de marajás" (6).

Em consequência, Collor passou a ocupar espaços na mídia, sendo exemplar sua aparição no obscuro Partido da Juventude (PR), que havia solicitado ao Tribunal Superior Eleitoral (STE) a formação de cadeia de rádio e televisão, em 13 de maio de 1988, para supostamente expor seu projeto. Nesse programa, Collor surge como "convidado especial" e acaba por monopolizar o horário eleitoral gratuito divulgando suas idéias: era o início da campanha que o tornaria nacionalmente conhecido.

No dia 15 de maio de 1989, prazo estipulado pelo TSE para as desincompatibilizações de órgãos públicos para os que desejassem concorrer à eleição, Collor deixa o governo de Alagoas e assume a condução do PRN, fundado em substituição ao PJ, para abrigar constitucionalmente sua

candidatura. O PRN, aliado a mais dois minúsculos partidos, o Partido Trabalhista Renovador (PTR) e o Partido Social Cristão (PSC), formam o Movimento Brasil Novo, que dá o suporte parlamentar necessário para Collor garantir dez minutos de televisão no horário eleitoral gratuito. Quanto ao candidato à vice-presidência, a escolha recaiu sobre o ex-prefeito de Juiz de Fora, e na oportunidade Senador por Minas Gerais, Itamar Franco, à época sem partido.

A estratégia de Collor na televisão contou com um patrocínio milionário, cuja produção tinha por objetivo veicular uma imagem ao mesmo tempo moderna e popular. A conjunção dessa fórmula era dada pela edição de imagens em forma de *vídeo-clips* com cenas fragmentadas e rápidas incursões da figura do candidato em cenários variados como o estúdio (onde Collor poderia aparecer ora ocupando toda a tela com sua imagem, tendo ao fundo tonalidades verde-amarela e estando elegantemente trajado, ora sentado em uma mesa de escritório equipada com um microcomputador, de camisa de mangas dobradas, simulando uma situação de trabalho eficiente em estilo *yuppie*), comícios, passeatas, carreatas, etc., eventualmente a presença de alguns políticos ou técnicos em economia, saúde, meio-ambiente, e sempre com uma voz em *off* afinada aos diversos movimentos da câmera, somado a falas didáticas e simples, pronunciadas em tom vigoroso ou teatralmente calmo, orquestradas a atacarem alvos determinados: Sarney, o Estado, os *marajás*.

Ao longo da campanha, o conceito de marajá amplia-se de tal maneira que passa a incorporar tudo aquilo que é execrado, publicamente, por Collor: intermediários, sonegadores, especuladores e os "políticos corruptos" em geral. Finalmente, "na mesma medida em que a figura do inimigo ganhava abrangência, Collor consolidava sua imagem como anti-marajá: austero, honesto, corajoso e, principalmente, não-político" (7).

O discurso é construído de forma a facilitar o entendimento: Collor fala como e o que o eleitor/espectador quer ouvir, tentando interpelar sem entediar. O resultado consistiu em uma imagem de um líder salvador, de um sujeito acima dos mortais, o "super-homem" destemido e solitário. A semelhança com o "super-homem" era sugerida graficamente na vinheta de abertura de seus programas de televisão através dos dois "11" do logotipo extraído de seu sobrenome, que voavam despedaçando placas onde estavam inscritos os nomes dos problemas do país. Em apenas um vôo, os "11" derrubam a corrupção, a miséria e a inflação. A imagem de super-homem também era corroborada e estimulada quando da apresentação dos comícios do candidato, onde aparecia em meio à massa ou em cima do palanque de punhos cerrados, braços erguidos e gestos desafiadores: o super, portanto, seria o salvador dos sub-homens, cidadãos passivos diante da magnitude do poder de Collor.

O adjetivo "solitário" foi outro ponto sistematicamente explorado por Collor através da pública rejeição às elites e políticos que, em contrapartida, inicialmente, haviam-no tratado com desconfiança. Segundo Céli Pinto,

".... a desconfiança tinha duas causas claras: em primeiro lugar, os velhos caciques da política brasileira não estavam dispostos a cederem os seus lugares como candidatos ou deixarem de apoiarem candidatos com história e base em favor de um jovem político com pouca expressividade e vindo de um estado nordestino. Em segundo lugar, deve-se tomar em consideração que o fenômeno Collor se construía em oposição ao governo Sarney ao qual estavam ligados direta ou indiretamente a grande maioria dos políticos dos partidos conservadores do país. Menos claro mas mesmo assim devendo ser considerada como hipótese deste afastamento está a própria vontade de Collor de não se aproximar destes grupos, colocando-se no contexto político como um líder popular conservador sem partidos."
(8)

A pouca atração que Collor exercia junto ao meio político e empresarial, pelo menos no começo da campanha, tornou-se a médio e longo prazos um trunfo do candidato, pois era possível sustentar-se nesta posição refratária confortavelmente, visto que as pesquisas de opinião atribuíam-lhe grande vantagem sobre os oponentes (9). Ao abrir mão de apoios explícitos, Collor adicionou à imagem de salvador solitário a do "novo", do político descompromissado: até seu partido era representativo do "novo". No segundo turno, elites e políticos conservadores

não tiveram outra opção senão apoiar Collor, mesmo que esse os negasse, pois do outro lado estava um candidato partidária e programaticamente forte, ideologicamente ameaçador a seus domínios político e econômico, estava lá Lula.

Paulo Salim Maluf, engenheiro formado pela Politécnica da USP, 58 anos, iniciou sua vida pública como presidente da Caixa Econômica Federal durante o governo militar, do qual era estreito colaborador, relação que acabou por render-lhe as nomeações para a prefeitura paulista e, finalmente, para o governo de São Paulo em 1978. Rico herdeiro da madeireira Eucatex, em São Paulo, Maluf havia sido derrotado nas três últimas eleições majoritárias que participara: em 1982, seu candidato Reynaldo de Barros perde, já pela via direta, o governo paulista para Franco Montoro do PMDB, enquanto Maluf é eleito para a Câmara dos Deputados; em 1985, na condição de deputado federal, consegue a indicação do PDS para ser o cabeça-de-chapa na eleição indireta para Presidente da República, mas é derrotado no Colégio Eleitoral pelos componentes da Aliança Democrática, Tancredo Neves e José Sarney, por 480 votos contra 180; em 1986, novamente na eleição para o governo de São Paulo, é vencido, desta vez por Orestes Quércia do PMDB, que se beneficiou da divisão do eleitorado conservador que podia optar entre Maluf e o empresário Antônio Ermínio de Moraes, além, é claro, de o

candidato peemedebista ter sido auxiliado pelos efeitos do Plano Cruzado; e, em 1988, Maluf disputa a prefeitura de São Paulo e a perde para Luiza Erundina do PT.

Estes acontecimentos, associados a uma indisfarçável e incômoda fama de corrupto, não foram, entretanto, suficientes para arrefecer o ânimo de Paulo Maluf que em 1989 vence a convenção do PDS e se torna oficialmente o candidato do partido à Presidência da República. Para vice de Maluf foi convocado o deputado mineiro José Bonifácio de Andrada que, apesar de parlamentar de pouca expressão, carregava no nome a descendência de um dos patronos da Independência do Brasil e, mais recentemente, o fato de seu pai ter sido líder da ARENA durante os governos militares.

O candidato pautou sua campanha na televisão, em um primeiro momento, exclusivamente contra o governo da Nova República. Maluf resgata a derrota que sofrera para o governo Sarney e tenta criar a sensação de que com ele o período transcorrido entre 1985 e 1989 teria sido diferente.

Para reafirmar este princípio geral, Maluf estabelece um paralelo entre suas administrações em São Paulo, onde teria realizado governos competentes, à incompetência do governo Sarney. Situar as diferenças no nível da eficiência da gestão da máquina pública era uma

maneira de conduzir e evitar debates: o candidato dirige a discussão para um campo no qual julga ter tido uma boa atuação e que por fim demonstra sua experiência no trato das questões públicas; ao mesmo tempo, evita assuntos polêmicos como a corrupção, tema delicado no que tange a seu passado político.

A equipe responsável pelos programas de vídeo do candidato procura veicular o ataque ao governo Sarney e o desempenho malufista através da produção de "novelas", gênero extremamente popular no País, que narrassem o difícil cotidiano da população sujeita à incompetência da Nova República, ou que demonstrassem a competência dos governos de Maluf. A proposta foi um enorme fracasso. Com uma redação beirando ao grotesco e realizadas por atores desconhecidos e pouco talentosos, as "fábulas televisivas mexicanas malufistas" passaram a ser criticadas até mesmo pelos correligionários, provocando, no mês de outubro, a mudança na orientação do programa, que retoma o padrão mais tradicional, do candidato falando em estúdio, cenas de comícios e passeatas, etc.

Em um segundo momento, a estratégia adotada foi a de incorporar as críticas à Nova República uma posição de pré-candidato ao governo paulista em 1990, enfatizando suas realizações no Estado, já que as pesquisas de opinião indicavam-lhe remotas chances de passar para o segundo turno (10). Nos últimos dias de campanha, Maluf acopla aos

seus pronunciamentos populistas e ufanistas um discurso ultra-anticomunista para atacar os partidos de esquerda (11).

Guilherme Afif Domingos, 46 anos, paulista, formado em Economia, ingressou na vida pública por intermédio de Paulo Maluf, de quem foi Secretário da Agricultura durante o governo deste em São Paulo (1979-1982). No exercício desta pasta, Afif lançou um programa popular de cestas básicas, os "sacolões", que eram distribuídos na periferia da capital, e os "varejões", que consistiam em grandes mercados onde haveria um contato direto entre o produtor e o consumidor. Se o problema da escassez alimentar não foi resolvido, pelo menos trouxe a Afif uma publicidade inesperada, mas ambicionada.

Credenciado por esta atuação e pela confiança de Maluf, Afif afasta-se da Secretaria para se candidatar a vice na chapa encabeçada por Reynaldo de Barros, do PDS, que, como citado anteriormente, concorreu e perdeu a eleição para o governo paulista em 1982. Apesar da derrota, Afif é conduzido pelo grupo malufista à presidência da importante Associação Comercial do Estado de São Paulo, instituição a qual o próprio Maluf já presidira. No novo cargo, Afif assume o papel de porta-voz dos pequenos e médios empresários, ocupando um espaço carente de lideranças. Esta conduta o habilita a disputar uma vaga para deputado federal constituinte em 1986, já então como

um dos principais membros do PL, fundado pelo diplomata e político carioca Álvaro Valle, que cede o comando do partido a Afif. Seu discurso, na campanha de 1986, marca uma postura neoliberal e o início de sua cruzada anti-estatizante, que eclodirá com vigor no pleito presidencial, sempre em defesa do pequeno e médio empresário. Afif elege-se com a terceira maior votação do Estado, perdendo apenas para Ulysses Guimarães do PMDB e Luís Inácio Lula da Silva do PT.

Para chegar a esta condição, Afif havia rompido com Maluf e apoiado Antônio Ermínio de Moraes para o governo paulista em 1986, com o qual também se desentendeu porque este considerou que Afif apropriara-se do horário eleitoral gratuito destinado ao PL e não manifestara ostensivamente sua preferência pelo mega-empresário candidato pelo PTB; em suma, Afif arrumou dois importantes desafetos.

A atuação de Afif na Constituinte foi muito polêmica e provocou efeitos indesejados ao candidato na eleição presidencial. O Departamento Intersindical de Apoio Parlamentar (DIAP) atribuiu-lhe nota zero por haver votado contra ou simplesmente por ter se ausentado nos temas considerados fundamentais ao trabalhador, tais como a jornada semanal de 44 horas, a licença maternidade de 120 dias e paternidade de oito dias, a unicidade sindical, etc. Por outro lado, os empresários também contemplaram Afif com uma nota muito baixa por não estar presente em temas sobre

a regulamentação das grandes corporações empresariais ou desrespeitando acordos firmados antes das votações, ou ainda faltando no dia da votação da anistia fiscal aos pequenos e médios empresários (12).

Apesar de tudo, em 1988 seu nome era o mais cotado no PL para a disputa da prefeitura de São Paulo. Entretanto, Afif decide resguardar-se para o pleito presidencial por influência de um grupo de pedessistas ligados ao ex-presidente Juscelino Kubitschek, que o convenceriam a esperar mais um ano e daí retomar o fio da história interrompido por Jânio e os militares e rompido desde a morte de JK. Afif ocupa o exíguo espaço do horário eleitoral gratuito do candidato do PL à prefeitura de São Paulo, João Melão Neto, apresentando-se como virtual candidato à Presidência da República.

Em 1989, o PL coliga-se com o Partido Democrata Cristão e constituem a Aliança Liberal Cristã, angariando a adesão de 22 deputados que formam a bancada necessária para que Afif, então oficialmente candidato, tenha dez minutos diários no horário eleitoral. Para vice, foi escolhido o mineiro Aluísio Pimenta, que fora o segundo Ministro da Cultura da Nova República.

A estratégia televisiva do candidato foi a de se apresentar como um herdeiro das idéias de JK, defensor dos pequenos e médios empresários, dos princípios liberais e

Disso Collor, 1.º e 2.º turnos

crístãos. Menos sofisticados, se comparados às produções dos oponentes do mesmo campo político - Collor e Maluf, os programas de Afif procuraram suprir a falta de uma rica produção centrando na figura do candidato a imagem que tenta passar ao eleitor/espectador. Afif fala baixo, próximo à câmara, o que dá a sensação de estar olhando nos olhos de quem o vê, através de temas simples e diretos, normalmente vinculados à ineficiência governamental e ao suposto gigantismo do Estado. Embora Afif represente na campanha presidencial interesses oriundos do neoliberalismo, no debate mais polêmico em torno dessas premissas, a questão da privatização ou estatização, o candidato, tal como na Constituinte, omite-se: enquanto os outros assumem posições, evidentemente nem sempre definidas claramente, Afif opta pela guarida segura do silêncio, evitando desgastar-se com projetos que nomeassem o que e como seriam feitas as privatizações, preferindo dirigir sua produção discursiva a uma genérica redefinição do papel do Estado.

Estruturalmente, o programa de Afif procurou inovar: adotou um *jingle* que se tornou conhecido ao longo da campanha através da expressão "juntos chegaremos lá", cujos movimentos das mãos na abertura do programa, que repetia o alfabeto surdo-mudo, compunham um código gestual diferente dos demais postulantes, que apelavam para o clássico e desgastado "V" da vitória.

No início de outubro, quando as pesquisas de opinião apontavam um crescimento da candidatura Afif, colocando-o tecnicamente ao lado de Covas e Maluf, os adversários começaram a atacá-lo e o fizeram justamente tornando pública sua comprometedoras atuação durante a Constituinte (13). São lembradas as ausências de Afif em votações que beneficiavam os deficientes físicos, o fato de ter votado contra o voto facultativo para os jovens aos 16 anos, as anteriormente mencionadas abstenções ou votos contrários às leis trabalhistas e, enfim, as avaliações das classes trabalhadora e empresarial.

A candidatura de Afif decai e estaciona em um patamar insuficiente para alcançar o segundo turno, fazendo com que o liberal mude de tática e passe a atuar, tal como Maluf, como pré-candidato ao governo paulista em 1990. Ao final da campanha, Afif também incorpora um discurso ultra-anticomunista, que realça os valores neoliberais em contraposição aos regimes derrubados no leste europeu que, por sua vez, são associados às propostas de Brizola, Freire e, principalmente, Lula, mais perto de segundo turno (14).

Mário Covas, natural de Santos, 59 anos, ex-deputado federal do MDB, caçado pelo AI-5 em 1969, retorna à Câmara dos Deputados após a anistia, de onde sai para ser o prefeito de São Paulo, nomeado pelo governador Franco Montoro, eleito em 1982. Em 1986, ano da eleição para governador, Covas disputou com Fernando Henrique Cardoso a

indicação do PMDB para o cargo. Caso um dos dois não conseguisse se impor ao Partido, ambos planejavam articular a candidatura do veterano líder Ulysses Guimarães. Mas quem vence a disputa interna do PMDB é o vice-governador, ex-senador e ex-prefeito de Campinas, Orestes Quércia, restando a Covas e a Fernando Henrique as vagas para o Senado Federal. Os dois são eleitos e Covas obtém a maior votação já recebida por um político no Brasil até então, mais de 7,5 milhões de votos, que o credenciava como uma das figuras exponenciais do Congresso Nacional Constituinte.

Eleito líder da bancada do PMDB, a atuação de Covas na Constituinte foi marcada por posições identificadas como de centro-esquerda, com preocupações sociais, nacionalistas e até estatizantes. Nas questões políticas, foi derrotado na votação sobre o sistema de governo, onde defendia o parlamentarismo, e na duração do mandato do governo Sarney, onde era partidário da tese dos quatro anos.

A partir deste momento, Covas abre uma dissidência no PMDB e funda, junto com outros senadores, entre eles Fernando Henrique Cardoso e José Richa, e deputados, entre os quais José Serra e Pimenta da Veiga, o PSDB, cujo símbolo é uma ave brasileira, o tucano, nome pelo qual o partido e seus adeptos ficaram conhecidos. Partido de quadros formados quase que exclusivamente de parlamentares e de intelectuais, programaticamente parlamentarista e

social-democrata, o PSDB disputa a primeira eleição em 1988 e consegue eleger apenas um prefeito de capital importante: Pimenta da Veiga, em Belo Horizonte.

Em 1989, Covas assume oficialmente a condição de candidato à Presidência da República pelo PSDB, mas segundo Bolívar Lamounier "a insuficiência da estrutura partidária nos Estados e no interior, bem como do apoio na área empresarial e na imprensa, retardaram em demasia a *decolagem* da candidatura Covas" (15).

Enquanto Collor disparava nas pesquisas de opinião, Lula e Brizola disputavam a segunda colocação, Covas mantinha-se com índices intermediários, que refletiam a tímida e oscilante condução da campanha (16). O dilema maior era saber para qual lado do pêndulo político deveria inclinar-se. Inicialmente, ao perceber que as elites não haviam fechado inteiramente em torno da candidatura Collor, Covas procura ocupar o centro mais à direita de forma a posicionar-se como candidato confiável a este setores, além de criar uma outra alternativa a Lula e a Brizola. Os principais articuladores de sua campanha pretendiam situá-lo em uma faixa que evitasse uma polarização extremada, mas que não fosse antagônica a seu currículo político e às recentes posições assumidas pelo senador na Assembléia Nacional Constituinte.

Convencido de que esta seria uma oportunidade de "decolar" o tucano, Covas passa a alinhar contatos que sinalizassem a direção do vôo. A primeira tentativa, feita pelo próprio candidato, foi um pronunciamento na tribuna do Senado, em 28 de junho de 1989, oportunidade em que defende princípios neoliberais como a defesa da economia de mercado e a reforma administrativa como fórmula capaz de enxugar o Estado brasileiro. É o famoso "choque de capitalismo", slogan difundido e também apropriado por outros candidatos durante a campanha presidencial. O pronunciamento recebeu ampla cobertura da imprensa nacional, repercutindo em todo o país.

A segunda tentativa foi a de arrumar um vice mais à direita e sem fama de corrupto. O nome escolhido, após inúmeros conchavos, foi o do ex-governador de Pernambuco Roberto Magalhães, mas que renuncia ao posto logo em seguida em virtude de incompatibilidades internas à composição. Finalmente, opta-se pelo médico e senador paraense Almir Gabriel, cujas convicções eram opostas as de Roberto Magalhães. A alteração do vice significava também uma reorientação na condução da campanha, de volta ao centro, reconhecendo como equivocadas as tentativas anteriores, posto que Covas continuava amargando índices insatisfatórios nas pesquisas de opinião.

Em 15 de setembro, quando inicia a propaganda eleitoral gratuita, efetiva-se a mudança de enfoque. Covas

apresenta-se não mais somente como o defensor do "choque de capitalismo", relegado a um segundo plano, mas do "choque moral", expressão que resumia o apelo feito ao eleitor/espectador de que esse averiguasse o passado dos candidatos e procurasse nele a coerência entre sua vida pública e as propostas atuais.

A estratégia da produção dos programas era a de construir uma imagem de Covas como político coerente, íntegro, competente, um verdadeiro estadista. Entretanto, o projeto encontrou obstáculos na própria edição do programa de televisão, carregado de estatísticas e com pronunciamentos muito sofisticados, hermetismo que ainda que pudesse ser compreendido por alguns grupos sociais, dificultava a interpelação da maioria do eleitorado.

No mês de outubro, com o crescimento de Afif, Covas perde mais ainda o espaço à direita e reafirma sua postura de centro com um discurso antiextremista de cunho moralizante: "construir o país da verdade". Em novembro, a estratégia na televisão é a de enfatizar as contradições de Collor, mas principalmente as de Afif e Maluf, pois Covas também é pré-candidato ao governo paulista em 1990, tendo em vista ter se estabilizado na quarta posição, segundo as pesquisas de opinião.

Ulysses Guimarães, paulista de Rio Claro, professor, 73 anos, era um dos candidatos mais conhecidos

do grande público quando inicia a campanha presidencial. Ex-presidente da Câmara dos Deputados no regime democrático que sucede ao Estado Novo em 1946, ex-ministro da Indústria e Comércio no governo JK, líder da oposição durante os governos militares, aglutinada no MDB, período no qual é apelidado de "Senhor Coragem" pelo enfrentamento à ditadura, e "Senhor Diretas" em 1984, quando é destacado militante da campanha que reivindicava o restabelecimento das diretas para Presidente da República, Ulysses é reeleito sucessivamente deputado federal por São Paulo. Em 1986, assume as presidências da Câmara dos Deputados, da Assembléia Nacional Constituinte e do PMDB, partido que, embalado pelo Plano Cruzado, conquista 22 governos estaduais em 23 possíveis e que faz a maior bancada no Congresso.

Com a inauguração da Nova República e a morte de Tancredo, a condição de presidente da Câmara dos Deputados conferiu a Ulysses, por efeito de dispositivo constitucional, também o cargo de vice-presidente da República, cujo exercício interino coube-lhe nada menos que 19 vezes. Além disto, os cargos da máquina pública foram loteados entre os peemedebistas e os membros do PFL.

A proximidade com o poder conjugado com o fracasso econômico da Nova República e a manutenção do PMDB mais como uma frente plebiscitária e heterogênea, herança do período ditatorial, do que realmente como um partido

programaticamente definido, o conduz em 1989 a apresentar-se fragmentado, destacando-se três grupos dificilmente unificáveis: primeiro, o chamado PMDB histórico, ou o que dele sobrou após a saída daqueles que fundaram o PSDB, era formado pelo próprio Ulysses, Waldir Pires, Miguel Arraes, Pedro Simon, entre outros, que usufruíram do governo Sarney, mas procuravam manter algumas linhas programáticas em comum e identificados a posições de centro ou, eventualmente, de centro-esquerda; segundo, encontram-se aqueles políticos que têm uma visão utilitária da política, cuja base de atuação está em um pragmatismo eficiente no controle da máquina partidária: exemplos da definição de Schumpeter dos "políticos-empresários", características das práticas de Orestes Quércia de São Paulo e Newton Cardoso de Minas Gerais; terceiro, finalmente, neste grupo concentram-se os políticos fisiológicos *stricto sensu*, no caso a ala mais assumida como governista, que se mantém no controle de cargos federais até o último momento: Roberto Cardoso Alves, Carlos Santana e Expedito Machado são exemplos dessa postura.

A trajetória de Ulysses Guimarães nos últimos 40 anos da política brasileira parecia credenciá-lo, pelo menos *subjetivamente*, como diz Bolívar Lamounier (17), como candidato *natural* do partido à sucessão presidencial. Entretanto, as divisões endógenas são expostas na convenção do partido, que homologa a chapa Ulysses Guimarães-Waldir

Pires, e mantém-se durante toda a campanha. Em consequência, a candidatura do PMDB nasce praticamente sem nenhuma chance de vitória.

A chapa Ulysses-Waldir não teve força para mobilizar em torno de si a base do partido, que na época da convenção, no final de abril de 1989, contava com 17 mil vereadores, dois mil prefeitos, 433 deputados estaduais, 199 deputados federais, quinze governadores e seis ministros (18). O fato de a eleição ser *solteira*, isto é, desvinculada de eleições proporcionais, também contribuiu para a desagregação da base com o comando da campanha: "sem a eleição simultânea de deputados ou vereadores, não houve as *dobradas* que têm o condão de tonificar as lealdades partidárias" (19).

Os dados acima parecem contrariar a tese de que fosse qual fosse a candidatura do PMDB, ela naufragaria com o mesmo ímpeto que a de Ulysses. Politicamente é possível inferir, senão o contrário, ao menos graus diferenciados de potencialidades e desempenho.

Neste sentido, a candidatura de Ulysses Guimarães caracteriza uma outra faceta do jogo político que é

".... a insuficiente institucionalização de um sistema partidário cuja peça principal, o PMDB, não ultrapassou ainda o momento crítico da despersonalização. Para fazer-se candidato, Ulysses enfrentou pressões, contrapondo sua autoridade de patriarca partidário à advertência pragmática de que

perderia as eleições. Este fato demonstra que o partido, entendido como organização, não alcançou o patamar de complexidade e impessoalidade a que fez referência o conceito de institucionalização." (20)

Finalmente, pesava contra Ulysses a idade avançada que trazia à tona a memória recente da tragédia pessoal de Tancredo Neves.

O programa de televisão do PMDB procurou contornar a questão da idade de Ulysses através da insistente presença do vice, Waldir Pires, no vídeo, como forma de mostrar um substituto à altura, mais jovem, e afinado com os princípios de Ulysses. Waldir é o vice mais atuante entre todos os candidatos a este posto, e ocupa boa parte do programa tanto como o crítico do Estado comandado pelos militares, como do governo Sarney, aliviando Ulysses de uma posição que seria constrangedora, em relação à Nova República.

Além disto, a mídia do PMDB adaptou uma antiga marchinha de carnaval, onde aparece a frase "bote fé no velhinho, o velhinho é demais", que retirava o significado pejorativo associado ao vocábulo "velho", e se torna o *jingle* da campanha de Ulysses.

Como Ulysses tinha direito a 20 minutos diários no horário eleitoral gratuito, os responsáveis pela produção do programa optaram por colocar um "âncora", a jornalista Sílvia Poppovic, que entrevista o candidato, o vice e

outros políticos, além da presença constante da atriz Elisabeth Savala, que tinha por função contar a história de Ulysses na luta contra o regime militar: a vida do Sr. Coragem e do Sr. Diretas visava apagar o Sr. Ulysses da Nova República.

O próprio Ulysses passava boa parte do seu tempo apresentando-se como defensor da moralidade administrativa, da cidadania, revalorizada com a Constituição por ele promulgada e, principalmente, como um homem/político experiente no trato das questões do Estado; via-se como um estadista, imagem insistentemente veiculada. A outra parte do tempo, Ulysses usava para convencer a militância peemedebista a trabalhar pela candidatura do partido que pouco correspondeu a seu apelo, mantendo-se o candidato em patamares inexpressivos nas pesquisas de opinião pública, cujo índice máximo nunca foi superior a 5% das intenções de voto (21).

Enfim, impedido de atacar o governo Sarney tal como os outros candidatos, e tendo que interpelar o eleitor e, paradoxalmente, o próprio partido, a candidatura de Ulysses caracteriza-se como a de um gigante, com pés-de-barro.

Roberto Freire, nascido em Pernambuco, 47 anos, advogado, em 1989 estava em seu quarto mandato como deputado federal. Foi líder do PCB e membro da comissão de sistematização durante o processo constituinte, onde marcou

sua atuação a favor da defesa das causas dos trabalhadores e interesses nacionais.

A candidatura de Roberto Freire tinha por base sua destacada atividade no parlamento. Para candidato a vice foi escolhido o médico-sanitarista, também do PCB, Sérgio Arouca.

A situação do PCB, historicamente pouco tranqüila, viu-se durante a campanha presidencial abalada com a crise dos países do leste europeu. O partido agora não representava mais apenas uma ideologia política avessa às diretrizes capitalistas, mas segundo seus opositores era, principalmente, um signo da incompetência e corrupção. Um dos objetivos iniciais de Freire foi tentar desarticular as imagens negativas associadas, ao longo da história recente do País, ao partido e maximizadas no pleito, em virtude desses novos acontecimentos nos países socialistas.

De acordo com um grupo de analistas políticos, Freire "cumpriu com êxito, no primeiro turno, o papel de desfazer preconceitos em relação ao PCB. O objetivo, nesse caso, não era basicamente eleitoral. Foi antes o candidato que pôs sua imagem a serviço da imagem do partido" (22).

O resultado final desta estratégia se não trouxe ao PCB uma afirmação positiva na frágil estrutura partidária brasileira, garantiu a Freire a imagem de "homem político sério, competente e dotado de bom senso" (23). Tal imagem

foi construída apesar de a campanha e o programa de televisão de Freire ter sido uma produção modesta. Sua equipe centrou-se basicamente na própria figura do candidato no estúdio, tendo ao fundo das cores brasileiras e o símbolo internacional do comunismo. As rápidas incursões externas do programa veicularam aspectos do difícil cotidiano dos brasileiros. Além disto, depois de Lula, Freire foi o candidato que mais recebeu apoio de artistas e intelectuais com participações expressivas ao longo da campanha.

O discurso do candidato durante a campanha, em termos genéricos, procurou explicar ao eleitor/espectador o que seria um projeto socialista e democrático. Especificamente, Freire apresenta-se como o contra-ponto ao discurso neoliberal e à proposta de diminuição do espaço público. Em seus discursos encontram-se o maior número de proposições estatizantes que aumentam a participação estatal nas atividades sócio-econômicas.

Leonel de Moura Brizola, 68 anos, gaúcho de Carazinho, engenheiro, era ao lado de Lula, um dos candidatos mais conhecidos dentre os nomes desvinculados da Nova República. O candidato tinha um longo currículo político: havia sido deputado estadual, prefeito de Porto Alegre, governador do Rio Grande do Sul (1958-1962) e, finalmente, eleito deputado federal antes do golpe militar

pelo Estado do Rio de Janeiro. Depois de 1964, tem seus direitos políticos cassados e parte para o exílio.

Em agosto de 1979, o governo militar decretou a anistia e Brizola pode retornar ao País. Em dezembro do mesmo ano a cúpula militar, através dos Ministros Golbery do Couto e Silva, do Gabinete Civil, e Petrônio Portella, da Justiça, articulou uma reforma partidária que acabou com o bipartidarismo e implantou o multipartidarismo, fragmentando a oposição ao regime. Brizola luta com Ivete Vargas pelo controle do antigo PTB. Segundo explicam Bolívar Lamounier e Raquel Meneguello, a sigla era

".... real ou supostamente depositária do simbolismo trabalhista de Getúlio Vargas. O controle da sigla acabou nas mãos de Ivete Vargas, ao que tudo indica por influência e sob inspiração palaciana, suposição reforçada pelas negociações desse partido com o governo após as eleições de 1982. O PDT (...) teve sua origem na recusa de Leonel Brizola de compartilhar a liderança e seu projeto político dito socialista-democrático, e a sigla PTB, com o grupo fisiológico de Ivete Vargas." (24)

Brizola é eleito governador do Rio de Janeiro, em 1982, já pelo PDT. Este organiza-se excessivamente centrado na figura de Brizola, que detém um controle quase absoluto sobre as decisões do partido. Com efeito,

".... se é certo que ainda falta no próprio PMDB (...) a capacidade de despersonalizar-se, com mais forte razão diremos que o PDT ainda é, basicamente, um movimento para eleger Leonel Brizola. Não se trata, neste

ato, apenas de uma questão de gerações, ou da extensão do círculo de protagonistas. Trata-se de toda uma concepção política centrada na figura de um chefe carismático, para o qual convergem todas as decisões e do qual devem promanar todas as orientações." (25)

Além do forte personalismo, o partido de Brizola exibe um notável traço regionalista, marcadamente no Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro. Esta característica acentua-se pela imensa dificuldade encontrada por Brizola para se fazer minimamente popular nos dois maiores colégios eleitorais do país: São Paulo e Minas Gerais (26).

Com este perfil político-partidário Brizola entra na campanha presidencial, onde passa todo o primeiro turno disputando com Lula a segunda colocação na preferência do eleitorado, medida pelas pesquisas de opinião pública (27).

A campanha de Brizola na televisão, evidentemente, enfatiza seu passado e suas realizações, apoiando-se fortemente nos seus governos estaduais e no elevado índice de popularidade verificado naqueles dois Estados. A expressão máxima desta estratégia foi sintetizada no seguinte enunciado: "quem conhece o Brizola, vota no Brizola", sugerindo que a opção de gaúchos e cariocas pelo seu nome era oriunda do conhecimento empírico que os cidadãos dos dois Estados tinham do candidato.

A estrutura do programa de Brizola era simples. Iniciava com uma variação sobre o hino nacional brasileiro,

do americano Lovis Moreau Gottschalk, executada pelo pianista Artur Moreira Lima, tendo ao fundo a simulação de uma bandeira verde-amarela tremulando. Após, vinha o *jingle* da campanha apresentado conjuntamente à edição de imagens de crianças em CIEPS - os Centros de Integração de Educação Pública, a pedra de toque do projeto brizolista.

Os CIEPS funcionam como a parte mais importante de seu plano de governo e como uma manifestação concreta de suas administrações anteriores: é o símbolo de sua preocupação com as crianças. De fato, a educação pública é a tônica dos pronunciamentos de Brizola ao longo da campanha, ocupando a maior parte de seu espaço televisivo. Para tanto, o candidato conta com a participação especial de artistas, intelectuais e políticos que ressaltam os feitos de Brizola e o projeto de "semear CIEPS pelo Brasil", a escola de tempo integral, de acordo com um dos *slogans* mais veiculados pela equipe responsável pela produção do programa.

Por outro lado, no transcorrer do pleito, na tentativa de ultrapassar definitivamente Lula e se consolidar na segunda posição nas pesquisas, Brizola procura aproximar-se de um eleitorado mais conservador, exibindo-se não como um "radical inexperiente", que de acordo com ele seria o caso do candidato do PT, mas como um político testado, experiente e competente o suficiente para resolver a crise do Estado e do País. O "socialismo-moreno"

de Brizola cede lugar, na campanha presidencial, ao "capitalismo social" com conotações nacionalistas e contrário ao que intitula de os grandes interesses internacionais, cuja versão nacional seria a Rede Globo de Televisão.

No entanto, ao perder o lugar para Lula no segundo turno, por menos de 1% dos votos, Brizola viu-se na contingência de apoiar o candidato do PT, na medida que seu silêncio poderia ser claramente interpretado como uma manifestação a favor de Collor, que, por sua vez, representava a negação das proposição da esquerda.

Luis Inácio Lula da Silva, 44 anos, pernambucano, torneiro-mecânico, foi operário da Volkswagen. Tornou-se líder sindical na região mais industrializada do País, o ABC paulista, inaugurando o que se convencionou chamar de o "novo sindicalismo". Em 1980, o governo militar intervém no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, do qual Lula era presidente, e o prende, episódio que lhe rende grande popularidade,

Desde 1979, Lula liderava a organização do PT, ao lado de trabalhadores, sindicalistas e destacados intelectuais. A evolução da abertura política permitiu ao partido, por um lado, homogeneizar a pauta de reivindicações dos trabalhadores, de modo que esta refletisse a aspiração do conjunto da classe trabalhadora e

não somente de um determinado setor; por outro, desencadeou-se no partido a luta pela cidadania plena, pela conquista de direitos sociais e políticos e pelo reconhecimento, pelo Estado, desses novos agentes sociais (28).

Em 1986, Lula é candidato a deputado federal constituinte pelo PT-SP, onde foi eleito com a maior votação do Estado, afastando-se em 1989 para concorrer à Presidência da República. Lula efetiva-se como o candidato pela Frente Brasil Popular, formada, além do PT, pelo Partido Comunista do Brasil (PC do B) e o Partido Socialista Brasileiro (PSB), partido do qual é escolhido o vice, o senador José Paulo Bisol, ex-PSDB.

O programa do PT é inovador. Contando com uma rica produção e uma edição ágil, o partido parodiou as grandes emissoras de televisão, principalmente a Rede Globo, que na versão petista intitulava-se "Rede Povo". O programa apropriou-se, inclusive, de vinhetas eletrônicas com uma computação gráfica sofisticada, características da maior emissora do país, além de esquetes de programas conhecidos e mesmo de comerciais publicitários, tendo ao fundo o *jingle* que ficou famoso ao longo da campanha, "Lula lá, brilha uma estrela". Há uma intensa participação de artistas, intelectuais, lideranças sindicais e populares. A mídia da Frente também veicula insistentemente o cotidiano sofrível dos brasileiros, a crise dos serviços públicos e

os descasos governamentais, denunciados diretamente por cenas locais ou pela fala de Lula em comícios.

A "Rede Povo" constituiu-se em uma importante forma de interpelação. Ela não anunciava um personagem singular, mas o próprio "povo", convidando o eleitor/espectador a se integrar a esse agente coletivo. Neste sentido, "nos comícios, Lula insistia em dizer que não era a ele que a classe dominante temia, mas aos milhões de Lulas que despertariam em cada um que toma a decisão de participar" (29).

O corte classista do discurso de Lula é uma característica predominante difundida nos programas da Frente. O candidato fala contra a classe dominante, entendida como aquela que representa os grandes empresários, os latifundiários e os banqueiros. Lula propõe intervir diretamente nas fortunas desta classe, como meio de viabilizar a distribuição de renda no País. A busca de legitimidade para esta proposta de Lula partia de um dado *a priori*: a classe dominante concentrou a parte substantiva da renda nacional, com apoio estatal, em detrimento da parcela majoritária da população.

Outro elemento a dar sustentação a este discurso de Lula foi o fato de o candidato nunca negar a sua origem operária. Ao contrário, o candidato procura aproximar-se da base popular pelo reconhecimento e identificação de

experiências vividas muito semelhantes: a opressão do capital.

Em outro sentido, tal como a candidatura de Collor,

".... parece que a candidatura Lula cresceu capitalizando um sentimento difuso de oposição ou de revolta diante de 'tudo o que aí está' - crise econômica, inflação elevada, descrédito do governo Sarney."
(30)

O crescimento de Lula foi amparado por milhares de militantes espalhados pelo país, que conferem ao partido um alto grau de estruturação, tornando-o a exceção do sistema partidário brasileiro. Durante a campanha presidencial o PT conseguiu chegar ao segundo turno, batendo Brizola muito em função da atuação desta militância, uma vez que as pesquisas finais apontavam um empate técnico entre os dois principais representantes da esquerda (31).

Ao passar para o segundo turno, Lula procurou costurar uma aliança, não sem dificuldades internas e externas ao PT, com os partidos de centro e de esquerda. O PCB, o PDT, o PSDB e a chamada esquerda do PMDB unem-se formalmente à Frente contra Collor. Houve, conseqüentemente, uma tendência à amenização de algumas propostas mais específicas. Entretanto, em linhas gerais, o discurso de Lula manteve-se praticamente inalterado, na medida que o elo em comum para a formação da aliança não foi propriamente programático, mas histórico: eram

organizações políticas cujo membros, em algum momento, opuseram-se ao regime militar.

Collor criticou duramente a política de alianças de Lula, chamando-o de "incoerente". Além disto, incorpora a seu discurso um virulento anti-comunismo, associando o PT à crise dos países socialistas, afora ataques à vida privada do candidato petista (32).

Ao mesmo tempo a Frente contra-ataca maximizando o estigma de que Collor era de direita e de que sua candidatura era acompanhada de um silencioso, mas ativo, processo de "arenização". Ou seja, Collor representava a possibilidade de permanência das forças do antigo regime.

O perfil da bibliografia política dos candidatos à Presidência da República serve de referencial para se compreender as posições estratégicas assumidas ao longo da campanha. É importante ter presente que o discurso sobre a crise do Estado foi uma das formas pelas quais os recursos estratégicos efetivaram-se em todos estes candidatos. De uma maneira ou de outra estes candidatos aproveitaram-se da crise estatal, em suas diferentes manifestações, como matéria-prima para moldar pronunciamentos com poder de converter o eleitor/espectador em sujeito de seus discursos.

Neste sentido, o capítulo que se segue tem por objetivo descrever as variáveis históricas que indicam

causas para a crise do Estado e os enunciados gerais que definem os modos de apreensão de noções de Estado por parte dos candidatos. Desta maneira, cercam-se as condições de emergência do discurso do Estado em crise.

NOTAS

- (1) "Tanto Tancredo como Sarney manifestaram de público a intenção de permanecer somente quatro anos, fazendo realizar eleições no final de 1988." (LAMOUNIER, B. op. cit., 1989, p. 48)
- (2) Sobre a questão do Estado brasileiro e as "inadequações" à nova Carta ver JAGUARIBE, H. O sistema público brasileiro. In: JAGUARIBE, H. (org.) *Sociedade, Estado e partidos na atualidade brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 215-8.
- (3) FIORI, J. L. Transição terminada: crise superada? In: *Novos Estudos-Cebrap*, São Paulo, n. 28, p. 141, out. 1981.
- (4) Tecnicamente, "o sistema estatal legado pelo governo Sarney ao governo Collor se caracteriza, na cúpula, pela multiplicidade de órgãos subordinados ao Presidente da República, totalizando 32 agências, entre as quais 21 ministérios. Na base, esse sistema operava através de três diferentes regimes: 1. o dos órgãos centrais, constituindo divisões e serviços de departamentos ministeriais; 2. o dos órgãos autárquicos, como o INPS ou o IBC; 3. o das empresas

públicas, como a Petrobrás ou a Eletrobrás." (JAGUARIBE, H. op. cit., p. 218 e seg.)

- (5) O grande número de postulantes decorre de uma liberalidade excessiva da legislação eleitoral que permitia a qualquer cidadão organizar e registrar um partido político desde que reunisse um número insignificante de correligionários (menos de cem pessoas) em sete diferentes Estados da União. Dessa lei permissiva deriva um número ascendente de partidos sem vínculos na sociedade e sem projetos políticos consistentes, que contemplassem alternativas factíveis às dimensões da crise brasileira, características negativas que não foram suficientes para impedir que de um desses partidos emergisse o vencedor do pleito. Além dos oito candidatos, cujos pronunciamentos são objeto deste estudo (ver Nota 5 da Introdução), concorreram também pela ordem de colocação ao final do primeiro turno: Aureliano Chaves do Partido da Frente Liberal (PFL); Ronaldo Caiado do Partido Social Democrático (PSD); Affonso Camargo do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB); Enéas Ferreira Carneiro do Partido da Reedificação da Ordem Nacional (PRONA); José Alcides de Oliveira - Marronzinho - do Partido Social Progressista (PSP); Paulo Gontijo - PG - do Partido do Povo; Zamir Teixeira do Partido Comunitário

Nacional (PCN); Livia Maria Pio de Abreu do Partido Nacionalista (PN); Eudes Mattar do Partido Liberal Progressista (PLP); Fernando Gabeira do Partido Verde (PV); Celso Brant do Partido da Mobilização Nacional (PMN); Antônio Pedreira do Partido do Povo Brasileiro (PPB); Manuel Horta do Partido Democrata Cristão do Brasil (PDC do B); Armando Corrêa do Partido Municipalista Brasileiro (PMB). Este último renunciou em 31 de outubro à candidatura para possibilitar a entrada de Sílvio Santos, que acabou sendo impugnada pelo TSE, sendo os votos dados a Armando Corrêa considerados nulos. Outros dez partidos não obtiveram registro nem mesmo para entrar na cédula e na propaganda eleitoral gratuita. Foram eles: o Partido Trabalhista Nacional de Djanir Azevedo; o Partido Real Trabalhista Comunitário de Hercílio Ricarte; o Partido Ação Social de João Ferreira da Silva; o Partido Comunitário Solidariedade de Lázaro Sampaio; o Partido da Renovação Moral de José Júlio do Nascimento; o Partido Político Nacional de Anésio Campos Júnior; o Partido Socialista de Bóris Nicolacuskí; o Partido da Juventude Brasileira de Teolino Mendonça; o Partido Nacional dos Aposentados do Brasil de Nildo Martinho de Barros; e o Partido da Nova Era de João Galvão Leite Neto.

at 40, 221

J. J. Santos

5
entre
por
32

- (6) "A figura do 'caçador de marajás' foi unanimemente reconhecida como a chave do sucesso de Collor - o achado de *marketing* que, aliado à generosa cobertura da mídia, projetou-o, ainda governador, como um herói nacionalista." SALLUM Jr., B; GRAEFF, E.P.; LIMA, E.G. Eleições presidenciais e a crise do sistema partidário. In: *Lua Nova, Revista de Cultura e Política*, São Paulo, n. 20, p. 71, maio 1990.
- (7) *Idem*, p. 72.
- (8) PINTO, C.R.J. Collor - A nova roupagem do velho. In: CONGRESSO DA LASA, 1991, Washington. Anais... Washington: LASA, 1991, p. 15.
- (9) Evolução da intenção de voto dos candidatos à Presidência da República - 1989:

(%)

Data Candidato	abr.	jun.	02/jul.	23/jul.	ago.	03/set.	24/set.	08/out.	19/out.	29/out.	04/nov.	08/nov.	12/nov.	Resultado TSE
Collor	17	42	40	38	41	40	33	29	25	26	21	25	27	28,52
Lula	14	7	7	6	5	6	7	10	14	14	14	15	15	16,08
Brizola	15	11	12	12	14	14	15	13	15	15	13	14	14	15,45
Covas	7	5	6	6	5	5	6	7	8	9	9	9	11	10,78
Maluf	6	4	5	7	7	8	7	8	9	9	7	7	9	8,28
Afif	1	1	2	2	3	5	7	8	7	5	4	4	5	4,53
Ulysses	5	5	5	4	3	2	3	3	3	4	4	3	4	4,43
Freire	1	1	2	2	2	2	2	1	2	2	1	1	2	1,07

FONTE: TSE - Folha de São Paulo

- (10) Ver o desempenho de Maluf na Nota 9.

- (11) O candidato associou às cores vermelhas das bandeiras do PT, PDT e PCB ao comunismo internacional, afirmando que aqueles partidos defendiam uma "ideologia ultrapassada".
- (12) Na campanha presidencial Afif procura explicar sua posição em pronunciamento do dia 15/10/89.
- (13) Ver o desempenho de Afif na Nota 9.
- (14) Afif utilizou-se da mesma estratégia final de Maluf exposta na Nota 11 deste Capítulo.
- (15) LAMOUNIER, B., op. cit., 1989, p. 140.
- (16) Ver o desempenho de Covas na Nota 9.
- (17) LAMOUNIER, B., op. cit., 1989, p. 138.
- (18) *Revista Veja*, 10 maio 1989.
- (19) SALLUM Jr., B. e col., p. 78-9.
- (20) LAMOUNIER, B., op. cit., 1989, p. 138.
- (21) Ver o desempenho de Ulysses na Nota 9.
- (22) SALLUM Jr., B. e col., p. 74.
- (23) PINTO, C.R.J., op. cit., 1990b, p. 57, nota 1.
- (24) LAMOUNIER, B.; MENEGUELLO, R., op. cit., p. 75, nota 41. Segundo *Mária Vitória Benevides*, a decisão do TSE

e as articulações do general Golbery do Couto e Silva tiveram por objeto "bloquear a expansão do PT de Lula e do novo sindicalismo, além de, é claro, demolir as outras pretensões de Brizola". (BENEVIDES, M.V. O velho PTB paulista. In: *Lua Nova, Revista de Cultura e Política*, São Paulo, n. 17, p. 158, jun. 1989)

- (25) LAMOUNIER, B., op. cit., 1989, p. 139.
- (26) Este fato fica evidenciado nos resultados finais do primeiro turno da eleição presidencial de 1989. Enquanto Brizola obteve no Rio de Grande do Sul 60,8% dos votos e no Rio de Janeiro 50,4%, em Minas Gerais Brizola ficou com 5% e em São Paulo com 1,5%, sendo que esses dois últimos Estados correspondiam a cerca de 35% do total de votos do País (FONTE: TSE).
- (27) Ver desempenho de Brizola na Nota 9.
- (28) A base desta argumentação encontra-se em MENEGUELLO, R. *PT, a formação de um partido (1979-1982)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p. 54. Segundo Bolívar Lamounier e Rachel Meneguello "o PT apresenta-se como uma ruptura em relação aos padrões conhecidos de organização partidária no Brasil. Pretende manter uma ligação mais estreita com suas organizações de base e com o meio operário, dando maior ênfase às lutas sociais e, conseqüentemente, menor importância, em comparação com os demais partidos, à luta parlamentar

e eleitoral" (op. cit., p. 75). Em termos organizacionais, o PT caracterizaria um exemplo daquilo que M. Duverger chama de "partido de massa": origem externa (fora do campo parlamentar), com forte articulação estrutural, centralização nacional, requisitos rigorosos para filiação, presença de um certo doutrinamento e portador de uma relação específica entre as lideranças do partido e seus parlamentares. Este tema também é desenvolvido por MENEGUELLO, B., op. cit., p. 32-4.

- (29) SALLUM Jr. e col., op. cit., p. 73.
- (30) LAMOUNIER, B., op. cit., 1989, p. 142.
- (31) Ver desempenho de Lula na Nota 9.
- (32) Trata-se do episódio envolvendo uma ex-companheira de Lula que fez denúncias contra ele. Ver PINTO, C.R.J. *Era uma vez uma jovem abandonada que... ou, de como se dissolve o político no privado*. Porto Alegre, 1990c. (no prelo)

CAPÍTULO II - A CRISE DO ESTADO EM PERSPECTIVA: HISTÓRIA E ENUNCIADOS GERAIS

A eleição presidencial ocorrida em 1989 representou a materialização de um direito que fora sonhado aos cidadãos brasileiros nos últimos 25 anos.

Durante este período, a população assistiu a ascensão, desenvolvimento e crise do Estado burocrático-autoritário governado pelos militares, cuja herança - desestruturação do setor público e uma crítica situação econômico-social - é herdada pelo governo civil da Nova República em 1985 (1).¹¹²

A história do governo Sarney, à exceção do momentâneo sucesso do Plano Cruzado em 1986, é marcada por um conturbado processo constituinte, pela maximização da crise do Estado e pela sua incapacidade de sustentar uma política econômica eficaz, o que lhe acarreta uma crescente perda de legitimidade e apoio popular.

Em 1989, as expectativas de alteração deste quadro condensam-se em torno da campanha presidencial. Por sua vez, os candidatos à Presidência procuram catalisar para suas legendas e programas este sentimento do eleitor. Uma

das ênfases desta estratégia é a enunciação do discurso do Estado em crise. Com ele o candidato atribui significados à crise sócio-econômica e articula a possibilidade da mudança.

O objetivo deste capítulo é o de sintetizar algumas variáveis fundamentais ao entendimento desse discurso. Em primeiro lugar, através de um resumo das ações que conduze, à efetivação de uma crise sem precedentes na máquina pública. Posteriormente, já a partir da fonte primária deste trabalho - os discursos de campanha - será feita uma exposição dos pressupostos genéricos com os quais os candidatos pensam a questão do Estado.

Deste modo, estão reproduzidas as condições mais gerais que sustentam e explicam porque os candidatos à Presidência não podem evitar de apreender o discurso da crise do Estado.

1 - Variáveis Históricas da Crise Estatal

A crise do Estado brasileiro, presente no discurso dos candidatos à Presidência da República em 1989, encontra suas condições de emergência na própria história deste Estado nas últimas três décadas.

Após o golpe de 1964, a cúpula burocrática-militar incrementou as formas de intervenção do Estado no processo de desenvolvimento nacional mediante a ocupação dos espaços deixados em aberto pela iniciativa privada por incompetência, desinteresse e/ou obrigações desta junto às estruturas estatais (2). De fato, o Estado criou um setor produtivo que chegou a operar com certa eficiência em uma lógica de mercado, estando sujeito inclusive aos riscos inerentes de uma atuação semelhante ao capital privado.

Como efeito desta política, muitas empresas e agências estatais passaram, pouco a pouco, a autonomizarem-se em relação ao próprio Executivo. O resultado desta situação é uma expansão não coordenada da atividade pública que levou o Estado a criar mais órgãos com o objetivo de realizar uma centralização político-administrativa que tornasse mais racional sua própria atuação (3).

Na verdade, verifica-se o fenômeno inverso: a superposição de esferas não gera a racionalidade planejada. Ao contrário, segundo Luciano Martins, "pelo prisma exclusivo das relações internas do Estado" constata-se que esta "forma desequilibrada de expansão do Estado no Brasil tem contribuído para a sua desorganização interna". O autor exemplifica essa desarticulação através do estudo de três agências estatais - o BNDE, o CDI e a CACEX - concluindo que

".... no limite, e concretamente, é como se o dilema fosse resignar-se a um volume dado e precário de meios e recursos (no setor governo) ou poder expandi-los e recriá-los (fora dele): ser governo (CDI) ou ser empresa (BNDE), ser burocrata ou ser executivo. Dilema esse que a CACEX - caso especialíssimo - conseguiu justamente superar maximizando as vantagens de ambas as coisas, 'having it both ways': sendo governo e sendo empresa." (4)

A fragmentação do setor público também contribuiu para a proliferação de jurisdições estanques que passaram a centralizar o processo de tomada de decisões em níveis cada vez mais especializados, reforçando assim

".... uma tendência de longa tradição: a articulação de alianças entre segmentos do aparelho burocrático e suas clientelas, por vezes gerando foros privilegiados entre os setores público e privado e um estilo personalista de gestão." (5)

A fim de compensar o ritmo de crescimento resultante desta política de alianças e manter, portanto, a atenção aos mais variados grupos, /o Estado burocrático-autoritário presidido pelos militares, rompe o clássico padrão de investimentos por "blocos funcionais" (exemplos: os "ciclos" elétrico, siderúrgico e petroquímico) e passa a operar em quase todas as áreas do mercado. Para que essa indiscriminada atuação tivesse algum resultado efetivo era necessário que o Estado mobilizasse constantemente suas capacidades extrativa, alocativa e redistributiva através da ampliação de sua base fiscal e poupança interna. No

entanto, isso não foi possível e a solução, facilmente encontrada, foi o empréstimo externo.

Eram previsíveis os limites de eficiência deste modelo, pois além de tudo o Estado tem sua nacionalidade administrativa comprometida incessantemente pelos grupos de pressão que agem organizadamente em suas estruturas internas, monopolizando fatias específicas do orçamento público. Como o clientelismo garante invariavelmente portas abertas a novos negócios/clientes, "a probabilidade de adicionar compromissos e incluir clientelas na pauta de gastos públicos é sempre muito maior do que a probabilidade de eliminar compromissos e excluir beneficiários" (6).

O aumento de demandas e a impossibilidade de o Estado responder satisfatoriamente aos diversos setores faz com que declinem consideravelmente o apoio e a credibilidade que esses grupos emprestam à máquina pública; isto apesar de o Estado distribuir privilégios, benefícios e, inclusive, assumir as dívidas externas contraídas pela iniciativa privada. Na realidade, qualquer ato de inadimplência do Estado em relação aos acordos mantidos com certos "clientes" poderia desviá-los para as redes de oposição ao regime. Foi o caso, por exemplo, do setor de bens de capital:

"Ao ver que o governo o havia feito saltar no vazio, pois os segmentos sob controle do capital privado à sua montante já haviam completado sua expansão e o setor

estatal dava sinais de esgotamento de sua capacidade de investimento, uniu-se à oposição. Passou a demandar o pronto retorno à democracia e orquestrou ampla campanha contra o estatismo, do qual foi um dos principais beneficiários." (7)

Paralelamente ao esgotamento da política econômica e dessas formas de gestão da máquina pública, o regime autoritário acentuou o processo de abertura política como mecanismo redutor de pressões sociais. Este modelo, que exclui a parcela majoritária da população, mas que chegou em um certo momento - no *milagre* do governo Médici (1969-1974) - a beneficiar a classe média através de uma reestruturação salarial que elevou seus ganhos e a inseriu no mercado consumidor de bens duráveis, mergulhara em uma inexorável crise sócio-econômica.

O Estado, apesar da iminente crise, procurou manter o atendimento ao maior número possível de interesses, acelerando assim o crescimento da dívida pública interna e externa, o processo inflacionário e a crise fiscal. Entretanto, estes procedimentos não foram suficientes para conseguir reativar sua base de apoio, uma vez que os recursos públicos eram destinados de modo intermitente, o que não agravada aos receptores do capital.

Outra consequência da exaustão da política do regime militar foi a progressiva deteriorização dos serviços públicos. O Estado imobiliza-se a ponto de tornar-se incapaz de reverter minimamente as demandas sociais e de

manter operando satisfatoriamente os serviços de saúde, previdência social, educação, habitação popular, entre outros.

Enfim, a excessiva burocratização de seus atendimentos, sua ineficiência, faz com que o setor público seja o catalisador das insatisfações sociais, assinalando "o total esgotamento de um modelo cartorial, clientelista, 'industrialista' e estatista levado às suas últimas e mais nocivas conseqüências pelo autoritarismo burocrático militar" (8).

A tendência desses padrões de Estado persistiram após a instalação da Nova República, em 1985. De fato, sucedeu-se uma exacerbação da crise sócio-econômica e a retomada, em um paradigma neoclientelista, dos procedimentos do antigo regime (9).

A reafirmação deste modelo cartorial/clientelista pode ser exemplificada pelas incongruências políticas, econômicas e técnicas a que foi submetido o primeiro plano econômico do governo Sarney: o Plano de Estabilização Econômica - *Plano Cruzado* -, divulgado à Nação no dia 28 de fevereiro de 1986: o dia que o Brasil teria vencido o processo inflacionário.

O Plano Cruzado enfrentou sérios obstáculos, decorrentes da falta de coordenação entre medidas complementares essenciais para o êxito em conjunto da

proposta. Principalmente, devido à ausência, no governo, de procedimentos razoáveis de acompanhamento integrado das suas próprias agências na supervisão do abastecimento e do controle de preços (10). Excetuando-se a incompetência do governo, verificou-se que a estrutura do Estado era incompatível com os objetivos do plano.

No entanto, se o Plano Cruzado redundou em um enorme fracasso em termos econômicos, politicamente ele possibilitou a vitória do PMDB nas eleições de 1986. O partido obteve a maioria na Assembléia Nacional Constituinte, inaugurada conjuntamente com o novo Congresso Nacional, além de eleger a maior parte dos governadores nos Estados. Com efeito, a

".... vitória ampla das forças no governo significava muito mais do que o sucesso de um governo, significava a possibilidade da construção de uma legalidade constitucional homogeneizada pelos interesses que estavam representados no governo Sarney." (11)

Antes e após o Plano Cruzado, estes interesses foram contemplados pela incessante permuta de espaços e cargos dentro da máquina pública. A prática cartorial, que segundo Aspásia Camargo define essas relações (12), conjugada às novas formas de expansão do Estado em busca dos instrumentos necessários à execução dos programas heterodoxos lançados pelo governo Sarney (além dos Planos Cruzado I e II, o Plano Bresser e o Plano Verão),

reativaram a tendência à autonomização e isolamento dos núcleos de decisão e, conseqüentemente, "o acirramento da competição interburocrática desencadeada pelo movimento de conquista de espaço político e de novos recursos por parte de determinadas agências" (13).

Há, assim, uma imensa dificuldade de construir-se o consenso mínimo requerido por medida de impacto como as tentadas pelo governo da Nova República. Logo, quanto mais os "anéis burocráticos" distanciam-se do poder central e dos interesses da sociedade civil organizada e da própria estrutura partidária, reforça-se um estilo fechado de atuação do Estado, cujos atos passam a ser constantemente questionados em função desse hermetismo político-administrativo, a que apenas grupos privilegiados têm acesso.

Reconhecendo as dificuldades oriundas do crescimento desmesurado de algumas atividades do Estado, o governo Sarney propôs como fórmula inicial para reversão desse quadro uma reforma administrativa cuja agenda incluía: a extinção ou reestruturação de órgãos inoperantes e/ou onerosos, transferência de pessoal e um projeto de privatizações. A pluralidade de lógicas, eventualmente contraditórias entre si, que fazem parte da estrutura estatal, criaram sérios obstáculos à implementação dessa reforma, sendo que somente o programa de privatizações começou a ser efetivado, ainda que timidamente e com

SARNEY

critérios duvidosos de planejamento e execução. Evidentemente, faltava ao projeto agentes qualificados, vontade política e, principalmente, legitimidade para sua viabilização (14).

Quanto aos serviços públicos, prosseguem em estado de estiolamento e degradação acentuados, ratificando a desconsideração crônica dos governos brasileiros em relação às necessidades da população.

A postura em relação aos serviços públicos é acompanhada de um processo de desvalorização técnica do agente burocrático. A prova deste descaso pode ser avaliada pela data da última reforma mais consistente no setor da burocracia pública ter sido aquela promovida quando da instituição do DASP, nos idos da década de quarenta. Observa-se já na década seguinte a formação de uma burocracia paralela, mais autônoma, que será maximizada nos governos militares concomitantemente ao abandono da burocracia direta.

É fato notório, de acordo com Sérgio Abranches (15), que parte significativa da crise do Estado localiza-se na administração direta, em cuja composição constam: os órgãos centrais de decisão do Estado, os ministérios, além de conselhos, entidades específicas e instituições como o Banco Central. Esta estrutura nuclear do Estado conta com cerca de 700 mil funcionários com pouco preparo e mal

remunerados, em que pese a opinião pública em contrário, que executam suas atividades em órgãos estatais carentes de recursos materiais, organizacionais e técnicos, que os tornam ineficientes e paralisados. Os casos da saúde pública e previdência social, o sistema educacional e o sistema habitacional são exemplos - dramáticos dessa situação, levada durante o governo Sarney a limites até então desconhecidos.

O desenvolvimento de uma burocracia automatizada responde aos apelos de pessoal de apoio mais qualificado, mas também as demandas clientelistas e fisiológicas que reivindicam uma maior facilidade de acesso aos recursos públicos. Para tanto, foram instaladas empresas e fundações públicas com liberdade suficiente para autocontrolar gastos e ampliar seus quadros. É desta burocracia paralela que os Presidentes da República têm se servido para angariar pessoal, uma vez que teoricamente são cargos de funções mais definidas e melhor remuneradas. Novamente incentiva-se uma superposição de estruturas que contribuem para o crescimento exagerado de instâncias de poder que acabaram por gerar descontrole e desvio na nacionalidade operacional da atividade estatal.

O resultado é, como afirma Aspásia Camargo, uma máquina pública lenta, diversificada e burocraticamente complexa, sendo que

*burocracia paralela X burocracia direta.
 Leis feitas nessa ...
 490. por um erro.*

".... em sua órbita e ao seu abrigo prosperam os 'lobbies', os anéis burocráticos, amplos interesses de contraditórias origens, como sinais evidentes de um processo regressivo de desagregação do poder público. E ainda mais: com o agravamento dos quadros técnicos de alto nível do setor público para o privado, deixando o poder público entregue aos funcionários de segundo escalão e de mais baixa competência." (16)

A situação agrava-se quando se constata, segundo a mesma autora, que o empreguismo, o excedente de pessoal e a ineficiência administrativa aumentam exatamente nas áreas do Estado ligadas aos serviços sociais (17).

Em meio a esta conjuntura não é de se espantar que os levantamentos de apreciação da opinião pública em relação aos funcionários e aos serviços públicos sejam extremamente negativos, só comparável ao conceito da classe política (18). Neste sentido,

".... relativamente aos funcionários públicos, incluindo os servidores de autarquias, como os do INAMPS e de bancos públicos, como o Banco do Brasil, prevalece, na opinião pública, a convicção de que tais funcionários são parasitários, atendem pessimamente o público e freqüentemente têm salários muito superiores ao que conseguiriam no setor privado." (19)

As pesquisas de opinião captam um sentimento historicamente disseminado no imaginário da população brasileira, que sob o agravo da caótica realidade econômica-social, tende a materializar parte de suas

frustrações em indivíduos concretamente localizáveis no interior do Estado. Apesar da procedência das críticas a esses desvios singulares, é consenso entre os analistas políticos que as causas da crise do Estado ultrapassam consideravelmente condutas individuais equivocadas de certos membros de seu corpo funcional. O problema reside nas graves deficiências estruturais e operacionais da máquina pública e em um complicado e histórico jogo de poder, cuja profundidade não é imediatamente perceptível ao cidadão/eleitor/espectador menos avisado.

Wanderley G. dos Santos tem procurado mostrar que, no entanto, o contingente funcional não é proporcionalmente superior àquele verificado em outros países:

"Diz-se que a elefantíase estatal manifesta-se no elevado contingente de empregados públicos de todo tipo: estatutários, celetistas, das administrações direta e indireta. Eis, contudo, alguns números. O total de empregados públicos no Brasil, tomado como porcentagem da população economicamente ativa não agrícola, correspondia a 9,6% desta última em 1984. Na Argentina e no Panamá, países da mesma faixa de renda *per capita*, essas taxas eram 22,7% e 28,6%, respectivamente (...). O Canadá emprega 16,4%, a Holanda 19%, a Itália 20%, a Suécia 34% e a Nova Zelândia 36,5%." (20)

Realmente problemático, segundo este argumento, é a ausência de um plano de carreira definido por critérios racionais e produtivos, falta de projetos de especialização, treinamento adequado de recursos humanos e

ascensão profissional e de salários condizentes. Estes planos são distorcidos pelas práticas clientelistas que alteram seu perfil através da inibição do concurso público e contratações sem consideração aos aspectos técnicos e profissionais, além da alta concentração de pessoal em áreas desnecessárias e carência em setores essenciais (21).

A paradoxal presença do Estado brasileiro, ampla e concentrada de poderes, ao mesmo tempo insuficiente e inoperante, inviabiliza as tentativas de reformas para racionalizar a máquina pública. Segundo E. Diniz e R. Boschi,

".... o êxito da reforma esbarra na contradição entre o diagnóstico da crise do Estado, consensualmente definida em termos de prevalência de práticas clientelistas que comprometem a eficácia do governo e sua capacidade de implementar medidas coerentes com aquele diagnóstico." (22)

CONTEXTO INTERNACIONAL

As conseqüências endógenas desse paradoxo, a crise do Estado, coincidem com um contexto internacional marcado pelo surto neoliberal que fora adotado por países ocidentais durante a década de oitenta, período no qual o contrato keynesiano entrara em colapso total. Esse cenário atinge um de seus pontos mais altos em 1989 quando da débacle dos Estados do leste europeu, acontecimento divulgado exaustivamente pela "nova direita" (23) neoliberal em tons maniqueístas: o capitalismo teria

55 de p. etc. [illegible] [illegible]

vencido seu último obstáculo; uma concepção de Estado interventor desaparecera.

2 - Enunciados Gerais

As apreensões que os candidatos à Presidência da República fazem da crise estatal passam antes pelo entendimento de enunciados gerais relativos a dimensões mais amplas que conferem significados à questão do Estado. Há, pelo menos, três grandes e genéricas percepções sobre o funcionamento do Estado na sociedade moderna, presentes em cena discursiva da campanha presidencial, que precedem e auxiliam na construção do discurso do Estado em crise: 1) o debate a respeito das formas de Estado; 2) as razões e as alternativas à crise do Estado explicadas a partir do embate entre o discurso do Estado interventor e do discurso do Estado neoliberal; e 3) os modos como as estruturas de poder do Estado são percebidas e incorporadas aos discursos dos candidatos. É importante frisar que estes três pontos não aparecem isolados, mas articulados entre si, ou ainda com outras questões, sendo a divisão apenas um recurso analítico.

1) O debate sobre as formas de Estado giraram em torno de quatro definições clássicas: o autoritarismo/totalitarismo, o liberalismo e a democracia.

Todos os candidatos são unânimes em condenar com acepções negativas os Estados autoritários e totalitários, associando aos primeiros as ditaduras militares no Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai e Chile (apesar de nesse, a direita, às vezes, ressaltar o "sucesso" econômico, se comparado aos demais), eventualmente Portugal e Espanha (e como transitaram para a democracia). Os segundos trazem à tona as experiências históricas do nazi-fascismo e dos países socialistas. É dado um grande destaque à derrocada do leste europeu e ao isolamento da Cuba de Fidel e da Nicarágua na América Latina. Mesmo os candidatos que se identificam com o socialismo não evitam o debate, mas fazem questão de ressalvar o surgimento de mudanças estruturais naqueles países, principalmente do processo democrático em moldes ocidentais. Houve, conseqüentemente, a tentativa desses candidatos em romper a equivalência praticamente naturalizada na tradição política brasileira de totalitarismo igual a comunismo.

Com relação aos Estados de orientação liberal houve uma forte tendência à polarização: de um lado, os que colocam liberalismo e democracia como sinônimos em um regime político positivo, onde um pressupõe a presença do outro, ou seja, a equivalência Estado liberal igual a

Estado democrático é significada como essencial no discurso; de outro, os que consideram a democracia como elemento positivo, mas rejeitam o liberalismo e não o associam, essencialmente, ao projeto de um Estado democrático e reivindicam a intervenção estatal na economia. Em princípio, pode-se associar os candidatos de direita à primeira concepção e os candidatos de esquerda à segunda. O centro tergiversa entre as duas posturas, sem se definir claramente, em que pese não ser raro, em alguns momentos, flutuações entre as três perspectivas dependendo do tema em discussão. Por exemplo: todos são a favor da responsabilidade do Estado no campo da saúde pública; todos deixam, de um modo ou de outro, em aberto a possibilidade de futuras desestatizações.

De concreto, há uma condenação generalizada à permanência de Estados que não os democráticos. A consolidação democrática é uma reivindicação uniforme, o que não implica, necessariamente, por parte dos candidatos, em um discurso democrático, muito menos na garantia de um Estado democrático, uma vez que o conceito de democracia engendra diferentes significados, viabilizando discursos que, por um lado, afirmam valores democráticos e ao mesmo tempo estimulam a passividade do cidadão (Collor, Afif, Maluf e Brizola), ou discursos onde é difícil perceber planos de governo que caracterizam um Estado com algum

objetivo, quanto mais democrático (os maiores exemplos são Collor e Maluf).

2) As razões e alternativas à crise do Estado explicadas a partir do embate entre o discurso do Estado interventor e do discurso do Estado neoliberal caracterizam uma das mais fortes polêmicas produzidas na campanha presidencial. De modo geral, um discurso cria significados com base no antagonismo ao outro. Assim, os candidatos situados mais à esquerda tendem a identificar em seu discurso do Estado em crise o domínio desse por parte de grupos particulares - "as classes dominantes e/ou dirigentes" - em detrimento da maioria da população. Para suprir esta distorção, propõem um Estado cujas formas de atuação interfiram nos processos sócio-econômicos, com o objetivo de gerar uma distribuição de renda equânime. Isto implica, de acordo com o argumento desenvolvido por este grupo, em romper os contratos patrimonialistas mantidos pela máquina pública.

Os candidatos que divergem desta postura posicionam-se, normalmente, do centro à direita, tendem a ressaltar os temas da reforma do Estado e da sua minimização através de um enxugamento do setor público e da conseqüente liberalização do mercado às forças "naturais".

Em ambas as posições, embora com projetos e diagnósticos diversos, encontra-se a sentença que

responsabiliza o Estado pelo fracasso da política-econômica e pela ineficiência das políticas. O grupo neoliberal, por considerar que houve excesso de expansão do Estado na esfera econômica e inseqüência na gestão do setor social. O grupo não liberal, por avaliar essa intervenção, até certo ponto como realmente desmesurada, na medida em que a ampliação da atividade estatal esteve relacionada, em muitos casos, à satisfação de setores da elite política e econômica do País. Ainda segundo o grupo não liberal, devido a esta ação política, o Estado ativista dos militares à Nova República foi incapaz de consolidar uma estrutura que mantivesse em pleno funcionamento um sistema que reconvertisse continuamente as demandas elementares da maior parte da população, como atesta a situação dos serviços de saúde e educação pública, dos quais a parcela majoritária da população é dependente.

3) Os modos como as estruturas de poder do Estado são percebidas e incorporadas ao discurso dos candidatos podem ser sintetizados em quatro grandes cadeias de enunciados:

a) O Estado oprime os trabalhadores e/ou os pobres. Este enunciado estabelece antagonismos diretos entre o Estado e determinados grupos sociais: o Estado *versus* os trabalhadores, condensando todos os assalariados, é um enunciado típico de Lula e Freire; o Estado *versus* os pobres, uma premissa geral de Collor; e o Estado *versus* os

trabalhadores pobres, é uma ênfase de Brizola. A generalidade destes enunciados habilitam os candidatos a falarem em nome de um suposto pólo dominado da sociedade, onde se encontram a imensa maioria dos eleitores/espectadores que se quer interpelar.

b) O Estado e sua "gigantesca" burocracia oprime a pobres e ricos. Este enunciado afirma que o Estado além do poder inerente a sua situação na sociedade mantém, a sua revelia muitas vezes, poderes paralelos nos órgãos burocráticos, que trazem prejuízos a pobres e ricos, enunciados no discurso através da expressão "desprivilegiados". Ambos têm dificuldades de acesso ao poder. Os pobres pela histórica posição de fragilidade e passividade diante do poder público (que é subliminarmente estimulada pelos candidatos que preferem esse discurso). Os ricos com a agravante de serem contribuintes submetidos a uma alta carga tributária que pouco podem desfrutar da inversão que deveria ser produzida pelos impostos recolhidos pela máquina pública. O argumento justifica o chamamento ao presidente firme, forte o suficiente para reconcentrar o poder em suas mãos e resolver a crise: é a clara construção da figura do "salvador"; construções características de Collor e Maluf.

c) O Estado privilegia o poder econômico, via poder político, sedimentado por uma ideologia de classe: capitalista liberal. Este enunciado toma o Estado enquanto

instituição classista a serviço do poder econômico, cuja missão central seria a de garantir e manter a reprodução do sistema capitalista. Para justificá-lo, os candidatos articuladores desse discurso, notadamente os representantes da direita, apropriam-se da ideologia neoliberal e a veiculam como uma "nova" visão do mundo, que corresponderia aos anseios de todos, apresentada como o que há de mais moderno em termos de política mundial. Lula, Freire e, eventualmente, Brizola são os enunciadores preferenciais desta posição.

d) O Estado privilegia setores particulares do poder econômico, via poder político difuso nas suas redes burocráticas, gerando um capitalismo "selvagem". Este discurso indica as dissensões no bloco de poder. O Estado é apontado como agente beneficiador de alguns grupos econômicos e não de outros, que são colocados à margem dos privilégios. O Estados e seus acólitos agem através do poder disseminado em sua imensa burocracia, cuja prática política clientelista produz uma versão de capitalismo atrasado, anacrônico, inconseqüente e opressor: uma verdadeira "selvageria". Estes pressupostos diluem-se nos pronunciamentos de Collor, Afif, Covas, Ulysses ou mesmo Brizola, que em troca propõem um capitalismo de caráter "social". Freire e Lula concordam com a noção de "selvageria", entretanto discordam dos projetos dos demais candidatos, que seriam insuficientes para superar esta fase

da "barbárie". Para ambos, apenas com uma mudança estrutural na sociedade, presente em seus planos de orientação socialista, ultrapassaria-se esta etapa.

Estas formas de apreensão revelam uma máquina pública privatizada por determinados grupos - políticos profissionais, burocratas e setor privado - que dela usufruem alijando a maior parte dos cidadãos de necessidades e direitos constitucionais, cuja conseqüência é uma crise generalizada na qual os serviços do Estado submergiram. Todos os candidatos utilizam esta fórmula: a esquerda definindo nomes e privilégios; o centro e a direita afirmando que eles existem.

Tem-se, assim, o Estado ora como detentor do monopólio da coerção física "ilegítima" (parafraseando Weber), ora como o representante de uma classe, grupos econômicos (seguindo a clássica lógica do *Manifesto* de Marx e Engels). Em suma, para o discurso presidencial, independente de ser de direita, centro ou esquerda, o Estado constitui-se no pólo dominante da sociedade.

A exposição desta apreensão genérica que os candidatos fazem da atuação concreta da máquina pública permite-lhes falar da crise do Estado. Estas posições são produzidas a partir de uma relação de contrariedade, na qual é feita uma severa crítica ao Estado, mas ao Estado em crise - situação cuja reversibilidade é teoricamente

54-1-12

possível -, o que requer a manutenção de suas estruturas básicas em moldes diferentes do anterior. Em síntese, redefinido, seja para diminuí-lo, estabilizá-lo ou mesmo para aumentá-lo.

Outra questão que merece ser destacada é o grau de atualidade da crise do Estado, que está na dependência da posição política e estratégica de cada candidato. Para os neoliberais, normalmente, o tempo histórico da crise limita-se à Nova República; para os demais, há uma "longa duração" cuja fronteira retrocede, no mínimo, à implantação do regime militar.

Em resumo, é a partir das concepções gerais relativas às funções e posições que o Estado deve exercer e ocupar na sociedade atual que se constroem as perspectivas de superação da crise do Estado brasileiro, e, por fim, das dificuldades do próprio país, pois a percepção da crise nacional converge, cristaliza-se e reflete-se no Estado, na sua política e seus serviços, em seus representantes e naqueles que de alguma maneira com ele se relacionam. Aspásia Camargo esclarece uma situação com este perfil, ao analisar o período de transição à Nova República:

".... se criaram inúmeros pontos de intersecção e justaposição entre crises diversas que eclodem nos planos econômico, social e institucional e que revertem para um núcleo central básico: o Estado, palco de manifestação e de irradiação de todas as crises." (24)

Ao longo da campanha presidencial, as crises congregadas no limite da atividade estatal adquirem a condição de objetos visíveis para o eleitor/espectador. A estratégia dos candidatos é espetacularizar a crise do Estado, na expectativa de angariar para si as simpatias daqueles cujos esquemas de percepções incorporam a presença e a necessidade de um Estado eficiente - a maior parte da população.

De modo geral, observa-se nos oito candidatos a tendência de afirmar a existência da crise dos poderes públicos, em denunciá-la, maximizá-la, caricaturalizá-la, fazê-la encenação. É o manejo discursivo do "tráfico de esperanças" (25), que demonstra o uso da crise, por parte dos candidatos, como fonte de emissão das construções de expectativas direcionadas a um receptor cuja imagem lhe revela uma condição próxima a que Jorge Luis Borges dizia ser a dos argentinos, em determinado momento: "somos indivíduos, mas não como cidadãos" (26).

O clima desfavorável à cidadania possibilita a emergência de discursos onde a noção de cidadão estimulada, na maior parte das vezes, é rarefeita, volátil, de maneira tal que os cidadãos não se visualizem como agentes ativos, mas, antes, passivos sofrendores na crise e que, impotentes para resolvê-la, identifiquem no candidato o possível solucionador, o salvador: aquele que conhece as alternativas à crise.

Esta condição, longe de ser surpreendente, caracteriza-se por termos no país, "uma massa de indivíduos econômica e socialmente carente e politicamente à margem, vivendo em condições de subcidadania" (27).

A "subcidadania" pode ser mensurada por indicadores sociais expressos nos índices divulgados pelo IBGE, em 1989, para traçar o perfil dos 82.057.718 eleitores brasileiros: a distribuição de renda revela que 20% dos mais ricos detinham 67% da riqueza nacional, enquanto aos 40% dos mais pobres restavam apenas 7% dessa riqueza; a renda mensal do eleitor era de aproximadamente 38 dólares mensais, sendo que 52% recebiam até um salário mínimo por mês, 21% ganhavam entre um e dois salários mínimos e 23% mais de dois salários mínimos; além disso, 27% dos eleitores eram analfabetos, 17% tinham o primário completo e 4% eram portadores de diplomas universitários.

Não é sem razão, portanto, que Bolívar Lamounier diz que "é inegável que um terço ou mais dos quase 83 milhões de eleitores apenas começavam a adquirir a fisionomia de cidadãos autônomos" (28).

O discurso do Estado em crise, reafirmado sistematicamente, engendra a expectativa de a crise ser amenizada, senão resolvida, com a eleição do novo Presidente da República e, com efeito, de que a posição de

"subcidadão" será revertida a partir das mudanças ao nível da própria máquina pública.

Os potenciais cidadãos vêem-se diante de uma situação dramática onde lhes é insinuado que pouco podem fazer para transformar suas condições de vida; a não ser votar (29). De certa forma, ao depositar o voto na urna o eleitor estaria marcando, na visão do candidato, o início do embate contra este aviltamento veiculado à exaustão, contra os princípios que impediam uma plena condição de cidadania e que constantemente o ameaçavam de existir. A desestruturação dos serviços públicos básicos e as instabilidades crônicas das políticas econômicas são exemplos destes princípios, sendo as propostas de reordenamento do Estado o marco definidor de novos rumos norteadores para os cidadãos-eleitores.

Os candidatos tendem, assim, a se aproximarem do argumento segundo o qual "a luta pela cidadania tem sido a luta contra a rejeição e contra as desigualdades que a rejeição produz" (30).

No entanto, é apenas uma tendência. Na verdade, as formas como estas limitações impostas aos brasileiros são incorporadas no discurso dos candidatos à Presidência da República têm antes por objetivo mostrar as desigualdades, do que propor alternativas concretas para reduzi-las. Em resumo, poder-se-ia dizer que, para os neoliberais, as

soluções passam pela implantação do Estado mínimo; e, para os não-liberais, pela maior intervenção do Estado no sentido de dirimir as diferenças sociais. As flutuações destas posições - as aproximações e os afastamentos - é o que se pretende analisar nos próximos capítulos.

NOTAS

- (1) O Estado burocrático autoritário (BA) está aqui sendo entendido segundo a definição de Guilherme O'Donnell: "As instituições do estado BA costumam se apresentar com um poder monolítico e imponente, cujo discurso celebra a superior racionalidade que deve impor a uma nação à qual resgata da sua mais profunda crise. Essas instituições se apresentam também como uma autotransformação, como consequência da avaliação, desapaixonada e técnica, dos progressos que vão conseguindo na sua magna tarefa de resgatar uma nação doente. Mas este lado hierático e o seu tom majestoso são sinais de um estado sujeito a tensões - contradições, dilemas e riscos -, mas que mostram as extraordinárias dificuldades de consolidar uma dominação que não pode deixar de ter em evidência o seu fundamento coercitivo, nem a sua sustentação por setores muito mais tacanhos que a nação que evoca. Esta dominação é tão severa porque os fundamentos implicam a renúncia antecipada à sua própria legitimação. Ela é o resultado de uma imensa derrota do setor popular e seus aliados, imposta ao altíssimo preço - indicação do muito que esteve em jogo e se tentou salvar com a implantação daquele estado - de suprimir as suas possibilidades de legitimação."

(O'DONNELL, G. *Contrapontos: autoritarismo e democratização*. São Paulo: Vértice, 1986. p. 16).

- (2) Segundo Sérgio Abranches, este fato ocorre desde 1930: "Desde o início, o processo de desenvolvimento nacional faz-se na dependência de crescente intervenção do Estado. O setor público garantiu as condições para o desenvolvimento econômico nacional, mediante o uso de sua capacidade técnica, evidenciada na formulação de programas de desenvolvimento bem-sucedidos, desde a Revolução de 30 e, particularmente, no pós-guerra. Foi capaz de reduzir significativamente os custos da acumulação de capital, com o recurso a subsídios e incentivos, que asseguraram a formação de segmentos essenciais do setor empresarial privado. Protegeu setores nascentes da economia e, posteriormente, praticamente toda a indústria nacional, das pressões competitivas externas com a concessão de proteções legais e institucionais, especialmente pela constituição de reservas de mercado, pela imposição de barreiras institucionais à entrada e pela administração das relações no interior dos oligopólios, mediante a intervenção de órgãos públicos como, no período mais recente, o Conselho Interministerial de Preços, a Cacex e o Conselho de Desenvolvimento Industrial, entre outros (...) Garantiu, ainda, preços e tarifas,

freqüentemente subsidiados, além de prover inúmeras vantagens a fundo perdido (...) Todas essas ações se fizeram, quase sempre, em proveito dos setores empresariais." (ABRANCHES, S. O Estado. In: JAGUARIBE, H., op. cit., p. 131-2).

- (3) Sobre este ponto ver DINIZ, E.; BOSCHI, R. A consolidação democrática no Brasil: atores políticos, processos sociais e intermediação de interesses. In: DINIZ, E.; BOSCHI, R.; LESSA, R. *Modernização e consolidação democrática no Brasil: dilemas da Nova República*. São Paulo: Vértice, 1989. p. 55-6. Abranches lembra que "o crescimento da intervenção do Estado, nesse contexto, determinou uma trajetória contraditória e explosiva para o gasto público (...) Novas fontes de gasto, sistemas de incentivos, subsídios, novos órgãos, fundações e empresas foram se superpondo, comprometendo a racionalidade da ação do Estado, produzindo duplicação e justaposição de competências, aumentando desordenadamente os quadros públicos" (op. cit., p. 132).
- (4) MARTINS, L. *O estado capitalista e burocracia no Brasil pós-64*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p. 192-3.
- (5) DINIZ, E.; BOSCHI, R., op. cit., p. 58.
- (6) ABRANCHES, S., op. cit., p. 133.

- (7) Idem, p. 130.
- (8) Ibidem.
- (9) Segundo Aspásia Camargo, "exemplo de novas modalidades de clientelismo encontram-se na proliferação de firmas e consultorias de repasse de verbas para garantir o acesso à aprovação de projetos dependentes de recursos e financiamentos do Estado." (In: As dimensões da crise. Apud CAMARGO, A.; DINIZ, E. (orgs.) *Continuidade e mudança no Brasil da Nova República*. São Paulo: Vértice, 1989. p. 31).
- (10) DINIZ, E.; BOSCHI, R., op. cit., p. 57.
- (11) PINTO, C.R.J., op. cit., 1989a, p. 173-4. Quanto ao PMDB, prossegue a autora, "desconfiado na primeira hora, sem discurso já nas primeiras semanas, foi o grande vitorioso das eleições, porque passa a fazer coro ao presidente. A vitória do PMDB, entretanto, não foi a vitória do partido, foi antes de tudo a vitória do Plano Cruzado de José Sarney." (idem, p. 175). As razões eminentemente políticas para o fracasso do plano são, segundo Bolívar Lamounier, "facilmente perceptíveis: 1) a debilidade partidária do país, o caráter heterogêneo da coalizão governante e o encaminhamento provavelmente equivocado da agenda (...) haviam feito da popularidade presidencial o único elemento realmente decisivo de aglutinação das

forças políticas; 2) as eleições programadas para novembro de 1986 (...); 3) uma disputa dessa magnitude teria como complicador adicional o fato de contrapor a coalizão dominante, outra vez em processo de desgaste, a adversários do porte de Leonel Brizola, o Partido dos Trabalhadores e até mesmo Paulo Maluf (...); 4) o Congresso Constitucional (...) não trabalharia com base em um consenso previamente formulado, mas sim a partir de zero, cabendo-lhe inclusive deliberar sobre o mandato presidencial em curso (...) Menos de uma semana após a votação, o governo anunciava o chamado Cruzado II, um conjunto de medidas que, em bom português, equivaliam à suspensão do congelamento. Era o começo do fim da popularidade do presidente e um sério golpe assestado contra a imagem de 'partido das mudanças' historicamente cultivada pelo PMDB." (op. cit., 1989, p. 51-3). Por outro lado, de acordo com Maria do Carmo Campello de Souza, "a condução política desse processo certamente marcou de modo negativo aos olhos da população a credibilidade do processo eleitoral, isto é, a 'ilusão de escolha' através do voto." (SOUZA, M.C.C. *A Nova República brasileira: sob a espada de Dâmocles*. In: STEPAN, A. *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 581).

- (12) "A prática cartorial ampliou-se a níveis intoleráveis, atingindo inclusive os setores mais modernos do Estado. A SEPLAN, (...) a Vale do Rio Doce e o BDNES, têm sido ameaçados de destino idêntico." (CAMARGO, A., op. cit., p. 30-1).
- (13) DINIZ, E.; BOSCHI, R., op. cit., p. 57.
- (14) Em fevereiro de 1989 a Câmara Federal rejeitou a Medida Provisória nº 26, que propunha a privatização de empresas estatais e derrubou, por decurso de prazo, a Medida Provisória nº 29, que previa a extinção de cinco Ministérios.
- (15) "A burocracia pública vive em crise crônica desde os anos 60." (ABRANCHES, S., op. cit., p. 138).
- (16) CAMARGO, A., op. cit., p. 31.
- (17) Idem, p. 32. Segundo pesquisa recente de Wanderley Guilherme dos Santos, "o padrão brasileiro liga-o à família de países cujos gastos ordenam-se, decrescentemente, em sociais, de administração, econômicos e defesa." (SANTOS, W.G. Mitologias institucionais brasileiras: do Leviatã paralítico ao Estado de natureza. In: *Revista da USP-Estudos Avançados*, São Paulo, v. 7, n. 17, p. 103, 1993.
- (18) Ruth C. L. Cardoso ao analisar pesquisa publicada na Folha de São Paulo em 28 de novembro de 1989 (CEDEC-

Data Folha) constata a baixa credibilidade dos políticos: "apenas um pequeno número de eleitores, que varia entre 12% e 8% dos que responderam a estas questões, acredita no espírito público dos políticos." (CARDOSO, R.C.L. Participação política e democracia. In: *Novos Estudos-Cebrap*, São Paulo, n.º 26, p. 19, março 1990. Dossiê Eleições Presidenciais).

- (19) JAGUARIBE, H. O sistema público brasileiro. In: JAGUARIBE, H., op. cit., p. 208-9.
- (20) SANTOS, W.G., op. cit., p. 102-3.
- (21) "Mas o problema do emprego público não se limita ao fato de o Estado estar desassistido de recursos humanos para desempenho eficaz em áreas de sua responsabilidade, enquanto há excesso de pessoal em funções subalternas ou supérfluas. A má distribuição do funcionalismo torna-se mais patente quando se penetra na intimidade das agências públicas. Tome-se a relação entre operadores ou pessoal ocupado em atividades-fins e administradores; as Ceasas, por exemplo, na área do abastecimento. Enquanto a do Rio de Janeiro emprega nove operadores por cada burocrata e a do Espírito Santo sete por um, a Ceasa do Pará emprega três burocratas por cada dois operadores e a do Maranhão um por cada operador final. Na área das

telecomunicações encontramos a Tele-Paraná ocupando um administrador por cada seis operadores, ao passo que a Tele-Pernambuco emprega quatro burocratas por operador. Na siderurgia verifica-se a Usiminas empregando oito operadores por administrador, enquanto a Usina Siderúrgica da Bahia ocupa praticamente um burocrata por cada operador. E assim por diante, segundo o Cadastro das Empresas Estatais." (SANTOS, W.G., op. cit., p. 103-4). Ver também CAMARGO, A., op. cit., p. 33-4, nota 9, p. 109.

- (22) DINIZ, E.; BOSCHI, R., op. cit., p. 59. Sobre este assunto José Luis Fiori afirma que: "diante da crise atual do Estado, nossa elite comporta-se como Dorian Grey frente ao seu próprio retrato: propõe liquidar o estatismo, o empreguismo, o cartorialismo e a corrupção, sem querer reconhecer que estas 'obsessões' são suas ou nasceram de sua peculiar relação com o Estado, mantida durante as longas décadas do desenvolvimento." (FIORI, J.L., op. cit., p. 146).
- (23) Definição de BOSANQUET, N. *After the new night*. Heinemann, 1983, p. 1. Apud PEREIRA, L.C.B. Uma abordagem pragmática para a intervenção do Estado. In: PEREIRA, L.C.B. *A crise do Estado: ensaios sobre a economia brasileira*. São Paulo: Nobel, 1992. p.

131. Sobre a falência do "welfare state" keynesiano ver OFFE, C. A democracia partidária competitiva e o welfare state keynesiano: fatores de estabilidade e desorganização. In: OFFE, C. *Problemas estruturais do estado capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. p. 372-82.

- (24) CAMARGO, A., op. cit., p. 28. Segundo Eli Diniz, "Depois de um longo processo de transição, o novo regime não conseguiu realizar-se e a Nova República sofreu um rápido processo de desgaste, ao perder neste percurso seu ímpeto inovador. As reformas esperadas não vieram e o governo revelou-se incapaz de administrar a crise. O clima geral de deterioração da atividade política traduziu-se pelo retorno ao estilo patrimonialista nas relações entre o Executivo e a arena partidária, instaurando a indistinção entre o público e o privado e comprometendo a gestão dos negócios públicos ao subordiná-los ao jogo dos interesses dos que detêm eventualmente o poder. Configurou-se, portanto, uma crise do Estado, caracterizada pela simbiose clientelista entre o governo e os partidos dominantes. A generalização das práticas clientelistas afetou drasticamente o nível de competência e de responsabilidade do setor público. O Estado revela-se incapaz de programar e implementar políticas a curto e longo prazo, gerando

uma situação de paralisia, que contrasta dramaticamente com a urgência dos problemas com que o país se defronta." (DINIZ, E., op. cit., p. 105).

(25) Na feliz expressão título do artigo de José A. Gianotti, op. cit.

(26) Citado no mesmo sentido por ABRANCHES, S., op. cit., p. 119.

(27) CAMARGO, A., op. cit., p. 27.

(28) LAMOUNIER, B., op. cit., 1989, p. 129.

(29) Fato que nas condições em que se realizam as eleições presidenciais brasileiras está longe de ser descartável, pois, como lembra Bobbio, um dos aspectos importantes do processo de valorização e educação para a cidadania é "aquele que surgiria no próprio exercício da prática democrática." (In: BOBBIO, N. *O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 31).

(30) BARBALET, J.M. *A cidadania*. Lisboa: Estampa, 1989. p. 73.

CAPÍTULO III - O CIDADÃO VIVENCIANDO

A CRISE DO ESTADO: OS SERVIÇOS PÚBLICOS

Os graves problemas pelos quais passavam os serviços públicos no Brasil revelavam uma das formas mais visíveis de manifestação da crise do Estado. Destacam-se como pontos frágeis a difícil situação dos sistemas de saúde pública, previdência social e do sistema educacional, que se constituem em locais onde a parcela majoritária da população vivencia a crise, pois esses sistemas são vitais à manutenção e ao desenvolvimento da sociedade.

Durante a campanha presidencial, a precária prestação desses serviços públicos tornou-se tema privilegiado nos discursos dos candidatos. Os pronunciamentos visavam expor ao eleitor/espectador o descaso e a incompetência do Estado diante de necessidades básicas e elementares à plena formação da cidadania. O discurso é construído de maneira a enfatizar o dramático cotidiano a que estão submetidos os cidadãos, que são chamados a verem-se representados na tela como sujeitos passivos perante a ineficácia dos serviços públicos. Aos candidatos, além da ênfase à denúncia, cabe também a apresentação de propostas que apontem para a reversão da

crise. Tais medidas, entretanto, nem sempre obtiveram o mesmo grau de clareza com que a própria crise foi por eles exposta.

Neste sentido, para que a operacionalização da análise dos pronunciamentos referentes à crise dos serviços públicos situe-se em uma conjuntura mais ampla é necessário um histórico, ainda que breve, do processo que culmina especificamente nas crises da saúde pública, previdência social e educação. Este desenvolvimento histórico, aliado ao contexto da campanha, é importante porque através dele torna-se possível estabelecer os limites e formas de apreensão que os candidatos fazem da crise dos serviços públicos. Após esta introdução o capítulo subdivide-se em duas partes: uma relativa aos pronunciamentos sobre o sistema de saúde pública e previdência social; outra em que são analisados os pronunciamentos sobre o sistema educacional.

No caso dos serviços de saúde pública e previdência social pode-se afirmar que a partir de 1970 instituiu-se no País um novo sistema médico-assistencial assentado em três pilares básicos:

"Em primeiro lugar, sobre a ampliação do campo de ação das instituições do Estado, de modo a assegurar a preeminência de agentes privados e, como consequência, a tecnificação do ato médico, a constituição de empresas com fins lucrativos e o assalariamento em larga escala dos profissionais da medicina. Em segundo

lugar, sobre o aumento dos recursos financeiros do Estado, através das contribuições à previdência social e do aumento da cobertura. Finalmente, em terceiro lugar, sobre o crescimento do papel mobilizador e centralização de recursos financeiros do Estado." (1)

O argumento daqueles que comandavam o Estado era de que a assistência médica da previdência social criava, pelo menos teoricamente, a igualdade social, pois os segurados teriam os mesmos direitos em termos de quantidade e qualidade do atendimento médico. Supunha-se, também, que os grupos menos privilegiados da população, a maior parte, recorreriam com mais intensidade ao serviço público do que os grupos de renda média e superior. Nessa versão, o Estado é um agente redistributivo que através da assistência médica transfere renda dos grupos mais ricos para os mais pobres. Conseqüentemente, sugere-se que aqueles têm uma vida mais saudável que estes, o que é rigorosamente verdadeiro; mas a não utilização dos serviços pelos mais abastados deve-se antes à qualidade inferior dos trabalhos oferecidos pelo Estado, se comparado aos prestados pela iniciativa privada.

Existem outros problemas sérios nesse argumento oficial, tais como a discrepância entre os serviços prestados em uma região e/ou Estado, sendo que em muitas delas inexistem os órgãos responsáveis pela saúde pública. O resultado dessa situação é o fato de que as populações que vivem em áreas periféricas, em relação aos grandes

centros urbanos, têm mais dificuldades de acesso aos serviços. Na maior parte das vezes, são obrigadas a dispensarem partes consideráveis de suas rendas para poderem usufruir do sistema.

Esta situação é, em termos médicos, resultado da tendência de os governos concentrarem os investimentos para o setor em uma medicina curativa e não preventiva, cujo produto - o aumento das enfermidades - faz com que o Estado cada vez mais se apóie e invista no setor privado, através de fundos provenientes do sistema previdenciário.

Outro aspecto relevante relativo à fragilidade do sistema é o modo como o Estado administra as verbas arrecadadas para o setor, que são utilizadas para cobrir o déficit público. Estas premissas mantiveram-se em estado crescente de degenerescência acentuando o apetite fiscal da máquina pública, que sistematicamente reforça a arrecadação sobre as classes trabalhadoras e não retribui com um serviço proporcional.

Enfim, a nova Constituição estabelece um conjunto de medidas que têm por proposição central a definição de que "a saúde é um direito de todos e um dever do Estado". Criam-se, a partir disto, as diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS) que visa: descentralizar o atendimento médico, "com direção única de cada esfera de governo; torná-lo integral", com prioridade para as atividades preventivas

sem prejuízo dos serviços assistenciais, e sem abrir mão da participação da comunidade (2).

Os dispositivos constitucionais não foram convertidos em prática no último ano do governo Sarney, cujo resultado em termos de saúde pública e previdência social não difere da síntese histórica traçada. Na verdade, houve uma maximização do descompromisso do Estado com as políticas públicas no setor (3). Com efeito, a proposta mais comum entre os candidatos à Presidência é a implantação do SUS, que se constituía em um projeto pronto e com amparo legal.

Não menos crítico é o quadro do sistema educacional. Desde a instauração do regime militar em 1964, a ênfase da política do Estado para o setor foi a de investir no ensino profissionalizante em nível secundário, desviando os jovens prematuramente rumo ao mercado de trabalho. Além disto, houve um aumento na oferta de vagas nos cursos superiores.

O Estado, para permitir um aumento generalizado de vagas sem muitas inversões de capital, opta pelo incremento à difusão da rede privada de ensino em todos os níveis. Assim,

".... o setor privado satisfaz tanto os interesses do Estado quanto dos candidatos rejeitados pela rede oficial. Explorando a motivação educacional e as aspirações de ascensão social de vastos grupos da

população, os estabelecimentos privados começaram a fazer do ensino um negócio." (4)

Na realidade, um negócio cuja rentabilidade está estreitamente ligada às relações entre o poder público e o setor privado. Este relacionamento vem sendo marcado na última década nos ensinos fundamental e secundário pelo fato de o setor privado absorver a clientela mais rica e menos numerosa da população, que encontra nesses estabelecimentos melhores condições de estudo, situação estimulada muitas vezes por subsídios do próprio setor público. Enquanto isto, a escola pública sofre com o abandono do Estado e vive com precárias condições materiais e de recursos humanos, dificultando o atendimento que dá à parcela mais pobre e numerosa da população. No nível universitário, o caminho é o inverso: a maioria daqueles que tiveram condições de freqüentar escolas particulares ingressam majoritariamente na universidade pública, gratuita e qualitativamente superior em termos de ensino e pesquisa, cabendo à universidade privada a absorção dos excedentes que não conseguem ingressar na universidade pública.

Evidente que este círculo perverso é aberto a exceções e não chega a constituir-se em instituições de castas. O mais importante é destacar que poucos são os que conseguem acesso aos estudos. Na prática, tem-se um desestímulo à educação, uma vez que devido à crise sócio-

econômica crônica, a população em idade escolar é colocada entre a opção do estudo ou do trabalho, decidindo-se na maior parte das vezes pelo segundo. As taxas de escolaridade permanecem, conseqüentemente, em níveis sofríveis, com um alto índice de analfabetos (em torno de 27%) e um baixo índice de formação universitária (em torno de 4%) (5).

A crise do sistema educacional e seu produto correlato, a exclusão social, criam sérios prejuízos à condição de cidadão, decorrendo deste fato a necessidade de os candidatos indicarem soluções que evitem um colapso total dos serviços. Entretanto, diferentemente da questão da saúde, não há, por um lado, nenhum plano comum previamente definido que pelo menos norteasse o encaminhamento de projetos e, por outro, há a forte presença da iniciativa privada no setor, o que contribui para a enunciação de discursos tipo neoliberal.

Logo, nas questões educacionais, os candidatos pautam suas posturas ora na defesa e reciclagem da escola pública, como fazem os representantes da esquerda, sem necessariamente se oporem ao setor privado, ora contemporizando com ambos os setores como os de centro e direita. Há ainda uma terceira posição, esta comum a todos - que não podia estar ausente -, que é aquela que salienta a profunda injustiça do sistema.

De modo geral, deve-se ter presente que os discursos sobre estes serviços públicos são insistentemente explorados porque têm em seus conteúdos-significados um forte poder de interpelação junto a maior parte do eleitorado, cuja dependência desses órgãos é praticamente total. Pode-se dizer, invertendo-se a fórmula de Pierre Bourdieu, que "são discursos 'com' referentes na experiência do cidadão comum" (6).

Finalmente, a análise particular de cada um desses sistemas revela as formas específicas de como partes visíveis do Estado - o hospital público, a escola pública - adquiriram significados no discurso dos candidatos, que para tanto tiveram que considerar as expectativas decorrentes do mundo das percepções ao qual os eleitores/espectadores inseriam-se. Um local onde se deve esperar a superação da crise estatal, na medida em que os serviços do setor privado parecem ser inacessíveis.

1 - O Sistema de Saúde Pública e Previdência Social: a agonia do cidadão

Os discursos dos candidatos à Presidência da República trataram das questões referentes ao sistema de saúde pública e previdência social mediante a veiculação de

um conjunto articulado de textos e imagens, cujos locais de enunciação, normalmente, eram representativos da crise desses mesmos serviços.

Estes lugares, comuns a maioria dos candidatos, tinham como característica a presença de dois interlocutores plenamente identificáveis: o povo que reclama e o candidato que denuncia (7).

Definem-se, através desses discursos, contornos de esgotamento e mesmo irreversibilidade do sistema que "todos sabem" é vital para o País: por isso "todos", uns mais outros menos, falam a seu respeito; não há silêncio sobre o tema. A regra é a construção de imagens e pronunciamentos onde predominem divulgações sobre a inoperância dos serviços públicos, destacando-se as conseqüências lesivas ao conjunto da população que de fato depende desses órgãos. Acrescente-se à regra a inevitável crítica à previdência social acusada constantemente de não cumprimento de suas obrigações constitucionais de amparo ao doente e de destinar poucos recursos ao pagamento de aposentados e pensionistas. Segundo a versão mais corrente entre os candidatos, isto ocorre porque o governo utiliza as verbas arrecadadas dos contribuintes para cobrir o déficit público do Estado.

Assim, a crise é levada ao extremo ao se veicularem discursos, imagens e textos, cuja tarefa primordial é a

demonstração de um cotidiano sofrível. Neste preponderam cenas que contam, que reproduzem, histórias de vida sobre as desventuras de pessoas enfermas, todos desesperançados, alguns revoltados, outros passivos, diante das dificuldades para conseguirem atendimento em postos de saúde e hospitais. O quadro agrava-se quando o sujeito é aposentado ou pensionista da previdência social, coincidência por demais freqüente. Esses discursos têm também por característica o tom emocional dos agentes envolvidos no relato: desde os que participam ativamente como protagonistas até a voz em *off*.

Outro ponto a se destacar na estratégia dos candidatos são as formas como as políticas governamentais e a estrutura estatal (os locais: postos de saúde, hospitais públicos e postos de recebimento da aposentadoria e pensões) são significados nos pronunciamentos. O binômio aparece sob os signos da mudança, do afastamento crítico e do esquecimento. Mudança em contraposição à incompetência do governo e à paralisia do órgãos estatais: o que o governo escolheu não realizar, ou se encontra em situação precária, o candidato atribui-se como tarefa. Afastamento crítico e "esquecimento" enquanto tendência a enfatizar o problema em Estados ou Municípios onde o candidato não tenha vínculo ou atuação recentes, visando demonstrar, assim, o que o "outro" fez ou deixou de fazer, ou ainda com que tipo de políticas governamentais o Estado foi

conivente, independentemente de suas próprias posições anteriores.

Em função desta aguda crítica os candidatos vêem-se na responsabilidade de apresentarem projetos para a reforma desses serviços do Estado. O fato de a denúncia ocupar boa parte do tempo diminui consideravelmente a explicação das propostas. De maneira geral, os programas indicam a necessidade de aportes mais significativos de investimentos para o setor, com o objetivo de reconstruir, readaptar e dar dinâmica às políticas públicas e, conseqüentemente, reativar estes locais nos quais os cidadãos sentem a materialização da crise do Estado.

As questões levantadas acima estavam presentes na quase totalidade dos programas eleitorais, apontando para a sua importância na problemática da política brasileira contemporânea. Entretanto, adquiriram em cada discurso significados específicos e buscaram algumas vezes causas distintas, culpados diversos e propostas igualmente diversificadas. O que interessa discutir, neste momento, são as especificidades que o tema toma em cada discurso.

Collor de Mello foi o candidato que mais tempo dedicou à questão da saúde e previdência social, o que está estreitamente ligado a própria estratégia eleitoral empregada pelo candidato: aproximar-se dos trabalhadores e camadas populares em geral, explorando temas fundamentais

na vida desses grupos, preferencialmente aqueles cuja responsabilidade recaísse sobre o governo federal (8). O tema propicia as condições necessárias para o esboço do que se poderia chamar de o "modelo discursivo" de Collor: cenas e pronunciamentos simples, diretos, locais de enunciação representativos, acusações às estruturas estatais devido à política do governo Sarney e, finalmente, incentivo à iniciativa privada.

Oportunamente, Collor fala sobre o tema, pela primeira vez, justamente quando o governo Sarney assina uma medida que desvinculava o pagamento de aposentados e pensionistas da previdência social do salário mínimo:

"O governo federal quer economizar em cima dos mais humildes, dos desamparados, de quem trabalhou a vida inteira... Enquanto o governo age assim, na madrugada de hoje, em centenas de cidades do Brasil, milhares de pessoas e, lamentavelmente, crianças dormiram nas calçadas, nas portas do INAMPS. Só assim conseguiram uma ficha para levar um filho, ou marido, ou a mulher, para ver um médico." (9)

O fragmento acima é paradigmático da forma como Collor utiliza-se do fracasso dos serviços públicos para construir a principal oposição do seu discurso, a saber, Sarney. A questão do péssimo atendimento nos serviços de saúde tem como causa uma vontade política do governo: querer economizar. E para exemplificar a situação busca aproximar-se daqueles que deveriam se beneficiar dos

serviços com um claro apelo emocional: crianças, filho, marido, mulher.

Esta crise do setor é forte o suficiente para se manifestar inclusive no Estado mais rico do País, São Paulo. Para provar a veracidade deste enunciado o programa de Collor veicula inúmeras cenas de postos de saúde e hospitais do INAMPS, intercalando a capital paulista e o interior do Estado. Após, Collor fala:

"O Estado de São Paulo é um Estado rico. Mas em São Paulo, como você viu, a população também está sem assistência à saúde. No Brasil inteiro é muito grave a questão da saúde, por que o governo gasta muito pouco e, além disso, minha gente, gasta mal." (10)

A lógica de Collor é de fácil entendimento: se em São Paulo, que é um Estado rico, a situação é grave, nos demais Estados da União, mais pobres, o quadro provavelmente é ainda pior. Mas além de rico, São Paulo é o Estado onde se encontra a maioria do eleitorado e também é o local de onde provêm, à exceção de Brizola, os mais fortes oponentes de Collor. Este procura, assim, atribuir-lhes, ainda que indiretamente, responsabilidade pela situação, pois todos de alguma maneira ocuparam posições de poder que poderiam influir ou pressionar o governo federal a investir no setor (11). Fora o fato de São Paulo contar com recursos próprios.

Mesmo ampliando sutilmente a responsabilidade pela crise ao incorporar os postulantes paulistas, Collor insiste, conforme o fragmento anterior, em indicar o governo federal como o principal culpado pela desestruturação do serviço.

Em visita a Guanambi, no interior da Bahia, Collor repete a mesma fórmula, só que com um texto mais sofisticado, pautado por dados estatísticos, entrecortado por imagens da pequena cidade onde são feitas entrevistas junto ao posto médico local:

"Minha gente! Estive em Guanambi, no interior da Bahia, e a maior queixa da população de lá é a falta de assistência à saúde. Infelizmente Guanambi não é uma exceção. Em nosso país 50 milhões de pessoas não têm acesso a hospitais, postos de saúde, vacinas... Nós vamos gastar mais, bem mais, e vamos gastar melhor, bem melhor. Em cinco anos vamos multiplicar por três os gastos do governo na saúde e incentivar a iniciativa privada a dobrar o que ela gasta... Vamos ainda convocar o setor privado a fazer parte deste sistema, prestando serviços diretos à população. Com um governo honesto, como nós faremos, será possível estabelecer um relacionamento com o setor privado com regras claras; remunerar os bons serviços prestados pela rede particular, mas punindo severamente os que fizerem mal uso do dinheiro público. Vamos enfim cumprir a Constituição. A saúde é um direito de todos." (12)

Imediatamente, destaca-se no fragmento a presença de 50 milhões de pessoas excluídas do sistema de saúde.

Esse alarmante índice será revertido pela personalização em Collor dos adjetivos antônimos com os quais qualificara o governo Sarney: o insensível e incompetente vai de encontro ao perfil do candidato que não só gastará mais - pois é mais sensível ao problema - como gastará melhor - é competente para isso.

A boa performance desta capacidade depende do apoio da iniciativa privada. Embora Collor não fale diretamente em privatização da saúde pública, claramente defende a idéia de que o Estado não pode suprir ou gerir sozinho todo o sistema. Se se observar com maior acuidade o argumento do candidato nota-se que a ênfase do pronunciamento não é tanto na "convocação" da iniciativa privada, possibilidade prevista na Constituição Federal (13), mas sim que ela será fiscalizada com rigor. A relação com o setor privado é um *a priori* no discurso de Collor, em que pese, neste caso, as ameaças punitivas e a ausência de explicações de como este relacionamento será efetivado.

Salvo a indicação de um provável acordo com a iniciativa privada, Collor não menciona nenhum plano de governo concreto e nem mesmo fala claramente sobre a viabilidade do SUS. A certeza reside no fato de o Estado sob um eventual comando seu dividir responsabilidades ou deveres com os setores que até agora haviam sido grandes beneficiários da estrutura do sistema, ou no limite, seus cúmplices (14).

Lula, tal como Collor, procura mostrar o quadro crítico da saúde pública através de imagens e pronunciamentos cujo objetivo é captar o sentimento de comoção provocado pela crise do sistema. Entretanto, as formas de explicação diferem das apresentadas por Collor: às cenas são intercalados depoimentos e entrevistas de representantes de diversos grupos sociais que são afetados diretamente por este contexto. Enquanto a câmera do programa da Frente reproduz realidades de postos e hospitais vinculados ao INAMPS dispersos pelo País, são colhidos depoimentos de pessoas em filas que demonstram o dramático cotidiano de boa parte da população às portas de órgãos do Estado.

O candidato inova, no debate, ao propor que se coloque em ação uma política pública prevista constitucionalmente. Para tanto introduz um "especialista" na matéria que em meio a edição de imagens explica o assunto para o eleitor/espectador. Ao dar voz aos médicos o candidato procura a legitimidade conferida pelo discurso competente, pois além de especialistas são apresentados como militantes da campanha de Lula (15).

Em um dos programas (16), o diretor da Associação dos Médicos do Hospital de Clínicas de São Paulo, Ayrton M. Sipahi, afirma que nos "regimes de exceção" houve a transferência de recursos da rede pública para a rede privada sem que "nenhuma auditoria ou fiscalização" tivesse

ocorrido, deixando, progressivamente, a população cada vez mais desassistida pelo Estado (17). Momentos após, no mesmo programa, Lula apresenta Vitor Buaiz, médico e prefeito do PT em Vitória, ES, que ratifica o pronunciamento anterior e argumenta, como solução, a implantação do SUS: "o Estado tem de prevenir a doença". Em ambos os depoimentos encontram-se críticas às políticas governamentais e a decorrente desestruturação dos órgãos estatais responsáveis pela aplicação destas políticas. Além disto, evidenciam-se as medidas centrais para reformular o serviço público de saúde, através da implantação do SUS. Ou seja, a ênfase do discurso é a manutenção dos serviços na esfera de atuação do Estado.

Lula também enfatiza o problema nas pequenas cidades. Segundo ele,

".... o sistema de saúde é inadequado... O Estado não tem se preocupado com as pequenas cidades; ele tem se preocupado só com as grandes cidades, e não tem dado conta de resolver os problemas das grandes cidades. Porque se não resolver o problema das pequenas, as pessoas virão para a grande cidade atrás do progresso, atrás dos benefícios que o Estado tem que lhe oferecer como saúde." (18)

O candidato reafirma o problema nas grandes cidades ao mesmo tempo que o pronunciamento é nominalmente dirigido às pequenas, que sofrem tanto quanto aquelas com o

agravante de o Estado ser indiferente às suas demandas. De acordo com Lula, por outro lado, há ainda uma parcela que "inegavelmente é a mais sofrida da nossa sociedade": os aposentados e pensionistas da previdência social. Sofrem porque através deles

"...." o governo pretende ganhar tempo para ganhar dinheiro às custas da miséria dos aposentados e dos pensionistas." (19)

A exemplo de Collor, Lula localiza o culpado pela situação: a causa está na política do governo nos setores sociais, principalmente a área previdenciária cujo poder de pressão dos prejudicados com os cortes das verbas é menor que de outras áreas, o que abre espaço para o candidato defendê-lo (20).

A maioria dos candidatos está de acordo que todas as camadas sociais são atingidas pela inépcia dos serviços públicos. Entretanto, para Lula há um estágio que poderia denominar-se de o pós-trabalho, a terceira idade, ou seja, aquele período posterior à contribuição prestada pelo trabalhador à sociedade que deveria ser o apogeu de sua condição de cidadão, mas que é cotidianamente aviltada: há um futuro que lhe é abortado. Lula mostra que depois do sofrimento enquanto ser-trabalhador vem o sofrimento do ser-aposentado. Estes gravitam em torno de estruturas

estatais que os acompanharam durante toda a vida e que agora vivem as suas expensas.

Enfim, tanto para Lula como para Collor, a questão da saúde pública e previdência social é central em seus discursos eleitorais. Em ambos, o governo federal é responsabilizado como o agente causador da desestruturação desses serviços públicos. Na questão específica dos aposentados, os dois rebelam-se e denunciam o ato do governo Sarney de buscar controlar seus gastos propondo a desindexação dos proventos dos aposentados e pensionistas do salário mínimo, o que traria considerável economia aos cofres públicos. A diferença substancial entre Collor e Lula reside nas soluções apontadas para resolver a crise da saúde. Para Collor, há uma promessa de aplicação de mais verbas no setor, enquanto que, para Lula, é necessária a efetivação de uma política pública - o SUS - já estabelecida pela Constituição Federal.

Mário Covas segue, de modo geral, o perfil traçado na introdução do tema. Covas dedica um número significativo de programas definidos e apresentados segundo uma lógica mais elaborada que passa da denúncia a propostas que variam da redução da mortalidade infantil à implantação do SUS.

Dez dias após iniciar a propaganda na televisão, Covas vai a Alagoas, mais precisamente ao Município de Teotônio Vilela, para mostrar o elevado índice de

mortalidade infantil na região, agravado pela falta de água tratada, clássico problema do nordeste brasileiro:

"E isto leva os índices de mortalidade infantil aos mais altos da região, um dos mais altos do mundo (...) Foram necessários dois anos e meio para que o governo federal liberasse os poucos recursos necessários a fazer a rede de água, o que liberaria definitivamente este problema. No meu governo criança nenhuma será assassinada pela burocracia (...) No meu governo, a burocracia servirá à vida e não à morte." (21)

A questão da mortalidade infantil nordestina não é um tema muito privilegiado durante a campanha presidencial. A temática era extremamente complexa por envolver uma série de problemas historicamente presentes na região.

Covas evita entrar nos meandros históricos da situação na região e reduz a questão à incompetência do governo federal, que por intermédio de sua burocracia, omissa e lenta, no dizer do candidato, inviabiliza a implementação de políticas públicas elementares que mantenham as condições mínimas de vida do cidadão (22).

Em outro pronunciamento Covas fala especificamente da saúde pública (23). A fala complementa cenas onde fora divulgada a situação do Hospital Regional do Distrito Federal, tendo por peculiaridade a apresentação, pela primeira vez no programa do PSDB, do candidato a vice-

presidência na chapa, o médico Almir Gabriel. A presença do candidato médico e a indicação dos serviços que prestou na luta pela melhoria da saúde pública na Constituinte promovem um deslocamento discursivo: o enunciado competente substitui a denúncia política. É interessante notar que o discurso competente está presente quando a questão é criticar o serviço de saúde mas está completamente ausente quando o problema é a inflação (24). Duas razões podem ser apontadas para tal fenômeno: primeiro, a grande legitimidade do discurso médico e sua proximidade com o cidadão comum; segundo, a fácil identificação do economista com as políticas governamentais fracassadas durante os planos do período Sarney. O médico dissecar os órgãos da saúde pública e culpa o governo federal por não combater as causas que corroem as estruturas internas do Estado responsáveis por esses serviços.

Gabriel procura mostrar que o quadro é equivalente em todo o País e apresenta como prova o "sucateamento de hospitais" localizados na região de abrangência de poder da capital federal, Brasília. Isto ocorre, de acordo com o vice, pela "falta de capitalização no setor" - clichê de política-econômica, que é logo corroborado por índices técnicos de entidades "neutras" - como indicam os dados coligidos "pela OMS onde de 157 países o Brasil ocupa o desonroso 150º lugar em investimentos na área de saúde pública". O vice utiliza-se do método comparativo a fim de

compor um discurso que tem por objeto demonstrar/impor a verdade: levar o não-conhecido aos eleitores/espectadores, de forma menos política e mais técnica possível (25).

Finalmente, no dia do médico, Covas apresenta as propostas para que "as pessoas tenham saúde":

"Essas condições são diretas: é preciso reforma agrária; é preciso desenvolvimento; é preciso creche; é preciso escola, (...) saneamento básico."

"Somos a favor do SUS."

"Saúde é um direito de todos e dever do Estado."

"Tudo isso se faz, necessariamente, com recursos: materiais e financeiros."

"É preciso existir uma política de medicamentos, e nisso o CEME joga um papel fundamental."

"Mas mais fundamental ainda joga o papel da ciência e tecnologia, para que certos medicamentos, vacinas, etc., possam estar acessíveis à população brasileira."

"É preciso programas específicos (...) para a mulher (...), para a criança, para o trabalhador, no qual a prevenção de acidentes esteja inserida como obrigação do Estado." (26)

A questão mais importante a ser destacada neste conjunto de fragmentos é o reconhecimento de que existem políticas públicas a serem postas em prática, normatizadas pela Constituição, como também falavam Lula e, em certa medida, Collor, e cuja execução é de responsabilidade do

Estado. A maioria dos candidatos, na verdade, vê o Estado como o agente que deve viabilizar e promover a saúde do País. Destinar ao Estado este papel envolve atribuir-lhe também outras responsabilidades, definidas por Covas naquilo que chamou de as "condições diretas" para a melhoria dos serviços de saúde. Estas medidas gerais provam a necessidade da participação da iniciativa estatal, mesmo em um ambiente de orientação neoliberal.

A estes postulados mais amplos, Covas adiciona propostas específicas. Implantar o SUS, o que significa universalizar e qualificar o atendimento - programas especialmente dirigidos à mulher, à criança, ao trabalhador - com recursos provenientes do Estado, uma vez que o candidato não menciona a possibilidade de privatização, ainda que parcial, do sistema. A valorização do CEME, órgão do Ministério da Saúde, responsável pelo controle e distribuição de remédios à população, e o incentivo à ciência e tecnologia como forma de diminuir os custos da produção farmacêutica adquirem sentido neste contexto de definições de tarefas para o Estado (27).

Ulysses Guimarães, Paulo Maluf e Roberto Freire manifestam-se sobre o tema com menor intensidade do que os três candidatos anteriores. Para o candidato do PMDB,

"Saúde é um direito de todos, inclusive dos trabalhadores do campo. É um dever do Estado como ordena a Constituição. Se é direito, você tem o

direito de cobrar. Se é dever, o Estado é obrigado a pagar. Mas o que acontece em regra no Brasil? A saúde não é dada, é comprada: quem tem dinheiro compra, quem não tem fica inválido ou vai para o cemitério. A tragédia é quanto mais pobre mais doente e quanto mais doente mais pobre por que é obrigado a gastar o pouco que tem." (28)

Ulysses marca, também de acordo com Collor, Lula e Covas, a afirmação de que é imprescindível a presença do Estado no campo da saúde, sob pena de descumprimento dos dispositivos constitucionais. Para o candidato é ainda mais importante demonstrar a existência de políticas públicas para o setor determinadas pela Constituição, uma vez que ao longo da campanha procurou sempre relacionar as premissas oriundas da Carta a seu nome, já que fora presidente do processo constituinte.

O candidato difere dos demais pela notória tentativa de não mencionar responsáveis diretos pela crise do sistema de saúde. Se, por um lado, é perceptível a figura do Estado inadimplente frente a seus deveres para com a sociedade, por outro, é difícil estabelecer a conexão com sujeitos sociais concretos: grupos, classes e/ou indivíduos. Exemplo dessa postura é o resultado trágico do ciclo pobre-doente-pobre exposto como um mal que se abateu sobre os cidadãos sem indícios das causas que lhes levam a serem desamparados pelo Estado.

Paulo Maluf trata da crise da saúde pública apontando o culpado pelo problema e enfatizando as conseqüências da situação tanto para os pobres como para os ricos:

"Você percebeu que a saúde pública no Brasil está mais doente que o atual governo federal? Está mais doente sim. Por que se você é pobre e vai para um posto do INAMPS, ou para um hospital você é então massacrado. Você até corre o risco de desmaiar ou de morrer na fila. Se você é rico e for para um hospital particular, você sabe que custa os olhos da cara, você é explorado. Como fazer justiça? Saúde tanto preventiva, quanto curativa eu vou resolver. Eu peço a você um crédito de confiança de seis meses." (29)

O pronunciamento é claro: os pobres padecem às portas do INAMPS porque os serviços de saúde pública e o governo federal estão "doentes". O primeiro sofre de "parasitose", neologismo inventado por Maluf para definir a situação de paralisia dos órgãos estatais responsáveis pela saúde; o segundo sofre o mal da incompetência (30).

É interessante notar que, ao contrário dos demais candidatos, Maluf não associa o problema da saúde à pobreza, isto é, àqueles que se servem do INAMPS. Marcando claramente sua posição político-ideológica, trata de generalizar o problema, interpelando dois grupos específicos e de pólos socialmente opostos submetidos a uma mesma situação. Enquanto o pobre é "massacrado" no interior

de um local de prestação de um serviço público, o rico também é "explorado" pela iniciativa privada que se aproveita da crise para obter um excedente maior de lucros. Paradoxalmente, os ricos são explorados por riscos que ocupam os espaços deixados pela falta de competitividade e inoperância estatal.

O candidato, ao interpelar indistintamente pobres e ricos, visa situá-los em um mesmo campo: o de vítimas da situação. O mais importante é que Maluf fala em e por ambos apagando eventuais conflitos sociais, já que estão unidos em torno de uma causa comum. O condutor dessa causa é o próprio Maluf que com a promessa de uma justiça eficaz e rápida espera aplacar a crise do serviço de saúde pública. Assim, em um semestre estão contidas proposições para reformar o setor, logo, parte significativa do próprio Estado, que os cidadãos não precisam saber e sim confiar: Maluf encarna com precisão um "verdadeiro" *self-fulfilling prophecy*, como define Bourdieu (31).

De modo geral, Maluf, como Collor, Lula e Covas, atribui ao governo federal a culpa pela situação e ao Estado as responsabilidades na superação da crise. Com efeito, o elemento diferencial com os outros candidatos, e daí também com Ulysses, é exatamente o fato de Maluf não apresentar projetos minimamente definidos que apontem para a reversão do quadro crítico em que se encontrava a saúde pública.

Maluf dedica uma de suas "novelas" àqueles que além de doentes são aposentados da previdência social. No enredo, um senhor, idoso e aposentado, tem de vender seu relógio de ouro que havia ganho da empresa em que trabalhara, no seu último dia de serviço, para comprar uma bicicleta para o neto no dia da criança. Esta estória, segundo o candidato, "é a mais pura realidade":

"A verdade é que o aposentado tem cada vez menos respeito do governo, tem cada vez menos direito. Nós temos que acabar com esta máfia que vive mamando nas tetas da previdência social. E não é difícil, é só colocar na cadeia 60 ou 70 patifes dessas entidades que burlam a previdência no Brasil." (32)

O candidato retoma a crítica ao governo federal e volta também a enfatizar o atuante papel do Estado na reorganização dos serviços públicos, especificamente o caso da previdência social. Com efeito, cabe ao Estado desarticular as entidades "mafiosas" que fraudam a previdência descapitalizando ainda mais a máquina pública. A proposta de Paulo Maluf - o número aleatório de 60 ou 70 prisões - tem por objetivo a simplificação da crise dando ao problema um caráter mais jurídico e administrativo do que propriamente político.

O mais importante a se destacar nos dois fragmentos citados é o fato de que Maluf, um candidato reconhecidamente conservador e que pautou sua campanha por

iniciativas de caráter neoliberal, tem dificuldades em isentar o Estado da responsabilidade com os serviços de saúde pública e previdência social.

Esta posição é compartilhada pelos demais candidatos identificados ao projeto neoliberal, sendo possível, através deste tipo de discurso, delimitar as potencialidades do avanço da doutrina em direção à privatização dos serviços públicos. Pelo visto, o limite é dado pela histórica participação do Estado como promotor e incentivador das políticas públicas no País.

O conceito de *habitus* contempla uma explicação adequada a este fator limitador: a historicidade da atuação estatal cria um conjunto de predisposições sociais que restringem um apelo direto à privatização em relação à saúde pública e previdência social. Ou seja, não há espaço na pluridiscursividade para a incorporação legítima de um discurso privatizante desses serviços. A população acostumou-se a ver como tarefa da máquina pública a prestação dos serviços de saúde e previdência, premissa absorvida mesmo pelos candidatos neoliberais como uma das atribuições mínimas de um Estado minimalista (33).

Roberto Freire, de acordo com a estratégia política de sua campanha, dedica pelo menos um pronunciamento específico ao tema:

"Todo o cidadão tem direito à saúde e cabe ao Estado e ao governo assegurar (...) Sabe qual é a quantidade de dinheiro que o governo destina à saúde? Apenas 2% da riqueza que se produz no País. E ainda por cima a metade desse dinheiro é dada à iniciativa privada. Em nosso governo isso vai mudar (...) Maiores recursos têm que ser destinados às instituições de pesquisa e desenvolvimento tecnológico. Gastos em pesquisa é o caminho para conseguirmos nossa autonomia na luta contra as doenças (...) No meu governo vamos produzir medicamentos em alta escala. Produzir e distribuir. A saúde é um bem público, responsabilidade do Estado. Portanto, iremos estatizá-la." (34)

O discurso de Freire maximiza a premissa constitucional que delega ao Estado o controle dos serviços de saúde: é o único candidato que propõe radicalmente a estatização do sistema.

Com efeito, não interessa a Freire explicar a participação de 1% do PIB recebida pela iniciativa privada. Diferentemente de Collor, que projeta a participação do setor particular, Freire defende uma presença maciça do Estado que anule as pressões privadas. A proposta do candidato tem por princípio uma nova política produtiva e redistributiva para o setor. Para realizá-la é necessário um aumento substancial de recursos e incentivo, tal como para Covas, ao desenvolvimento científico e tecnológico como forma de romper a dependência dos laboratórios e grupos internacionais vinculados à produção de remédios e aos demais aspectos que envolvem a área da saúde pública.

Freire constrói não apenas um campo de legitimação para o processo de estatização do sistema, como também cria obstáculos de mercado às empresas particulares que operam no setor, pois além do corte de subsídios governamentais, haveria a forte concorrência do próprio Estado. O candidato mantém o sistema de saúde no âmbito do Estado em nome do cidadão, amparando-se em uma política e visão do mundo antagônicas ao neoliberalismo.

A característica dos pronunciamentos de Leonel Brizola e Afif Domingos sobre o tema é a dispersão temática. A grave crise da saúde pública é retratada entre imagens e fragmentos de discursos que compõem um conjunto maior de denúncias e críticas ao Estado. Ambos salientam o mesmo que os demais candidatos, isto é, que a solução passa pelo cumprimento do que diz a Constituição e a elevação de recursos para o setor.

A previdência social, aposentados e pensionistas inserem-se no contexto discursivo indicado acima, com fragmentos isolados como:

".... reaproveitar o aposentado para esse transmitir sua experiência." Afif (35)

"O povo brasileiro quer recuperar os salários, as pensões, as aposentadorias." Brizola (36)

Em ambos, os temas são enunciados vagos e imprecisos, desarticulados de planos de políticas públicas objetivados à reversão da crise. Entretanto, percebe-se a noção de um Estado com responsabilidades com o serviço: enquanto Brizola pensa em estabelecer uma política de recuperação dos vencimentos dos beneficiários da previdência social, a fala do neoliberal Afif implica em uma atuação da máquina pública no sentido de criar condições para o reaproveitamento dos aposentados.

Os discursos sobre a crise dos serviços de saúde pública e previdência social representam, por um lado, a materialização perante o cidadão de uma das facetas da crise do Estado, onde ele - como expectador - visualiza a rejeição e exclusão social a que está submetido. Por outro lado, a efetiva participação do setor de saúde pública no cotidiano do cidadão cria disposições que são incorporadas pelo imaginário da população e que acabam limitando a capacidade enunciativa do discurso neoliberal.

Mesmo com uma situação muito grave que poderia ser favorável a discursos que mostrassem a incapacidade de o Estado gerir o sistema, não há, por parte dos candidatos identificados ao projeto neoliberal, afirmações ou planos que proponham integralmente que o Estado abandone o setor. A não-privatização parece decorrer menos de uma estratégia eleitoral, do que pelo simples fato de os neoliberais encontrarem-se também submergidos nas predisposições

presentes na sociedade e que atribuem ao Estado esta tarefa (37).

Assim, todos os candidatos propõem alternativas para superar a crise do sistema com base na responsabilidade constitucional do Estado na área, com maior ou menos ênfase.

Collor propõe um aumento de recursos para o setor e não fala na efetivação de políticas públicas previamente definidas na Constituição, como é o caso do plano SUS. Essa é a proposta de Lula, Covas, Ulysses e mais vagamente de Brizola e Afif, sendo totalmente indefinidos os projetos específicos de Maluf. Freire leva ao extremo o dispositivo constitucional que define a saúde como um dever do Estado e propõe a sua total estatização.

Todos os candidatos, à exceção de Ulysses, culpam o governo federal pela crise do sistema. O candidato do PMDB não enuncia responsáveis pela situação. Já Freire e Lula, além da acusação ao governo federal, denunciam e apontam os agentes privados como grupos que se beneficiaram e estimularam a crise dos serviços públicos. Lula cobra uma auditoria e Freire deixa explícito que o setor privado perderá seus privilégios com a estatização do sistema.

Enfim, percebe-se através destes discursos que a luta pela cidadania está em seus primórdios - a sobrevivência - e que o esforço dos candidatos foi no

sentido de demonstrar esta incipiência e que o encaminhamento de soluções passa pela responsabilidade do Estado.

Neste sentido, pode-se dizer que o discurso sobre a crise dos serviços de saúde pública e previdência social é o exemplo do limite espacial e social - mais articulado às pretensões neoliberais na campanha presidencial.

2 - O Sistema Educacional: um discurso entre o público e o privado

A análise dos pronunciamentos relativos à educação revelam uma outra face da forma como a chamada crise do Estado foi apropriada e reconstruída no discurso dos candidatos.

Os sujeitos sociais interpelados por estes discursos são aqueles que vivem ou se envolvem cotidianamente com o sistema educacional desde o ensino fundamental até a universidade.

Segundo a opinião majoritária dos candidatos à Presidência da República é na política do Estado pós-64 que se encontra a origem da crise no setor. O argumento da maioria dos postulantes é que os sucessivos governos

militares e a própria Nova República maximizaram a crise do sistema educacional pelo pouco investimento na área e por uma política de valorização excessiva do ensino técnico-profissionalizante em detrimento de outros níveis de ensino e pesquisa do setor público. O resultado foi a falência da escola pública e uma ampliação do campo de ação da iniciativa privada desde o ensino fundamental até o ensino universitário, bem como a difusão dos "cursinhos" preparatórios para o vestibular.

A percepção da crise educacional como uma referência evidente na vida do cidadão enseja pronunciamentos que articulam este senso comum tal como o ocorrido com a crise dos serviços de saúde pública e previdência social, ou seja, com denúncias e projetos alternativos para a reversão da situação. O mais relevante é que esta equivalência indica a visualização para o eleitor/espectador de um mesmo significante: um Estado em ruínas.

Impõe-se, ainda, uma observação quanto à operacionalização da análise desses pronunciamentos. Todos os candidatos pronunciam-se sobre o tema inserindo-o dentro de um contexto de críticas e denúncias ao Estado e propostas gerais que, respectivamente, não precisavam ser enfatizadas (porque evidente a situação), nem explicadas em detalhes (estratégias individuais de campanha). É freqüente, assim, a enunciação de fragmentos de discursos

sobre o sistema educacional em meio a outras temáticas mais amplas.

Leonel Brizola é o candidato cuja campanha notabilizou-se pela intransigente defesa da escola pública. Seu projeto pressupõe uma permanente e atuante participação do Estado no campo educacional.

A proposta materializou-se nos Centros Integrados de Educação Pública (CIEPS), que já haviam sido implantados no Rio de Janeiro na gestão do então governador Leonel Brizola, tornando-se a variável extra-discursiva mais forte do candidato trabalhista. Esse projeto educacional é constantemente veiculado nos programas de televisão, seja em pronunciamentos específicos do candidato, em *jingles* de campanha, no *clip* de abertura da programação gratuita, em depoimentos de artistas, intelectuais, políticos, pais, alunos ou professores dos CIEPS. Se Brizola não fala, alguém fala em defesa do projeto.

O pronunciamento mais representativo de Brizola, e também o mais longo, sobre o tema aparece no início de campanha na televisão e traça o perfil que norteará os rumos dos programas dedicados ao sistema educacional. Em um primeiro momento, há depoimento da deputada Cidinha Campos (PDT-RJ), do psicanalista Eduardo Mascarenhas em estúdio, secundados por falas de mães, alunos e professores tendo ao fundo um CIEP. Em seguida, vem o pronunciamento de Brizola,

sendo emitidas atrás de sua figura imagens de crianças em diversas atividades em um CIEP carioca (38):

"Povo brasileiro! Entre as metas e diretrizes do nosso governo, como é do mais amplo conhecimento público, a educação, para nós, está lá em cima; é a prioridade das prioridades. E, para nós, educação começa no ventre da mãe. A partir daí precisamos assistir nossas crianças através de um amplo plano de assistência materno-infantil e complementação alimentar e de acompanhamento médico, depois o ensino fundamental através da escola, integrada - os CIEPS - que é a mais moderna proposta de ensino fundamental, porque a rua em nosso país tornou-se perniciosa para a formação de nossas crianças, e aí até o 2º grau (...) vai ser o governo da educação. E não vamos ficar aí, nós vamos ao ensino universitário, nós vamos ao ensino técnico-profissionalizante, nós vamos à investigação científica e vamos à tecnologia. E em tudo isso há uma questão essencial, fundamental, que é a dignificação do magistério brasileiro público e particular que precisa ser recuperado da grave crise em que se encontra submergido. Mas, essencialmente, esse país precisa é de um choque de educação. Que choque capitalista, choque não-sei-o-quê. Choque de educação; precisamos salvar nossas crianças, isso é o que há de mais urgente (...) O nosso governo vai ter privilegiados. Sabe quais são? Vão ser as nossas crianças. Elas vão estar fora do orçamento." (39)

O complemento a este pronunciamento é dado no seguinte fragmento:

"Porque nós somos diferentes, veja como eles (Maluf, Afif e Collor) se apresentam, como modernos; o que é

moderno na vida brasileira? Só é moderno na vida aquele programa que coloca a educação lá em cima; acima de tudo (...) exatamente como fazem os países mais modernos destes tempos em que vivemos." (40)

O projeto educacional é o ponto nodal do discurso brizolista, encontrando-se nele o ápice do plano de governo para o qual todos os esforços são centralizados. Este direcionamento discursivo gira em torno de dois eixos: um que poderia chamar-se conjunto das positivities instaurado no discurso sobre a escola pública; outro, a desconstrução dos discursos dos oponentes sobre a relação Estado-educação e a crítica subliminar ao governo Sarney.

O eixo das positivities corresponde à enfática produção discursiva de Brizola sobre o tema. A estratégia do candidato foi a de associar seu nome a um projeto específico - os CIEPS - cuja aparição no vídeo dá-se em torno de 80% de seus programas. Através desta insistente veiculação o projeto visava também afirmar e tornar irrecusável um debate de ampla repercussão nacional, sem que para isso fosse necessário demonstrar políticas específicas para superar a crise do sistema educacional. Esta estratégia era concretizada pela constante qualificação do projeto CIEP através de adjetivos como "bom", "moderno" ou "essencial", que para serem desarticulados pelos oponentes requereriam planos equivalentes.

O projeto é enunciado na base de um apelo clássico, utilizado na campanha não só por Brizola: as crianças. Elas se constituem nos sujeitos centrais do projeto educacional, para quem, se necessário, se criará um orçamento paralelo: a criança a ser salva no CIEP é o valor positivo a partir do qual emergem condições para outros discursos.

Neste sentido, o pronunciamento não se limita aos CIEPS, embora ele seja o núcleo central. Depreende-se dele a menção dos níveis secundário e universitário com o objetivo estratégico de deixar claro ao eleitor/espectador que o plano compreende toda a área educacional, constituindo-se em um projeto pedagógico com início, meio e fim determinados.

Em uma perspectiva mais ampla, o projeto justifica-se pelo fato de o setor estar praticamente abandonado pelo Estado. Não é por outra razão que o "governo da educação", proposto pelo candidato, tenha implicações em outras áreas sensíveis do setor público como saúde e segurança pública.

Por um lado, o futuro aluno do CIEP deve receber o primeiro atendimento subsidiado pela máquina pública já no ventre materno. Brizola indica que o auxílio deve continuar até a entrada na escola pública onde manterá e desenvolverá suas capacidades. A boa saúde é condição necessária ao êxito do projeto e ao mesmo tempo um de seus objetivos.

Por outro lado, estando a criança aos cuidados da mãe e/ou da escola pública, ela se desvia do mundo "pernicioso" das ruas que pode afetar sua formação em função da insegurança generalizada que se verifica no cotidiano do país, principalmente nos grandes centros urbanos.

Em síntese, é do efeito CIEP que resulta a saúde da mãe e a proteção ao menor; é na causa CIEP que se observa a omissão e incompetência do Estado.

Ainda no eixo das positivities destaca-se a presença do ensino privado, que aparece no pronunciamento sem deixar transparecer qualquer carga negativa a essas instituições, como se observa, por exemplo, o caso de Roberto Freire. Pelo contrário, sugere-se até a participação do Estado na recuperação da dignidade e salários dos professores do setor particular, além, é claro, do público. O candidato interpela o saber privado pelo seu elo mais fraco: o professor, pois o aluno das escolas particulares tem, normalmente, maior poder aquisitivo que a classe docente.

A desconstrução operada pelo candidato parte da tentativa de construir uma equivalência entre o CIEP e seu nome: voz em *off* "cada voto em Brizola significa mais CIEPS" (41). A educação efetiva-se como o carro-chefe das propostas brizolistas, que buscam criar a imagem da

diferença. Brizola é o moderno porque defende "o que há de mais urgente" no país, em contraposição àqueles que deixaram a situação chegar a este ponto, militares e Nova República, além de seus oponentes que não têm projetos semelhantes.

A lógica da diferença reside na veemência discursiva: se os outros têm planos semelhantes por que não os defendem com a ênfase de Brizola, ou então, por que, na formulação recorrente a Covas, não propõem um choque de educação no país?

Na verdade, o CIEP é o primeiro efeito deste choque destinado a englobar outras dimensões da crise do Estado. Ou seja, é um projeto cuja amplitude articula outras variáveis que precisam ser respondidas no intuito de superar a crise dos serviços públicos. Entretanto, Brizola, ao definir a educação pública como o *leitmotiv* de sua campanha, deixa em aberto respostas a essas questões que envolvem o próprio projeto e alternativas aos problemas do Estado suscitadas pela instalação dos CIEPS.

Roberto Freire e Ulysses Guimarães articulam discursos mais próximos a um conteúdo crítico do que o fazem Brizola e os demais candidatos. Freire define a questão da seguinte maneira:

".... a educação no Brasil é um dos graves problemas. Deliberadamente os governos que se sucederam vêm

sucateando a escola pública e gratuita entre nós. Transformaram a educação num bem de comércio. Só tem acesso à educação de boa qualidade quem é rico no Brasil. A educação é hoje a área onde a livre iniciativa busca a maximização de seus lucros, busca ganhar dinheiro com algo que faz parte da própria dignidade humana. Isto precisa acabar. Este país precisa ter, novamente, uma escola pública, gratuita, de boa qualidade para toda sua população. E isto deve ser uma obrigação do Estado e dos governos brasileiros. Nós pretendemos estatizar o sistema educacional em nosso país. Não estamos estatizando, confiscando ou desapropriando as escolas particulares; essas podem continuar existindo, seja de ordem confessional ou da pura e simples iniciativa privada. Mas verba pública não irá para nenhuma escola privada. A verba pública será para construção de escolas naquilo que é o déficit de escolas. E mais do que isso, enfrentar a educação é enfrentar a questão do modelo econômico que faz com que grande parte da população por conta de sua situação de miserabilidade, de marginalidade, de não se beneficiarem da riqueza que este país produz, tem seus filhos ausentes das escolas porque precisam trabalhar (...) A educação é um bem de todos e a todos deve ser ofertado pelo Estado." (42)

O longo pronunciamento de Freire sobre a questão da educação pública parte do mesmo princípio constitucional que a saúde pública: o sistema educacional é um dever do Estado e é sua responsabilidade reverter a crise.

O candidato não só afirma a presença da crise como aponta culpados e aproveitadores da situação, além de propor alternativas. Freire claramente atribui as culpas pela crise aos governantes brasileiros que inseriram a

educação no mercado de bens de consumo. A educação foi transformada em um projeto comercial por ações governamentais que acabaram por abrir os espaços que foram ocupados pela iniciativa privada.

Segundo o candidato este espaço é aproveitado pelo setor particular para maximizar seus lucros, além de ser um local onde se processa a exclusão dos grupos sociais menos favorecidos e, finalmente, um local onde os riscos formam seu saber.

As soluções propostas por Freire visam sanar a crise através da estatização do sistema. Este processo, entretanto, não se caracteriza por uma intervenção direta no setor particular que poderá continuar atuando no mercado desde que consiga sobreviver sem subsídios do Estado. A estatização, portanto, não é uma encampação, mas o simples corte de verbas que o setor privado recebia do poder público. As instituições educacionais privadas ficariam, assim, ao sabor do livre mercado.

O projeto de Freire relaciona-se ainda com alterações no modelo econômico. Embora não as denomine, o candidato revela as conseqüências do modelo vigente: o desvio precoce dos estudantes para o mercado de trabalho, como forma de prestar auxílio à família empobrecida. Freire, tal como se notará em Lula, procura mostrar a injustiça social provocada por essas formas de gestão

econômica que excluem todo aquele sem condições de pagar pelo ensino.

O discurso sobre o serviço de educação pública para Freire, assim como para Brizola, envolve outras questões fundamentais, que, por sua vez, constituem-se em pontos cruciais da crise do Estado. Especificamente no caso de Freire e de acordo com sua posição em relação ao debate sobre a saúde pública e previdência social, a crise do sistema educacional passa pelo reconhecimento da responsabilidade do Estado determinado pela nova Constituição. O candidato, ao redimensionar o perfil da atuação do Estado, apoiado no dever constitucional de prestar um serviço competente, estabelece um contraponto com o discurso neoliberal vigente.

Revalorizando sua condição de grande timoneiro da Constituição de 1988, Ulysses Guimarães reafirma as potencialidades da Carta quando a questão é o sistema educacional:

"A Constituição ordena o piso salarial profissional. A remuneração dos professores é da competência da União, dos Estados e dos Municípios. Portanto, os professores são pagos pelo Estado, pelo Município e pela União que devem ter o dinheiro para pagá-lo. O Presidente da República deverá coordenar a ação da Federação para cumprir a Constituição. Quanto à remuneração honrada dos professores: terrível e imbecil a consequência pela mesquinhez do que se paga ao professor. Avilta-se o ensino, sacrifica-se o

futuro das crianças, empobrece a economia e o país." (43)

No pronunciamento, feito no dia do professor, o candidato opta por salientar o lado econômico da questão, cujo poder de interpelação é diretamente proporcional às precárias condições profissionais da categoria docente.

Ulysses fala em tom didático sobre as responsabilidades, definidas pela Constituição, dos três níveis executivos da estrutura político-administrativa do País. É tarefa do chefe de Estado coordenar estas diferentes esferas de poder para que elas, integradas, recuperem o setor educacional, a começar pela parte salarial.

Em um plano mais amplo observa-se que Ulysses concorda com Brizola e Freire de que o aviltamento do ensino contribui para a enunciação de outros problemas relacionados à crise do Estado, como é o caso do empobrecimento do País. Os três candidatos também coincidem na proposta geral de respeitar e colocar em prática os dispositivos constitucionais referentes ao tema. No entanto, Ulysses difere fundamentalmente de Brizola e Freire pelo fato de não mencionar prováveis culpados pela grave situação.

Ulysses trata de outros problemas decorrentes da questão educacional ao falar sobre o analfabetismo:

"O salário-miséria é o maior responsável pelo analfabetismo que ultraja o Brasil. Devido ao salário-fome a criança foge para rua abrindo-se a porta para o tóxico, o roubo e a morte. Devido ao salário-vergonha 70% abandonam a escola, indo trabalhar para que a família não morra de fome. No meu governo implantarei soluções. E além da melhoria salarial para todos é necessário aumentar condignamente os vencimentos dos professores para assegurar a qualidade de ensino." (44)

O analfabetismo era, sem dúvida, um dos produtos mais visíveis e presentes da crise do sistema educacional, refletindo-se no índice de quase 30% de analfabetos.

Ulysses, neste pronunciamento, mantém a posição de omissa em relação aos responsáveis pelas causas da crise. O mesmo não ocorre, entretanto, com o seu efeito: o culpado pelo analfabetismo é o salário-miséria.

Através da homologia salarial - miséria, fome e vergonha - o candidato constrói cadeias de responsáveis por outros aspectos da crise do Estado brasileiro.

Como Brizola, Ulysses enfatiza os riscos que correm as crianças nas ruas, sujeitas a uma variada gama de inseguranças. Como Freire, Ulysses indica o problema da exclusão de contingentes expressivos da população em idade escolar pela necessidade compulsória de cedo exercerem atividades remuneradas como forma de auxiliar no sustento familiar.

A responsabilidade geral pela crise é, segundo Ulysses, resultado dos baixos salários. Logo, uma das medidas para superar a crise é o aumento dos vencimentos de todos os trabalhadores, inclusive, como também defende Brizola, dos professores, como já havia feito no pronunciamento anterior.

Há no argumento um forte eufemismo econômico-social através do qual Ulysses procura desarticular da crise sujeitos sociais concretamente localizáveis e seus vínculos com as políticas públicas do governo Sarney. O candidato prefere enunciar propostas que embora comuns a todos os postulantes, adquirem no discurso de Ulysses centralidade, principalmente o apelo à Constituição.

Paulo Maluf, no terceiro dia de programação gratuita, dedica uma de suas "novelas" à educação, mas com um roteiro adaptado a atingir outros temas que demonstram a crise dos serviços públicos. A sinopse conta o drama de uma família cuja mãe, uma viúva, não tem mais condições financeiras para deixar o filho em uma escola privada devido aos constantes aumentos da mensalidade e também pelos atrasos no recebimento da pensão do marido paga pela previdência social. Na escola pública, a professora da classe do filho tem de se ausentar ou chegar atrasada porque precisa "mendigar" de porta em porta de parentes e amigos para conseguir arrecadar dinheiro para que o pai doente possa realizar uma cirurgia emergencial, pois no

INPS só terá atendimento dali a três meses. O pronunciamento de Maluf, após essas cenas, endossa a tragédia:

".... olha o preço de uma escola hoje em dia, principalmente comparado com o que a maioria das pessoas ganham, está insustentável. Por quê? Porque a escola pública, você sabe, o semestre, quase todo o primeiro semestre em greve, ela acabou... Hoje a escola pública está sem recursos e você que quer dar uma boa educação para seu filho, você quer levar para uma escola particular. Mas quem tem dois, três ou quatro filhos pode pagar escola particular? Não. A escola particular está ficando cada vez mais particular, porque daqui a pouco ninguém pode mais pagar essa escola particular (...) Eu venho para resolver, para botar seu filho na escola." (45)

A "encenação" faz a crítica ao Estado em três de suas atribuições mais discutidas na campanha: educação, previdência social e saúde pública. Articuladas no mesmo contexto. O Estado é visto como uma instância negativa cuja prática é incompetente e impiedosa.

Maluf apresenta o problema da escola pública como estrutural (falta de recursos materiais e financeiros), apontando o sistema como esgotado. Na hipótese malufista, a escola pública "acabou", a ponto simplesmente de serem desconsideradas pelo candidato propostas para reativar o sistema.

Por outro lado, os enunciados relativos à escola particular são expostos de modo a ressaltar a questão em termos econômicos: o ensino privado é bom e caro. No entanto, seu custo elevado não é produto de uma disfunção do mercado educacional privado e sim efeito da crise do Estado. O caso da "novela" é paradigmático: a viúva não paga a escola porque a política econômica do governo é incapaz de conter o processo inflacionário, e também pelo fato de o órgão previdenciário do Estado não saldar em dia seus débitos. Enquanto isto a professora da escola pública ausenta-se das suas atividades para atender ao pai, desassistido pelo Estado. Ou seja, o problema não é a escola privada, mas o poder público.

Sendo assim, escolher entre a escola pública ou privada, deixou de ser uma opção livre. Só fica naquela quem não pode estar nesta. Atualmente, só fica na particular quem pode sobreviver à revelia do Estado.

Deste modo, Maluf constrói um campo propício à efetivação das premissas neoliberais, na medida que os espaços ocupados pela iniciativa são proporcionais à ineficiência dos serviços ofertados pelo Estado. Espaços estes ocupados não apenas fisicamente, mas também no imaginário da população. O enunciador neoliberal desenvolve a idéia de que o privado é melhor, mesmo que o acesso a ele seja difícil. Com efeito, estabelece-se um princípio de exclusão reconhecido e vivido como legítimo: caso não se

alcançe determinado objetivo (a escola privada, o hospital privado); é porque não houve competência para tanto, pois acima de tudo o mercado é livre. Do contrário, segundo o argumento neoliberal, fica-se no espaço onde a competência não é pré-requisito, o espaço público.

A preocupação de Maluf com a escola pública só parece, de fato, em um pronunciamento (46) de temas gerais, cujo objetivo era interpelar especificamente os "trabalhadores", com poder aquisitivo suficiente para colocar seus filhos na rede privada. A proposta de Maluf para estas camadas da população é a de que o ensino de 1º e 2º graus continue sendo subsidiado pelo Estado porque "é o que manda a Constituição", dando especial atenção ao ensino profissionalizante.

Maluf, tal como Brizola, Freire e Ulysses, tem na Constituição um parâmetro a ser obedecido. Também está de acordo com os três concorrentes no fato de que da crise do sistema educacional emergem outros graves problemas ao nível da máquina pública que precisam ser resolvidos. Já o candidato diferencia-se de Brizola, cuja ênfase é um programa estatal para o setor mesmo que não colida com a iniciativa privada, e de Freire, francamente favorável a estatização da área educacional, pela clara disposição em manter o perfil traçado nos governos militares: apoio do Estado ao setor particular e investimento no ensino

técnico-profissionalizante preferencialmente dirigido aos grupos mais pobres da população.

Collor de Mello e Afif Domingos apresentam algumas propostas semelhantes quanto à questão educacional, que, por sua vez, os diferenciam dos demais candidatos. Embora manifestem-se pouco sobre o tema, para ambos a "educação é prioridade" (47).

O projeto básico para a área educacional de Collor, enunciado através da voz em *off*, prevê um investimento de nove bilhões de dólares para o setor. Os objetivos variam desde a construção de creches até o apoio ao ensino técnico-profissionalizante, além de um atendimento pedagógico aos deficientes físicos e mentais (48). Afif, por seu lado, menciona em algumas oportunidades uma "revolução educacional" da pré-escola à universidade (49).

Nem Collor nem Afif detalham seus planos para o setor, mas se percebe claramente que atribuem ao Estado tarefas na coordenação da reestruturação educacional do País. Os temas deste ativismo estatal, em dois candidatos identificados ao neoliberalismo, não chegam a se constituir em uma contradição com a doutrina do Estado mínimo. Na verdade, o amparo à educação é, antes de tudo, um dever constitucional do Estado, que independe, portanto, dos limites que uma nova proposta de governo imprima às suas dimensões.

Ambos, entretanto, apressam-se em veicular também a importância da iniciativa privada no setor educacional. Collor visita uma tal fazenda Betel, entidade tida como filantrópica e dirigida por um pastor, em Goiás. Nela um grupo de crianças estuda e com seu trabalho produz uma "super-safra", sem ajuda do governo federal (50). Segundo Collor, "o sistema profundamente injusto" pode ser revertido com iniciativas desta ordem. Ou seja, com base em um cálculo neoliberal Collor acaba por indicar opções à crise do setor educacional que são alheias ao Estado. A saída particular é um caminho: ela não depende de ninguém ou de nada, a não ser dela mesma.

No mesmo sentido, Afif fala do projeto "F.E." - fazenda-escola - onde as crianças trabalham, aprendem um ofício e estudam através de um plano totalmente privado (51). Novamente são realçadas as potencialidades do setor privado na tarefa educacional.

Collor e Afif, assim como Maluf, procuram deixar claro ao eleitor/espectador que apesar de a educação ser um direito de todos e um dever do Estado, a iniciativa privada tem uma enorme contribuição a oferecer na superação dos problemas envolvendo o ensino. Se a crise do sistema educacional público é evidente, o mesmo não se pode afirmar em relação ao setor privado. Enquanto aquele prepara poucos e mal, este ensina e orienta o aluno a um saber "útil", através do qual se assimila uma profissão que o habilita ao

mundo do trabalho. Na realidade, o setor privado não é visto apenas como um alternativa a setores em crise do Estado, mas como uma forma superior de gestão das atividades sociais e econômicas.

Para Lula a educação é um dever do Estado que se encontra colocado em segundo plano, decorrendo daí a grave situação educacional - "é inadequado" (52), diz o candidato. As explicações pormenorizadas de seu plano educacional são deixadas ao encargo de assistentes de campanha, pois Lula prefere trazer a questão para o âmbito de sua experiência pessoal:

"Se tem uma coisa que eu vou brigar nesse país é para garantir a todas as crianças ter uma infância sadia e decente. Uma infância que eu não tive particularmente. Porque quando uma criança começa a trabalhar com 13 anos de idade, com 12 anos, com 14 anos, que é obrigado a já pegar o ritmo de uma fábrica, o ritmo da exploração e que precisa compatibilizar esse ritmo de trabalho com o ritmo de estudo à noite, praticamente esta criança deixa de viver. Eu acho importante as pessoas trabalharem, mas acho mais importante a gente garantir que todas as crianças até os 16 anos de idade possam apenas estudar. Para isso é preciso que a gente tenha uma política de distribuição de renda que possa garantir ao pai o sustento do filho."
(53)

O conhecimento da realidade da fábrica, enunciado em nota biográfica sobre sua infância, regula um jogo discursivo com os sujeitos envolvidos: Lula também foi

explorado e percebe nitidamente a injustiça produzida pelo sistema capitalista. Uma das mais flagrantes é a exercida sobre o trabalho do menor, fato já lembrado por Freire e Ulysses. A exclusão social resultante do ingresso dos menores no "ritmo da exploração" incompatibiliza-se com o tempo necessário à formação educacional (54).

Lula explica um dos aspectos da crise do sistema educacional cuja origem situa-se em outra dimensão da sociedade: as relações de trabalho e produção.

A proposta do candidato define a intervenção do Estado como forma de imprimir políticas que rompam com esta situação. Lula fala em um plano de distribuição de rendas, e não em um simples aumento salarial como reivindicava Ulysses, como medida que permita melhores condições de vida a todos e possibilite que o menor dedique-se exclusivamente ao estudo. Ou seja, como para Brizola, Freire e Maluf, também para Lula é importante articular o tema educação a outras variáveis que dêem sustentação a seu projeto para o setor.

O que Mário Covas propõe para o setor educacional não difere substancialmente da tendência majoritária, entre os candidatos, de colocar em prática o que instrui a Constituição Federal. Embora Covas não se manifeste com insistência sobre o tema, quando o faz apóia-se na

estratégia de veicular imagens representativas da crise do sistema educacional acopladas aos pronunciamentos.

No dia do professor, o programa de Covas narra a vida de uma professora com 20 anos de magistério que teve de se mudar para um abrigo sob uma ponte devido ao salário irrisório que recebe, situação, segundo o candidato, "mais freqüente do que se possa imaginar" (55).

A circunstância da baixa remuneração do magistério já havia sido levantada por Brizola e Ulysses. Mas é com Maluf que a situação exposta por Covas mais se aproxima. Enquanto a professora da "novela" de Maluf "mendiga", a do programa de Covas aparece, em uma imagem extremada, como um sujeito vitimado também pela crise do setor habitacional: o professor sem direito à moradia é a expressão de outro pólo de exclusão social e da crise dos serviços públicos. Em ambos os casos, os efeitos dos baixos salários são humilhações e ameaças às condições mínimas de cidadania.

As críticas às políticas educacionais executadas pelos governos anteriores são articuladas pelos candidatos com as perspectivas de Estado que planejam. Os neoliberais defendem o setor privado instalado na área e mostram os avanços obtidos pelos estabelecimentos particulares no campo educacional, o que para eles justifica a manutenção dos subsídios estatais. Freire é único a contrapor-se a esta visão propondo um corte na transferência de recursos

do setor público para o privado e a estatização da educação no sentido de o Estado patrocinar somente o setor público, deixando o privado ao sabor do mercado. Lula e Covas indicam a responsabilidade do Estado na área. Já Brizola deixa claro que os CIEPS podem conviver sem problemas com o setor privado.

De modo geral, as soluções apontadas pelos candidatos relacionam-se ao cumprimento das disposições constitucionais. Para Brizola, Freire e Lula deve-se acrescentar que propõem alterações fundamentais nas condições de vida dos cidadãos. Para Maluf também, mas com o objetivo de garantir a ocupação dos espaços pelos agentes privados.

A falência do sistema educacional público corresponde a uma das esferas da crise do Estado, cujo raio de ação atinge importantes meios ligados à formação da cidadania.

A desestruturação dos organismos estatais envolvidos na aplicação de um projeto nacional de ensino público foi se ampliando cotidianamente no decorrer de sucessivos governos. Ao mesmo tempo, houve a expansão, com o aval público, das instituições privadas que se fizeram acompanhar do estatuto da competência, discurso produzido não por uma qualidade intrínseca e comprovada de cada escola, mas em comparação com o ensino público. De fato, os

neoliberais aproveitaram-se das dificuldades de dos dispositivos constitucionais serem efetivados devido a crise do Estado, e destacaram as formas eficientes com que a iniciativa privada promove o ensino. Embora não falem em privatização do sistema educacional, deixam evidenciado que as responsabilidades estatais devem continuar sendo compartilhadas com o setor privado.

Os argumentos neoliberais voltam a se manifestar nas definições e críticas à política econômica, onde, entretanto, novamente têm de se defrontar com uma concepção de Estado ativista e com amplas responsabilidades sociais.

NOTAS

- (1) CIGNOLI, A. *O estado e força de trabalho: introdução à política social no Brasil*. São Paulo : Brasiliense, 1985. p. 52.
- (2) Ver Constituição Federal, Seção II - Da saúde.
- (3) Segundo o médico e professor da Unicamp Gastão Wagner S. Campos, que retrata o período recente, "a principal evidência concreta que o Sistema Único, no Brasil, ainda é tão-somente uma norma legal a um projeto em esboço nos é fornecida pela maneira como operam estes mesmos hospitais. Não há, ainda, a não ser como exceção, qualquer relação de referência, formal e normalizada, entre os vários níveis assistenciais e a rede hospitalar contratada (a qual detém 80% da capacidade instalada), e tampouco com a pública." (CAMPOS, G.W.S. *Sobre a forma neoliberal de produção de serviços de saúde no Brasil*. In: CAMPOS, G.W.S. *Reforma da reforma: repensando a saúde*. São Paulo: Hucitec, 1992. p. 47).
- (4) CIGNOLI, op. cit., p. 52.
- (5) CAMARGO, op. cit., p. 27.
- (6) BOURDIEU, P., op. cit., p. 178.

- (7) Os pronunciamentos eram, muitas vezes, antecidos por cenas como as descritas abaixo:

Voz em off: "Hospital Regional, cidade satélite, Distrito Federal. Os pacientes estão na fila desde às duas horas da manhã. Os portões se abrem. O povo entra. Mas o sofrimento ainda não terminou... (enquanto transcorrem estas cenas ao fundo escuta-se a simulação de batidas de coração). Falta remédio, falta médico, falta tudo. Quem precisa da medicina pública no Brasil só encontra angústia e desespero. (fim das "batidas de coração")." Programa do PSDB - 1º/10/89

Voz em off: "Ganambi, Bahia. Lá, no interior da Bahia, como em todo Brasil, um dos maiores problemas é a falta de assistência médica (depoimentos de enfermos em um centro de saúde)". Programa do PRN - 31/10/89

Voz em off: "Nesta cidade chamada Teotônio Vilela, a pouco mais de 100 km da capital das Alagoas, não tem esgoto, nem água encanada, as crianças vivem doentes (cenas de crianças brincando, com os pés descalços, em fossas, segundo a reportagem, contaminadas). Teotônio Vilela, uma cidade pobre do nordeste, guarda mais um recorde que dá vergonha ao Brasil: a cada mil crianças que nascem 235 morrem antes de completar um

ano. É a fome (repetição das cenas das crianças)."

Programa do PSDB - 26/09/89

Voz em *off*: "Essas imagens (pessoas pobres em um hospital) são um retrato da saúde pública no Brasil hoje. Hospitais super-lotados, falta de materiais e equipamentos, funcionários mal pagos e desestimulados. Pessoas com doenças graves esperando indefinidamente por atendimento (depoimento no local dessas pessoas). Durante anos a ditadura militar e depois o governo Sarney boicotaram a saúde pública e estimularam a privatização do sistema, e só quem tem muito dinheiro tem acesso a bons hospitais (as cenas focalizam um hospital onde há uma placa com a seguinte inscrição: "não mantemos convênio com o INAMPS")." Programa do PT - 25/10/89

A análise destas cenas pode ser feita segundo a orientação de Greimas e Courtés, que definem a imagem "a partir de uma constatação (...) como uma manifestação auto-suficiente, como um todo de significação, capaz de ser submetido à análise". A leitura/análise destas imagens da campanha (dessas unidades de manifestação auto-suficiente) tem por processo a doença e por resultado a morte do enfermo, do aposentado, ... do cidadão. (GREIMAS, A.J.; COURTÉS, J. *Dicionário de semiótica*. São Paulo: Cultrix, 1988. p. 226)

- (8) Collor só se afasta deste perfil no final do segundo turno. Ver Capítulo I.
- (9) Collor de Mello, 02/10/89, TSE/HN.
- (10) Collor de Mello, 06/10/89, TSE/HN.
- (11) Todos os candidatos paulistas tiveram posição de governo: Covas, Afif e Maluf exerceram cargos, respectivamente, de prefeito, secretário de Estado e governador de São Paulo, e sobre Lula pesava a administração de Luiza Erundina na prefeitura de São Paulo.
- (12) Collor de Mello, 31/10/39, TSE/HN.
- (13) "As instituições privadas poderão participar de forma complementar do Sistema Único de Saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos."
(Constituição Federal, Título VIII - Da ordem social, Capítulo II, Seção II, Art. 199, § 1º)
- (14) Não deixa de ser significativo o fato de o candidato afirmar que vai cumprir a Constituição e que a saúde é um direito de todos e não mencionar em nenhum dos seis programas dedicados ao tema que também é um dever do Estado. Collor parece deliberadamente ocultar o vocábulo "Estado".

- (15) O discurso competente pode ser definido, neste caso, como um discurso cuja legitimidade do enunciador é dada *a priori* porque ele é visto como um especialista no assunto. Busca-se, assim, segundo Greimas, a pretensa imparcialidade que se arroga a metalinguagem científica (GREIMAS, A.J.: COURTÉS, J., op. cit., p. 46-7).
- (16) Programa da FBP/PT, 25/10/89, TSE/HN.
- (17) É importante chamar a atenção que Collor de Mello também se utiliza do discurso competente na voz justamente do diretor do Hospital de Clínicas de São Paulo, o professor Vicente Amato Neto, no programa do dia 03/12/89.
- (18) Lula, 12/12/89, TSE/HN.
- (19) Lula, 23/09/89, TSE/HN.
- (20) Em que pese ser um dos setores do Estado com maior orçamento e por isso sempre lembrado na hora de se promover cortes, além, também, do fato de ser fonte de fisiologismo político, era difícil o governo tocar em áreas onde haviam ministros considerados "fortes", como era o caso do Ministério das Comunicações do governo Sarney, exercido por Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA).

- (21) Mário Covas, 26/09/89, TSE/HN. Evidente que o motivo principal da ida de Covas a Alagoas é a desconstrução da imagem pública de Collor de Mello.
- (22) Esta questão envolvia o problema da SUDENE, que será analisado no Capítulo VI, Parte 2.
- (23) Mário Covas, 1º/10/89, TSE/HN.
- (24) É também o caso de Lula. Ver o Capítulo IV, Parte 1, sobre a inflação.
- (25) Neste sentido Greimas define a "narrativa científica como a transformação de um não-saber em um saber" (GREIMAS, A.J. Acidentes nas ciências ditas humanas: análise de um texto de Georges Dumézil. In: GREIMAS, A.J.; LANDOWSKI, E. (orgs.) *Análise do discurso em ciências sociais*. São Paulo: Global, 1986. p. 41). Sobre uma análise que relacione a competência, ciência e política, ver BOURDIEU, P., op. cit., 1989, p. 185.
- (26) Mário Covas, 18/10/89, TSE/HN.
- (27) Quanto à questão da previdência social Covas deixa indicado, em fragmentos esparsos, propostas gerais de que vai reformar o ministério responsável com o objetivo de reafirmar a cidadania de aposentados e pensionistas.

- (28) Ulysses Guimarães, 18/09/89, TSE/HN.
- (29) Paulo Maluf, 03/11/89, TSE/HN.
- (30) Paulo Maluf fala na "parasitose" em programa do dia 21/09/89.
- (31) "É o que se vê bem na lógica tão tipicamente política da promessa ou, melhor, da predição: verdadeiro *self-sulfilling prophecy*, a palavra pela qual o porta-voz anuncia uma vontade, um projeto, uma esperança ou, muito simplesmente, um porvir a um grupo, faz o que ela diz na medida em que os destinatários se reconhecem nela, conferindo-lhe a força simbólica e também material (em forma de votos e também de subvenções, de quotizações ou de força de trabalho ou de combate, etc.) que lhe permite realizar-se." (BOURDIEU, P., op. cit., 1989, p. 187).
- (32) Paulo Maluf, 16/09/89, TSE/HN.
- (33) Só assim é possível explicar a inexistência de um discurso privatizante para esta área, pois não é consenso dos neoliberais que a saúde seja uma das tarefas mínimas do Estado. Nos EUA, a saúde é completamente privatizada. No neoliberalismo inglês dos anos 80 houve um grande esforço para a privatização destes serviços.

- (34) Roberto Freire, 21/09/89, TSE/HN. Sérgio Arouca, o vice de Freire, médico sanitário, e em alguns programas, particularmente em rápidos fragmentos, ratifica estes princípios enunciados por Freire, exemplo no dia 18/09/89.
- (35) Afif Domingos, 21/09/89, TSE/HN. Referência esparsa em 1º/11/89.
- (36) Leonel Brizola, 23/10/89, TSE/HN. Referência esparsa em 25/10/89.
- (37) Este argumento parece ser correto porque nas demais áreas os neoliberais não são tão claros em atribuir ao Estado tarefas desta magnitude.
- (38) São cenas de crianças na sala de aula, tomando banho, recebendo atendimento médico-odontológico e praticando esportes.
- (39) Leonel Brizola, 24/09/89, TSE/HN.
- (40) Leonel Brizola, 18/09/89, TSE/HN.
- (41) Leonel Brizola, 24/09/89, TSE/HN, por exemplo.
- (42) Roberto Freire, 16/09/89, TSE/HN.
- (43) Ulysses Guimarães, 15/10/89, TSE/HN.
- (44) Ulysses Guimarães, 02/11/89, TSE/HN.

- (45) Paulo Maluf, 17/09/89, TSE/HN.
- (46) Paulo Maluf, 21/10/89, TSE/HN.
- (47) Collor de Mello em 27/10/89 e Afif Domingos em 17/09/89.
- (48) Collor de Mello, 27/10/89 e 19/10/89, TSE/HN.
- (49) Afif Domingos, 17/09/89 e 19/10/89, TSE/HN.
- (50) Collor de Mello, 12/10/89, TSE/HN.
- (51) Afif Domingos, 09/11/89, TSE/HN. O candidato mostra cenas de uma dessas fazendas.
- (52) Lula, 12/12/89, TSE/HN.
- (53) Lula, 14/10/189, TSE/HN.
- (54) Este pronunciamento é uma das poucas oportunidades em que Lula busca a interpelação do eleitor mediato pelo pronome pessoal "eu". Com este recurso o candidato pretende efetivar uma identificação mais exata com os explorador. Sobre o "eu" e o "nós" no discurso de Lula, ver PINTO, C.R.J., op. cit., 1990a.
- (55) Mário Covas, 15/10/89, TSE/HN.

CAPÍTULO IV - CRÍTICA À POLÍTICA-ECONÔMICA DO GOVERNO: O AGRAVAMENTO DA CRISE DO ESTADO

A campanha presidencial realizou-se em meio a uma forte crise econômica no Brasil associada, pela população em geral, ao fracasso da política-econômica do Governo Sarney. A crise foi, portanto, uma questão central na campanha. Para contornar esta situação, todos os candidatos buscavam apontar os culpados e indicavam alternativas para superá-la.

Em virtude da ampla dimensão cotidiana da situação econômica talvez não seja exagerado afirmar que a vitória de um ou de outro candidato dependia muito da forma como significasse a crise e suas soluções ao eleitor.

Mesmo não sendo o objetivo deste trabalho discutir a crise especificamente econômica dos anos 80, traçar-se-á um quadro sucinto da situação do país com o intuito de estabelecer as condições sobre as quais os discursos se construíram.

As análises econômicas sobre a situação brasileira explicaram consensualmente os anos 80 como uma "década perdida" (1). Inúmeros indicadores demonstram esse quadro

negativo, sendo exemplos representativos as taxas do PIB, de inflação, a evolução do salário mínimo e o montante da dívida externa.

O PIB, ao longo da década, tivera um crescimento extremamente modesto, situando-se em torno de 2,9%, índice alcançado devido a uma expansão de 8% em 1980, uma certa recuperação no binômio 1984-85 (apoiado nas exportações) e pelo desenvolvimento gerado em função do Plano Cruzado em 1986. Especificamente em 1989, o primeiro trimestre iniciava-se com uma taxa negativa de -2,54 e fecha o ano com um crescimento de 3,60, instabilidade que sintetiza o perfil da década e a oscilante orientação da política-econômica dos governos que se sucedem no período (2).

Acompanha este processo uma retração de investimentos tanto por parte do setor público como do privado, o que ocasiona uma paralisia na produção de bens e serviços públicos durante a década. O governo perde sua potencialidade como investidor devido à deteriorização continuada das finanças públicas que chegam a exaustão com a crise da dívida em 1982, o que levou o país a recorrer ao FMI no ano seguinte (3).

Em decorrência dos acordos com o FMI instaura-se no país uma recessão que o governo procura atenuar mantendo as tarifas públicas defasadas como mecanismo para conter o

galopante processo inflacionário. Segundo Fabrício A. Oliveira e Geraldo Biasoto Jr:

".... nessa situação, os déficits públicos tornaram-se uma constante, e, na ausência de recursos externos, passaram a ser financiados de forma crescente e temerária com a expansão da dívida interna - da qual inclusive se lançaria mão para honrar os compromissos de uma dívida externa estatizada - o que exigiu contínuos encurtamentos de seus prazos de vencimentos e convidativas taxas de juros para prejuízo das contas públicas e da estabilidade monetária." (4)

O panorama recessivo caracteriza-se por uma dívida externa crescente, investimentos retraídos, as finanças do Estado seriamente abaladas e, finalmente, uma inflação cujos índices atingem patamares alarmantes. A inflação mantivera-se na casa dos 100% entre 1980-82, salta para o nível de 200% entre 1983-85, reduzindo-se para 62% devido ao Plano Cruzado, revigora-se em 1987 ao atingir 366% e finalmente eclode em 1988 com 933% e em 1989 com 1764%, indicando que o país estava no limiar de um processo hiperinflacionário (5).

O governo Sarney deflagra sucessivos planos de estabilização para tentar evitar a hiperinflação, especialmente após o frustrado Plano Cruzado de 1986. No ano seguinte, implanta-se o Plano Bresser afastando temporariamente o perigo da hiper que volta ainda no final desse ano com o fracasso do plano (6).

Ao longo da década, em verdade, estes programas perderam sua eficácia pois não conseguiram produzir efeitos consistentes sobre a economia como um todo. Logo,

".... não deve causar estranheza diante disso que, face à débil capacidade de arbitragem do governo e da pouca eficácia dos instrumentos da política-econômica — que forã se tornando crescente ao longõ da década — as políticas antinflacionárias implementadas no País tenham, ao contrário do pretendido, ampliado ainda mais os desequilíbrios no processo de formação de preços." (7)

Embora se possa destacar como dado favorável desta conjuntura alguns saldos positivos da balança comercial (8), os anos 80 foram decisivamente marcados pelas tensões geradas na década anterior, especialmente aquelas relativas às enormes dívidas internas e externas assumidas pelo Estado. A dívida externa passava ao final do período dos 100 bilhões de dólares, enquanto a dívida interna crescia assustadoramente uma vez que de instrumento de política monetária foi transformada em mecanismo de financiamento do setor público, caracterizando um ciclo vicioso de efeitos perversos. Especialmente em 1989 seguem-se essas condições, só que acrescentadas de uma maior instabilidade, aliada ainda à conjuntura da eleição presidencial.

Após o fracasso da política do "feijão-com-arroz" que vigora no ano de 1988, o governo implanta, no dia 15 de janeiro de 1989, o Plano Verão, que contrariamente a

política anterior promoveu uma forte intervenção na economia, com congelamento de preços, câmbio e salários, acompanhado da desindexação dos ativos financeiros (9).

O Plano Verão apostou em uma política de curto prazo no controle monetário como forma de deter a inflação, colocando, para tanto, as taxas de juros em níveis extremamente elevados, deixando a economia com pouca liquidez. O governo temia que o terceiro congelamento, em um espaço de três anos, levasse o mercado a uma estratégia de antecipação de consumo, o que inviabilizaria o plano imediatamente, estimulando, segundo a visão dos economistas do governo, a inflação. Entretanto, ocorre uma fuga de capitais para os mercados especulativos, como o "overnight", que possibilitem lucros maiores que o investimento no setor propriamente produtivo (10).

Fracassado mais um plano segue-se uma grande instabilidade acentuada pela falta de controle no descongelamento dos preços associado a inexistência de instrumentos de indexação. O último recurso do governo Sarney foi uma recondução à política "feijão-com-arroz" com a criação de um sistema formal de indexação, cujo objetivo era tranquilizar o mercado (11). As medidas não surtiram efeito e a inflação continuou em altos patamares.

Pouco restava ao governo, marcadamente sem credibilidade e sem condições de reeditar planos de

impacto. A solução foi tentar administrar o quadro econômico com a única intenção de deter uma hiperinflação, deixando ao encargo do futuro Presidente da República a resolução dos problemas (12).

Os candidatos à Presidência da República encontram na crise econômica um dos grandes problemas a enfrentar. Paradoxalmente, esta mesma crise não se constituiu em obstáculo, mas em uma matéria-prima valiosa para a construção de seus discursos. A inflação, a exemplo do governo Sarney, é a maior inimiga a ser combatida, somada à incomoda presença da dívida externa.

Citar

1 - A Inflação: o grande problema

Na história recente do país é tema recorrente significar a inflação como equivalente a um inimigo que deve ser combatido. Na campanha presidencial, a forma mais comum encontrada pelos candidatos para justificar este embate é associar o processo inflacionário ao alto custo de vida, percepção que facilita o entendimento por parte da população. A particularidade desta equivalência é que por seu intermédio é possível criarem-se explicações simplificadas para fenômenos complexos em termos econômicos, como é o caso da inflação.

De fato segundo Céli Pinto:

".... o discurso político brasileiro contemporâneo construiu a questão da inflação de forma tal que a média da população do país, mesmo sem entender o mecanismo econômico que gera a inflação, o percebe como um grande mal na medida em que associa inflação a aumento do custo de vida." (13)

O discurso dos candidatos à Presidência da República foi construído de forma a contemplar a forte presença do processo inflacionário no cotidiano da população. O recurso mais utilizado foi efetivado através de cadeias de significados que articulavam às denúncias os responsáveis e/ou às propostas de soluções para deter, a curto prazo, a inflação. Por outro lado, os candidatos levando em consideração os fracassos dos planos anteriores, e procuraram evitar as causas que os inviabilizaram, incorporando medidas de ajuste na própria estrutura do Estado.

As dimensões das propostas de reforma no Estado como mecanismo de equilíbrio para que as políticas dêem o resultado esperado, dependem também de como os candidatos atribuem sentidos à crise geral do Estado, que, por sua vez, é um produto da estratégia de campanha de cada um em particular.

Mário Covas apresenta um plano sistematizado para conter o processo inflacionário. O plano constitui-se de um

conjunto de dez itens que, em síntese, projetam uma profunda reforma no Estado. Os principais pontos da proposta são os seguintes:

"1º - é preciso que o governo gaste menos e melhor (...); 2º - é preciso que o governo acabe com os funcionários fantasmas (...); 3º - é preciso acabar com (...) subsídio, incentivo (...), favores de natureza fiscal do governo (...) que nem sempre é voltado para produtividade; 4º - é a privatização (...); 5º - é acabar com a sonegação (...) cobrando de quem tem que pagar e não está pagando, ou seja dos sonegadores; (...) 7º - a dívida interna (...), o sistema financeiro não vai ser mais um cassino que é hoje, a 8ª medida se refere a dívida externa (...) finalmente, é fundamental, como décima medida, acabar com cartórios, corporativismos, isto é, defesas de interesses de alguns apenas, clientelismo, isto é, favorecimento dos amigos, e mais do que isso, pagar o orçamento e redirecionar os ajustes públicos para os interesses dos menos favorecidos. Com estas medidas é possível, com obstinação, com vontade política, combater a inflação e acabar com ela." (14)

A proposta de Covas para deter o processo inflacionário estabelece um conjunto de medidas que envolvem, praticamente, todos os campos onde se manifestam a crise política e econômica do Estado brasileiro. De certo modo, o plano de Covas procura evitar a inconsistência dos planos econômicos anteriores, cujas medidas específicas chocaram-se, inexoravelmente, com a estrutura do próprio Estado. Ou seja, segundo o argumento do candidato não se

contém e se reverte a inflação caso a parte eminentemente técnica do plano econômico não esteja amparada em variáveis estruturais que lhes garantam a efetividade das ações políticas requeridas para o sucesso global da proposta.

Neste sentido, as medidas enunciadas por Covas propõem reformas que alteram os históricos padrões de funcionamento e práticas do Estado. Para tanto, de acordo com as diretrizes presentes no pronunciamento, a estrutura estatal tem de ser reduzida a limites compatíveis à sua capacidade tributária, funcional, desligando de seus quadros aqueles que oneram os cofres públicos mas não exercem atividades regulares e legais, e patrimonial, através de uma política de privatizações.

Além deste reordenamento, Covas pensa em contornar a crise fiscal do Estado mediante combate à sonegação de impostos e da extinção dos subsídios e incentivos que se desviam do setor produtivo. O objetivo do candidato é desarticular o ciclo no qual o capital investido pelo Estado para auxiliar a produção acabava sendo aplicado no mercado financeiro. Uma forma que os grupos beneficiados por estas operações com a máquina pública utilizavam-se, não apenas para evitar a deterioração inflacionária, mas também pelo fato de o sistema financeiro oferecer uma lucratividade excessiva para os detentores de somas significativas de capital.

O combate à crise fiscal envolve ainda uma reestruturação que para ser completa precisa atacar a fonte de emissão destes recursos: os cartórios e as práticas clientelistas instaladas no Estado. A maneira para se efetivar esta reforma implica em uma reorientação do orçamento público que contemple o conjunto da sociedade. As medidas referentes às dívidas interna e externa são citadas nesse contexto, uma vez que do tratamento dado a elas depende boa parte do controle do déficit público do Estado.

A ênfase, portanto, do pronunciamento é o de diminuir o papel do Estado e reorganizá-lo de modo a propiciar uma intervenção eficiente para debelar o processo de inflação.

Por outro lado, nota-se que Covas ao apresentar o seu plano anti-inflacionário evita apontar os culpados diretos pelo problema. O candidato fala em atacar as normas com a microfisiologia do poder que sobrevive encastelada nas estruturas estatais. Mas esta, embora um inimigo real, é pouco visível para o eleitor/espectador. Na realidade, Covas desenvolve a idéia de que a responsabilidade pela inflação recai na globalidade dos procedimentos de gestão das políticas econômicas governamentais que seriam, incompatíveis com as práticas que conduzem e orientam o estado no Brasil, e cujo resultado é a própria crise deste e os fracassos constantes daquelas.

Covas procura, ao evitar criticar pessoas, grupos específicos ou mesmo o governo Sarney diretamente, manter a posição comedida através da qual pautou sua estratégia política na campanha. Estratégia baseada em um discurso que constrói alternativas à crise do Estado a partir de enunciados técnicos, em detrimento de apelos mais emocionais ou ideológicos.

Ulysses Guimarães é o candidato em cujos programas mais se fala na inflação: ele, Waldir Pires, a voz em *off*, ou, eventualmente, algum político ligado ao partido. O enunciado, independente de quem seja, procura sempre destacar os efeitos corrosivos do processo inflacionário junto à parcela majoritária da população. Geralmente esta é a parte que cabe a Ulysses, sendo atribuição do candidato a vice as críticas mais agudas aos responsáveis pela inflação, onde aparece o próprio governo federal e algumas instâncias decisórias e/ou administrativas do Estado.

Ulysses não chega a omitir-se totalmente de indicar responsáveis pelo problema da inflação, entre eles o governo. Saliente-se que esta postura crítica em relação ao governo é uma exceção nos pronunciamentos de Ulysses e regra nos discursos de Waldir Pires.

As falas de Ulysses que melhor sintetizam a visão de Ulysses sobre o problema inflacionário são enunciadas nos seguintes termos:

"O Brasil vive uma guerra. Ou acabamos com a inflação ou a inflação acaba conosco." (15)

"Vamos novamente falar da inflação. Gostaria (...) que ela não existisse, para não ter que falar sobre esse monstro assassino. A inflação é criminosa, madrasta para os pobres e madrinha pródiga para os ricos. Ela massacra o assalariado que não tem como se defender pois, quando o dinheiro do pobre chega subindo pela escada, a inflação já chegou pelo elevador (...).

"Nesta ciranda dança o povo. Sabe quem paga a diferença que os especuladores levam? É o governo, com o dinheiro que deveria construir o país. O nome disso tudo é inflação, que no dicionário quer dizer: perda do poder aquisitivo e alta geral dos preços. Definição incompleta para o Brasil. Falta dizer que aqui inflação significa lucro para quem tem dinheiro, para quem não tem (...).

"Enquanto o povo perde, os remarcadores e os especuladores lucram cada vez mais com a inflação, aumentando preços e aplicando dinheiro a juros extraordinários (...). o governo também é sócio e responsável pela inflação, porque pela correção monetária dos seus impostos, multas e serviços se beneficia com a inflação. Como Presidente da República colocarei um paradeiro nesta ciranda maligna. Minha primeira batalha será derrubar essa inflação desenfreada, custe o que custar. Por isso quero falar das soluções contra a inflação. Medidas: 1 - fim da ciranda financeira; 2 - respeito à moeda nacional; 3 - equilíbrio nos gastos do governo; 4 - redução do pagamento da dívida externa; 5 - crescimento de 5% PIB ao ano." (16)

A manifestação de Ulysses orienta-se a partir de três questões centrais: 1) o caráter emocional do pronunciamento; 2) uma clara identificação dos responsáveis pelo problema; e 3) um receituário para terminar com a inflação.

Na primeira questão, verifica-se uma reprodução de uma das facetas básicas do modo como Ulysses atribui significados à inflação, quando da divulgação do Plano Cruzado, em 1986: a ênfase em enunciados que denotassem emoções (17). A metáfora da batalha do eventual governo e Estado sob comando de Ulysses contra a inflação é um exemplo deste tipo de construção. A justificativa para esta guerra é dada pelo número excessivo de adjetivos atribuídos ao inimigo: "monstro assassino", "criminosa", "madrasta para os pobres", "madrinha para os ricos", "massacra o assalariado". A inflação de distúrbio econômico passa à categoria de um ente social, perverso, que afeta dramaticamente o cotidiano das pessoas, na sua maior parte desprotegidos diante da sua crescente e insidiosa presença.

A segunda questão - a indicação dos responsáveis pelo problema - adquire, no longo pronunciamento, formas raras nas falas de Ulysses no decorrer da campanha. Normalmente, os discursos sobre a inflação pronunciados por Ulysses restringem-se ao início inflamado e à denúncia dos especuladores e remarcadores que se aproveitam do processo inflacionário. Entretanto, nesse pronunciamento, o

candidato vai além e estende a culpabilidade pela manutenção da inflação ao próprio governo federal. É este quem arca com o ônus dos lucros obtidos pelos especuladores, descapitalizando o Estado e inviabilizando o país. Ulysses esclarece ao eleitor/espectador (e isto é uma ousadia em seus discursos) que o governo também se aproveita da inflação, garantindo ganhos reais através da correção monetária dos seus encargos tributários e fiscais.

Com esta crítica, Ulysses situa claramente as origens do problema inflacionário na condução da política-econômica do governo. Conseqüentemente, a terceira questão - as soluções - implica em rearranjos no âmbito da esfera pública. No entanto, a reforma no Estado proposta por Ulysses para conter o processo inflacionário é enunciada com muito menor ênfase do que a de Covas. Para o tucano, a reestruturação do Estado é fundamental para se derrubar a inflação. A estratégia de Ulysses é diversa. O projeto de reforma estatal aparece desarticulado do conteúdo emocional que toma conta do pronunciamento: ele é um apêndice técnico em meio à demonstração dos efeitos desastrosos gerados pela inflação.

Afif Domingos investe em uma estratégia diferente dos demais concorrentes para falar sobre o processo inflacionário. O candidato do PL salienta os efeitos não só da inflação como também do próprio plano para combatê-la:

".... eu não vou mentir ao povo. O primeiro ano de governo vai ser um ano de muito suor (...). Tem sacrifício no combate à inflação? Tem. Não vamos mentir. Só que chegou a hora de discutir a divisão do sacrifício. Por que o povo, principalmente o de baixa renda, não tem mais o que ser sacrificado. Hoje, no combate a inflação traz recessão sim. E o que nós temos que lutar é para que não haja desemprego. Nós vamos estimular no primeiro ano de governo, enquanto nós combatemos a inflação para ganhar uma moeda estável, vamos estimular as empresas que não demitirem seus funcionários, através da redução da carga tributária para que elas possam suportar a travessia. E além do mais, nós vamos criar uma cesta básica de alimentos e remédios, por que não vai ter um aumento do nível salarial no primeiro ano de governo não. Quem disser isto está mentindo, e não vou mentir para você trabalhador e nem mentir para você aposentado (...). Agora, aqueles que podem se sacrificar, estes se sacrificarão. Ninguém vai ganhar dinheiro na especulação não, por que nós vamos acabar com a especulação e essa taxa de juros que está levando o país à falência, por que ninguém está produzindo. E isto só com muita austeridade, com muita moralidade dentro da máquina pública e isto traz sacrifícios. Vale a pena por que depois do primeiro ano de governo, nós já vamos sentir as conseqüências da retomada do desenvolvimento (...) vamos juntos combater a inflação, sem mentiras, com a verdade." (18)

O pronunciamento caracteriza-se por uma forma de interpelação muito utilizada pelo candidato durante a campanha presidencial: falar a "verdade" mesmo que a veracidade do enunciado não corresponda às expectativas do eleitores/espectadores. A estratégia Afif é a de tentar

criar sujeitos para seu discurso buscando o reconhecimento de uma idoneidade política conferida por uma sinceridade manifesta.

Após estipular o princípio geral que define a "verdade" como o *a priori* do discurso, Afif passa à descrição de seu projeto de combate à inflação, apresentando-o através de uma cadeia de equivalência cujo resultado final é a constatação de que se trata de um plano recessivo. As equivalências são construídas mediante enunciados que prevêm "suor" e "sacrifício" por parte da sociedade, durante o primeiro ano de seu governo.

A instituição de uma política-econômica recessiva, no entanto, poderia ser percebida por uma população acostumada a medidas de impacto como um *déjà-vu* pouco animador uma vez que foram as classes médias e baixas que sofreram os maiores revezes dos planos de estabilização lançados pelo governo Sarney. Para bloquear esta possível percepção, o plano de Afif faz-se acompanhar de medidas emergenciais que compensem a recessão prevista para durar um ano.

O argumento é construído de maneira a relacionar às medidas do plano, políticas que tornem o "sofrimento" suportável. Assim, enquanto a política-econômica se direciona a dar estabilidade à moeda nacional, o Estado cria as condições necessárias à manutenção dos empregos dos

trabalhadores. Com este escopo, destacam-se duas medidas, respectivamente, de caráter liberal e outra social: na primeira, reduz-se a carga tributária do setor privado a pretexto de garantir o nível de emprego; na segunda, Afif propõe a criação de uma cesta de alimentos e remédios básicos com preços controlados pelo Estado, a fim de equilibrar a ausência de aumentos salariais durante a execução do plano (19).

O contexto acima corresponde à cota de "sacrifício" destinada aos interlocutores de Afif, cabendo aos outros, isto é, àqueles que lucram na especulação, um "sacrifício" maior uma vez que o Estado intervirá no mercado financeiro eliminando as fontes que geram o pagamento de juros elevados. Desta forma, o candidato espera impulsionar o retorno dos investimentos para o setor produtivo da economia.

Observe-se que, mesmo para o mais liberal dos candidatos à Presidência da República, a intervenção do Estado, em uma versão austera e moralizada, é necessária na condução da política-econômica destinada a aplacar a inflação. A análise do pronunciamento permite esta inferência desde que restrita ao espaço compreendido para a execução do plano: no primeiro ano de governo o mercado ainda não está completamente liberado. O Estado necessário encontra-se também em Covas e Ulysses e parece ser mais um

indicador dos limites do neoliberalismo no discurso político brasileiro.

Em termos gerais e comparativos, nota-se que as medidas propostas por Afif encontram paralelos nas soluções dos planos de Covas e Ulysses. Também como covas, e diferentemente de Ulysses, Afif não se preocupa em apontar culpados pela existência do processo inflacionário, embora o conjunto de seus pronunciamentos denote a presença do Estado na vida nacional - particularmente daquele comandado pela Nova República - como a instância negativa produtora dos problemas brasileiros.

Enfim, a especificidade do candidato está em apresentar soluções para conter a inflação de modo a homogeneizar os projetos contra o problema: a alternativa recessiva é proposta como a única válida e verdadeira, proposta que ao mesmo tempo define os planos diferentes deste de Afif como engodos. Afif, de fato, aposta em uma eventual neutralização da volatilidade da expressão "verdade" no mercado político, em favor de seu discurso.

Paulo Maluf apresentou-se na campanha presidencial como o candidato que fora derrotado pela Nova República: segundo ele, para fazer um dos piores governos que o país já teve (20). A estratégia adotada tinha por objetivo catalisar o sentimento de frustração em relação ao governo Sarney disseminado na sociedade. A tática que é muito comum

entre os candidatos, adquire nas manifestações de Maluf uma outra conotação: a de recorrência histórica, isto é, o candidato sugere ao eleitor que caso ele tivesse sido o vencedor da eleição indireta para presidência de 1985, a situação não teria atingido os níveis críticos atuais, sendo incluído nesse contexto fictício o controle da inflação.

O processo inflacionário constituía-se, neste sentido, em um dos medidores mais evidentes do fracasso da política-econômica do governo Sarney, cujos índices elevados são reconvertidos no discurso de Maluf de modo a centralizar o problema nos limites da máquina pública. Os fragmentos a seguir são representativos deste argumento:

"Todo mundo agora quer se aproveitar de uma palavra (...) chamada crise. Crise-inflação para levar uma vantagem. Isto virou bode expiatório, o preço está alto (...) foi a inflação. Não foi a inflação só não. Foi principalmente muita safadeza (...) chega de governo fraco, chega de governo covarde. Democracia não é fraqueza." (21)

"Até esta inflação vai fazer o rico mais rico e o pobre mais pobre? Até onde a inflação vai fazer com que o governo arrecade um imposto injusto sem autorização legislativa, em cima do assalariado, do mais pobre? É o governo que aumenta a conta da luz, da água, o gás de cozinha, o transporte, a gasolina, o álcool. Eu vou eliminar a inflação no meu governo. O choque vai ser no governo, eliminando as despesas supérfluas, as mordomias, as nomeações desnecessárias." (22)

"Sabe como vamos acabar com a inflação? Eu sei fazer isso. Vamos equilibrar orçamentos. Vamos impedir que o governo gaste mais do que pode ganhar." (23)

Os três fragmentos fazem parte da estratégia malufista de atribuir as causas dos problemas nacionais ao governo federal. A presença deste como responsável pela existência da inflação é o elo comum que interliga os discursos.

No primeiro fragmento aparece uma construção que é exclusivamente de Maluf. O candidato define o processo inflacionário, inicialmente, como um sinônimo da crise. Em um segundo momento, atribui significados à inflação cujo sentido confere-lhe uma certa inocência que a torna um conceito-vítima a explicar uma dada realidade da qual ela não é a única responsável, pois, além dela, há a "safadeza", por parte daqueles que aumentam os preços de forma desmedida, sob a alegação de acompanhar o processo inflacionário.

O culpado pela situação não são estes aproveitadores mas o governo que não tem força suficiente para inibi-los. Os objetivos - fraco e covarde - através dos quais Maluf responsabiliza o governo federal servem para produzir uma construção antagônica: primeiro o candidato realça seus dotes - ele é forte valente; segundo, em oposição a fragilidade da Nova República, há a

delimitação de uma concepção de democracia onde a força do Estado não é instrumento negligenciável (24).

No segundo e terceiro fragmentos há uma mudança de enfoque em relação ao conceito de inflação que passa a ser concebido com um estatuto perverso. Um dos seus efeitos é manter e maximizar a distância entre ricos e pobres. Também a fraqueza do governo é redimensionada em uma direta responsabilidade pela inflação. Para Maluf, como para Ulysses, o governo beneficia-se com a inflação através da remarcação dos seus serviços e tributos.

Em virtude dessas práticas governamentais, as soluções de Maluf para o problema inflacionário tem por foco a própria ação do governo. Este seria alvo de um "choque", na clara analogia ao "choque de capitalismo" enunciado por Covas meses antes no Congresso Nacional, cuja intensidade deveria ser suficiente para desacelerar a inflação. O conteúdo programático deste "choque" promove uma reorientação nas políticas do governo que alteram padrões de condutas mantidas por estruturas do Estado.

As propostas de Maluf para conter o processo inflacionário, de fato, não são exclusivas do candidato. Elas constam, de um modo ou de outro, nos projetos anti-inflação de Covas, Afif e mesmo de Ulysses. A diferença é que o candidato do PDS, relega a um segundo plano - de não-enunciado - medidas recessivas como as de Afif, ou as

que reforçam o Estado, como as de Covas, preferindo insistir em proposições mais paliativas e de cunho moralizante, cujo símbolo são as mordomias desfrutadas por integrantes dos órgãos públicos. Ou seja, uma proposta situada mais na esfera política, mas de inegável apelo junto ao eleitor/espectador, que via neste tipo de destinação dada aos recursos públicos uma fonte de desequilíbrio das contas do Estado, o que contribuía para agravar sua crise e o impedia de criar mecanismos para eliminar a inflação.

De modo geral, Maluf aproxima-se de Ulysses quando culpa o governo federal pela inflação, embora seja obviamente mais incisivo que o candidato do PMDB. Somente Collor impinge uma crítica mais veemente ao governo pois o ataca na pessoa do Presidente da República, José Sarney.

Collor de Mello, ao longo de sua campanha, procurou enfatizar os problemas do país de forma a simplificar o máximo possível seu entendimento. A estratégia não era de uso exclusivo de Collor, mas, certamente, foi ele quem melhor soube utilizá-la. O candidato efetivou este procedimento, em muitas oportunidades, mediante a construção de claros responsáveis pelos mais graves problemas nacionais. No primeiro turno, normalmente, os problemas eram associados ao governo federal, aos marajás, a Sarney; no segundo, a estes em menor escala e, principalmente, às esquerdas, a Lula. Constituía-se,

também, como base da estratégia a abstenção de comprovações às denúncias formuladas.

A questão da inflação não foge a esta regra e, na verdade, revela um dos mais eloqüentes exemplos desse tipo de produção discursiva. O processo inflacionário fornece ao candidato matéria suficiente para acompanhar as alterações das táticas de campanha impostas pelas circunstâncias do jogo político.

Assim, enquanto Collor mantém a invejável posição de primeiro colocado disparado nas pesquisas de opinião, a inflação recebe um tratamento que difere pouco dos outros candidatos, a não ser pelo fato de o candidato insistir na necessidade de se encontrar uma imediata resolução para o problema. No entanto, durante o *affair* Silvio Santos, quando o candidato sentiu-se seriamente ameaçado, a inflação é associada diretamente ao Presidente Sarney, cujos índices de popularidade eram inversamente proporcionais ao desenvolvimento econômico e ao processo inflacionário no país (25).

O primeiro pronunciamento de Collor sobre a questão da inflação aparece no início da propaganda gratuita e insere, portanto, no contexto da fase inicial da campanha na televisão:

"Minha gente! Hoje nós temos dois grandes inimigos: a corrupção e a inflação. Vamos falar hoje sobre um

deles: a inflação (...). Este grande inimigo (...). Inflação esta que é provocada, sobretudo, pelo governo que aí está. Este governo irresponsável que aí está. Nós hoje estamos pagando de juros da nossa dívida interna - vocês sabem que nós temos duas grandes dívidas, o Brasil tem fruto de governos que se sucederam e que fizeram esta dívida: a dívida externa e a dívida interna; a dívida externa é o que nós devemos lá fora; a dívida interna é o que nós devemos aqui dentro - pois muito bem, pagamos de juros da dívida externa vinte bilhões de dólares por ano, e estamos pagando hoje de juros da dívida interna cinco bilhões de dólares por mês (...). Isto daria para nós construirmos, minha gente, 500 mil casas populares por mês. Ou seja, 500 mil casas vezes doze meses do ano seis milhões de casas (...). esta dívida interna é algo vergonhoso. O governo não pode mais continuar tirando o sangue desta nação, tirando o sangue do trabalhador para se financiar desta maneira. O que nós estamos assistindo, minha gente, é uma concentração de renda enorme. Por quê? Porque só quem está ganhando dinheiro são os marajás do sistema financeiro. Somente eles, somente quem tem dinheiro é que está ganhando muito dinheiro. Concentra-se a renda, ou seja, quem tem dinheiro está ficando cada dia mais rico, e quem não tem dinheiro está cada dia ficando mais pobre. Isso tem que acabar." (26)

O centro da questão inflacionária, para Collor, é o governo federal, aliás o principal inimigo do país, em todas as manifestações do candidato. O governo federal é o responsável pela situação por manter o pagamento dos juros das dívidas interna e externa contraídas pelos governos militares. A imputação desta responsabilidade do governo é prática comum a todos os candidatos. Collor difere ao

tentar explicar ao eleitor/espectador, de forma didática, o que são as dívidas e o que implica a manutenção dos compromissos com os credores internacionais e nacionais.

O Estado, segundo a versão exposta por Collor, é descapitalizado, a ponto de o dinheiro nestes pagamentos ser suficiente para resolver a crise do sistema habitacional do país. A comparação que o candidato faz entre o capital destinado às dívidas estatizadas e o financiamento da casa própria tocava em um tema extremamente delicado e significativo para a maior parte da população, cujos problemas de moradia acentuaram-se na última década, por falta de uma política definida do Estado, de investimentos no setor.

O candidato acusa o governo de estar desta maneira se autofinanciando, em detrimento da sociedade: ou seja, o governo não perde com o processo inflacionário. Ulysses e Maluf também chegaram a esta conclusão ao salientarem que o governo tem capacidade de acompanhar a inflação com a constante remarcação de seus serviços e da elevação da carga tributária.

O produto deste quadro é o agravamento da concentração de renda no país, ampliada pelos mecanismos que formam o sistema financeiro patrocinado pelo Estado. Covas, Ulysses e Afif também chamam a atenção para os efeitos perversos do atual sistema financeiro, que em

última instância, segundo eles, estimularam a especulação e o abandono dos investimentos nos setores produtivos da economia. Para collor, os que lucram nesse sistema são os "marajás", entendidos nesse pronunciamento, como todo aquele com poder aquisitivo para aplicar no mercado financeiro. Ocorre aqui um importante deslocamento discursivo do termo "marajá". Originalmente significava apenas os funcionários públicos com salários elevados, agora significa os que lucram - instituições e/ou indivíduos - sem trabalhar.

Collor cria uma vala comum onde tanto cabem sujeitos vinculados ao Estado como provenientes do meio privado, ou seja, neles podem estar o funcionário público, o político e o empresário-especulador. Deste modo, Collor ratifica sua estratégia isolacionista. Na verdade, ele procura posicionar-se acima do corte entre poder público e iniciativa privada para se colocar na defesa dos mais pobres. Por isto, em uma perspectiva semelhante a de Maluf, Collor salienta como uma das conseqüências do processo inflacionário a concentração da riqueza que torna o "rico mais rico" e o "pobre mais pobre". Ambos, afirmam a disposição em pôr um fim na estrutura que gera esta distorção, pois é fundamental deixar transparente ao eleitor que as condições que mantêm esta situação devem ser reformuladas ou extintas.

Em outro pronunciamento dedicado ao tema da inflação, Collor fala novamente de sua preocupação com os mais pobres e da necessidade de o problema ser combatido imediatamente, antes mesmo da posse do novo presidente. Com este suposto objetivo, Collor divulga o que seria um plano emergencial para controlar a inflação a curto prazo, em um longo pronunciamento, que pode ser considerado um dos exemplos mais bem acabados da estratégia política do candidato no decorrer da campanha. Constam nele, praticamente, todos os elementos que compõem o núcleo discursivo do candidato, isto é, aquilo que invariavelmente deve ser dito ao eleitor/espectador independente do tema em questão.

A inflação, neste caso, fornece um rico acervo de possibilidades para Collor efetivar sua tática. Além do fato de o processo inflacionário ser um dos problemas mais presentes na vida do cidadão, há também a circunstância de ele crescer desmesuradamente durante o transcorrer do pleito.

O pronunciamento, para fins de análise, foi segmentado em três blocos (27):

"Minha gente! A nação brasileira vive um momento muito grave. Os primeiros cálculos da inflação de outubro, divulgados neste fim de semana, indicam uma taxa de 37%. Ainda maior do que a inflação do mês passado (...). Eu mesmo, na minha caminhada pelo país, estou vendo de perto o drama

daqueles que já não conseguem nem mesmo se alimentar e alimentar suas famílias. (...) Não podemos simplesmente cruzar os braços vendo que depois de 21 anos de regime autoritário, o povo cansado de sofrer ainda tem que aguentar um governo totalmente ineficiente e incompetente. Não podemos tolerar essa fraqueza do governo. E como o governo é fraco e não está ao lado do povo, vamos começar imediatamente a nossa luta (...). Não podemos esperar até a posse do novo presidente, em 15 de março. (...). Nesta segunda-feira, a nossa bancada está apresentando no Congresso nacional propostas concretas para começarmos a combater a inflação".

Após situar a questão, Collor aponta os responsáveis por este "sofrimento do povo": os governos militares e a Nova República. Em relação aos primeiros, o candidato procurou dissimular os estreitos laços que mantivera com o antigo regime através de raras referências e críticas a este, mas, principalmente, por centrar seus ataques ao governo da Nova República, desconsiderando o período anterior. É o governo Sarney o inimigo. Ele é o responsável pela inflação porque é "ineficiente e incompetente", enquanto que o ponto negativo dos militares era ter instituído um regime autoritário.

Como para Maluf, a Nova República é um governo fraco, cujas incapacidades sobrepõem-se de tal maneira que torna inviável imaginar-se que possa deter o processo inflacionário. Mas Collor tem um plano. Não só para o caso de ser eleito, mas para uma aplicação imediata. Ou seja, diferente do governo atual, ele tem a capacidade de agir

rápido: quer se mostrar preparado para exercer o cargo a qualquer momento.

A forma institucional de impor seu plano é submetê-lo à análise no Congresso Nacional. Para tanto, Collor conta com uma bancada, sabidamente reduzida, mas, como ele mesmo, ágil, atenta aos problemas nacionais e decidida. As propostas são as seguintes:

"Vamos propor aos parlamentares que em primeiro lugar, congelem os seus subsídios, ou seja, o que recebem como salário e que é pago pelo povo. Com este gesto os parlamentares estarão dando um exemplo que deve ser seguido por todos aqueles que ainda tem amor e respeito por sua pátria. Não é possível que um empresário com consciência cívica não tome também a decisão, ele mesmo, de refrear a alta desmedida dos preços, principalmente aqueles que produzem e comercializam a cesta básica de alimentação do povo. Vamos também propor ao Congresso que exija do Executivo (...) toda a listagem detalhada dos bens móveis e imóveis, as mansões, os carros oficiais e o seu valor, além do quanto o governo está gastando com o pagamento de alimentação, empregados, viagens de graça. Mordomias absurdas para quem deveria apenas estar trabalhando pelo povo".

A tônica das medidas de Collor para controlar o processo inflacionário não se vincula a projetos de ordem técnica, mas sim morais. O candidato propõe enviar ao parlamento um conjunto de propostas que moralizem o setor público em seus níveis legislativos e executivos, incluindo a gestão da própria estrutura do Estado.

Assim, a primeira proposição de Collor, feita pelo líder de sua bancada na Câmara dos Deputados, é o "congelamento" dos vencimentos dos parlamentares, medida que ia ao encontro das expectativas da população que considerava os rendimentos dos deputados e senadores exorbitantes. Segundo Collor, este procedimento seria um estímulo a ser seguido, principalmente, pelos empresários responsáveis pela "cesta básica" de alimentos.

A garantia da cesta básica é uma das medidas do plano de Afif e como se notará também de Lula. No entanto, para Lula e Collor, o tabelamento dos gêneros alimentícios básicos deve passar a vigorar imediatamente. Para Afif, a medida constitui-se em um dos itens do seu plano recessivo de combate à inflação, logo postergando para ser aplicado após uma eventual vitória sua no pleito. Por outro lado, para Lula, e mesmo para Afif, esta medida é um resultado efetivo da intervenção do Estado na economia, enquanto para Collor ela não implica em um plano de controle sobre o meio privado é uma política de bons exemplos concretizada através da moralização pública. A partir desta, criam-se as condições necessárias para se reativar no país uma crença patriótica, na qual o mercado se integraria pela auto-regulamentação de seus preços e níveis compatíveis com o poder aquisitivo da população.

O argumento de Collor leva à conclusão que o mercado não é o causador da inflação. Ele age por impulsos:

se não confia no poder público, o mercado defende-se com a remarcação dos preços; se confia, se identifica neles atitudes corretas e condizentes com seus interesses, condenadas na fórmula "os interesses do país", ele contribui para a reversão da política de antecipação inflacionária que acarreta o aumento generalizado de preços. O mercado é, bem como a sociedade em geral, uma vítima e um reflexo, respectivamente, do processo inflacionário e da imoralidade estatal.

A outra medida é, exclusivamente, pertinente ao Estado. Collor "exige" - pois se trata de um governo fraco, sem legitimidade, com o qual não se deve ter respeito, enfim, dele não se "solicita" - um inventário das "mordomias absurdas". O candidato não explica no que afeta o processo inflacionário esta sua exigência, mas fica claro que as mordomias desfrutadas por aqueles que ocupam cargos no Estado relacionam-se com a existência do problema. Por outro lado, o argumento funciona como uma interpelação direta àquelas camadas da sociedade que viam com maus olhos os vencimentos dos parlamentares e, evidentemente, os gastos do erário público com a acomodação de seus funcionários. Collor, como Maluf, anuncia a extinção das mordomias como medida para conter a inflação e, ao mesmo tempo, tentar evitar os aspectos mais técnicos e polêmicos que envolvem a questão. Mas, na impossibilidade de abster-se totalmente de propor medidas desta ordem, Collor propõe

duas alternativas complementares sendo uma delas, na verdade, central nos outros candidatos:

"Mas nós faremos mais; nosso líder na Câmara dos Deputados, Renan Calheiros, apresentará à Comissão que estuda o orçamento da União duas emendas: 1ª - limitando o pagamento dos juros da dívida externa. Com isto estaremos poupando bilhões de dólares para investir na melhoria de qualidade de vida do povo brasileiro. A segunda propõe que se faça uma complementação orçamentária para os meses de janeiro a março do ano que vem, além de um novo orçamento para vigir a partir do primeiro dia de trabalho do próximo Presidente. (...). Estaremos assegurando que o governo que aí está não terá recursos para, de novo, desperdiçar em projetos que não interessam ao povo".

A primeira das emendas a ser apresentada à Comissão que elabora o orçamento geral da União no Congresso Nacional é comum a todos os presidencialistas: limitar o pagamento dos juros da dívida externa. A especificidade de Collor está na destinação dada ao montante dos recursos não mais aplicados nesses pagamentos: o investimento no social, segundo o pronunciamento anterior, em setores como o habitacional.

A segunda emenda é enunciada apenas por Collor. O candidato propõe, por intermédio desta medida, um voto de desconfiança ao governo Sarney, ao sugerir a criação de uma dotação orçamentária exclusiva para os três últimos meses do ano. Esperava, assim, evitar que a Nova República

desviasse capitais de última hora para projetos, segundo Collor, de duvidoso interesse público.

Collor de Mello é o candidato que mais investe na equivalência entre o governo federal e a inflação e também nas propostas de reformas moralizantes do setor público. Estas últimas incidem sobre o poder Legislativo, pois afinal Collor não se define como um político, premissa através da qual procurou, ao longo da campanha, garantir sua legitimidade de enunciador; e sobre o Estado, pois afinal Collor também não é como Sarney, o mantenedor da estrutura corrupta da máquina pública, e pessoa na qual o candidato depositará toda a responsabilidade pela inflação em determinado momento da campanha.

O candidato utiliza-se do recurso de personificar em Sarney a culpa pelas causas e manutenção da inflação na ocasião em que eclode o episódio da candidatura Silvio Santos, cujo patrocínio foi atribuído por Collor ao grupo palaciano (28). Esta foi a mais dura e direta crítica dirigida ao governo Sarney assistida durante toda a campanha presidencial:

"Se alguma culpa desta inflação existir, essa culpa é do atual Presidente da República, corrupto e incompetente." (29)

"Peço licença, minha gente, para hoje falar com uma pessoa em particular. Com um homem que desgraçadamente ainda ocupa a Presidência da República. Gostaria de

tratar o Sr. José Sarney com elegância e respeito. Gostaria, mas não posso. Não posso porque estou falando com um irresponsável, com um omissor, com um desastrado, um fraco. (...), um cidadão de más intenções, que não dignifica o cargo que ocupa (...) um dos piores presidentes que o nosso país teve a infelicidade de ter. (...). O Sr. é culpado pela maior inflação de todos os tempos." (30)

No primeiro fragmento, Collor marca a associação entre Sarney e o processo inflacionário. A equivalência é um produto explicado pelos adjetivos com os quais Collor designa o Presidente da República: corrupto, em decorrência das "más intenções" de Sarney; incompetente, devido à sua irresponsabilidade, omissão e fraqueza.

Ao se articular o conjunto dos adjetivos presentes nos dois fragmentos sobre a inflação, observa-se a construção da imagem de dois "tipos ideais" de políticos em embate permanente: de um lado, Collor, "jovem, bem intencionado, apto à luta"; de outro, Sarney, portador de "qualidades" desonrosas, contra os quais políticos como Collor devem combater (31).

Em outro sentido, a corrupção e incompetência do Presidente Sarney caracterizam uma crise governamental que, por sua vez, é um sinalizador da crise do próprio Estado; percebida como um efeito da desorientação do executivo que gera vícios, em sua estrutura normativa, e ineficiência, na sua rede de prestação de serviços, além, é claro, de não

ser capaz de propor uma política-econômica menos perversa (32).

Ao centralizar a culpa pelo processo inflacionário especificamente em José Sarney, Collor afasta-se das formas mais comuns entre os presidencialistas para dar sentido ao problema. O candidato não apresenta um plano efetivo e sistematizado para debelar a inflação, como Covas, Ulysses e Afif, mas, de maneira mais clara que estes, constrói um responsável pela inflação, maximizando o que se encontra no pronunciamento de Paulo Maluf sobre o problema.

Para Collor, as questões eminentemente econômicas subjacentes ao processo inflacionário e as políticas econômicas conduzidas pelo governo, que poderiam fornecer exemplos positivos ou negativos, perdem em importância diante do discurso anti-Sarney. Caberá a Lula fazer o contraponto à redução de Collor, ampliando o leque dos responsáveis pela inflação.

Luís Inácio Lula da Silva, trata a questão da inflação, no que concerne às suas causas, de forma distinta de seus adversários. Em todos os pronunciamentos do candidato sobre o tema encontram-se propostas para reverter a situação, muitas delas semelhantes aos outros presidencialistas, aliadas a definição das raízes do problema inflacionário.

Lula ultrapassa um limite que parecia fixado consensualmente entre os candidatos de imputar as responsabilidades pela inflação estritamente ao governo federal e àqueles que especulavam no mercado financeiro. Para o candidato do PT, as origens da inflação são mais profundas e abrangentes, atingindo outros segmentos da sociedade, como a empresariado, cujos poderes eram suficientes para mantê-los com uma imagem de vítimas do processo e não como uma de suas causas.

Os pronunciamentos de Lula sobre a inflação são numerosos e só perdem em quantidade para Ulysses Guimarães. Essas falas têm uma característica comum: são coerentes entre si. Em princípio, esta constatação pode parecer evidente, mas considerando-se as especificidades do jogo político que se desenvolve na campanha presidencial, verifica-se que este procedimento nem sempre é a regra. Dependendo do candidato, um número excessivo de pronunciamentos sobre um mesmo tema pode acarretar variações nos conteúdos dos seus termos de acordo com o público alvo. É possível também, em função desse excesso, que em determinados temas alguns candidatos procurem dissimular suas relações com o regime político anterior, ou com os responsáveis por aspectos da crise, seja ela econômica, política ou institucional.

Poucos são os candidatos que não se adaptam ao público a que estão se dirigindo, ou que não procuram

encobrir seus vínculos comprometedores (33). Entretanto, em alguns temas, um ou outro candidato, fogem a este perfil, mesmo que gerem polêmicas e corram o risco de perderem eleitores em função da intransigência política. Casualmente, ou não, com base no material analisado, encontram-se exemplos de questões defendidas do início ao fim da campanha nos candidatos situados no campo da esquerda. Brizola insiste no projeto educacional dos CIEPS apresentando-o invariavelmente com as mesmas diretrizes. Freire defende incondicionalmente a estatização dos setores de saúde e educação à revelia do neoliberalismo. E os argumentos de Lula sobre o processo inflacionário, a dívida externa e reforma agrária são mantidos mesmo quando o candidato passa o segundo turno, momento em que muitas posições e propostas de plano de governo são revistas ou relativizadas, para se contemplar a consolidação de alianças e apoios formados com vistas à decisão final da eleição.

O argumento de Lula articula-se em torno de três questões: 1) o funcionamento do mecanismo que gera a inflação e as conseqüências nocivas do processo; 2) os responsáveis e as vítimas do problema; 3) as propostas para solucioná-la; e 4) um plano emergencial para começar a lutar imediatamente contra a inflação.

A primeira questão aparece enunciada do seguinte modo:

"Mas é exatamente cenas como estas, do investimento no ouro, do investimento no dólar, ou mais grave ainda, do investimento no over, aonde este ano 15 bilhões de dólares foram lucros para os empresários, saídos do setor público, ou seja dinheiro do Estado, que deixou de ser investido na produção para ir para os cofres dos patrões. São dinheiros como esses, são dinheiros como aqueles aplicados no ouro e no dólar que causam inflação."
(34)

"Nós corremos o risco de ir para a hiperinflação. Ou seja, a hiperinflação é a briga do rico contra o rico. (...) É o rico ao invés de aplicar dinheiro na produção, aplica dinheiro no dólar, no ouro, na compra de imóveis, em prejuízo da classe trabalhadora (...) que gostaria de ver a economia gerando novos empregos, gerando distribuição de renda e que não vê por que o dinheiro está sumindo da praça." (35)

O primeiro fragmento deixa claro ao eleitor o que é a especulação financeira e quem obtém os lucros provenientes destas aplicações: os empresários. O capital excedente obtido pelos investimentos no mercado financeiro, a fabulosa quantia de 15 bilhões de dólares o que equivale a aproximadamente a 13% da dívida externa brasileira em menos de um ano, procedem dos recursos do Estado, cujo compromisso com esse sistema inviabiliza as áreas produtivas pela ausência de aplicações nesses setores da economia. Resulta daí uma inversão no fluxo das prioridades sócio-econômicas pois o Estado que deveria investir seus recursos para o benefício da maioria, acaba por privilegiar um núcleo reduzido, chamado por Lula de "os patrões".

É este mecanismo circular e perverso que, segundo Lula, produz a inflação. A situação tende a se agravar e a trazer consigo efeitos mais desastrosos, a hiperinflação. Se a inflação pode ser caracterizada com um campo fértil do desenvolvimento daqueles que tem dinheiro em detrimento dos que não tem, a hiperinflação seria uma luta darwiniana entre aqueles que sobreviveram neste seletivo mercado e tornaram-se os mais ricos.

Ulysses, Maluf e Collor, principalmente, os dois últimos, também mencionam que um dos efeitos do processo inflacionário é a concentração da riqueza. A diferença de Lula em relação a esses candidatos é a construção do sujeito-vítima da frustrada política governamental, cujo resultado é a inflação. Para aqueles o contrário do rico é um personagem que padece, sofre, mas não tem identidade política" são os pobres; para Lula é a classe trabalhadora, grupo dotado de historicidade, que, embora empobrecida, tem, nesse caso, objetivos claros: uma economia florescente e redistributiva.

Na perspectiva de Lula, a política-econômica do atual governo em conluio com os empresários (igual aos ricos, igual aos patrões) criou um sistema para produzir riquezas que dispensa a valorização do setor produtivo, que prescinde, portanto, da classe trabalhadora como agente fundamental ao desenvolvimento do país.

Na segunda questão temática Lula marca de forma clara quem são os responsáveis e os prejudicados por esta situação, simbolizada na capacidade de a inflação persistir:

"Você percebeu que ninguém está dizendo a não ser da Frente Brasil Popular, quem é o responsável pela inflação? Porque todos eles quase, são responsáveis pela inflação: é o banqueiro, é o latifundiário, é o grande empresário, é o especulador, é o agiota." (36)

"Aparece na televisão, clinicamente, os empresários e o governo dizendo que são contra a inflação e querem acabar com a inflação (...). Entretanto, como os empresários detêm quase 60% dos meios de comunicação, neste país, ou seja, de todo noticiário jornalístico desse país, eles ainda tentam passar a idéia que é o trabalhador que é o culpado pela inflação." (37)

"Quem não é responsável é o trabalhador, porque este ganha um salário tão miserável que se causasse inflação o salário dele, a inflação seria zero." (38)

Uma das tarefas de Lula ao tratar da questão inflacionária, é desmascarar o conchavo entre os responsáveis pela inflação, dando outros sinônimos àqueles que os demais candidatos denominam como "remarcadores" ou "especuladores". O candidato do PT associa a esses tipos, os proprietários dos bancos - aí entendido os particulares e estatais -, de terras, os grandes empresários, entre estes os donos das redes de comunicação no país.

Na fala de Lula os mega-empresários do setor de informações são os responsáveis pela inversão da imagem dos reais culpados pela inflação: não são eles, nem o governo, que querem, inclusive detê-la, segundo a mensagens transmitidas nos noticiários de televisão; são os próprios trabalhadores, às custas de seus ínfimos rendimentos, os responsáveis pelo problema (39).

A terceira questão que aparece nos pronunciamentos de Lula sobre o processo inflacionário são as propostas para debelá-lo:

"Nós vamos acabar com a inflação suspendendo o pagamento da dívida externa, renegociando a dívida interna, acabando com a especulação financeira. Quem quiser ganhar dinheiro vai ter que ganhar dinheiro investindo na produção, seja na indústria, seja na agricultura. Nós vamos acabar com a inflação fazendo uma política de reforma agrária, fazendo uma política agrícola (...) e moralizando o Estado. " (40)

Nota-se que algumas das propostas de Lula encontram semelhanças com os outros concorrentes ao Palácio do Planalto. É o caso da renegociação da dívida interna e o fim da especulação financeira. Lula difere radicalmente em dois pontos: 1) na questão da dívida externa, onde é o único a propor a suspensão total do pagamento, enquanto as propostas dos outros são mais temporizadoras, como se observará no tópico seguinte deste capítulo; 2) é a reforma

agrária, medida que faz sentido neste contexto porque Lula co-responsabilizou os latifundiários pela inflação.

A última medida proposta por Lula para conter a inflação é a moralização do Estado. É importante frisar que ao longo da campanha presidencial, o Estado foi apresentado por Lula como um agente a serviço dos grupos dominantes da sociedade. Esta observação adquire maior destaque uma vez que Afif e Collor, candidatos no extremo oposto ideológico de Lula, também defendem a moralização pública como medida anti-inflacionária. A proposta comum aos três candidatos é a de evitar a corrupção estimulada pelo mercado financeiro e o desperdício de verbas públicas. Lula e Afif adicionam a estas medidas que prevêm o término do mercado especulativo, um projeto de política-econômica onde são criados novos parâmetros de aplicação financeira, cuja rentabilidade depende do investimento no setor produtivo. Entretanto, nem Afif nem Collor, estabelecem claramente quem é o especulador (em que pese para Collor ele significar uma variante do termo "marajá"). A única certeza divulgada por ambos é a de que a constituição deste sujeito (especulador-marajá), que se aproveita do mercado financeiro, se concretiza porque há o incentivo governamental que o estimula através do alto retorno propiciado por suas aplicações.

Para Lula, estes agentes utilizam-se do Estado, que por sua vez recolhe parte do capital investido por eles

para se autofinanciar e, assim, continuar mantendo seus compromissos com os grupos poderosos da sociedade. A base para este argumento reside na própria construção operada por Lula dos sujeitos responsáveis pela inflação: a classe empresarial e o governo federal.

Com efeito, o ato moralizador não é apenas pôr fim à especulação, mas um rompimento dos laços existentes entre o Estado e o empresariado, afastado da produção e o subsídio pelo setor público. Os outros candidatos, principalmente os vinculados ao neoliberalismo, não podem construir um discurso de rupturas desta ordem pela simples ausência, em seus pronunciamentos, dos empresários como agentes beneficiários dos efeitos da política-econômica do governo, isto é, do processo inflacionário. Eles procuram preservar ao máximo as instâncias do meio privado, atribuindo todos os problemas do país à incompetência estatal. Ao mesmo tempo dissimulam os vínculos históricos da classe empresarial brasileira com o Estado.

Finalmente, Lula, como Collor, preocupa-se com a atualidade e voracidade da inflação sobre os trabalhadores e como esses a suportarão até a posse do novo Presidente da República:

"Mas você já se perguntou como é que o povo trabalhador desse país vai viver até março do ano que vem? (...). Só tem uma solução: 1º) é o Presidente Sarney deixar de ser irresponsável junto com o seu ministério. É preciso

adotarem medidas urgentes e já (...) é preciso que a gente adote a política de dizer publicamente que o Brasil precisa suspender o pagamento da dívida externa imediatamente; (...) que tenha um fim a especulação financeira; (...) um fim a sonegação de impostos; é preciso que haja uma política de congelamento de preços de primeira necessidade (...) a preços compatíveis com o salário (...). É preciso que haja uma mudança radical para que a sociedade brasileira possa aguentar até dia 15 de março." (41)

Lula, inicialmente, ratifica a crítica ao governo Sarney, ou seja, quem detém os instrumentos mais eficazes para executar um plano emergencial contra a inflação e cuja irresponsabilidade, segundo o candidato, vem sendo uma causa importante na manutenção dos índices inflacionários ascendentes.

A apresentação do projeto emergencial de Lula, diferentemente do de Collor, é uma antecipação de medidas centrais do seu plano para conter a inflação. Lula sugere, assim, que está apto a assumir o governo mas não por ser um anti-Sarney como Collor e sim porque conta com um partido e um programa aplicável a qualquer momento e sob qualquer circunstância. Basta a aquele que queira pô-la em prática ter vontade política; uma vontade política radical. Em um lapso tão curto de tempo, entre o pleito presidencial e a posse do presidente eleito, a execução de uma política dessa natureza seria, realmente, uma medida radical, como a define Lula. Seria a desestruturação das políticas governamentais da Nova República e a efetivação de uma

concepção de Estado interventor nos processos sócio-econômicos. Uma afronta ao neoliberalismo, cujas portavozes na campanha presidencial encontram dificuldades para desvencilharem da (in)cômoda presença do Estado.

Resumindo, para o candidato do PT a inflação não é uma entidade autônoma e neutra, efeito de um homem, ou produto de um distúrbio econômico passageiro e que se possa resolver sem alterações estruturais. Antes é necessário uma diminuição dos lucros da classe dominante e um fim nas formas atuais de gerenciamento do Estado.

Leonel Brizola manifesta-se relativamente pouco a respeito da inflação. A questão aparece, normalmente, quando o candidato fala sobre as condições requeridas para se fazer um governo estável.

Como os seus adversários de campanha, o candidato do PDT responsabiliza o governo federal pela inflação desmedida. Entretanto, o foco principal das críticas de Brizola são endereçadas ao capital internacional, a quem o candidato atribui responsabilidade pela inflação, fato que o diferencia dos demais, uma vez que nem Lula, que ampliou consideravelmente a lista dos culpados, chegou a este grau de particularidade.

O pronunciamento mais representativo desta postura é o que se segue:

"Para que haja estabilidade é preciso que a exploração internacional seja enfrentada porque do contrário vamos continuar mergulhados na inflação. Eu vos afirmo, eleito Presidente, vou tratar de pedir sacrifício, o maior sacrifício àqueles que acumularam o grande capital (...), principalmente, o capital estrangeiro. Eu vou dizer por exemplo ao capital estrangeiro (...): nós não estamos mandando vocês embora, nós estamos dizendo o seguinte: até que se normalize a economia brasileira vocês não vão mandar um tostão para fora. Vamos suspender a remessa de lucros, porque um país que está mergulhado na inflação, como está, não pode estar remetendo nada para o estrangeiro, tem que se refazer primeiro. O governo vai dizer: o que querem? Enquanto alguns poucos continuam ganhando, a generalidade do povo brasileiro sente perder, sente diminuir o seu poder aquisitivo (...). A partir do primeiro dia, aumentou preço, aumentou tarifa, aumentou passagem de ônibus, podem crer, na mesma hora nós estamos elevando o salário." (42)

O ponto de partida de Brizola provém da constatação do fato de a inflação poder ser considerada um problema decorrente do fracasso da política-econômica dos governos, que se sucederam até então no país, e que foram, no mínimo, sancionados pelos organismos financeiros internacionais.

Excetuando-se a complexa questão da dívida externa, nenhum dos candidatos relaciona de maneira direta, a inflação e o capital estrangeiro, como faz Brizola. Para este, caso mantenham-se as regras atuais que permitem o livre funcionamento das multinacionais no país, não haverá estabilidade política e econômica, pois a inflação não

cederá. Ou seja, para o candidato o processo inflacionário é um produto da atuação do capital estrangeiro.

Brizola pedirá ao setor privado internacional um sacrifício maior, como solicitará Afif aos espectadores, pois já acumularam o bastante e em consequência devem agora suspender as remessas de lucros para suas sedes de origem. No entanto, a reivindicação de Afif não tem relação com a concepção de Estado que defende, o neoliberal, e sim parece ser uma forma de purificar o mercado. Em Brizola, ocorre o oposto. Sua postura é uma decorrência eminente da noção de Estado nacionalista, segundo a qual o candidato pautou sua estratégia de campanha. Mas em função de uma forte presença das idéias neoliberais, Brizola não chega ao ponto de consolidar uma posição xenófoba. Na verdade, o enfrentamento com o setor multinacional limita-se ao espaço de tempo necessário para se efetivar o processo que culmina na estabilização depois. Brizola não desconhece o potencial econômico e o poder político destas empresas, tanto assim que lhes autoriza a permanecerem operando, desde que sob a vigilância e supervisão do Estado.

Neste sentido, o candidato simula um diálogo dele, como virtual Presidente da República e com a legitimidade que o cargo lhe confere, e os empresários do setor privado internacional: "O que querem?" pergunta o "Presidente"; querem manter a situação de desequilíbrio onde eles e

outros poucos ganham muito e o "povo brasileiro" continua com seu poder aquisitivo aviltado? Isto é, a maior parte da sociedade permanecerá submetida ao efeito inflacionário, produto desta balança negativa. Daí a necessidade do Estado para disciplinar as relações entre o setor privado, o próprio setor público no que tange a política-econômica e a sociedade.

O afastamento entre ricos e pobres como produto deletério da inflação é um tema comum, além de Brizola, a Ulysses, Collor, Maluf e Lula. Para os quatro primeiros, o governo federal, a inflação e, no caso específico de Brizola, o capital estrangeiro são os responsáveis por este crescente distanciamento, sendo que o pólo mais prejudicado é construído como um sujeito passivo à espera da nova política-econômica do presidente que será eleito. Já para Lula, a questão é mais ampla porque envolve não apenas o governo mas a classe empresarial como agentes maximizadores desta separação social. Para o candidato do PT, cujos discursos ao longo da campanha caracterizaram-se por sua imersão neste sujeito coletivo - os trabalhadores - (expresso através da constante presença do pronome pessoal "nós"), a classe trabalhadora constitui-se em um sujeito capaz de gerir o Estado e, portanto, controlar o processo inflacionário.

As propostas de Brizola, em síntese, revelam um plano comedido. Restringem-se a suspensão da remessa de lucros para o exterior e a correção salarial imediata em caso de aumento de preços, tarifas e serviços. Não há em seu plano projetos de reforma no Estado como medida para deter o problema, nem um conjunto articulado e sistematizado de futuras políticas governamentais dirigidas ao combate específico do processo inflacionário.

A inflação, considerada pela maioria dos candidatos como o maior problema do país, era para Brizola, apesar das considerações acima, um tema relevante. Embora não tenha tido um tratamento especial, como o dado ao tema por alguns candidatos, a inflação aparece nos pronunciamentos de Brizola com a mesma importância que é dispensada, pelo candidato, aos outros problemas nacionais: o de coadjuvantes, pois é da solução destes problemas, principalmente, ou inicialmente da inflação, que depende a estabilidade do Estado, do governo, da nação, ou seja, das condições ideais e necessárias para a efetivação de seu plano central, a educação pública.

Os pronunciamentos sobre a inflação caracterizam uma dimensão crônica da crise do Estado brasileiro, que é o gerenciamento da sua política-econômica, cujo ápice negativo dá-se na conjuntura da campanha presidencial.

O período marcava os estertores da chamada "década perdida" que tivera seus custos absorvidos pelo Estado, através da manutenção de compromissos de todas as ordens entre o governo, a burocracia pública e grupos reduzidos da iniciativa privada.

A situação agravou-se durante a Nova República, principalmente, após os fracassos dos seus planos de estabilização. O governo opta por continuar patrocinando um mercado financeiro, cujos fundos para cobrir os juros obtidos pelos investidores eram verbas do próprio Estado. Havia, em consequência, um desestímulo às aplicações no setor produtivo. Além disto, o governo procurava corrigir constantemente suas tarifas e serviços como medidas para cobrir seu déficit interno.

Os reflexos mais graves dessa política foram no campo social. A área foi descapitalizada a ponto de desestruturar as políticas públicas elementares, como saúde, educação e habitação, deixando a imensa maioria da população sem o amparo desses serviços, dos quais ela dependia quase que exclusivamente.

A inflação agregava este mosaico dramático por ser considerada o principal problema e, sob certo aspecto, a maior responsável pelos males do país. O processo inflacionário ocupou a faixa nobre no horário eleitoral,

tornando-se um dos temas mais discutidos durante a campanha presidencial. A omissão em relação ao problema constituía-se em um risco que não compensava o benefício proveniente com a enunciação, pois o assunto era uma das melhores sínteses não só do fracasso da política-econômica do governo, mas da própria atuação do presidente Sarney.

Os candidatos, portanto, não deixam escapar a chance de enfatizar que o culpado pelo problema é o governo da Nova República, um alvo claro e definido para o eleitor/espectador, cuja impopularidade foi angariada, em boa parte, por efeito da ascensão inflacionária. Collor chega a associar Sarney à inflação, enquanto Lula amplia a responsabilidade também aos empresários e Brizola ao setor privado internacional instalado no país.

Falar sobre a inflação implica em algum tipo de proposta para eliminá-la. São perceptíveis nos pronunciamentos dois tipos de projetos: um núcleo comum de proposições entre os candidatos, embora, muitas vezes, com conteúdos heterogêneos; e as medidas particulares de cada presidenciável, que variam de acordo com a estratégia de campanha de cada um.

O núcleo comum pode ser sintetizado da seguinte forma: Covas, Ulysses, Collor, Afif e Lula são favoráveis ao fim da especulação financeira; Covas, Ulysses, Collor e

Lula referem-se a necessidade de se renegociar as dívidas interna e externa do Estado; Collor, Afif e Lula propõem medidas para moralizar o setor público, e, enfim, Collor e Lula ressaltam a grave situação e afirmam ter planos factíveis para debelar o processo inflacionário imediatamente.

O fator mais importante, em termos discursivos, dos planos não são tanto suas capacidades efetivas e comprovadas para controlar inflação, mas o anúncio da intenção de acabar com o problema. O discurso converge para este princípio, respaldado em uma lógica que se aproveita de todas as circunstâncias que envolvem a questão: é consenso que o mecanismo gerador da inflação é de difícil entendimento para o eleitor/espectador desabitado à retórica econômica e que, portanto, deve ser enunciado de maneira a facilitar sua compreensão. Conseqüentemente, nada mais "natural" que as propostas sigam o mesmo percurso. A fórmula encontrada para se construir o argumento foi, por um lado, a de realçar a evidência da inflação no cotidiano do cidadão, apontando responsáveis claros pelo problema: governo, Sarney, empresários e capital estrangeiro. Por outro lado, procurava-se aliar a essas premissas, enunciados propositivos que contivessem, de uma forma ou de outra, a afirmação de que haverá combate ao processo inflacionário no novo governo, mesmo que à fala não correspondam provas de funcionamento do plano divulgado.

De modo geral, a inflação constituía-se em um elemento de corrosão econômico-social e institucional. Mesmo que a maioria dos candidatos diga que apesar de tudo o governo federal não perde com o problema, o máximo que o sistema montado para financiá-lo atinge são níveis limitados, na medida em que é impossível deixar de perceber a desestruturação da máquina pública. Com efeito, também não são poucos os candidatos que propõem a reforma do Estado como parte de planos para controlar o processo inflacionário, pois a memória recente informava que a falta de uma estrutura estatal minimamente eficiente foi uma das principais causas dos fracassos dos projetos anteriores de combate à inflação. Na verdade, era um ciclo vicioso: o resultado desta ausência estrutural e da manutenção da inflação era o agravamento constante da crise do próprio Estado (43).

Assim, a inflação é significada como o problema de política-econômica mais premente a ser enfrentado; é o inimigo número um. Entretanto, não é o único. Há, no mínimo, outro problema no mesmo nível de gravidade, menos visível e igualmente difícil de se explicar, além de fundamental em qualquer projeto de governo: a dívida externa, da qual dependem os planos anti-inflacionários e a soberania do Estado brasileiro.

2 - A Dívida Externa: renegociação, soberania, omissão

O período em que transcorre a campanha presidencial marca também o clímax da instabilidade reinante no país ao longo dos anos 80. Após o fracasso do Plano Verão e do posterior recrudescimento da inflação tornava-se flagrante a inutilidade de políticas governamentais que não se fizessem acompanhar de reformas estruturais no âmbito do Estado brasileiro.

Neste contexto, a questão da dívida externa nunca esteve ausente. Tal problema de fundo estrutural, que não era o único fator a instabilizar a economia do país, sempre impôs o peso incômodo de sua histórica existência aos responsáveis pela condução da política-econômica. A transferência maciça de capitais para saldar os débitos com os agentes econômicos internacionais, ao longo da década, asfixiou a capacidade de o Estado realizar investimentos internos significativos que contemplassem as necessidades da maior parte da população, além de inviabilizar um efetivo plano de estabilização para controlar, de fato, o processo inflacionário, sem o qual não havia como reorganizar a economia (44).

Durante a campanha eleitoral a questão da dívida não foi um tema discutido com a mesma intensidade do problema inflacionário. As ênfases distintas decorriam da

presença ativa na vida eleitor/espectador, enquanto a dívida, que trazia consigo um passado que a produziu e a multiplicou muitas vezes, apresentava-se ao cidadão de forma dissimulada, nublando a percepção ordinária do problema em seu cotidiano.

Os candidatos a Presidência da República traçam suas estratégias mediante o reconhecimento das circunstâncias específicas que envolvem a questão da dívida externa. Assim sendo, aqueles que se posicionam à direita no campo político, manifestam-se moderadamente em relação ao tema. Os representantes do centro aproximam-se destes e os de esquerda são os que mais destaque concedem à dívida externa.

As explicações para o procedimento discursivo diferenciado são de duas ordens. Em primeiro lugar era difícil para os candidatos de centro-direita absterem-se totalmente de compromissos com os governos responsáveis pela geração da dívida, produzida substancialmente no regime militar e acentuada no governo Sarney. No entanto, esta explicação perde em importância, por exemplo, no caso de Collor, que construiu com êxito uma imagem desvinculada das políticas do período anterior. Em segundo lugar, e esta parece ser a explicação mais consistente, há por parte destes candidatos um compromisso ideológico com os países credores e suas propostas de política-econômica. À vontade

mesmo, segundo este raciocínio, estão os candidatos de esquerda, ainda que com acentuadas divergências internas.

Verifica-se, nesse sentido, que são escassos os discursos de Collor de Mello e Afif Domingos sobre a dívida externa. De fato, Collor fala em duas oportunidades, sendo uma delas para tratar da questão inflacionária, enquanto Afif limita-se a apenas um pronunciamento a respeito do tema. Já a cota de Maluf é praticamente nula; a questão da dívida aparece somente em uma listagem de problemas gerais do país, enunciada pela voz em *off*.

Collor de Mello, fala sobre a dívida externa em uma entrevista coletiva concedida pelo candidato a jornalistas estrangeiros. Richard House, correspondente do "The Whashington Post", pergunta a Collor qual a sua opinião a respeito da possibilidade de a dívida externa brasileira parar nos tribunais norte-americanos, devido à falta de pagamentos aos credores internacionais. A resposta é pontuada por um tom agressivo:

"A primeira coisa que soa aos nossos ouvidos é ver uma questão da dívida externa ser tratada num tribunal de Nova York. Isso é uma submissão nojenta, isso é uma coisa objeta (aplausos). Isso é um tratamento que nos dão mais à mercê dessa droga de governo que a gente tem ai agora. A gente se sente diminuído com uma pergunta dessas (aplausos). O meu governo será um governo honrado e que vai encarar de frente todos esses banqueiros. Eu não os encararei como adversários, ao contrário, os encararei

como banqueiros que querem sugar o máximo possível de um país. E eles irão me encarar como um Presidente que vai defender até a última gota de sangue os interesses nacionais." (45)

A questão da dívida externa é enunciada em um cenário diferente daquele nos quais Collor costumava aparecer para falar sobre os grandes problemas nacionais: uma entrevista com debatedores desvinculados de sua equipe de campanha, em princípio, portanto, descompromissados com o candidato (46). A reprodução do diálogo de Collor com o repórter norte-americano propicia ao candidato tocar em um tema fundamental, sem efetivamente comprometer-se com alternativas para solucionar a questão.

Este procedimento tornou-se possível em função do conteúdo da pergunta feita a Collor. Ele lhe possibilita atribuir ao governo Sarney, como de hábito, a responsabilidade por uma eventual inversão na imagem do Brasil no contexto internacional, caso se confirmasse a expectativa do interlocutor de Collor, em que o país deixaria a condição de simples devedor e passaria a réu em uma corte estrangeira. O acontecimento caracterizaria um atentado à soberania do Estado brasileiro, possibilidade que não surpreende o candidato, pois este tipo de tratamento dispensado ao país pelos credores internacionais é proporcional ao perfil do governo no que o conduz.

Para Collor, a discussão da dívida externa brasileira implica em prerrogativas ausentes no governo Sarney, como a honra. O adjetivo, que Collor outorga para si, imporia ao Estado a base de sustentação requerida em um confronto ou em uma negociação com os credores. O candidato opta pela primeira alternativa, procurando com isso, marcar sua independência perante os organismos internacionais. Esta opção significa um dos raros momentos da campanha em que Collor pauta sua fala pela defesa da soberania nacional.

Entretanto, o argumento desenvolvido por Collor em reação à pergunta formulada, adquire contornos de um mero recurso de contraposição momentânea dos banqueiros, se comparado ao restante de sua produção discursiva, onde não há indícios de um projeto de governo alicerçado em conflitos desta natureza. Os planos de Collor, ao contrário, confluíam para o que os neoliberais designavam como sendo uma nova ordem, que previa a interação capitalista e a abertura econômica ao nível mundial. As teses defendidas pelos neoliberais para consolidar esta ordem, propunham a redução dos campos de atuação do Estado de modo a não embaraçar à livre iniciativa, independente da origem desta.

A dívida externa não deveria ser um estorvo a este projeto, do qual Collor dizia-se representante. Mas também não era um problema de fácil solução, como comprovavam as

tentativas feitas nos anos 80 e que no máximo conseguiam o alargamento do perfil da dívida e amortizações maiores para o pagamento dos juros. O candidato do PRN ao reconhecer esta situação tergiversa sobre o tema, evitando, assim, ao mesmo tempo, explicações a respeito da formação da dívida e de propostas para enfrentar a questão, como, por exemplo, a mais comum entre os candidatos que é a renegociação, ou seja, um acordo com os agentes econômicos internacionais em bases mais favoráveis.

A inflação e a dívida externa são apresentados por Afif Domingos desconectados um do outro e com tratamentos programáticos distintos. Enquanto para o processo inflacionário Afif divulga um plano de combate, inclusive com medidas de caráter recessivo, a questão da dívida é construída mediante a abstenção de propostas. O candidato prefere, na única oportunidade em que fala especificamente sobre a dívida externa, um tipo de interpelação que demonstre no que consiste o problema e qual a sua relação com o eleitor/espectador. Afif imprime ao texto, no pronunciamento que se segue, uma forte carga emocional no modo de falar:

"A dívida foi um dos maiores crimes que já se cometeu contra a sociedade brasileira. Governo tomando dinheiro emprestado significa que ele já gastou por conta do imposto do futuro. O que significa também que esta linda menina, que nasceu ontem [mostra uma menina recém-nascida em seus braços] já nasceu devendo. Isto é uma judiação. E

que quer aqui assumir um compromisso de público, mas eu quero assumir este compromisso com você [olha para a menina], linda menininha, dívida nunca mais. Eu juro." (47)

A dívida externa é um problema que, por um lado, traz à tona os poderes ilimitados que o Estado teve para assumir compromissos financeiros que, em última instância, constituíam-se em aportes de recursos destinados a cobrir seus próprios investimentos (48).

A política de conter as possibilidades de o Estado contrair dívidas e, portanto, sua capacidade de gastar e de se expandir, é para Afif não apenas uma medida de política-econômica, mas uma variante importante de seu projeto de reduzir o poder estatal. Em consequência, Afif obstruiria uma das formas pelas quais o Estado interfere no meio privado: a cobrança de impostos.

Por outro lado, o candidato investe em um apelo emocional para falar da dívida externa. Esta antecipação de impostos futuros não é significada por Afif como um distúrbio de ordem econômica, mas como um crime contra a sociedade. O candidato não faz uma reconstituição deste ato criminoso, situado em algum ponto inverificável do passado, para evitar os inconvenientes decorrentes de uma localização precisa de responsáveis. Nos momentos em que se formava e se investia com capitais provenientes dos empréstimos externos, Afif era estreito colaborador do

regime que impôs esta prática como política governamental (49).

Ainda assim, é notório que Afif reconhece os efeitos provocados pela dívida. Entretanto, como Collor, omite-se de apresentar para o eleitor/espectador fórmulas capazes de controlar o problema. Ambos desconsideram alguns aspectos que se tornaram inerentes à questão da dívida, durante o decorrer da campanha presidencial, principalmente, para os candidatos da esquerda, mas, também, para o centro. Tornou-se consenso entre estes pelo menos três medidas, cujas ênfases variavam em um ou outro candidato: a adoção de alguma política de renegociação; a soberania do Estado diante desta opção; e, finalmente, a necessidade de se equacionar o problema da dívida externa como etapa correlata dos planos de combate a inflação e ao conjunto de política-econômica que deveria ser inaugurado com o novo governo.

Enquanto no pronunciamento de Collor, simplesmente não há proposta para a questão, o enunciado mais próximo de uma alternativa que se encontram no candidato do partido liberaln é o juramento que faz à menina: logo, que o Estado faz ao cidadão, de que não solicitará novos empréstimos ao mercado externo: Afif não reincindirá no crime.

Mário Covas e Ulysses Guimarães também se manifestam pouco a respeito da questão da dívida externa. A

renegociação da dívida, como um mecanismo necessário à redução do processo inflacionário, é tema comum nos dois candidatos. Além disso, ambos deixam de construir culpados pelo crescimento desmesurado do problema, característica que os diferencia de Collor de Mello.

O candidato do PSDB insere a questão da dívida na apresentação dos dez pontos que compõem o plano do partido destinado a eliminar a inflação. Ela corresponde a oitava medida a ser implementada:

"Uma semana depois de assumirmos, nós damos conhecimento ao mundo que nós estamos pondo ordem, na casa. Sem interferência externa, sem Fundo Monetário Internacional, sem monitoramento (...). E partir daí é que nós iniciaremos a renegociação da dívida, tendo em vista o preço que por ela se paga com desconto hoje no mercado internacional." (50)

O plano antiinflacionário de Covas aglutinava elementos que pretendiam reorganizar a economia e que em função das reformas estruturais previstas nele acabavam por promover uma reforma no Estado.

A dívida externa adquire destaque no conjunto deste projeto porque propõe uma renegociação da questão em bases definidas. Seria a primeira vez em quase três décadas, período no qual a dívida foi multiplicada em aproximadamente quarenta vezes, que se procuraria realizar um acordo com os credores internacionais com a sustentação

do voto popular. Um presidente eleito com este princípio de legitimidade pode reivindicar uma renegociação do pagamento das dívidas sem que a soberania do Estado seja colocada sob ameaça pelos organismos financeiros internacionais, como acontecera em outras oportunidades em que o FMI fora o mediador das tratativas entre o Brasil e os países credores.

A proposta de Covas não é por natureza inaceitável para os credores. O candidato não propõe um estacamento definitivo das remessas de capitais para saldar os débitos, mas uma moratória branca e depois o início das conversações. Antes mesmo que estas comecem, o candidato delimita um importante pressuposto: para que o Estado brasileiro retorne à negociação é necessária uma equiparação com o nível de deságio ofertado pelos credores aos agentes econômicos, quando da renegociação de parcelas da dívida no mercado internacional. O sofisticado argumento do candidato visa, na verdade, disciplinar o pagamento da dívida e criar uma previsibilidade para os desembolsos devidos, sem que para isso se esvazie o Tesouro Nacional.

Covas não constrói a figura dos culpados pela geração e ampliação da dívida externa. Inserida como está em um projeto mais vasto, de combate à inflação, onde a meta central é apresentar um plano mais técnico do que propriamente político, a presença de sujeitos responsáveis por dois dos maiores males do país é subdimensionada diante

da necessidade de se apresentar soluções para estes problemas. Neste sentido, dos candidatos que tem como projeto a renegociação da dívida, Covas é um dos que expõe a proposta mais definida. Proposta tão definida quanto a de Covas, somente a de Lula, apesar de seu caráter totalmente distinto.

Os pronunciamentos de Ulysses Guimarães quanto à questão da dívida externa apresentam algumas semelhanças com a forma como o candidato atribuiu significados à inflação. A diferença é que, no caso do endividamento, há um equilíbrio maior entre o apelo emocional e as propostas para solucionar o problema. Normalmente a resolução aparece como uma medida anti-inflacionária, ou seja em fragmentos certos. Um dos poucos pronunciamentos em que Ulysses fala exclusivamente sobre o assunto é o que se segue:

"Se não resolvermos o problema da dívida externa, nenhum outro problema do Brasil será resolvido. Pior do que isto, aumentarão os problemas na área da fome, do salário, da saúde, da educação, dos transportes e da economia. A dívida externa como está é a madrasta monstruosa da miséria brasileira. Como Presidente da República, farei o seguinte: 1 - vou respeitar a auditoria feita pelo Congresso Nacional, separando o que é válido do que é ilegítimo na dívida externa; 2 - vou assegurar uma redação substancial desta dívida externa, sem comprometimento do Brasil; 3 - não vou deixar o Brasil ficar subordinado ao FMI, ou ao Banco Mundial, comprometedores da nossa soberania.

Farei tudo isso com o apoio de você, da nação, do Congresso Nacional. Os bilhões de dólares desviados para o exterior serão investidos aqui, no Brasil, no desenvolvimento e no homem."
(51)

O lado emocional da fala de Ulysses é salientado de um modo pouco comum entre os candidatos: os efeitos negativos do endividamento no cotidiano das pessoas. A dívida é apresentada como uma questão com existência própria que maximiza a crise brasileira. Sua presença não é apenas um problema coadjuvante do processo inflacionário.

Para resolvê-la, portanto, são necessárias propostas específicas. A primeira delas visa conhecer e moralizar o perfil da dívida externa através de uma auditoria externa ao Estado. Esta medida tocava em um ponto extremamente importante, uma vez que a produção e reprodução do endividamento ocorreu durante o período militar e, conseqüentemente, não foi acompanhada pela sociedade ou pelo Congresso Nacional, que não tinha a menor interferência nos atos do poder executivo. Ulysses, deste modo, evita indicar claramente os responsáveis pela dívida externa, como Covas, mas diferentemente deste, deixa no ar suspeições que devem ser esclarecidas com a auditoria, ou seja, remontando a história da dívida.

A segunda medida, que também correspondia a uma das etapas do plano de contenção inflacionária, tinha por meta estancar a saída regular de recursos do país para os países

credores do Brasil. A execução desta medida implicava em uma forma de renegociação que necessariamente passa por novos acordos com os organismos financeiros internacionais. A afirmação de Ulysses, de não querer se submeter a estas entidades, não estabelece um rompimento *a priori*. Desde que as condições sejam interpretadas como não atentatórias à soberania do país, o campo para a renegociação parece estar aberto.

O resultado do conjunto de medidas propostas por Ulysses indica a inversão dos padrões de investimentos estatais: a rota de parte considerável dos recursos que se destinavam para o pagamento de uma dívida, cuja história pouco se conhecia, seria desviado para a superação dos problemas do próprio país.

Enfim, a dívida (esta "madrasta monstruosa") funciona nos discursos de Ulysses como o contraponto externo à inflação (este "monstro assassino"), o maior problema interno. Da solução de ambos depende uma parte considerável de mecanismos que são fundamentais à reversão da crise do Estado brasileiro: uma política-econômica estável e a reativação dos serviços públicos.

De modo geral, os candidatos que representam a direita e o centro tratam a questão da dívida externa como um dado evidente e atual, sem historicidade, à exceção de Ulysses. Este modo de dar significado ao problema

descompromissalhes de responsabilizarem indivíduos, grupos ou governos pelo processo de endividamento extenso do Estado. O limite de culpabilidade gira em torno do governo, mas em um gênero de enunciação indefinida como Afif, ou do governo Sarney como faz Collor. Mesmo este é tímido em suas críticas, se comparada aos ataques que Collor faz ao governo Sarney quando os assuntos referem-se aos outros grandes problemas do país. Enquanto que em Ulysses a proposta de auditoria, como método histórico, cria suspeitas, não culpados.

São os candidatos de esquerda que invertem este perfil. Brizola e Lula recuperam a história da dívida externa e seus responsáveis. Já as propostas aparecem nos pronunciamentos de Lula e Freire e caracterizam a maior divergência entre os dois ao longo da campanha presidencial.

A forma como Leonel Brizola explica o problema da dívida externa é particularmente interessante para se entender a questão da centralidade da crise do Estado no discurso político e suas diversas vertentes.

Para se compreender, sua postura com maior nitidez é necessário recordar que a estratégia de campanha do candidato tinha por base enfatizar a própria biografia política. Os programas procuravam esclarecer ao eleitor/espectador que o candidato representava uma

ideologia política que se iniciara com Getúlio Vargas e fora mantida por João Goulart até a interrupção do regime democrático pelo golpe militar de 1964. A candidatura do PDT tinha, portanto, uma história. Esta característica determinava a diferença entre Brizola e aqueles candidatos comprometidos com o antigo regime militar, que tentavam ocultar seus respectivos passados durante o pleito. A distinção permanecia mesmo em relação aos candidatos com trajetórias mais recentes e sem vínculos com o Estado burocrático-militar, como era o caso de Lula, que, segundo Brizola, não portava a experiência política requerida para exercer o cargo de Presidente da República (52).

A interpretação histórica de Brizola fundamenta o cenário a partir do qual a dívida externa adquire sentido. Na verdade, ela é um dos termos de comparação mais significativo entre o Estado tomado pelos militares e a crise do Estado, cuja intensidade revigora-se durante o governo Sarney. O pronunciamento de Brizola que melhor representa este argumento é o seguinte:

"Nós já nos referimos aos motivos que invocaram os golpistas em 64 para derrubar um governo constitucional (...) assumiram o governo, de uma parte, militares despreparados para governar, de outra parte grupos civis ambiciosos de mentalidade colonial, tipo Roberto Campos e levaram o país para esta política-econômica (...). Vamos comparar, já o fizemos com a dívida: devíamos três bilhões de dólares, hoje estamos devendo 40 vezes mais, 120 bilhões (...). Se tomarmos

todos os demais índices a situação é esta, nos dá uma idéia do custo do regime (...). A economia cresceu para fora, embora tenha feito uma grande acumulação de renda para uma minoria. (...) nós nos encontramos nesta crise devido às perdas internacionais essencialmente." (53)

Brizola, da mesma forma que Collor, Covas e Afif, aponta a dívida externa como um grande problema. Mas diferentemente desses três candidatos, busca dar uma historicidade à questão. Se uma das facetas da crise do Estado é a dívida, esta crise, pelo menos neste particular, tem atores definidos e responsáveis ao longo da histórica.

A crise do Estado é entendida por Brizola como resultado da apropriação do Estado por uma minoria com interesses privados e apoiada por setores internacionais. Isto é distinto quando comparado às posições dos candidatos de centro e direita que apontam a dívida como um dado não discutível.

Para reforçar a historicidade da crise, Brizola apresenta dados do período do Presidente Goulart, datando assim a própria crise como posterior a ele.

Saliente-se ainda que o candidato não entra no mérito da viabilidade de futuras renegociações da dívida externa, nem neste, nem em outros pronunciamentos, deixando a questão em aberto. De fato, a única voz singular a este

respeito é a que expressa a posição da candidatura da Frente Brasil Popular.

O candidato do PT tem pontos de contato com Brizola em relação à dívida externa. Uma das coincidências mais importantes é a historicidade da questão. Para Lula, no entanto, ela adquire um significado diferente, constituindo-se em um amparo decisivo a proposta do candidato para o problema: a suspensão do pagamento da dívida externa. Esta é a ênfase de todos os pronunciamentos de Lula sobre o endividamento externo, mesmo quando este aparece em discurso dirigidos ao problema da inflação, pois a suspensão da dívida é uma das medidas anti-inflacionárias.

Ao procurar resolver a questão da dívida nestes termos, Lula pretende pôr fim a um dos componentes estruturais e crônicos da crise do Estado brasileiro, além de colocar na agenda de discussões políticas a problemática da soberania dos países endividados.

O mais destacado pronunciamento de Lula sobre a questão da dívida externa ocorreu no segundo turno da eleição. Nele estão condensadas as idéias centrais defendidas pelo candidato ao longo de toda a campanha presidencial. Devido à extensão do texto sua análise será dividida em duas partes (54). Na primeira encontram-se as seguintes definições:

"Esta semana eu estive reunido com os embaixadores dos países que compõem o Mercado Comum Europeu. E o assunto principal da discussão foi a política-econômica do governo da Frente Brasil Popular e dentro da política-econômica a dívida externa. O que é importante salientar é que os embaixadores dos países que compõem o Mercado Comum Europeu tem mais sensibilidade para discutir o problema da dívida externa que alguns economistas brasileiros que vêm fantasma em cada momento que falamos em suspender o pagamento da dívida externa. E nós tivemos oportunidades de repetir para os embaixadores o mesmo que nós tínhamos afirmado a empresários e a governos europeus e ao empresariado americano em março deste ano. Nós dissemos claramente que era humanamente impossível continuar pagando esta dívida externa. Daí porque a nossa proposta de suspensão do pagamento da dívida externa, da criação de um fundo de desenvolvimento e da montagem de uma auditoria para tirar uma radiografia dessa dívida mostrar para o povo brasileiro (...). Somente a constituição de um fundo de desenvolvimento é que vai poder permitir que a gente possa investir em pesquisa. Investimento em pesquisa significa criar novas tecnologias. Criar novas tecnologias significa, pura e simplesmente, o Brasil se tornar mais independente diante dos países ricos. E um país independente diante dos países ricos, pode crescer. (...) pode desenvolver a qualidade de vida de seu povo".

Em primeiro lugar, Lula busca ampliar os pólos de legitimação para falar sobre a dívida externa. O candidato conversa com interlocutores importantes no cenário internacional, uma vez que são representantes dos países

credores do Brasil. Lula procura demonstrar que seu plano de suspender o pagamento não é mais uma das propostas "radicais" do partido. Ao contrário, sua proposta antes de ser radical é séria, merecedora da atenção dos principais agentes econômicos internacionais. Além disto, Lula mostra-se disposto a negociar com contendores de peso, evitando posicionar-se como um político incomunicável.

Em segundo lugar, Lula passa a idéia que parar de pagar a dívida é vital à sociedade brasileira: para que possa "desenvolver a qualidade de vida de seu povo". As formas de operar este desenvolvimento são fundamentais para que a proposta não seja definida e/ou encarada apenas como uma quimera ou como um gesto produzido pelo "radicalismo" petista. Lula apresenta duas medidas neste sentido. Na primeira, o candidato propõe, como Ulysses, uma auditoria, que teria por objetivo averiguar as verdadeiras causas, responsabilidades e aonde, ou em quê, foi aplicado o capital tomado de empréstimo junto aos banqueiros internacionais. Este levantamento interno revela que a dívida tem uma história que deve ser contada para o cidadão. A auditoria seria, assim, um instrumento moralizador, posto que torna transparente atos do Estado, até então obscuros para a maior parte da população.

Na segunda medida, Lula expõe um projeto concreto que justifica a suspensão do pagamento da dívida. Ao fixar como política de governo o não pagamento aos credores, o

capital antes destinado a cobrir parcelas da dívida seria investido no próprio país, proposta semelhante à feita por Ulysses. O diferencial de Lula é especificar o que fazer: criar um fundo de desenvolvimento. Através deste o Estado financiará pesquisas que tornem o país autosuficiente em tecnologia, segundo Lula, um primeiro passo rumo à independência diante dos países ricos.

No segundo fragmento que compõe este pronunciamento, Lula indica a mudança necessária para se superar este contexto da dependência: é preciso alterar o enfoque do tratamento dado à dívida externa. A questão deve deixar de ser pensada como um problema eminentemente econômico-financeiro e passar para o campo estritamente político. O tema deve ser debatido de Estado para Estado e não de acordo com a concepção usual do devedor para um credor. Para tanto diz Lula:

"Não pretendemos fazer uma unidade com os países do terceiro mundo (...) para que nós possamos juntos criar um grupo de países com força suficiente para fazer pressão, não apenas para resolver o problema da atual dívida externa, mas sobretudo para criar (...) uma nova ordem econômica internacional, aonde o Brasil possa primeiro resolver os seus problemas (...) e se é uma questão política, para resolvermos a questão da dívida externa é necessário que haja a participação do nosso povo (...) que vai dar força para que o governo brasileiro jogue um papel muito sério a nível de política internacional e exija respeito ao nosso país (...) a nossa política de desenvolvimento. Isso só será possível com um governo que não

se submeta ao FMI (...) não se submeta aos países ricos. Conversar sim, manter relações sim, manter relações culturais e comerciais é obrigação nossa. Agora sermos subalternos nunca mais".

Lula estabelece duas condições para efetivar sua estratégia: 1) é necessário um alinhamento dos países devedores e pobres em torno da causa da dívida externa a fim de se criar uma nova relação de forças internacionais; 2) é necessário que o país tenha legitimidade para levar adiante o projeto e suas implicações. Como para Covas o voto popular é a ferramenta capaz de construir esta atribuição.

A proposta de Lula vai além desta coincidência com a representação do PSDB, pois ao requerer que a dívida situe-se em um nível político nos fóruns internacionais, constrói a possibilidade desta dimensão ocorrer dentro do país e, portanto, não se resumir ao momento do voto. A fórmula encontrada por Lula para que a questão adquira este significado é o chamamento à participação ativa do povo. Com efeito, o candidato politiza a questão da dívida politizando a sociedade, ou seja, a ação do estado é viabilizar pelo engajamento do cidadão e não o contrário, a desmobilização e/ou a passividade.

O conjunto da proposta de Lula ultrapassa o limite tradicional, em cujo terreno a dívida externa era comumente debatida. A suspensão é um projeto elaborado de dentro para

fora que não busca o aval exterior, característica dos planos anteriores, normalmente de feição recessiva que foram executados pelo Estado brasileiro sob a aprovação e vigilância dos organismos internacionais.

Entretanto, Lula procura evitar que seu plano venha a ser definido como isolacionista. À proposta de unidade dos países devedores, o candidato adiciona o contato com as próprias nações desenvolvidas, desde que a proximidade política cultural e econômica não implique em novos modos de submissão do país e de aprisionamento das ações do Estado.

A proposta de Lula encontra uma veemente oposição no campo da esquerda, na voz de Roberto Freire. A posição contrária do candidato do PCB correspondia à estratégia discursiva desenvolvida por ele no transcurso da campanha presidencial. Por um lado, a fala de Freire tentava fazer o contraponto à direita neoliberal, por outro, o candidato buscava construir um espaço próprio no âmbito do discurso político da esquerda, apresentando-se como representante de uma perspectiva socialista renovada que apóia e procura inserir-se nas mudanças estruturais que vinham ocorrendo no leste europeu.

A questão da dívida constitui-se em um tema a partir do qual Freire marca uma importante diferença, principalmente, com a candidatura da Frente Brasil Popular.

O objetivo do candidato é explicar ao eleitor/espectador o impacto do ato de Lula sobre a crise do Estado e as conseqüências junto à sociedade brasileira, como indicam os fragmentos que se seguem:

"O país está sendo incapaz de retomar o seu crescimento porque está exportando capital e precisa de capital para retomar este processo de desenvolvimento. (...). Não é suspender como alguns imaginam: 'olha isso é impagável e não vou pagar'. Não, não tem nada disso. Nós não vamos pagar da forma que aí está. Queremos negociar. Este país não pode romper as suas relações com o mundo. Nós queremos até ampliar as nossas relações com o mundo. Só que queremos uma nova ordem econômica. Nós queremos um novo sistema financeiro não espoliador. Nós queremos uma nova ordem econômica em que as trocas não sejam de exploração. Nós queremos discutir na ONU que a dívida seja uma questão internacionalizada, junto com a discussão de uma nova ordem econômica, de um novo sistema financeiro, está na ordem do dia." (55)

"Este país não pode dizer que vai suspender o pagamento e não ter condições ou não ter preparo para enfrentar os problemas que podem advir das questões de importações e de exportações, dos financiamentos de ambos (...). Até porque a economia não vai parar porque se parar é um desastre maior que ficar pagando a dívida mesmo que seja criminosa." (56)

A transferência de capitais para o exterior, em função do pagamento da dívida refletia uma das causas do estancamento do crescimento econômico do Brasil nos anos oitenta, a "década perdida". Para Freire é necessário a

redução desse fluxo das verbas como forma de inverter este desenvolvimento negativo, medida semelhante a proposta de Ulysses. Segundo o candidato do PCB, a solução para se deter a fuga de capitais do país para o exterior passa pela reinvenção de novos modos de saldar o débito, cuja medida mais importante está muito próxima à proposta de Lula: a formação de uma nova ordem econômica mundial. Para o candidato do PT a nova ordem pode vir a ser viabilizada caso haja o alinhamento dos países do terceiro mundo e para Freire ela será um efeito de um processo de integração global, fundado em um novo sistema financeiro.

A renegociação da dívida externa, entretanto, é realizada obrigatoriamente com a presença de credores internacionais do país e pelo FMI, órgão historicamente pouco suscetível a mudanças bruscas na ordem econômica mundial. Este fato é o limite de ambas as propostas e também a sua diferença: enquanto Lula busca a legitimidade interna conferida pelo voto e participação do cidadão a seu ato, Freire procura obter reconhecimento externo através de internacionalização do debate sobre a dívida. Neste fórum, espera Freire, será possível integrar a dívida a outros temas cujo debate pode acarretar alterações profundas no cenário internacional, sem que, para tanto, sejam necessários procedimentos de rupturas.

O objetivo de Freire é, acima de tudo, portanto, desconstruir o plano de Lula e mostrar como ele comprometeu

o país ao invés de resolver o problema da dívida externa. A suspensão é definida como um ato unilateral que traria conseqüências desastrosas para o Estado e para a sociedade brasileira. A ação radical não seria reconhecida como legítima pelos outros países e o país teria sua credibilidade abalada, além de sua soberania questionada, uma vez que dificilmente seriam as condições para suportar os efeitos da própria opção. Haveria ainda, segundo Freire, uma paralisia da economia, sendo preferível, para se manter a dinâmica econômica, a continuidade da política-econômica anterior, isto é, o repasse de verbas públicas para os credores internacionais. Ou seja, para Freire as conseqüências lesivas da proposta da Frente Brasil Popular são maiores do que as provocadas pelas formas de tratamento dispensadas atualmente à dívida externa.

Resumindo em termos comparativos, observa-se que Freire quer renegociar como Ulysses e Covas; como Afif, considera a dívida criminosa e como os três candidatos, nada diz sobre responsáveis ou formação histórica do processo de endividamento externo, distanciando-se de Brizola e Lula. O projeto deste último é definido como inviável e politicamente inconsistente por uma candidatura que buscava construir uma nova imagem, dentro da qual o "radicalismo" parecia não ter mais espaço.

A questão da dívida externa constituía-se em um tema cuja relevância, em princípio, não se discutia. O

endividamento representa um dos grandes problemas que contribuía para agravar a crise do Estado brasileiro, uma vez que o montante da dívida externa fora totalmente estatizado.

O tema envolvia, por um lado, as relações diretas com os agentes externos, o que historicamente dificultou o processo interno de tomadas de decisões e, por outro, associava-se à questão da dívida uma gama enorme de questões correlatas, dentre as quais a principal era o controle do problema inflacionário.

Não obstante essa evidente importância, à dívida externa não foi dispensado, por parte dos candidatos à Presidência da República, um tratamento semelhante ao dado à inflação. Por exemplo Collor, Afif e Maluf, praticamente omitem-se de proposições e encaminhamentos sobre o tema. Para estes candidatos, era tarefa complicada livrarem-se de envólvidos, mesmo que indiretos, com a questão porque, diferentemente do modo como enunciaram o problema inflacionário, a dívida carregava consigo a sucessão de diversos governos até a edição de 1989: era quase impossível negar que a dívida externa portava uma história. A fórmula para se tentar neutralizar a condição histórica da dívida era construí-la, tal como a inflação, como uma questão evidente, cuja origem perdeu-se em algum momento inverificável. Mas, na dúvida, falar pouco sobre o tema era a melhor alternativa.

Covas, Ulysses e Freire propõem uma renegociação. O primeiro, define uma forma de pagamento mais pragmática, técnica e menos desfavorável ao Estado do que as medidas dos governos anteriores. O segundo, pensa em uma renegociação em que a soberania do país não seja atingida. E o terceiro, projeta um plano a longo prazo de integração com uma nova ordem mundial procurando neutralizar a todo custo a ruptura com os organismos internacionais.

Brizola, por seu lado, tenta deixar claro ao eleitor/espectador a historicidade do processo de endividamento externo, sua evolução e responsáveis, enquanto Lula acrescenta, ao argumento do candidato trabalhista, o apelo a uma ativa participação do cidadão, como base para se suspender o pagamento da dívida externa. Com o apoio interno Lula pretende erigir um Estado com força política suficiente não só para propor esta medida, mas também novas relações com a comunidade internacional, o que Freire considera inviável, caso Lula mantenha o plano de suspensão.

Finalmente, a reversão da crise do Estado dependia em medida não desprezível do desfecho dado à questão da dívida externa. O discurso dos candidatos contemplou, como se observou no decorrer do capítulo, apenas em parte esta expectativa, uma vez que cada presidenciável confere a questão à dimensão que não compete sua tática política. Ou seja, os temas mais importantes, em termos de política-

econômica, são problemas adaptáveis às estratégias de campanha do candidato, independente de seu discurso contribuir ou não para solucionar efetivamente a crise do Estado.

Esta maleabilidade do discurso sobre a política-econômica não é um recurso exclusivo para dar sentido aos problemas da inflação e da dívida externa. A flexibilidade discursiva está presente tanto nos pronunciamentos sobre a crise dos serviços públicos, como também nos discursos que definem as concepções de Estado - objeto de análise do próximo capítulo - que orientam as próprias políticas públicas e a nova política econômica a ser implementada pelo futuro governo.

Durante a campanha presidencial, a crise do Estado, dos seus serviços e dos seus encargos econômico-financeiros, situa-se entre duas alternativas que resumiam um debate internacional de amplas repercussões: o Estado deve intervir nos processos sócio-econômicos, ou na lógica neoliberal e ter suas funções reduzidas? Alie-se a esta questão uma interrogação particular para o caso brasileiro: as condições de emergência, de onde afloram diversas posições que revelam a histórica participação estatal no país, permitirão que o discurso político, em plena eleição, articule os significados sobre o papel do Estado na sociedade moderna, unicamente a partir desta dualidade?

NOTAS

- (1) OLIVEIRA, F. A. BIASOTO Jr., G. A economia e a política-econômica em 1989. In: OLIVEIRA, F.A. BIASOTO, J.r, G. (orgs.). *A Política Econômica no Limiar da Hiperinflação*. Campinas, 1990, p. 13. Ver também ANDRADE, R. P. *Os limites do impossível: o setor externo no final da década perdida*. In: OLIVEIRA, F.A. (orgs.) op. cit., p. 161. Sobre impacto junto à sociedade ver SILVA, n.v. *A sociedade*. In: JAGUARIBE, H. (org.). *Sociedade, Estado e Partidos na atualidade brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p. 96 e segs.
- (2) PIB geral e por setores de atividade (taxa acumulada ao longo do ano):

Trim./89	PIB	Setores de Atividade		
		Agricultura	Indústria	Serviço
I	- 2,54	0,25	- 6,93	1,00
II	0,62	2,54	- 1,61	2,16
III	2,33	1,97	1,75	3,03
IV	3,60	2,21	3,87	3,74

Fonte: FIBGE

- (3) Segundo Antonio Barros de Castro e Francisco E. P. de Souza "na medida em que avançava o ano de 1983 ia ficando caracterizada uma situação insólita. Em

primeiro lugar, um enorme sacrifício era imposto à nação: as autoridades acatavam a orientação do FMI, praticando uma política-econômica que agravava a recessão; apesar disso, os critérios de desempenho não eram cumpridos, atrasando a liberação de recursos pelo próprio FMI e pelos bancos. Segundo, os bons resultados da balança comercial estavam invertendo o sinal do hiato de recursos de forma que o país não apenas passava a dispensar capitais externos para financiar suas importações de mercadorias e serviços produtivos, como já estava transferindo um excedente ao exterior para o pagamento de parte dos juros. Em suma, apesar dos sacrifícios, e a despeito de não necessitar mais de novos empréstimos senão para pagar uma fração declinante dos juros devidos aos próprios fornecedores dos créditos, a crise de liquidez em divisas se aprofundava: os atrasados comerciais e financeiros se acumulavam e as autoridades decretaram a centralização do câmbio como meio de administrar a escassez. Para completar o quadro, as taxas de juros externos mantinham-se totalmente fora da faixa de normalidade". (CASTRO, A.B.; SOUZA, F. *A economia brasileira em marcha forçada*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p. 134-35).

- (4) OLIVEIRA, F.A.; BIASOTO Jr. G., op. cit., p. 14

(5) Inflação década de 80, anual:

1980 = 110%	1985 = 224%
1981 = 95%	1986 = 62%
1982 = 199%	1987 = 366%
1983 = 211%	1988 = 933%
1984 = 223%	1989 = 1.764%

Inflação mensal do ano de 1989:

janeiro = 70,28%	julho = 28,76%
fevereiro = 3,60%	agosto = 29,34%
março = 6,09%	setembro = 35,95%
abril = 7,31%	outubro = 37,62%
maio = 9,94%	novembro = 41,42%
junho = 24,83%	dezembro = 53,55%

Fonte: FIBGE

- (6) Sobre o Plano Bresser, ver OLIVEIRA, F.A.; BIASOTO Jr. G., op. cit., p. 15; BIER, A.; PAULANI, L.; MESSEBERG, R. O desenvolvimento em xeque: Estado e padrão de financiamento no Brasil. In: SOLA, L. (org.). *O estado da transição: política e economia na Nova República*. São Paulo: Vértice, 1988, p. 105-16 e do próprio BRESSER PEREIRA, L.C. *Os ciclos do Estado e a crise brasileira*. In: PEREIRA, L.C.B.
- (7) OLIVEIRA, F.A.; BIASOTO Jr. G., op. cit., p. 16.
- (8) Este saldo positivo foi "resultado do processo de ajustamento imposto à economia e também dos frutos gerados pelo II PND." (OLIVEIRA, F.A.; BIASOTO Jr. G., op. cit., p. 16).

- (9) Sobre a política "feijão-com-arroz" e suas principais medidas, ver OLIVEIRA, F.A.; BIASOTO Jr. G., op. cit., p. 21-25.
- (10) Segundo a versão de Bresser Pereira, "esta desorganização da economia assume duas dimensões: de um lado, provoca distorções na alocação dos fatores de produção, desorienta os agentes econômicos, estimula-os mais a especular e a se defender dos efeitos distributivos da inflação do que a produzir, provoca desperdícios de toda ordem; de outro, leva o governo a tomar medidas contracionistas de ajustamento econômico que, embora malsucedidas em controlar a inflação, são efetivas em produzir as taxas de crescimento e em equilibrar o fluxo do balanço de pagamentos". (*A crise fiscal*. In: BRESSER PEREIRA, L.C., op. cit., p. 57).
- (11) A indexação foi feita com a criação do BTN - O Bônus do Tesouro Nacional. Sobre este ponto ver RÊGO, E.C.L. *Política monetária: o último recurso contra a hiperinflação*. In: OLIVEIRA, F.A.; BIASOTO Jr. G., op. cit., p. 146-47.
- (12) O próprio Ministro da Fazenda Mailson da Nóbrega declarou este objetivo: "A nossa tarefa é evitar a desorganização da economia, evitar a desordem econômica e social que decorria de um colapso do

sistema de preços, com implicações indiscutivelmente graves no próprio processo eleitoral". (In: Governo quer os reajustes de preços em duas etapas. Gazeta Mercantil, 4 out. 1989, p. 3.

- (13) PINTO, C., op cit., 1989a, p. 75.
- (14) COVAS, 27/10/89, TSE/HN. Os temas referentes a dívida externa, privatizações e funcionalismo público, encontram-se desenvolvidos, respectivamente nos Capítulos II, 2, IV.1 e IV.2.
- (15) Ulysses, 08/10/89, TSE/HN.
- (16) Ulysses, 12/10/89, TSE/HN.
- (17) Sobre a posição de Ulysses quando da divulgação do Plano Cruzado, ver PINTO, C., op. cit., 1989a, p. 128.
- (18) Afif, 01/10/89, TSE/HN.
- (19) Afif já havia proposto as "cestas básicas de alimentos" durante sua gestão como Secretário da Agricultura do então governador Paulo Maluf, em São Paulo, ver Capítulo I.2.
- (20) Maluf define esta posição no primeiro dia de campanha em 15/09/89.
- (21) Maluf, 17/09/89, TSE/HN.

- (22) Maluf, 31/10/89, TSE/HN.
- (23) Maluf, 07/10/89, TSE/HN.
- (24) A trajetória política de Maluf é conhecida o suficiente para se pensar que os apelos a um Estado forte não coincidam apenas com uma visão de máquina pública responsável, mas com uma perspectiva de Estado autoritário. Esta parece ser mais uma das características dos candidatos que defendiam o livre mercado, principalmente, Maluf e Collor. Ou seja, mesmo com seus pressupostos neoliberais na campanha, perpassa em seus discursos a marcante presença de uma cultura política autoritária, na qual se formaram e atuaram.
- (25) Sobre o episódio que resultou na candidatura Silvio Santos, ver DINIZ, E. A candidatura Silvio Santos: inconsciência das massas ou subversão das elites? In: *Cadernos de Conjuntura*, n. 22, Rio de Janeiro, nov. 1989.
- (26) Collor, 27/09/89, TSE/HN.
- (27) Collor, 28/09/89, TSE/HN. Esta referência é válida para os três fragmentos a seguir do candidato.
- (28) Ver a indicação bibliográfica da Nota 25.

- (29) Collor, 03/11/89, TSE/HN. No mesmo pronunciamento a voz em *off* insiste na associação Sarney igual a causa da inflação.
- (30) Collor, 04/11/89, TSE/HN.
- (31) Este argumento é desenvolvido por PINTO, C., op. cit., 1991.
- (32) Este argumento está baseado no artigo de GIANOTTI, J. A., op. cit., p. 33.
- (33) É uma espécie de efeito-camaleão, que passou a fazer parte das estratégias políticas de alguns partidos, depois que estes incorporaram o "marketing político" como um recurso válido. A. Downs, em texto publicado em 1957, define esta situação com uma teoria utilitária do mercado político, segundo a qual "os partidos formulam políticas para ganhar as eleições e não ganham, eleições para formular políticas", em consequência, o objetivo "dos políticos é serem eleitos". (DOWNS, Anthony. *An Economic Theory of Democracy*, New York: Harper and Now Publishers, p. 28-30). Recentemente, um especialista em marketing político no Brasil, sem o refinamento teórico de Downs e com uma retórica explícita, mas grotesca, definiu assim a política e a vitória de F. Collor de Mello na eleição presidencial de 1989: "A verdade é que, em política, vale tudo. Menos perder. É claro

que se podem alegar princípios éticos, morais e religiosos. Contudo, a política costuma deixar isso de lado, concentrando-se no objetivo de atingir o poder. Assim, Collor fez tudo o que estava ao seu alcance para ganhar. Não entrou na corrida presidencial para perder". (FIGUEIREDO, N.L.; FIGUEIREDO, J.R.L. *Como ganhar uma eleição: lições de campanha e marketing político*. São Paulo: Cultura, 1990, p. 63).

(34) Lula, 22/10/89, TSE/HN.

(35) Lula, 01/10/89, TSE/HN.

(36) Lula, 01/10/89, TSE/HN.

(37) Lula, 22/10/89, TSE/HN.

(38) Lula, 01/10/89, TSE/HN.

(39) O real invertido, definição próxima do conceito marxiano de ideologia desenvolvido na "Ideologia Alemã", correspondia a uma crítica, principalmente, à Rede Globo, que nessa altura da campanha presidencial apoiava a candidatura de Collor de Mello.

(40) Lula, 20/09/89, TSE/HN.

(41) Lula, 01/10/89, TSE/HN.

(42) Brizola, 14/10/89, TSE/HN.

- (43) Não há referência sobre o tema nos pronunciamentos coligados de Roberto Freire.
- (44) Sobre este ponto ver ANDRADE, R.P. *Os limites do impossível*: o setor externo no final da década perdida. In: OLIVEIRA, F.A.; BIASOTO Jr. G., op. cit., p. 179-89; BRESSER PEREIRA, L.C. *A macroeconomia perversa da estagnação: dívida, déficit e inflação no Brasil*. In: BRESSER PEREIRA, L.C., op. cit., p. 71.
- (45) Collor, 14/10/89, TSE/HN.
- (46) Há neste pronunciamento uma importante variável extra-discurso. A presença de Collor em uma entrevista coletiva foi a fórmula encontrada pelo candidato para compensar sua ausência nos debates públicos promovidos pelos meios de comunicação entre os presidencialistas. A estratégia de Collor vinha sendo duramente criticada pelos seus adversários. O candidato, em contrapartida, afirmava que os debates tinham um nível muito baixo, que inviabilizavam as discussões de propostas. Não é por outro motivo que Collor veicula em seu programa de televisão sua "performance" na resposta ao repórter do conceituado jornal norte-americano "The Whashington Posto" durante três dias consecutivos. Com esta divulgação Collor procura mostrar que não teme o debate desde
-

que seja realizado em uma situação que possa esboçar suas propostas de governo.

- (47) Afif, 01/10/89, TSE/HN.
- (48) Afif, como os demais candidatos de direita e centro, desconsidera o fato de os governos militares terem estatizado as dívidas externas contraídas pelo setor privado.
- (49) Ver Capítulo I.
- (50) Covas, 27/10/89, TSE/HN.
- (51) Ulysses, 17/09/89, TDSE/HN.
- (52) Os slogans da campanha de Brizola procuravam ressaltar esta estratégia. Ver Capítulo I.
- (53) Brizola, 10/10/89, TSE/HN.
- (54) Lula, 02/12/89, TSE/HN. O fragmento seguinte também é desta data. Os outros pronunciamentos de Lula sobre a dívida externa ocorrem nos dias 20/09/89, 24/09/89, 01/10/89, 22/10/89, 31/10.89; todos com o mesmo enfoque, TSE/HN.
- (55) Freire, 1º/10/89, TSE/HN.
- (56) Freire, 22/10/89, TSE/HN.

CAPÍTULO V

O ESTADO NEOLIBERAL VERSUS O ESTADO INTERVENTOR

No campo político, 1989 foi um ano em que o avanço mundial do neoliberalismo obteve impulsos notáveis. Após a crise generalizada do socialismo e a derrocada do leste europeu, a era Reagan/Bush, nos EUA, e Thatcher, na Inglaterra, parecia chegar a seu ponto mais elevado (1).

Estes acontecimentos reforçaram o discurso neoliberal, apesar de o argumento manter um raciocínio extremamente estilizado, cujo cálculo elementar é a ineficiência intrínseca do Estado na sociedade contemporânea, cabendo ao mercado, e não à máquina pública, a coordenação e estruturação do processo de desenvolvimento econômico. A expressão política desta postura sintetiza-se na doutrina do "Estado mínimo" (2).

A eleição presidencial, que se tornou o fórum catalisador do discurso político no país, agregou em sua agenda de debates esta pauta, da qual emergem referenciais que colocam em discussão o reordenamento do setor público.

Neste sentido, nota-se que as questões relativas ao papel do Estado são fortemente marcadas pelos enunciados

neoliberais. Há uma clara disposição por parte deste discurso em conduzir as críticas às funções estatais, mediante/a construção de equivalências que associam as causas da crise do Estado brasileiro ao seu tamanho, considerado gigantesco, e à sua capacidade de intervir em diversos setores da economia (3).

Durante a campanha, em contrapartida, as alternativas privilegiadas pelo discurso neoliberal, divulgadas a partir de temas vinculados à produtividade e ao crescimento econômico integrado ao suposto dinamismo da economia de mercado, nacional e internacional, defrontam-se com dificuldades provenientes da própria cultura política do país. Os candidatos à Presidência da República, identificados ao neoliberalismo, enfrentam sérios problemas para seguirem à risca esta cartilha, por dois motivos centrais: primeiro, a simples lógica do liberalismo de categorias "puras" opõe-se à histórica inserção do Estado brasileiro como agente fomentador do desenvolvimento nacional; segundo, há a incômoda circunstância de os candidatos neoliberais terem sido estreitos colaboradores do Estado burocrático-autoritário comandado pelos militares, regime que baseou sua atuação por meio de políticas estatizantes e corporativas (4).

Aspásia Camargo explica quais são os efeitos de uma situação deste tipo em um processo eleitoral nos moldes brasileiros. Segundo a autora, levando-se em conta

".... a realidade do mercado político - também regulado pelas leis da oferta e da procura - é importante considerar os constrangimentos de uma ordem em que a maioria dos indivíduos não são portadores de cidadania plena e que, portanto, demandam ao poder público serviços e bens os mais elementares que não são os mesmos solicitados pelos que integram o setor moderno e afluente. Diante de tal duplicidade, os candidatos em competição por postos na vida pública adaptam-se, em sistemas eleitorais abertos e altamente participativos como o nosso, às condições de uma maioria carente, sendo obrigados a atender a estratégias de sobrevivência diversos (inclusive as semilegais e ilegais, através de medidas redistributivas). Neste contexto, o Estado intervencionista e as políticas de massa passam a exercer um papel crucial junto a setores e clientelas diversas, reforçando o corporativismo e/ou populismo." (5)

As considerações da cientista política ajustam-se, plenamente, à conjuntura do pleito presidencial e estabelecem uma outra fronteira às pretensões neoliberais: a do próprio jogo político.

Além disto, os candidatos que se posicionam no campo liberal procuram contornar eventuais conflitos com grupos diretamente envolvidos na discussão sobre os rumos do Estado, cujas principais ponderações foram resumidas por Renato Boschi nos seguintes termos:

"Como apoiar medidas antiestatizantes por parte de setores do empresariado - grande e pequeno - que conviveram historicamente com subsídios de toda ordem e com o concurso da intervenção estatal para a expansão da atividade industrial? Do ponto de vista do setor público, como

acabar, no modelo de capitalismo burocrático que se instalou no Brasil, com os benefícios advindos do próprio relacionamento daquele com o setor privado? (...) Como obter maioria junto à classe política em suporte a medidas privatizantes que poderiam comprometê-la do ponto de vista do tratamento dispensado ao patrimônio público?" (6)

Na avaliação dos custos e benefícios que a situação e, principalmente, o público-alvo impõe, nem sempre é recomendável e prudente um liberalismo excessivo, sendo, eventualmente, mais compensador uma combinação que contemple elementos da tradição estatista com aspectos clássicos do livre mercado. A amálgama destas duas posições gera para os liberais, durante a campanha presidencial, mais indefinições do que certezas nos projetos de privatização de setores da máquina pública.

Quanto aos candidatos que não se posicionam no campo neoliberal, suas preocupações centram-se na defesa a uma generalizada desestatização. Deixam, no entanto, margem para uma futura agenda de negociações, pois afinal este Estado foi mantido nas últimas três décadas por um regime onde a intervenção estatal era "insensível aos interesses coletivos [e] regulada por um sistema predominantemente clientelista e particularista" (7), que afetava sua racionalidade técnico-administrativa e sua capacidade de produção, além de criar empresas e agências de duvidosa necessidade e eficácia.

Tem-se, assim, um quadro paradoxal em que, se por um lado, falta condição para que os neoliberais apresentem suas propostas de Estado mínimo, por outro, os grupos mais à esquerda e mais afeitos a políticas estatizantes precisam incorporar em seus discursos propostas de abertura à desestatização.

Estas duas posições são reveladoras dos limites estabelecidos pelos diversos discursos às significações atribuídas ao Estado no transcurso da campanha. A consequência desta delimitação invertida (neoliberais submetidos a um Estado com poderes de intervenção e não-liberais sujeitos ao desafio de implementarem políticas desestatizantes) é a construção de um discurso redimensionado sobre o papel do Estado, através do qual os candidatos procuram definir as formas de atuação da máquina pública considerando as predisposições históricas presentes no país.

A análise dos pronunciamentos demonstram os obstáculos que o discurso neoliberal tem de enfrentar para construir significados sem entrar em atritos com os esquemas de percepção mantidos pelo *habitus* estatista do país, que engendram nos eleitores/espectadores expectativas diversas daquelas ofertadas, exclusivamente, pela doutrina do Estado mínimo.

Este mesmo *habitus* parece ser suscetível a acomodar discursos que proponham amplas reformas no Estado. A razão dessa possível recepção a discursos que projetem mudanças imediatas no Estado reside na própria evidência da crise deste, vivida cotidianamente pela população. Com efeito, a crise do Estado não é apropriada, pelo imaginário social, como produto do crescimento desmesurado da máquina pública, mas de causas mais próximas da experiência habitual do cidadão, como a inflação, a corrupção dos políticos, a ineficiência dos serviços públicos, a concentração de rendas, etc., temas que foram contemplados com numerosos pronunciamentos ao longo da campanha presidencial.

Se é correto afirmar que o Estado mínimo não é o objeto central das atenções do eleitor/espectador, também é necessário levar em consideração o fato de que a idéia de preservação do patrimônio público não se constitui em uma questão suficientemente refletida pela maior parte da sociedade. Assim, todos os candidatos vêm-se diante de limitações recíprocas que envolvem o debate e estabelecem as formas pelas quais o reordenamento do setor público adquire significados.

Em síntese, o objetivo do capítulo é o de analisar as múltiplas concepções sobre a reorganização estatal. Os pronunciamentos, com este propósito correspondem às medidas projetadas para resolver a crise do Estado em seus pontos nucleares. É a partir da reforma no Estado que se torna

viável a reversão da falência dos serviços públicos e a efetivação de uma política econômica com possibilidades reais de êxito.

O modo como os candidatos procuram construir sentidos para essas questões, fundamentais tanto para quem almeja obter o controle do poder público, como para quem com ele se relaciona, em primeiro lugar o cidadão, giram ao redor de dois eixos: um que trata especificamente do debate a respeito da privatização e da estatização, isto é, como e por que reduzir ou aumentar a participação do Estado nas atividades econômicas; outro, mais geral, onde se discute as diferentes fórmulas de se redimensionar o discurso que define os limites de atuação da esfera estatal; em outras palavras, as formas de intervenção do Estado. O Capítulo encontra-se dividido segundo a ordem destes dois temas.

1 - Privatização e Estatização em Debate

O Estado brasileiro encontra no debate em torno dos processos de privatização e estatização uma das manifestações mais eloqüentes de sua crise. A máquina pública é colocada no centro de uma discussão que visa a não apenas reformar suas estruturas, mas definir o abandono de certos setores em que o Estado vinha atuando. Este

último ato deve ser feito ou pela extinção de órgãos e agências estatais, ao menos teoricamente deficitárias, ou pela venda de empresas e outros patrimônios públicos para o setor privado.

As condições de emergência que amparam este debate podem ser resumidas a partir da articulação de três discursos presentes no contexto da eleição presidencial: 1) a mencionada situação externa, onde se registram fatos favoráveis à política neoliberal; 2) a própria crise do Estado brasileiro maximizada durante a Nova República; 3) o projeto de privatização ensaiado pelo governo Sarney nos últimos meses de seu mandato.

Para os candidatos ligados, parcial ou totalmente, ao neoliberalismo, o Estado deve dar maior liberdade à iniciativa privada, premissa que congrega em um mesmo campo Collor de Mello, Paulo Maluf, Afif Domingos, Mário Covas e Ulysses Guimarães. Entretanto, especificamente no debate sobre as privatizações observa-se, nitidamente, os limites da ortodoxia liberal na disputa por espaços em meio ao enraizado discurso estatista do país. Afif, Maluf e Ulysses recusam-se a participar da discussão e não se pronunciam sobre a questão, o que não se verifica nos discursos destes candidatos em relação ao reordenamento do Estado. Collor assume a posição de porta-voz do preceito privatizante, para o qual não define áreas, setores ou empresas negociáveis. O discurso tem por objetivo, tão-somente,

Candidatos de Emergência

afirmar o princípio geral da privatização, o que revela a dificuldade do tema ser tratado na conjuntura da história recente do Brasil. É importante ressaltar a posição particular de Mário Covas neste debate. O candidato tem entre seus propósitos a políticas privatizante como meta geral de seu plano de governo, aparecendo aqui semelhanças com Collor, mas, como os candidatos de esquerda, faz uma defesa explícita de empresas estatais. O discurso de Covas é a síntese mais clara da incorporação de elementos liberais à tradição estatista.

A resistência ao discurso privatista provém dos candidatos situados à esquerda. Lula, Roberto Freire e Leonel Brizola defendem nominalmente as estatais estratégicas e/ou produtivas do projeto de privatizações do governo Sarney e da vaga neoliberal exacerbada. Como citado na introdução deste Capítulo, esta é uma posição prévia, sujeita a retificações caso se trate de empresas ou agências do setor público criadas sem critérios técnicos e nacionais que as justifiquem.

Os momentos de diluição e apropriação de posicionamentos entre uma e outra postura não impede que o discurso neoliberal, mesmo que as falas sobre as privatizações encontrem pouco espaço para se manifestar, coloque o discurso estatizante na defensiva. Com efeito, à exceção de Roberto Freire, nenhum outro candidato pronuncia-se claramente sobre eventuais estatizações de

novos setores da sociedade, onde o Estado não atue ou o faça parcialmente (8).

Ao longo da campanha presidencial, Collor de Mello, Afif Domingos e Paulo Maluf procuram associar o neoliberalismo a um projeto que designam como "mundialmente moderno". Segundo essa versão, os países capitalistas desenvolvidos mantêm em seus governos homens públicos cuja prática política segue a orientação liberal: livre mercado e menor presença estatal. Esta mesma lógica define os países socialistas como exemplos do "mundialmente atrasado" (9).

Deste modo, a privatização de empresas públicas passa a ser um dos mecanismos para inserir o Brasil no circuito internacional da "modernidade", embora somente Collor de Mello dê centralidade à questão em sua estratégia discursiva.

A proposta de Collor é apresentada através de um simulado diálogo dele com o eleitor/espectador, no qual o candidato responde à pergunta "e o que é a reforma patrimonial?":

"Preservando as empresas estatais estratégicas, vamos privatizar as empresas nas áreas em que o Estado não precisa ser o controlador, dando o direito primeiro aos trabalhadores de serem os gestores destas empresas. É fazer um amplo cadastramento de todas as terras e imóveis que são de propriedade do governo federal e estão

indevidamente ocupados para ver os que efetivamente têm utilidade pública. Vender os imóveis funcionais prioritariamente para os próprios funcionários e acabar com as mansões e os carros chapa-preta para Ministros e demais autoridades. Acabar, minha gente, com a mordomia." (10)

O pronunciamento de Collor é revelador das formas específicas que o discurso neoliberal teve de assumir para se fazer presente na campanha presidencial. A reforma patrimonial proposta pelo candidato é o esboço de um plano de privatizações, cujas delimitações correspondem às condições de recepção que os discursos desta ordem dispunham naquele momento.

Verifica-se que a desestatização projetada por Collor não tem por objetivo uma venda indiscriminada do patrimônio público, na medida em que é prevista a manutenção das estatais estratégicas. O candidato, entretanto, não estabelece os critérios com os quais define a posição estratégica de uma ou outra empresa ou setor público. Conseqüentemente, a mesma indefinição é válida para as áreas passíveis de privatização. Collor, inclusive, evita citar nomes que exemplifiquem o perfil das empresas ou setores que devem permanecer na alçada do Estado. Esta forma de tratar a questão diferencia Collor dos candidatos de esquerda, e, neste particular, também de Covas, que nomeiam as estatais a serem preservadas, além de explicarem

as razões que as tornam estratégicas para seus planos de governo.

A reforma patrimonial caracteriza uma postura liberal adaptada às circunstâncias locais, cujo resultado, apesar das indeterminações iniciais do fragmento, é a redução do Estado, o que na ótica dos neoliberais significa também diminuir sua crise atual e o potencial de uma nova eclosão.

O referencial neoliberal do candidato enfrenta dificuldades, de fato, nas condições para se implementar o plano de privatização. Collor, ao tentar construir pólos de legitimação para a venda das estatais, defronta-se com dificuldades oriundas da historicidade do Estado no país e do próprio contexto do pleito. Em primeiro lugar, a defesa das estatais produtivas por parte dos candidatos de esquerda tinha como um dos principais argumentos a acusação aos neoliberais de estarem planejando, simplesmente, a entrega do patrimônio público dos brasileiros à iniciativa privada; segundo Brizola e Lula, inclusive às multinacionais. Em segundo lugar, Collor havia construído a imagem do "caçador de marajás", cuja primeira significação associava a expressão exclusivamente ao funcionalismo público. Esta equivalência também foi duramente criticada pelos demais candidatos, neste caso independente da posição ocupada no campo político (11). Collor vê-se obrigado a fazer concessões para desconstruir o estereótipo que os

opponentes lhe atribuíam: os não-liberais, de entreguista; e todos os candidatos, de perseguidor dos funcionários públicos.

A fórmula encontrada para remediar esta situação é a adaptação da proposta privatizante às circunstâncias impostas naquele momento da disputa eleitoral. Collor chama à parceria os funcionários das empresas privatizáveis e lhes garante a oportunidade de darem o primeiro lance com vistas a obter o controle acionário da estatal. Um governo sob sua presidência dirigiria o processo de privatização mediante a intervenção no mercado, determinando a ordem de opção dos compradores e evitando a livre concorrência dos agentes envolvidos. Collor responde, deste modo, aos dois grupos adversários: ele não está entregando o patrimônio público a sujeitos "estranhos" à nação, mas aliviando o peso do Estado através de um acordo, onde os postulantes privilegiados são os próprios funcionários das estatais, prova de que não os persegue e de que pode manter entre os brasileiros as empresas construídas e/ou mantidas com os tributos provenientes dos cidadãos.

A reforma patrimonial complementa-se com questões que enfocam aspectos da chamada crise moral do Estado: as mordomias de integrantes da máquina pública. Durante este período a imprensa realizou uma intensa campanha, onde denunciava os benefícios que desfrutavam os políticos,

principalmente os Ministros de Estado, cujas residências tornaram-se o símbolo máximo dos privilégios.

Desta maneira, o discurso de Collor sobre as privatizações articula-se através de dois sentidos distintos, que marcam os estreitos espaços da vertente nacional do neoliberalismo: em um primeiro momento, -- é enunciado um princípio geral privatizante, que preserva estatais táticas e busca o apoio para esta política na própria empresa e/ou setor a ser privatizado; em um segundo momento, a questão é deslocada para um segmento do Estado mais visível ao eleitor/espectador - as mansões ministeriais e os automóveis de uso exclusivo das autoridades da máquina pública -, como forma de dar destaque à crise moral do Estado, um campo em que os atritos políticos eram minimizados diante da imensa ojeriza popular aos privilégios provenientes do setor público.

A postura singular de Mário Covas em relação às questões envolvendo o debate sobre a privatização e a estatização decorre de uma estudada estratégia política. Entre as preocupações do PSDB está a de transmitir a imagem de uma candidatura à Presidência da República amparada em um programa, auto-intitulado de "moderno", que contemple as alterações ao nível mundial e a realidade nacional. Ou seja, assim como está atento ao movimento que os neoliberais consideram "modernidade" em termos econômicos,

Covas não se descuidou da especificidade da campanha presidencial.

As privatizações, deste modo, são inseridas por Covas em seu plano anti-inflacionário, que visa estabilizar a atividade econômica do País através de uma ampla reforma no Estado, em moldes liberais. A inversão desse paradigma ocorre quando o candidato defende nominalmente três estatais, que são definidas não como produto do "mundialmente atrasado", mas como exemplos de empresas do primeiro mundo, grau de desenvolvimento alcançado em virtude de um histórico esforço coordenado pelo Estado brasileiro.

O primeiro tema, as privatizações, é enunciado por Covas em um curto fragmento:

".... a privatização que tiver que ser feita, seja feita sem roubalheira. Com a criação de um fundo de privatização, do qual você vai participar: governo, empresários e trabalhadores." (12)

Covas confirma a política privatizante como um princípio geral, determinando apenas os contornos de futuras negociações. Tal como Collor, o candidato não define os critérios que tornam uma empresa passível de privatização. Difere daquele ao marcar no pronunciamento uma crítica ao projeto de privatização que vinha ocorrendo no governo Sarney, cuja significação é dada por intermédio

de um aviso prévio que visa estabelecer um modelo contrário ao atual. Ou seja, o processo de vendas de empresas estatais sob a gestão de um Estado gerenciado pelo PSDB será feito segundo um padrão que evite que o patrimônio seja lesado.

Para atingir este objetivo, Covas propõe formas de implementar o projeto privatizante mediante a criação de um núcleo, ao redor do qual gravitam agentes que contemplam a diversidade da sociedade, extrapolando a noção comum de um negócio realizado apenas pelo vendedor, o Estado, e o provável comprador, setores do empresariado. Não se faz necessário fixar com antecedência na ordem de vendas uma prioridade de compra para os trabalhadores das empresas privatizáveis, pois, distintamente de Collor, o candidato tucano não parece ter problemas de relacionamento com o funcionalismo público. Além deste fator, a ampliação do leque de participantes, por si só, confere a Covas uma maior legitimidade para desmembrar o Estado, uma vez que depende de uma concordância coletiva.

Independente da forma com serão feitas as privatizações, o certo é que, como em Collor, elas representam uma política de redução do Estado, que, de acordo com o neoliberalismo, é componente importante do receituário destinado a estabilizar a economia e a própria crise do país. Esta questão constitui-se em uma das diferenças marcantes entre Covas e a esquerda.

Mário Covas busca aumentar esta legitimidade com pronunciamentos que consolidem uma posição equilibrada. Se é necessário privatizar, também é preciso manter empresas consideradas fundamentais ao desenvolvimento do país sob o controle do Estado. A diferença do tucano para Collor neste ponto é que Covas nomeia as empresas que devem continuar como patrimônio público, traçando, desde modo, um perfil das estatais a serem preservadas. São elas: o Banco do Brasil, a Embraer, e a Petrobrás.

A justificativa para a manutenção dessas estatais está na própria história de cada uma, cujo apogeu evolutivo possibilita-lhes a comparação com empresas do primeiro mundo. É a partir dessa historicidade que se pode formular a seguinte questão: como privatizar empresas que historicamente servem ao país econômica e simbolicamente? Qualquer que seja a resposta ela é o limite expresso das intenções neoliberais da candidatura do PSDB.

Instituição pública cuja história remonta ao século passado, o Banco do Brasil sofre constantes ameaças de privatização durante a campanha, o que confere ao assunto caráter de pauta sempre atual. Embora nenhum dos candidatos manifeste-se claramente a favor da privatização, o ambiente neoliberal emite sinais que revelam indícios dessa possibilidade. De fato, este discurso circula sem uma origem definida, sendo sua apreensão localizada nos insistentes atos de defesa (13).

Não é surpreendente, portanto, o contexto peculiar em que Covas pronuncia-se sobre o assunto. O candidato encontra-se em uma agência do Banco no Distrito Federal, onde um funcionário pergunta-lhe qual será o destino da instituição caso ele vença a eleição presidencial. A situação é veiculada como se o programa não obedecesse a uma estratégia previamente definida. A imagem transmitida é a de Covas falando com interlocutores objetivos, não mediatizados por um vídeo editado, procurando demonstrar a naturalidade de quem está preparado para o debate sobre qualquer questão em qualquer circunstância. A resposta de Covas tem de ser peremptória, sem margens para equívocos e, de preferência, demonstrando conhecimento de causa:

"No meu governo o Banco do Brasil não será privatizado. Ele é formado de gente que entrou por concurso, séria e competente. Ele é um banco que no passado já foi emissor de moeda através da SUMOC. Ele é um banco que gozou de determinadas prerrogativas que lhe foram retiradas, como por exemplo, ele era dispensado do depósito compulsório, fato que hoje não ocorre. Por outro lado, ele é o grande banco agrícola deste país. Ele é o grande banco do comércio exterior, via CACEX. E ele é o grande banco internacional. O Banco do Brasil é uma instituição que precisa ser prestigiada. É a primeira presença da União no menor município deste país. O Banco do Brasil tem um imenso acervo de trabalho prestado a esta Nação. Vai continuar prestando na condição de banco do Estado, banco da União." (14)

A garantia de que o Banco será mantido na alçada estatal é confirmada por Covas através da construção de significados que instauram no discurso um conjunto de positivities que se antagonizam à privatização. Os enunciados que produzem estes sentidos podem ser descritos através de cadeias de equivalências às frases afirmativas de Covas: 1) os funcionários do banco não são "marajás", nele não há empreguismo; 2) não é um banco dispensável, pois tem funções internas e externas fundamentais ao país; 3) não é apenas uma entidade econômica, mas um símbolo da materialização do próprio Estado, funcionando como um órgão de vanguarda nos Municípios emergentes, aproximando Estado e sociedade; 4) finalmente, não é um banco recentemente criado, mas uma instituição com longo currículo de serviços prestados e que se hoje não cumpre algumas tarefas é porque elas lhes foram amputadas (15).

O argumento pró-privatização justifica-se como uma das medidas necessárias ao combate da crise do Estado e, conseqüentemente, da crise econômica, posição que o próprio candidato concorda ao estabelecer a privatização como um item de seu plano de estabilização da economia. No entanto, as características positivas com os quais Covas define a presença espaço-temporal do Banco do Brasil na história do país inviabilizam a idéia de privatizá-lo. O Banco não passa a impressão de ser um dos elementos que contribuam para a crise brasileira, pelo contrário, parece ser,

segundo Covas, um dos instrumentos capazes de auxiliar na recuperação do Estado.

Covas, além de deixar no mercado financeiro uma forte presença estatal, esboça um contorno de empresa pública que deve continuar nesta condição. Os pronunciamentos sobre a Embraer e a Petrobrás só vêm a confirmar os traços requeridos por uma instituição para ser preservada como patrimônio público.

O pronunciamento de Covas a respeito da Embraer explora os avanços tecnológicos na trajetória da estatal para explicar sua importância na economia do país:

"É uma beleza realmente [a Embraer]. Isto só foi possível por quê? Porque ali se começou com o Instituto de Engenharia, o ITA (...) posteriormente se desenvolveu o Instituto de Pesquisas Espaciais e, finalmente, se entrou na tecnologia de se construir aviões. Foram desenvolvidos modelos para a agricultura, foram desenvolvidos um primeiro modelo cujo nome era Bandeirantes e, hoje, existem 300 Bandeirantes voando pelo mundo. Hoje, foi desenvolvido um avião chamado Tucano, coincidentemente, que hoje faz parte de dez forças aéreas do mundo, inclusive da RAF, da Força Aérea Inglesa. Mais recentemente, um outro avião, o Brasília foi desenvolvido. Nós já exportamos para a Alemanha, os EUA, a Inglaterra, a França, o Canadá e o Japão. Falta-nos apenas exportar para Itália, entre os sete mais ricos do mundo. E com a Itália nós estamos desenvolvendo em consórcio um novo modelo de avião. Esse é o Brasil do primeiro mundo. Um Brasil que é capaz

disso, não pode aceitar, vai acabar com a fome, a miséria e a ignorância." (16)

A característica geral do discurso é a mesma encontrada no pronunciamento relativo ao Banco do Brasil: um conjunto de positivismos. Neste caso, não se antagonizam à privatização, alternativa sequer mencionada, mas à tríade que marca o subdesenvolvimento do país: a fome, a miséria e a ignorância.

Covas utiliza-se novamente do referente histórico para mostrar que a Embraer desenvolveu-se a partir de um embrião que hoje fabrica produtos com aceitação nos mercados mais exigentes ao nível internacional. Este crescimento eficaz não é apócrifo, ele é de responsabilidade do Estado brasileiro, que independente de sua crise consegue manter empreendimentos comparáveis ao Primeiro Mundo. Há aqui uma importante distinção, presente também nos candidatos de esquerda, que é a de separar o Estado em dois blocos: um, o maior, mergulhado na crise e parte correlata do processo de subdesenvolvimento do país; outro, limitado a algumas empresas públicas, produtivo e competente. No primeiro, encontram-se os setores sujeitos às privatizações; o segundo, corresponde a uma interface dentro do espaço público que representa a parte a ser preservada e o modelo através do qual a administração pública deve espelhar-se para superar seus problemas.

A dimensão que Covas confere ao debate o afasta de um campo propriamente doutrinário. Não estão em discussão, para o candidato, as visões de mundo correspondentes às concepções estatista ou ao privatismo neoliberal. O que realmente parece estar em pauta, no discurso tucano, são as formas competentes de gestão do patrimônio público. O candidato volta a enfatizar, como faz nos pronunciamentos sobre os serviços públicos, o discurso da competência (17). Esta qualidade é o fator que acompanha a histórica participação do Banco do Brasil e da Embraer na economia nacional. Para Covas não interessa as formas de gestão anteriores, mas o fato de ser ou não competente, cujos critérios de definições são técnicos. Com efeito, a postura do candidato independe de ideologia política.

Ficam estabelecidos, assim, os componentes básicos que definem o perfil da empresa pública não-privatizável: produtividade e competência. A Petrobrás cumpre estes critérios e soma a eles mais um item: o simbolismo do poder público.

A Petrobrás, uma das mais importantes empresas do setor produtivo estatal, era o resultado da luta pelo controle e exploração do petróleo ocorrida no segundo governo Vargas, episódio que galvanizou a opinião pública em torno desta causa. Quase quatro décadas depois, durante campanha presidencial, a empresa, como tantas outras estatais, tem sua condição de patrimônio público reavaliada

de acordo com as diretrizes neoliberais que apontam a privatização como a alternativa mais viável para mantê-la em pleno funcionamento (18). A forma escolhida por Covas para discordar deste ponto de vista é articular em um mesmo pronunciamento valores recorrentes à história da Petrobrás que simbolizem e justifiquem sua permanência junto à máquina pública:

"A Petrobrás simboliza a nossa libertação nacional. A Petrobrás simboliza o nosso desenvolvimento. A Petrobrás simboliza o Brasil do primeiro mundo. E o país que foi capaz de fazer a Petrobrás, vai ser capaz de acabar com a fome, com a miséria e com a ignorância." (19)

A linha de argumentação do pronunciamento é praticamente a mesma através da qual o candidato atribui sentido às funções desempenhadas pelo Banco do Brasil e pela Embraer na economia brasileira: uma série de positivities. Neste fragmento, são enunciadas através de equivalências que apresentam significados complementares entre si e, também, antagônicos aos efeitos do subdesenvolvimento sócio-econômico do país. O primeiro, recorda a luta pela nacionalização do petróleo no Brasil; o segundo, caracteriza o papel da empresa na economia interna; e, o terceiro, marca o ápice da história desta estatal que, como a Embraer, atingiu o *status* de uma empresa moderna.

A conjugação destes três significados conferem à Petrobrás o símbolo da não-crise do Estado e da não-crise da economia. Como vender para a iniciativa privada uma empresa que simboliza uma parte do Estado que deu certo, uma economia produtiva, herança de uma sociedade mobilizada pelos interesses nacionais? Com a questão colocada nestes termos a idéia privatista perde força. Ao mesmo tempo, revigoram-se as razões para manter estatais como a Petrobrás em poder do Estado, sob a alegação de que elas se adaptam às demandas provenientes da sociedade e do mercado.

Brizola, Lula e Freire também são agentes do discurso que busca evitar uma desestatização ampla e sem critérios. Representantes de tendências políticas habituadas à intervenção estatal, os três candidatos apresentam, ao longo da campanha presidencial, pontos de contato em relação ao debate sobre a privatização ou a estatização. Por um lado, todos criticam o projeto privatizante proposto pelo governo Sarney no final de seu mandato; por outro, procuram pensar o "público" através da articulação de significados que denotem para o eleitor/espectador suas estreitas relações, simbólicas e econômicas, com esta esfera em oposição à idéia do "privado". O modelo deste modo de conceber a questão é fornecido pelos pronunciamentos em que se são nomeadas as estatais produtivas e estratégicas.

Leonel Brizola, por exemplo, é um dos primeiros a falar contra o projeto de privatizações encaminhado pelo governo Sarney. A luta pela preservação das estatais estratégicas é uma questão fundamental para o candidato trabalhista, porque, de certo modo, este ato constitui-se em uma defesa de sua própria ideologia política, herdeira do nacionalismo varguista. O pronunciamento em que Brizola trata do tema pode ser dividido em duas etapas, sendo que na primeira o candidato outorga-se a tarefa de tecer críticas ao plano privatizante e, na segunda, antagoniza a esse uma concepção de Estado com responsabilidades desenvolvimentistas:

"Povo brasileiro! Vem ocorrendo uma situação realmente muito grave. O governo Sarney está anunciando a venda de um conjunto de empresas públicas, dentro deste programa que denominam de privatizações. Ora, a rigor nem é necessário entrar no mérito desse assunto que é uma questão que comporta uma ampla discussão, porque interfere com o interesse nacional. Eu quero focalizar o aspecto moral e ético dessa decisão do governo Sarney. Como é que um governo (...) fraco (...) que não tem autoridade para mais nada (...) propõe às vésperas das eleições, quando dentro de pouco tempo já teremos um presidente eleito pelo povo brasileiro, como é que pode tomar este tipo de decisão. Ainda mais quando pode estar atrás desses interesses que querem adquirir esse patrimônio do povo brasileiro que são as estatais (...) grupos estrangeiros com seus testas-de-ferro (...) Nós temos que resistir, nós temos que ir para as ruas, para defender o patrimônio público. Porque no fundo tudo isso não passa de uma transferência do patrimônio público

para os bolsos particulares. Eu não quero dizer que o Estado, que um governo sério e eficaz não deva fazer um exame em todas as atividades que o poder público venha desempenhando, inclusive, extinguindo muitas dessas empresas que a ditadura assumiu, até mesmo para defender grupos amigos do governo." (20)

A fala de Brizola organiza-se a partir de uma questão central: a falta de legitimidade do governo Sarney para executar um programa de privatizações (21).

O candidato aparta os aspectos econômicos e técnicos do assunto e dirige o tema para o campo da moralidade administrativa, o que, segundo Brizola, é a qualidade ausente no enunciador do plano. Assim, para o candidato trabalhista, um projeto desta natureza implica em uma coordenação do governo que tenha por base o reconhecimento popular. Através desta postura fica claro, em primeiro lugar, que o programa privatizante não é em si uma política equivocada, o que, em princípio, parece aproximar Brizola de Covas e Collor. Entretanto, as justificativas são diferentes. Enquanto que, para os dois últimos, as privatizações correspondem a planos para tornar o Estado menor, Brizola pensa em reavaliar a participação do Estado nas empresas públicas para assegurar privilégios de grupos vinculados ao antigo regime militar, não estando em causa as dimensões estatais e sua atuação em setores disputados pela iniciativa privada.

Em segundo lugar, há uma ampliação da latitude da discussão, pois as empresas públicas, por serem do Estado, são em última instância patrimônio do povo brasileiro. Logo, o que o Presidente Sarney está fazendo é um negócio à revelia do verdadeiro proprietário, transferindo o que é de todos para alguns poucos.

A noção do "público" como a representação de um conjunto de coisas que pertencem à globalidade da sociedade é uma idéia defendida apenas pelos candidatos de esquerda. É por intermédio da construção desta equivalência que Brizola autoriza-se a conclamar o povo à resistência, movimento através do qual a coletividade dos cidadãos defendem não simplesmente uma política governamental mas as propriedades que lhes pertencem.

O chamamento de Brizola à luta pelas estatais pode ser entendido como um embate entre uma idéia de Estado nacionalista e um ambiente favorável a medidas neoliberais. Para enfatizar a postura pró-nacionalismo o candidato valeu-se de uma segunda equivalência que une o patrimônio do povo às possibilidades de desenvolvimento do país:

"O que se discute agora é a alienação do patrimônio público e daquelas colunas-mestras como é o caso da Siderúrgica Nacional, da Usiminas, há uma ameaça sob a Vale do Rio Doce. Porque o desenvolvimento, meu irmão, minha irmã, é inseparável de um conceito, de um projeto nacional. Desenvolvimento da França, desenvolvimento dos EUA, desenvolvimento do Japão, desenvolvimento do

Brasil. Nós não podemos alienar estas bases do nosso desenvolvimento, porque só assim nós construiremos o desenvolvimento brasileiro." (22)

O desenvolvimento, para Brizola, está ligado a um "projeto nacional", que, por sua vez, depende do Estado e de suas ramificações produtivas, como comprovam e exemplificam as principais companhias siderúrgicas do país: CSN, CVRD, Usiminas. Brizola não quer dizer que para se desenvolver o País seja necessário somente indústrias de base, mas que sem as estatais não é possível desenvolver-se. Ou seja, não se pode deixar o desenvolvimento de um país na dependência do mercado, cujos interesses não são coincidentes com um Estado de amplas responsabilidades produtivas.

Brizola procura mostrar que a sua posição não é isolada e que inclusive encontra paralelo em países mais desenvolvidos do mundo. O Brasil, para atingir níveis de desenvolvimento comparáveis a essas nações, não pode prescindir das estatais. Neste caso, privatizar é abortar a capacidade desenvolvimentista do Estado. Assim, contrariamente aos ditames neoliberais, a privatização nos moldes divulgados por Sarney e, provavelmente, segundo Brizola, em conluio com representantes do capital internacional, não amenizaria a crise do Estado e sim o inviabilizaria de atuar em prol do crescimento nacional.

[Handwritten notes in Portuguese, partially illegible]

Esta forma de tratar a questão é outro fator que diferencia Brizola de Covas. O candidato tucano não se preocupa com as ameaças privatizantes, a não ser no particular pronunciamento sobre o Banco do Brasil, mas em contrapor o desnível entre as estatais, com a potencialidade de primeiro mundo, e a grave situação social. Covas tenta demonstrar que a existência de estatais como aquelas se constitui na prova que o quadro de atraso a que o Brasil está submetido pode ser alterado. A ênfase de Brizola é justamente no perigo privatizante e as conseqüências lesivas desta política para o país, nestes termos e momento. No cálculo brizolista as estatais definidas segundo os padrões de Covas correm o sério risco de serem vendidas, o que para o candidato do PSDB corresponde à perda do referencial primeiro-mundista dentro do Estado e para Brizola a própria condição deste em ser um agente regulador do processo de desenvolvimento econômico-social.

Brizola também se pronuncia, como Covas, sobre o Banco do Brasil. À estatal do sistema financeiro são atribuídas importantes funções em um provável governo presidido pelo candidato:

"Um governo sob a minha responsabilidade traria o Banco do Brasil para ser o centro, a espinha dorsal desse esforço do governo, mobilizando os seus recursos humanos que são os melhores desse país." (23)

"O Banco do Brasil vai dar cobertura aos produtores para que eles não sejam explorados pelas multinacionais, quando vendem adubos, quando vendem os defensivos agrícolas, nem as máquinas. Tudo o Banco do Brasil vai meter o seu olho, sempre em defesa dos produtores, particularmente, dos pequenos." (24)

O fragmento inicial é comparável ao de Mário Covas. Brizola ressalta os pontos positivos do Banco e destina à instituição o papel de centro financeiro que dá a sustentação ao seu plano de governo. Para executar esta função nuclear, Brizola, novamente de acordo com Covas, indica, como dado que respalda a decisão, a competência do corpo funcional do Banco. Fica evidenciado que um projeto assim definido não abre espaço para a privatização.

Não há no pronunciamento de Brizola, como no de Covas, aspectos negativos que caracterizem a condução do Banco. De fato, não existem ecos da crise do Estado nesta entidade. Pelo contrário, ambos pensam nele como um instrumento de combate à crise. Esta tendência também é verificada no segundo fragmento em que Brizola assegura o financiamento para a agricultura, mantendo no Banco as atribuições tradicionalmente realizadas pela sua carteira de crédito agrícola. O reforço a essa tarefa tem por princípio prestar um auxílio aos agricultores, principalmente aos pequenos, sujeitos que estão aos desmandos dos agentes privados internacionais do setor. Para Brizola, o Estado deve exercer, nesta área, uma

atividade tentacular através das agências do Banco do Brasil com o objetivo de proteger e incentivar a produtividade agrícola.

O Estado, na perspectiva de Brizola, apresenta uma forte tendência a centralizar e a coordenar o processo econômico, negando um programa privatizante indiscriminado e, principalmente, os vínculos de uma política desta ordem com os interesses das empresas multinacionais. Esta repetitiva contestação aos representantes do capital estrangeiro é mais importante, no caso de Brizola, que a própria crítica ao governo Sarney. A insistência de Brizola em repudiá-los acaba por inserir ainda mais o candidato em um campo sem sintonia com os interlocutores neoliberais. A alternativa brizolista é aquela que reedita a retórica do Estado nacionalista, cujos modelos baseavam-se nas experiências históricas do segundo governo Vargas, dos próprios governos estaduais de Brizola e do governo inacabado de João Goulart; governos que, respectivamente, nacionalizaram setores da economia e destacaram-se pela presença efetiva do Estado nas políticas de desenvolvimento econômico-social.

Enfim, o espaço da atividade estatal apresenta as dimensões necessárias a torná-la imprescindível em alguns setores. Certamente em um número mais elevado do que o previsto pelo neoliberalismo, contra o qual Lula e Freire, tanto quanto Brizola, rebelam-se.

Lula e Freire procuram definir com clareza o papel que reservam ao Estado caso vençam o pleito. Para ambos, esta preocupação deriva do fato de o Estado ocupar uma posição central em seus planos de governo, cuja orientação política é informada, em maior ou menor escala, por idéias socialistas. Ou seja, manifestam-se, ao longo da campanha presidencial, duas concepções de Estado interventor dentro do campo da esquerda, pois a postura de Brizola, embora de uma máquina pública interventora, mantém-se afeita às diretrizes do capitalismo, segundo ele de cunho "social" (25).

No que tange ao tema das privatizações, esta distinção ideológica não é suficiente para evitar construções com pontos em comum.

Assim, Lula, ao falar sobre o programa de privatizações do governo Sarney, realça temas que constam do pronunciamento de Brizola, mas não deixa de acrescentar dados e propostas específicas:

"Nós somos contra a privatização, porque a privatização nada mais é do que pegar o patrimônio do povo e entregar para a iniciativa privada (...) Será que a iniciativa privada iria querer privatizar ou comprar do Estado uma empresa que não desse lucro? (...) Ora, eles só querem comprar, exatamente, as empresas boas que têm mercado e que dão lucro. Ora, isso significa o quê? Significa que o governo Sarney, no final do seu mandato, está querendo lesar o patrimônio do povo brasileiro (...) O

que nós temos é que democratizar as empresas estatais. Por exemplo, por que não colocam os trabalhadores para participar da administração das empresas? Por que não montam conselhos da sociedade civil para ajudar a controlar essas empresas e para fazer com que essa empresa se torne mais rentável do que ela é? Ora, por que não aumenta a produtividade dessa empresa para vender ônibus para acabar com o problema do transporte coletivo nos grandes centros urbanos? (...) Se o Sarney fosse um governo sério, ele no mínimo permitiria que o novo presidente tomasse posse, para a partir daí nós discutirmos o processo de estatização e privatização das empresas brasileiras."
(26)

Os paralelos do pronunciamento de Lula com Brizola são bastante evidentes: a ilegitimidade do governo Sarney para implementar um programa de privatizações e a noção de "público" construída a partir da associação com "patrimônio do povo".

O discurso adquire conotação particular mediante as formas com as quais Lula enfatiza elementos que são pouco explorados pelo candidato do PDT. Enquanto este fala das empresas públicas como base fundamental ao desenvolvimento do país sem entrar no mérito das causas que poderiam levar a iniciativa privada a comprá-las ou a rejeitá-las, Lula investe precisamente no esclarecimento desse lado da questão. Afinal, quais as empresas são privatizáveis? São aquelas que se inserem em uma lógica produtiva. Se são empresas que operam com eficiência no mercado e são patrimônio dos cidadãos brasileiros, sua transferência,

segundo Lula, para o setor privado constitui-se em um prejuízo para a sociedade.

Para evitar o deslocamento do patrimônio público em direção ao controle privado, Lula sugere uma redefinição nas funções das empresas estatais. A necessidade de se redimensionar as atribuições das empresas públicas é uma resposta de Lula à alternativa privatizante, medida neoliberal que planeja resolver parte da crise do Estado diminuindo-o. Em contrapartida, Lula propõe novas formas de condução das estatais por intermédio do alargamento de suas instâncias decisórias, como maneira de superar a crise gerencial do Estado. Deste modo, Lula desarticula um forte argumento favorável à privatização: o de que o Estado não teria a competência requerida para atuar em determinados setores. Para o candidato da Frente, não só é possível reverter esta idéia, como o próprio argumento antagônico - o Estado pode ter competência - é a condição para as empresas públicas prestarem bons serviços aos seus legítimos proprietários. Em outras palavras, com a reestruturação das empresas públicas, Lula pensa em um incremento na produtividade como maneira de criar soluções redistributivas para atender ao cotidiano da população.

Esta proposta diferencia Lula de Brizola e de Covas, pois nenhum dos dois esboça em seus discursos alterações gerenciais no interior das estatais como alternativa à crise do Estado e ao reducionismo neoliberal.

Em outro sentido, Lula coloca as empresas do Estado como peças importantes na superação da crise nacional, assim como faz Brizola. Aproxima-se também de Covas ao se referir a empresas públicas com potencialidade lucrativa em mercado competitivos, caracterizando estatais que parecem integrar a fatia do Estado considerada competente pelo candidato tucano. Entretanto, distingue-se de Covas ao pleitear que este "lado" da máquina estatal tenha por tarefas responsabilidades sociais. E, por fim, volta a ter contato tanto com Brizola como com Covas, ao propor uma agenda futura de debates sobre prováveis privatizações ou estatizações. Isto é, Lula não se nega a discutir o assunto, mas recusa-se a estabelecer conversações com o projeto do governo Sarney.

Recuperada a legitimidade do governo federal, com a posse do novo presidente, eleito pelos proprietários das estatais, o tema adquire um outro significado, pois o inverso de "empresas que têm mercado e que dão lucro" são as empresas com dificuldades de mercado e pouco lucrativas, em suma, deficitárias. Estatais com este balanço negativo podem vir a ser constituir em objetos de uma pauta privatizante. Caso isto ocorra não será pelos motivos alegados pelos neoliberais e sim pelas mesmas causas que justificam, para Lula, a permanência de algumas empresas na alçada pública: a relação com o povo-proprietário. Pois empresas públicas com déficits operacionais e sem

compradores no setor privado, em um contexto de considerável presença das receitas neoliberais, representam as dimensões improdutivas da atividade estatal, sujeitas, portanto, a profundas reavaliações, na medida em que seus custos de manutenção são compartilhados pelo Estado e cidadãos, que não obtêm em troca *outputs* proporcionais ao capital investido, seja em produto ou serviço.

Neste sentido, não é por acaso que uma das ênfases dos pronunciamentos em que Lula faz uma defesa nominal de empresas públicas recaia justamente no saldo positivo registrado por essas estatais no balanço geral da economia do País. A constatação da produtividade estatal não impede o candidato de ressaltar problemas nessas empresas, principalmente aqueles de natureza gerencial e política, fator ausente nas manifestações de Covas e Brizola sobre o tema.

Lula destaca, por exemplo, a presença de uma orientação anti-redistributiva nas empresas do setor produtivo do Estado, conduta efetivada por meio de relações clientelistas e corporativas mantidas entre os membros politicamente alojados nos núcleos decisórios das estatais em convivência com a iniciativa privada.

Estas questões são articuladas por Lula num pronunciamento em comício realizado na sede da Petrobrás no Rio de Janeiro (27). Em um primeiro momento, o candidato

apresenta dados que demonstram a eficiência econômico-social de instituições do setor financeiro da máquina pública em comparação ao desempenho verificado na mesma área pelo setor privado. É o caso, segundo Lula, da atuação do Banco do Brasil, que teria investido no primeiro semestre de 1989 praticamente todo seu valor ativo em subsídios agrícolas, enquanto os maiores bancos particulares do País empregaram majoritariamente no mercado financeiro, tendo como principal aplicação aquela feita no chamado *overnight*. Em um segundo momento, Lula fala da importância da própria Petrobrás e da CSN, estatais cuja capacidade produtiva vem sendo usufruída pelas empresas privadas, notadamente as internacionais. O candidato esclarece que estas relações podem ser descritas do seguinte modo: no caso da Petrobrás, seu déficit financeiro ocorre devido a uma assimetria operacional em que a empresa repassa seus produtos e derivados a concessionárias ou intermediárias, via de regra, multinacionais encarregadas da distribuição, e essas, ao invés de pagarem imediatamente à estatal - pois recebem no ato da entrega nos postos e revendas autorizadas -, aplicam no mercado especulativo. Lula alerta que elas saldaram o débito após 20 dias em média, o que em uma conjuntura de alta inflacionária crônica acarreta considerável ônus à Petrobrás. No caso da CSN, a indústria automobilística obtém aço subfaturado pela metade do preço.

O candidato fala ainda de outra face desta situação. Se, de um lado, estas empresas públicas funcionam segundo um padrão que objetiva a eficiência e lucratividade, mantendo formas de gerenciamento cujos critérios predominantes para investimentos e alocação de recursos são políticos, isto é, através de procedimentos que acabam por criar e beneficiar clientelas com demandas específicas junto às estatais, de outro, é consenso que sobre elas pairam ameaças privatizantes.

Na continuidade deste mesmo pronunciamento, até aqui resumido, Lula procura explicar ao eleitor/espectador que o projeto político que a sua candidatura representa tem alternativas para modificar esse quadro, amplamente desfavorável aos reais proprietários das estatais, "o povo brasileiro":

"Então não venha dizer que nós temos que privatizar as nossas empresas estatais. O que está faltando neste país, vai acontecer dia 15 de novembro, o povo vai eleger um trabalhador Presidente da República (...) E colocar as empresas estatais como a Petrobrás a serviço de 140 milhões de brasileiros, colocar empresas como o Banco do Brasil a serviço dos brasileiros e fazer com que o BNDES pegue o dinheiro que tem, ao invés de emprestar dinheiro para grandes grupos econômicos vamos emprestar dinheiro para o pequeno produtor agrícola, para o pequeno e médio comerciante, para o pequeno e médio empresário, ao invés de ficar subsidiando Batelas (...) Antônio Ermírio de Moraes, ao invés de ficar subsidiando meia dúzia de grandes grupos econômicos." (28)

O fragmento ratifica a disposição de Lula, presente também no pronunciamento anterior, em implementar novas formas de gestão das empresas estatais produtivas. A reorientação central tem por objetivos alterar profundamente as relações entre o Estado e os mais poderosos conglomerados econômicos do setor privado, através do rompimento do monopólio dos contratos detidos por esses grupos com as empresas públicas.

A questão principal da medida anunciada é que Lula propõe terminar com estes privilégios sem provocar uma ruptura indiscriminada com a iniciativa privada. Ao contrário, os gastos públicos devem ser direcionados para que as estatais estimulem todos os campos da economia, através da manutenção de subsídios para a área privada, desde que se enquadrem nas categorias dos pequenos e médios do setor (29).

O tipo de argumento desenvolvido por Lula para buscar a legitimidade que requer uma política de tal envergadura antagoniza-se às medidas enunciadas por Collor de Mello para efetivar as desestatizações: enquanto este tenta construir pólos de legitimação à privatização no interior da máquina pública, a intensão de Lula é a de criar sujeitos que dêem amparo à proposta de não-privatização, fora do Estado, mais precisamente em um meio propício aos agentes privatizantes.

De modo geral, o fragmento recapitula a noção do Estado com responsabilidades produtivas e sociais, tendo as estatais funções elementares de apoio e atendimento ao conjunto da sociedade, sem, entretanto, desconsiderar seu bom desempenho ao nível de mercado.

A maneira pela qual Lula justifica a manutenção das estatais estratégicas como patrimônio público complementa-se com um tipo de enunciado que Covas também se utiliza: a trajetória histórica de algumas estatais. A diferença de Lula para Covas é que, para este, a história é narrada em termos evolutivos que demonstram os avanços tecnológicos ou a crescente cobertura dos serviços prestados pelas estatais. O uso que o candidato do PT faz do recurso histórico visa mostrar a luta social travada quando da construção das estatais:

"Os meus adversários estão na televisão dizendo que é preciso privatizar, de que é preciso entregar a Usiminas, de que é preciso entregar a Cesita, de que é preciso entregar a Açominas, sem dizer para a opinião pública que quando estas três empresas foram construídas, trabalhadores morreram, trabalhadores rurais foram assassinados que estavam naquele terreno e agora que foi construída 35% do setor siderúrgico nacional, depois de construída a custa do sacrifício do nosso povo, eles querem entregar para a iniciativa privada, querem entregar para empresa particular dizendo que ela sabe administrar melhor. Nós (...) não vamos permitir (...) que seja privatizada." (30)

O candidato remonta a origem das três estatais minerais atribuindo a esse passado a conotação de um movimento de resistência à imposição das siderúrgicas. Agora, no presente, também há resistência, mas à privatização.

A reedição da resistência popular contra o programa privatizante tem por princípio inviabilizar a transferência para o controle privado de mais de um terço do parque siderúrgico nacional. Do mesmo modo que Brizola conclama o povo à luta em defesa de um projeto nacional, Lula procura manter as indústrias de base, de um lado, porque elas representam as dificuldades, as agruras dos trabalhadores brasileiros e seria injusto um repasse para particulares do produto final deste histórico esforço coletivo e, de outro, estas estatais são parte integrante do plano do candidato para intervir fortemente nos processos econômico e social.

Lula, deste modo, inverte a lógica da campanha neoliberal: o Estado presente, atuante, eficiente, redistributivo, logo necessário, é contraposto ao minimalismo da iniciativa privada, que em última instância é quem se beneficia da degenerescência administrativa e política da máquina pública. A proposição geral é de reverter o fluxo privatizador estabelecendo categoricamente que as empresas públicas, quer sejam do setor produtivo ou do setor financeiro do Estado, quando lucrativas - em ato e potência -, e estratégias - historicamente com capacidades

para atender demandas oriundas da maior parte da sociedade - são inegociáveis.

A desconstrução do discurso neoliberal nos moldes enunciados por Lula é acompanhada e maximizada por Roberto Freire. As preocupações do candidato do PCB, além de incorporarem os aspectos com os quais Lula atribui significados para o debate envolvendo os processos de privatização e estatização, contemplam questões que são particularmente importantes para o argumento que vem sendo desenvolvido neste trabalho.

No decorrer deste estudo tem-se observado a presença de um discurso que se faz sentir ao longo da campanha presidencial e que poderia intitular-se de "a possibilidade privatizante", expressão proveniente, em princípio, das idéias-chave do neoliberalismo: a redução do Estado e a liberalização do mercado. A incerteza contida no enunciado que indica a probabilidade das desestatizações é produto da constatação que, concretamente, nenhum candidato assume o compromisso de implementar um programa de privatizações amplo e irrestrito, verificando-se a ausência de manifestações sobre o assunto mesmo nos pronunciamentos de Maluf e Afif, tidos como representantes exponenciais, ao lado de Collor, do neoliberalismo. Esta omissão ocorre em função da histórica participação do Estado no país, principalmente nas áreas econômicas e sociais.

O fato de os neoliberais manifestarem-se com relativa economia na discussão sobre privatização/estatização não impede a condução da matéria, como visto até aqui, pelas significações provenientes do discurso do Estado mínimo.

A singularidade de Freire está em captar e divulgar o componente que comprova a razão de o debate apresentar-se desta forma e não de outra: a própria matriz neoliberal. É a partir dela que se determinam os termos do discurso privatizante que, segundo o candidato, desconsidera e vem impedindo a percepção de outros modos de se pensar processos alternativos de desestatizações:

"Uma das grandes discussões que estamos tendo neste processo sucessório é a questão da estatização versus privatização. Isso é uma discussão ideológica, não é uma discussão de eficiência da economia, nem está procurando discutir, efetivamente, o que representa o Estado brasileiro. Está se querendo discutir ideologia em cima de toda uma concepção neoliberal que está muito em voga, que até candidatos democráticos, progressistas e mesmo de esquerda estão entrando neste discurso." (31)

Freire destaca a relevância do debate e as delimitações feitas pelo neoliberalismo enquanto ideologia política. O principal corte que a doutrina determina é aquele que estabelece o que pode ser dito, na medida que estão excluídas *a priori* da discussão as questões técnico-

administrativas das estatais - indicadores da eficiência econômicas - e o próprio papel do Estado. O candidato divulga como "ideológico" a forma do debate em oposição a princípios racionais de gestão da máquina pública.

O "desvio" promovido pelo neoliberalismo demonstra, por outro lado, a condição de poder deste discurso, dotado de força suficiente para inserir entre seus sujeitos candidatos cujas posições inicialmente não se identificam a ele. A interpelação, entretanto, também tem seus limites. Freire não se sente interpelado pelo discurso neoliberal. Ao contrário, procura fazer desta recusa voluntária mais uma diferença dele com outras candidaturas situadas fora do campo da direita, posição que é reforçada na continuidade do mesmo pronunciamento:

"Nós não entramos neste discurso, nós não aceitamos essa discussão nos termos em que está colocada. Nós não somos mais o socialismo que confunde socialização com estatismo. Nós não queremos estatizar a economia brasileira, mas nós também não queremos entrar na voga da privatização nos termos em que estão sendo colocadas as questões, particularmente, por este governo e por quem defende o liberalismo e o sistema capitalista que aí está. Quero dizer que as estatais neste país têm um papel de fundamental importância. Poderíamos citar algumas; talvez nós estamos hoje sendo o país que somos por muitas destas estatais: Volta Redonda, Vale do Rio Doce, Petrobrás, Banco do Brasil (...) É nesse sentido que nós queremos dizer que vamos discutir caso a caso as privatizações necessárias." (32)

O isolamento que Freire busca refletir choca-se com os pronunciamentos de Brizola, Lula e mesmo Covas, analisados anteriormente. Na realidade, descartando-se este aspecto inerente da disputa política (criar espaço e identidade próprias), nota-se que pretensão de Freire é a de discutir a questão fora dos domínios neoliberais e da alçada do plano de privatizações do governo Sarney.

A particularidade de Roberto Freire neste ponto é a tentativa para desarticular antagonismos previamente associados à concepção de Estado do PCB mediante a construção de uma nova postura que ultrapasse as fronteiras impostas pelo neoliberalismo. Por um lado, o candidato nega ser representante de uma corrente política que tenha por meta a estatização indiscriminada da economia nacional, isto é, Freire procura distinguir seu programa de governo da experiência intervencionista dos países socialistas. Por outro lado, o efeito desta desconstrução é a emergência de uma equivalência com a qual o candidato desassocia a idéia privatizante do neoliberalismo. Em suma: assim como socialização não é necessariamente igual a estatismo, privatização não precisa ser igual a neoliberalismo.

Conseqüentemente, o argumento produz uma justificativa para um futuro plano de privatizações. Desta forma, Freire volta a aproximar-se dos candidatos de centro-esquerda (excluindo-se Ulysses), que também deixam espaços para eventuais privatizações, desde que se

preservem as empresas públicas estratégicas e produtivas, cujos exemplos dados pelo candidato do PCB também coincidem com os de Covas, Brizola e Lula. Na realidade, em uma questão em que Freire pensa construir uma diferença marcante encontra-se um dos grandes consensos entre ele e os outros três candidatos: um Estado interventor, com amplitudes variadas, aberto a programas de desestatizações de setores e empresas que não cooperem com a otimização desta interferência estatal.

A empresa pública escolhida por Freire para representar o perfil de estatal não-privatizável é a Petrobrás. Como os demais candidatos que falam sobre a empresa na campanha presidencial, Freire recorda a histórica importância da Petrobrás para o desenvolvimento nacional e, a partir desta constatação, estabelece critérios de capacitação que devem orientar a administração pública no país. O programa em que Freire fala sobre a Petrobrás é editado em duas partes. A primeira veicula um pronunciamento de Freire no auditório da empresa em sua sede no Rio de Janeiro, em setembro de 1989:

".... um Estado que tenha na Petrobrás um sinônimo de que é possível se construir empresas públicas que correspondam aos verdadeiros ideais e interesses da nação brasileira." (33)

Para Freire, a Petrobrás é o paradigma de gestão do patrimônio público. A estatal petrolífera simboliza, como

para Covas, a não-crise do Estado, pois, caso contrário, ela não poderia constituir-se em um modelo a ser copiado. Na leitura do fragmento também se observam pontos de comparação com Brizola e Lula: a noção de bem público associado não apenas a uma reduzida parcela da sociedade, mas a vontade majoritária dos cidadãos, representados e atendidos pelas estatais.

Na segunda parte, que reproduz cenas de uma visita de Freire à plataforma da Petrobrás em Garoupa, RJ, o candidato recupera o aspecto histórico e emocional que o vincula à empresa:

"E a emoção é dupla: como brasileiro e como comunista. Porque a história desta companhia tem a ver com a nossa história. Quantos companheiros nossos não sacrificaram suas vidas, presos, torturados, alguns até assassinados, para a criação da Petrobrás? E hoje nós estamos aqui, onde a Petrobrás com tecnologia de ponta dá uma demonstração da capacidade do técnico brasileiro e da capacidade do povo brasileiro (...) A Petrobrás é a base de qualquer processo de crescimento e da soberania nacional. Saber das suas dificuldades hoje, do problema dos investimentos, das necessidades que tem inclusive de criar as condições para que possamos ser independentes e auto-suficientes na produção de petróleo. Isso é de fundamental importância." (34)

O simbolismo que envolve os enunciados relativos à Petrobrás aparece, neste fragmento, como o elemento que equaliza as relações entre a história da implantação da

estatal com a história partidária a qual o candidato pertence. Há uma simbiose que demonstra que as causas dos militantes de esquerda vão ao encontro de uma política de interferência estatal necessária e eficiente, cujo resultado é uma empresa pública moderna, de Primeiro Mundo, em analogia mais uma vez a Mário Covas.

Além disto, em um mundo onde o petróleo é energia imprescindível, o monopólio do produto na esfera de decisão do poder público é fundamental para o plano de desenvolvimento nacional autônomo, posição que Brizola também manifesta e estende a todas as estatais por ele defendidas. Para designar a Petrobrás como o sustentáculo de um projeto de desenvolvimento é preciso reconhecer suas dificuldades atuais caracterizadas por Freire como problemas de ordem técnica, distinguindo-se de Lula, que não apenas verifica os impasses operacionais da empresa como os localiza nas ingerências clientelistas dos contratos firmados pelo Estado com o setor privado.

Articulando-se os dois fragmentos em que Freire fala sobre a Petrobrás nota-se uma extrapolação do caráter de síntese narrativa da importância da empresa na história recente do país. A Petrobrás é um ponto nodal que condensa os significados que estiveram associados às empresas públicas não-privatizáveis, por um ou outro candidato ao longo da campanha presidencial.

Em suma, os enunciados com os quais os candidatos dão sentido a estatal petrolífera conferem-lhe o *status* de uma das empresas públicas que melhor representa o Estado competente (ênfases de Covas e Freire), o Estado como gestor do patrimônio do povo (ênfases de Lula, Freire e Brizola) e o Estado ~~como~~ nacionalista e desenvolvimentista (ênfases de Brizola e Freire). Em outras palavras, ela é um dos significantes mais nítidos do *habitus* estatista presente naquele momento, um símbolo que une grupos ideologicamente diferentes, independente de suas inclinações maiores ou menores, por motivos variados, à alternativa privatizante.

O debate em torno dos processos de privatização e estatização ocorridos durante a campanha presidencial tinham por justificativa propor soluções à crise do Estado.

Para o neoliberalismo a privatização de áreas e empresas do setor público seria uma das medidas adequadas para se reverter esta crise. O Estado deveria ser reduzido a ponto de se afastar das atividades econômicas, liberando o mercado à iniciativa privada. Entretanto, nenhum dos candidatos reconhecidamente identificados com a doutrina do Estado mínimo manifestam-se a respeito do assunto nestes termos, revelando as dificuldades de o discurso neoliberal sobrepor-se à marcante presença do Estado na vida nacional. Por outro lado, se o discurso neoliberal angariou portavozes que limitaram, adaptaram ou omitiram suas idéias

centrais, houve ainda assim uma orientação da discussão segundo suas premissas. Isto significa que o discurso privatizante construiu, a partir das condições de emergência mencionadas anteriormente, condições de existência suficientes para dirigir as posicionalidades dos enunciadores estabelecendo as formas do debate.

A posição de retaguarda assumida pelos candidatos de esquerda é a prova deste neoliberalismo sem rosto. A defesa nominal das empresas públicas estratégicas e/ou produtivas tem por objetivo evitar uma desestatização desmesurada, ameaça que parece existir sem agentes definidos. As condições com as quais Lula, Brizola e Freire caracterizam as estatais fundamentais à ação eficiente do Estado deixam em aberto as questões relativas às empresas públicas que não se enquadram nestas categorias. Esta discussão de natureza mais profunda é transferida para um momento em que as decisões sejam sancionadas pelo voto popular, levando a esquerda para o seguinte cálculo político: são não-privatistas, mas não anti-privatizantes. Isto é, negam a privatização sob a argumentação neoliberal: a pura redução do espaço público; mas com isto não descartam que a proposta desestatizante possa, eventualmente, ser um instrumento útil às futuras reavaliações da atividade do Estado, não devido às suas dimensões e sim em função de uma readaptação redistributiva.

Covas é a exceção do debate. O candidato do PSDB incorpora em seu plano para debelar o processo inflacionário medidas de cunho liberal que alteram o funcionamento do Estado, destacando-se entre elas a privatização como maneira de minimizar os efeitos da intervenção estatal na esfera produtiva, visto como fator de desestatização da economia do país. Apesar desta política favorável aos pressupostos neoliberais, Covas não deixa de se posicionar contra a privatização de certas empresas públicas definidas por ele como o signo da competência. O candidato não diz o que vai privatizar, como Collor, mas diz o que não privatizará, como a esquerda, fazendo-se, deste modo, sujeito de dois discursos: o neoliberal e o estatista, dualidade que convive em seus pronunciamentos como a fórmula capaz de conciliar a histórica participação do Estado brasileiro com o apelo internacional do Estado mínimo.

Mas terá o debate sobre as privatizações e estatizações respondido satisfatoriamente a pergunta de como superar a crise do Estado? Certamente não. Privatizar e estatizar são alternativas que tanto podem trazer dividendos políticos como ônus ao enunciador. Uma ou outra opção, ou mesmo a articulação equilibrada das duas, comprometerá o candidato em plena campanha a posicionar-se entre três grupos de atores politicamente relevantes: a burocracia pública, os agentes privados e a própria classe

política da qual os candidatos fazem parte, promovendo riscos de pactos ou rupturas que podem trazer mais prejuízos do que soluções. Ao eleitor/espectador cabe a observação e o voto determinando a alternativa.

O resultado deste conjunto de incertezas é a construção de um discurso mais geral, que substitui a especificidade do debate privatização/estatização. É o discurso sobre o reordenamento do setor público, cuja questão principal passa a ser como o Estado atuará de fato?

2 - As Formas de Intervenção: o discurso redimensionado

Os mapas das estratégias políticas dos candidatos à Presidência da República incluíam propostas que indicavam outros rumos para solucionar a crise do Estado brasileiro que iam além de eventuais projetos privatizantes ou estatizantes. Os modos de superação da crítica situação da máquina pública implicada em uma reorientação nas formas de atuação desempenhadas pelo Estado, independente de coloração partidária e ideológica.

Tanto os candidatos afeitos ao neoliberalismo como os de esquerda apresentam propostas para reordenar o Estado. Os primeiros, isto é, a direita e o centro, ainda que em menor escala, ao contrário do debate sobre a

privatização/estatização, falam mais, definem concepções, normas, regulamentos e dimensões das atividades minimalistas destinadas ao Estado. Neste tema, concentram-se as mais claras referências do discurso neoliberal presentes na campanha presidencial. Entretanto, mantém-se ainda um certo respeito ao *habitus* estatista, prudência que impulsiona a construção de um discurso neoliberal que redimensiona a idéia de tornar o Estado um mero agente regulador do mercado. Diante desta impossibilidade, os neoliberais fixam metas para reduzir os níveis de intervenção do setor público no privado mediante três grandes questões: 1) a reforma administrativa e/ou o enxugamento do Estado; 2) os impasses a respeito do funcionamento público; 3) um conjunto de temas que visam delimitar funções e/ou tarefas do Estado genericamente, ou especificar a atuação de órgãos, empresas ou agências determinadas.

Os candidatos de esquerda incorporam estas questões, por um lado, novamente, como uma resposta às medidas neoliberais, e, por outro, pela necessidade de se rediscutir e reorganizar um Estado sobre o qual não tiveram influência nas últimas três décadas.

Collor de Mello e, principalmente, Afif Domingos são os candidatos que procuram explicar ao eleitor/espectador, pelo menos em parte, as formas para se implementar a redução da máquina pública, em um sentido

neoliberal. Para ambos, a concepção de um Estado com menor raio de ação deve ser exposta de modo a tornar evidente que ao se diminuírem os níveis da intervenção da atividade estatal obtém-se, em troca, uma equilibrada eficiência operacional. O reconhecimento deste ponto em comum não impede que Collor e Afif enfatizem alternativas particulares que os diferenciem e mostrem as várias faces que o discurso neoliberal pode assumir.

As diretrizes apresentadas por Collor para reordenar o setor público são divulgadas através de um plano de "reforma administrativa", que segundo o candidato tem por objetivo

".... resgatar, minha gente, a eficiência e a dignidade do serviço público. Nossa proposta é prestigiar, é valorizar, os funcionários públicos que trabalham. É moralizar, é acabar efetivamente com os marajás, como fiz em Alagoas. Assim, os que realmente trabalham poderão ser melhor remunerados. Vamos também, é claro, racionalizar o serviço público e cortar pela metade o número de ministérios."
(35)

O fragmento em que Collor fala a respeito de um tema fundamental para reverter a crise do Estado não se afasta da regra com a qual pautou sua estratégia discursiva ao longo do pleito: a simplificação dos enunciados.

Seguindo esta orientação, a reforma administrativa é definida com apelos de fácil percepção. Em primeiro

lugar, com ela se esclarece a questão funcional. Collor procura marcar uma posição que o desvencilhe de uma provável imagem negativa junto à categoria, uma vez que se tornara comum entre a população associar os servidores aos "marajás" indiscriminadamente. Como Collor fazia questão de se intitular de o "caçador de marajás", uma segunda associação era imediatamente construída: o candidato também é contra o funcionalismo de modo geral. Para desarticular esta posição, medida já tentada quando da apresentação do plano de privatizações, Collor redimensiona o discurso de forma a definir o perfil do "ser-marajá": ele é um sujeito locado na atividade pública, com alta remuneração e que de fato não exerce suas funções. Logo, se a expressão foi estendida a todo corpo de servidores públicos, a responsabilidade não é de Collor, como, se notará adiante, o próprio Afif sugere.

Neste contexto, a reforma do Estado via redução funcional só se efetivará naqueles casos onde se comprove a imoralidade administrativa, ênfase que acaba por revelar mais uma delimitação do neoliberalismo de Collor. O quadro funcional do Estado não está sendo reduzido em função de um plano técnico que torne a máquina pública menos onerosa e pesada, uma constante preocupação e reivindicação neoliberal, mas devido a desvios de condutas instalados no interior do espaço estatal.

A reforma administrativa complementa-se com o corte pela metade do número de ministérios. O candidato não explicita quais as razões que justifiquem a supressão ou permanência de certas pastas, o que revela que o sentido imediato da medida é incorporar as expectativas dos eleitores/espectadores que simbolizavam boa parte da crise do Estado e do país na incompetência e nos gastos ministeriais. Collor, deste modo, volta ao argumento utilizado quando da apresentação da reforma patrimonial: reduzir o Estado sob o pretexto da moralização pública.

Um outro percurso seguido pelos neoliberais é aquele trilhado por Afif Domingos. O destaque que o candidato do PL confere à questão do reordenamento do Estado não tem a moralização como medida central para reorganizá-lo e sim uma rigorosa proposta de racionalização do setor público. Para Afif, racionalizar a atividade estatal não é apenas enxugar suas funções, é torná-lo eficiente nos processos de intervenção que permanecerem sob competência pública e é, também, garantia à iniciativa privada a ocupação dos espaços abandonados pelo Estado. Segundo o candidato, esta é a fórmula para superar e evitar crises na máquina pública, uma vez que parte considerável das responsabilidades até então exercidas e/ou assumidas pelo Estado seriam transferidas para o controle privado. Já as eventuais crises desse setor deveriam ser, teoricamente,

absorvidas pela "mão invisível", o clássico ente regulador do mercado produzido pela ideologia liberal.

Afif propõe a redução e racionalização da intervenção do Estado a partir de enunciados do seguinte tipo:

"Nós vamos simplificar, nós vamos desregulamentar e, acima de tudo, para você micro e pequeno empresário, nós vamos tirar o Estado e a burocracia do Estado das suas costas. (Após, Afif conversa com um pequeno empresário.)

"Afif - Se nós tivéssemos mais incentivos, menos encargos do governo, esse povo não poderia ganhar mais e a empresa progredir ainda mais?

"Empresário - Sem dúvida, o que nós precisamos é de menos interferência do governo, de uma maneira geral, daí a gente pode investir mais e, (...) gerar mais empregos e melhores condições.

"Afif - (...) o quanto o governo coloca de imposto em cima da folha de pagamento, nós vamos ficar abismados. Porque depois é só perguntar para este povo se eles são bem atendidos pelo INAMPS, pelo governo em matéria de saúde. Garanto que você tem até que buscar suplementação através de uma assistência de convênios.

"Empresário - Exato, e não só isso, como também nós damos toda parte da comida para pessoal (...)

"Afif - Portanto, gente, se nós tivéssemos menos governo e mais empresa, nós vamos melhorar muito o salário de todo trabalhador brasileiro." (36)

"Nós temos que ter um poder central enxuto, traçando normas, diretrizes e cuidando da sua parte. Porque um

governo forte é aquele que cuida daquilo que a nação deseja." (37)

Os três pronunciamentos sintetizam a concepção de Estado mínimo que Afif divulgou no decorrer da campanha presidencial como a versão mais moderna das formas estatais do mundo contemporâneo. Um dos meios para se chegar a esta condição ideal de máquina pública é a sua racionalização, cujos moldes gerais são estabelecidos, no primeiro fragmento, a partir de medidas de caráter desburocratizantes. As metas desta simplificação do Estado são claras: criar pontos de apoio ao setor particular, principalmente, em suas variantes micro e pequena.

A conversa mantida por Afif com um representante destes empresários comprova o objetivo de que a desregulamentação e desmonte do Estado devam ser acompanhados da expansão da iniciativa privada. Para justificar este projeto político o candidato procura demonstrar que a amplitude da interferência estatal é inversamente proporcional à carga tributária cobrada das empresas e aos serviços oferecidos pelo Estado. A conclusão a que chegam Afif e seu interlocutor é uma das manifestações mais nítidas, ao longo da campanha, de um neoliberalismo ortodoxo: ambas consideram necessária uma drástica redução da ingerência do Estado na ordem econômica, pois do contrário ela não se dinamizará.

Mas Afif não se limita a criticar a presença do Estado nas atividades econômicas. Ele menciona a crise dos serviços públicos, como a situação da saúde, e da política anti-redistributiva que inviabilizam a maior parte da população acesso à alimentação básica, com a intenção de, por um lado, veicular, com mais veemência, a inoperância estatal, e, por outro, divulgar a capacidade do meio privado em assumir estas prerrogativas. O argumento de Afif é o de que o mercado se auto-regula, de que o mercado encontra suas soluções em seu interior à revelia do poder público, construído como o grande espaço da ineficiência.

Resta ao Estado, com efeito, um campo de atuação enxugado, cujas funções reduzem-se a tomadas de decisões que não ultrapassem o âmbito prefixado pelas dimensões neoliberais. No entanto, estas delimitações não visam tornar o Estado insuficiente: em seu minimalismo ele é forte. A força é produto, conseqüentemente, das políticas de racionalização e redução da máquina pública, que por sua vez são medidas que, no dizer do candidato, reproduzem a vontade da Nação. O conceito de nação, para Afif, ao encampar a representatividade das reivindicações dos agentes privados, legitima a absorção, por parte deste setor, do imenso resíduo que resulta do desmembramento do Estado. Neste sentido, pode-se afirmar que a Nação é a livre iniciativa e o discurso neoliberal sua voz.

O projeto de enxugamento da máquina pública conjuga-se, inevitavelmente, com a questão do funcionalismo público. As alternativas de inserção da categoria neste projeto, cujas medidas principais resumiam-se às demissões, realocações e incentivos variados, foram enunciadas com mais insistência, portanto, pelos candidatos neoliberais. E isto não apenas em consequência dos planos minimalistas, mas também por uma tentativa estratégica de reconstrução da auto-imagem dos candidatos partidários dessas idéias. Se até o momento de iniciar a propaganda eleitoral gratuita fora conveniente para eles criticar o funcionamento, durante a campanha na mídia eletrônica a tendência é a de evitar atritos desnecessários com grupos organizados e/ou com algum poder de pressão. Neste sentido, Collor, sempre que possível, fala no assunto, sendo a última manifestação aquela onde expõe a proposta de reforma administrativa centrando-se na definição do tipo ideal de funcionário público: o moralmente capaz.

Afif, como Collor, procura esclarecer sua posição, inclusive marcando diferenças no campo neoliberal. No fragmento anterior, antes de estabelecer o diálogo com o pequeno empresário, Afif refere-se à burocracia estatal de forma geral e negativa, acusando-a de executar funções prejudiciais às iniciativas do setor privado. Em pronunciamento, entretanto, dirigido especificamente à categoria, o candidato suprime a expressão "burocrata" para

significá-la e redimensiona seu discurso de modo a criar uma distinção nítida das posições, corretas e incorretas, do funcionalismo dentro da máquina pública:

"Hoje eu quero levar a minha mensagem a você funcionário público civil e militar. Eu não aceito a injustiça que estão cometendo hoje de criticar todo funcionalismo, como se funcionalismo fosse uma coisa só. Não gente! Eu estou falando com você que anda de ônibus, que anda de trem de subúrbio, que tem um salário muito achatado, cuja profissão não foi valorizada, onde todo mundo tem a mania de generalizar, criticando todo funcionalismo, não preservando aquelas funções que são funções básicas, que eu não chamo nem de função, eu chamo de missão. É a missão da professora, é a missão do médico sanitarista, é a missão do militar, é a missão do serventuário da justiça. Vocês são missionários. E, hoje, quem estraga a imagem da máquina pública? São os parasitas. São aqueles que foram indicados não por concurso, mas pelo Q.I., que não é quociente de inteligência, é quem indica, o maldito pistolão político (...) No meu governo tudo isto vai mudar, porque eu quero valorizar a todos vocês. Limpando a máquina dos parasitas e mantendo aqueles que têm muito a dar para o futuro do Brasil." (38)

A fala de Afif parte de uma premissa que compromete Collor de Mello. Um exercício de livre associação de significados, naquele momento, dificilmente deixaria de apontar Collor como o autor da "injustiça" que, segundo Afif, classifica genericamente o funcionalismo público a partir de comportamentos irregulares e localizados no

Estado. Mas como Collor relativizou seu discurso em relação à categoria, alguma semelhanças com Afif tornam-se flagrantes. Os dois constroem o perfil do agente demissível do setor público não como uma etapa técnica da política de redução do Estado, mas como o "mau-funcionário": para Collor os "marajás", para Afif os "parasitas". Com efeito, tanto para um, como para o outro, não há o bom funcionário, mantido em suas atividades por seus atributos morais. A lógica deste argumento torna insignificante o contingente funcional e evidencia outro cerco ao que pode ser dito pelos neoliberais, na campanha, sem sofrer o ônus do conflito: não importa o número de funcionários desde que suas condutas sejam ilibadas.

Além desta equalização de caráter moralizante, o discurso de Afif contempla, também, a definição de parâmetros de racionalidade para o setor público, de forma explícita e abrangente se comparada ao resumido enunciado de Collor. Afif estabelece uma vinculação direta entre seus funcionários/missionários e suas funções/missões com as atividades mínimas destinadas à coordenação do Estado: educação, saúde e segurança pública. A focalização e racionalização das tarefas públicas nestes setores responde a carências sociais que vinham sendo ampliadas devido à crise do Estado. Resposta à sociedade, mas, principalmente, ao mercado, pois ao se eliminar as conotações pejorativas que desvirtuam a imagem do serviço público - a burocracia/o

parasita - são removidos os obstáculos que impediam a plena prosperidade privada (39).

A diminuição da máquina estatal complementa-se para Afif da mesma forma que para Collor, ou seja, com uma proposta que assume, no decorrer da campanha, um caráter quase simbólico: reduzir os ministérios, o segmento mais visível e político do Estado e foco permanente de críticas na imprensa como detentores de privilégios que consumiam fatias expressivas dos recursos públicos (40). O corte no número de ministérios na fala de Afif vem acompanhado de uma proposta minuciosa que explica a composição dos novos ministérios e algumas de suas respectivas funções. O candidato, deste modo, demonstra ao eleitor/espectador uma das facetas que constitui o plano do Estado mínimo:

"Hoje, nós temos 23 Ministérios. O que significa que o Presidente da República quando se senta numa reunião ministerial tem que ouvir um comício e vai perder muito tempo em reunião porque é muita gente para falar. E me parece que pouca gente para fazer não é? (...) nós vamos fechar dez Ministérios. Vamos ficar só com 13. Dez civis e três militares. Vamos lá, está aqui no nosso Programa de Governo na página 51: O Ministério da Justiça, inclusive o Ministério da Administração acaba e o DASP volta para o Ministério da Justiça; Relações Exteriores; cria-se o Ministério da Economia que engloba o Planejamento e vamos fazer lá toda a parte da política monetária, fiscal e, além disso, dentro desse Ministério da Economia, nós vamos ter um departamento específico para micro, pequena e média empresa que será a base do desenvolvimento do Brasil. Depois nós

vamos criar o Ministério do Tesouro. Teremos lá um tesoureiro muito rígido para não deixar gastar mais do que tem (...). O Ministério do Interior, que vai cuidar de toda a parte do desenvolvimento do interior do País. Vamos ter o Ministério da Agricultura, que será o carro-chefe da nossa revolução verde. Vamos ter o Ministério da Educação e Cultura, que será o carro-chefe na nossa revolução educacional e tecnológica. Vamos ter o Ministério da Saúde e da Assistência Social que engloba, inclusive, o Ministério da Previdência. Vamos ter o Ministério do Trabalho e, por fim, o Ministério de Obras e Serviços Públicos onde nós vamos fundir a atuação do Estado no campo do transporte, da comunicação e da energia porque na hora que o governo assume as obras e serviços públicos eu não quero mais esse negócio de obra que não está uma ligada na outra. Porque aqui no Brasil, por exemplo, tem produção onde não tem estrada, tem estrada onde não tem produção, falta energia elétrica na hora que você vai fazer irrigação. Portanto, tem que estar tudo integrado em um só Ministério. E a manutenção dos três Ministérios militares, Marinha, Exército e Aeronáutica. O EMFA deixa de ser Ministério, o SNI deixa de ser Ministério para serem departamento da Presidência da República. Portanto, gente, vamos simplificar para desburocratizar e parar de gastar." (41)

A racionalização do setor público adquire neste projeto uma clareza enunciativa até então ausente nos pronunciamentos neoliberais. Em um primeiro momento, Afif, diferentemente de Collor, justifica a redução ministerial como maneira de garantir à ação governamental agilidade e eficiência.

Em um segundo momento, na exposição detalhada dos Ministérios mantidos, fundidos ou extintos, observa-se a ausência de explicações pormenorizadas sobre o funcionamento das chamadas pastas sociais - Trabalho, Saúde, Educação e Assistência Social -, em contraste com a definição das atribuições dos novos Ministérios - da Economia e de Obras e Serviços Públicos -, cujos objetivos imediatos estão significativamente voltados ao atendimento dos interesses particulares. Na Economia, que funde as pastas da Fazenda e do Planejamento, mantém-se as funções tradicionais de planejar, arrecadar tributos e executar despesas, em que pese o meio circulante passar para o controle do novo Ministério do Tesouro, criando assim dois poderes paralelos na gestão da política econômica. A essas medidas, Afif acrescenta a criação de um departamento, sob coordenação do Ministério da Economia, para incentivar os representantes minoritários da iniciativa privada. Paradoxalmente, a racionalização da área econômica no governo Afif caracteriza-se não pela contenção de atividade estatal, mas, ao contrário, por uma política de expansão de estímulos voltadas à satisfação privada.

O Ministério de Obras Sociais e Serviços Públicos também é resultado da união de outras pastas, cujas funções são as de coordenar e integrar em um só órgão o processo de reconversão de demandas infra-estruturais em *outputs* mais racionais, sendo que, na fala de Afif, os *inputs* são todos,

novamente, provenientes de agentes vinculados ao meio privado (42).

A tendência de que o Estado seja um instrumento útil ao mercado aparece mesmo em planos onde a intervenção estatal é tida como fundamental, independente da postura ideológica, para o desenvolvimento econômico e social. Neste sentido, Afif considera imprescindível a presença do Estado, como a maioria dos candidatos, no nordeste, uma das regiões mais pobres do país. Para viabilizar esta interferência o candidato pretende revalorizar a Sudene, órgão estatal, fundada pelo então presidente Juscelino Kubitschek:

"Hoje eu quero falar sobre o nordeste, especialmente sobre a Sudene. A Sudene, em nosso governo, não será fechada, porque fechada já é. Nós vamos ter que abrir a Sudene. Abrir a Sudene a todos os pequenos, os médios, o pequeno agricultor, o pequeno industrial, o pequeno comerciante, porque no nosso governo a Sudene vai voltar a ser o órgão que foi concebido pelo grande presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira. A Sudene não vai mais concentrar recursos nas mãos de alguns poucos. Ela terá o seu corpo técnico valorizado. Nós vamos acabar com a politicagem dentro do órgão. Voltará a ser um órgão de respeito. E ele será a alavanca do desenvolvimento do nordeste para integrá-lo na nossa revolução (...). Acima de tudo, nos projetos agropecuários nós vamos ter que trabalhar nos módulos menores. Dar muito apoio à agroindústria. Dar muito apoio à mineração e à indústria da mineração." (43)

A Sudene aparece no pronunciamento de Afif, inicialmente, como um exemplo que materializa a crise do Estado Brasileiro. Entretanto, apesar de denunciar a inoperância do órgão como produto das redes clientelistas instaladas em seu interior, que concentram e não repassam os recursos que recebem para seus devidos fins, Afif não pensa em desativá-la. A Sudene será inserida não como uma etapa do processo de diminuição da máquina pública e sim como peça fundamental do seu plano de governo, estabelecendo, por intermédio do órgão, um canal aberto às reivindicações do setor privado. O argumento é construído de modo a retratar os históricos problemas do nordeste como consequência da falência das políticas governamentais na região, sendo que o resultado apontado pelo candidato é um mercado destituído de impulso.

Tem-se notado até aqui a regularidade com que Afif defende os médios, pequenos e micro empresários. É necessário ressaltar, no entanto, que outros candidatos também se posicionam favoravelmente a estes setores; inclusive Lula, situado no extremo oposto ideológico de Afif. As apropriações feitas por um ou outro discurso revelam que não há uma relação direta e/ou essencial que vincule aquele que se faz porta-voz destes grupos com posições tipo liberal, conservador ou mesmo socialista. O fato de Afif e Lula advogarem em favor de uma mesma causa decorre de uma estratégia pertinente da disputa política,

onde os grupos sociais passíveis de algum tipo de discriminação, seja ela institucional ou não, seja econômica, política ou social, tendem a ganhar espaços em pronunciamentos, como os de campanha, onde a articulação de múltiplos interesses é uma tática importante para a interpelação de novos sujeitos sociais, ou o reforço dos já existentes (44).

No caso de Afif, a postura é um efeito lógico da predominância do mercado e da livre iniciativa dos agentes econômicos, identificados como a base para o desenvolvimento regional e por extensão do próprio país. O objetivo da reorganização do Estado, no discurso de Afif, é, assim, dar sustentação a esta lógica. Enfim, o nanismo estatal é compensado por medidas que em seu âmago criam as condições necessárias para que as tarefas do Estado sejam absorvidas pelo setor privado em uma situação confortável: apoiada pelo poder público e, principalmente, sem sua competição.

Dos candidatos identificados ao neoliberalismo, Paulo Maluf é o que menos fala sobre a reorientação das atividades estatais. Quando o faz, os fragmentos são curtos e com enunciados da seguinte ordem:

"O governo que devia estar cuidando do ensino, da saúde pública, das estradas, da justiça, da companhia telefônica. Olha tem um monte de áreas onde tudo podia estar muito melhor. Na

mão inclusive de alguns empresários da empresa privada." (45)

A fala de Maluf, em primeiro lugar, indica as atribuições mínimas, nas quais o Estado deve empenhar-se. De acordo com a construção verbal presente na primeira oração do fragmento estas tarefas correspondem a serviços públicos em crise devido aos "descuidos" do atual governo. Segundo Maluf, as fórmulas para resolver esta crise passam, portanto, pela concentração e redução das atividades estatais em determinados setores e pela transferência de parte daquele "monte de áreas", que constituem o parque estatal, para o controle privado.

A argumentação de Maluf coincide, parcialmente, com a de Afif. Ambos justificam a política desestatizante com base em uma mesma premissa: a de que o setor privado é mais competente para assumir as responsabilidades exercidas por um Estado sob o signo da crise, cujo potencial de manifestação é proporcional à amplitude de sua atuação. Ou seja, a ênfase no discurso da competência tem por objetivo estipular que o mercado é capaz de gerir os serviços e atividades públicas de fato em situação crítica, e, inclusive, aquelas áreas onde os sinais de esgotamento não são visíveis e que para os neoliberais poderiam tornar-se mais produtivas em mãos particulares.

A diferença entre Maluf e Afif é primeiramente quantitativa, posto que, o primeiro, dedica raríssimos

pronunciamentos sobre as forma de atuação e o afastamento deste de determinadas áreas, enquanto que, o segundo, explora exaustivamente o projeto de racionalização da máquina pública e abertura aos agentes privados. Por outro lado, esta simples diferença revela, se não a dificuldade neoliberal em se manifestar na campanha (independente de ser uma estratégia política ou não), pelo menos os cuidados com que os candidatos vinculados à doutrina têm ao falar da crise e papel do Estado.

Neste sentido, reduzir o alcance da atividade estatal não pode ser percebido pelo eleitor/espectador como uma política exclusivamente de privilégios à iniciativa privada. Antes, eles devem identificar na ação privada alternativas capazes de assumir as responsabilidades que o Estado vinha executando de modo precário. Melhoram-se os serviços e atividades que eram públicos e retira-se do cidadão o ônus de sustentar os novos proprietários, pois afinal, segundo o cálculo neoliberal, um dos méritos da sociedade regido pelo mercado é que este responsabiliza-se pela ineficiência de seus integrantes. Ao Estado cabe as tarefas de caráter mais social e universalmente aceitas como direitos da cidadania, isto é, saúde, educação e segurança pública, além, é claro, de investimentos na infra-estrutura necessária à manutenção e desenvolvimento sobre o qual o mercado assenta-se.

Mário Covas e Ulysses Guimarães não apresentam propostas sistemáticas para reformar e estabelecer as funções do Estado. Isto não impede, entretanto, de se apreender em alguns de seus discursos referências à atuação estatal. Covas, por exemplo, delimita a questão funcional e problemas na administração da máquina pública em fragmentos do seguinte tipo:

"É preciso que o governo acabe com os funcionários-fantasma, com aqueles que ilegalmente têm mais de um emprego. O levantamento já existe, está aí. E é perfeitamente possível fazê-lo num curto prazo."

"É fundamental (...) acabar com cartórios, corporativismo, isto é, defesas de interesses de alguns apenas, clientelismo, isto é, favorecimento dos amigos e, mais do que isso, pegar o orçamento e redirecionar os gastos públicos para os interesses dos menos favorecidos." (46)

Em primeiro lugar, a estratégia do candidato do PSDB visa demonstrar que os "funcionários fantasmas", apesar de suas etéreas existências, oneram a máquina pública por se desviarem de suas atribuições para exercerem outra atividade. Covas ressalta a situação jurídica desses funcionários, cujo sentido é dado pelo termo "ilegal", para evitar uma leviandade em relação à categoria, pois nem todos os funcionários públicos têm vínculo empregatício com o Estado que deles exija dedicação exclusiva.

Segundo Covas, esta atividade ilusória dos "fantasmas" é um problema passível de resolução em tempo rápido, uma vez que já existe um arrolamento desses entes e, por conseqüência, seu número e localização espacial. Afirmar que há um estudo sobre a questão demonstra, por um lado, o preparo do candidato e, por outro, a ineficiência e cumplicidade do governo Sarney. Além disto, o candidato cria uma base de legitimidade às providências necessárias para pôr fim a essa situação. Com efeito, Covas não será visto como um candidato que persegue indiscriminadamente o funcionalismo público; ele tem um motivo, uma causa técnica para tomar decisões e agir.

Os "fantasmas", tal como os "marajás" de Collor e os "parasitas" de Afif, constituem-se nos agentes demissíveis da máquina pública. A diferença de Covas para estes dois candidatos é que a redução funcional se efetivará não porque alguns ganham muito ou pouco, nem por terem sido ou não indicados por políticos, mas pelo fato de exercerem "ilegalmente" outras atividades, independentes de serem, portanto, definidos como virtuosos e/ou burocratas. Covas estabelece, deste modo, um limite e uma atribuição ao Estado: a lei e seu cumprimento.

No segundo fragmento, Covas procura expor ao eleitor/espectador exemplos de práticas políticas que tornaram o Estado uma instituição privativa de certos grupos: os cartórios, o corporativismo e o clientelismo.

Para desarticular essa rede de poder instalada no setor público, Covas propõe, além da vontade política (expressa através do verbo "acabar"), uma redefinição nas prioridades orçamentárias do Estado que o viabilizem como um agente regulatório e redistributivo. Em outras palavras, para se eliminar o histórico clientelismo que parasita na máquina pública e, ao mesmo tempo, definir políticas governamentais, o Estado deve ter sua atuação planejada com antecedência. O planejamento das atividades públicas é a fórmula encontrada pelo candidato para reorganizar e dar maior eficiência ao Estado e, deste modo, amenizar sua crise.

A presença de um Estado ativista definido segundo os critérios indicados acima, aparece em um pronunciamento onde Covas apresenta uma proposta para a grave situação do nordeste brasileiro. Nesta é preciso que o Estado atue no sentido de estabelecer uma "política de desenvolvimento":

"Para essa há dois caminhos (...) O primeiro é o atendimento básico das necessidades mínimas da população carente; o segundo é um estímulo de fortalecimento à economia (...) através do fortalecimento da iniciativa privada, da garantia de empregos e de uma reforma agrária (...) A política agrícola será, fundamentalmente, voltada para o pequeno proprietário, para o pequeno e médio agricultor (...) Associada a esta política agrícola há uma política de desenvolvimento urbano-industrial, que será feita com um plano industrial para cada um dos Estados do nordeste (...) Necessariamente deve haver programas de incentivo à pequena, à micro e à média empresa (...) É fundamental modernizar a coisa pública,

por que o Estado tem no nordeste uma função primordial. Ele deve exercer hoje o papel que já exerceu em outras regiões do País em outras etapas. É preciso reintroduzir o planejamento de natureza democrática, via Sudene. E na proposta do PSDB vai ficar vinculada diretamente à Presidência da República. E é preciso através desse Estado formular políticas de infra-estrutura como energia, comunicação, transporte, frigorificação, assim como as políticas sociais: educação, saúde, meio ambiente." (47)

O pronunciamento está claramente dividido em duas partes: uma, onde o Estado planeja a execução da política de desenvolvimento regional; outra, em que é planejada a própria reestruturação estatal como condição prévia à ação.

Na primeira, Covas estabelece como alternativas para se atingir com êxito a proposta de desenvolvimento nordestino algumas políticas de caráter social e econômico. O plano é que o Estado atue no sentido de garantir à população pobre condições elementares de vida, seguidas de um forte incremento na área econômica. Neste particular, as diferenças de Covas para Afif são marcantes. O candidato do PL sequer menciona políticas sociais como medidas necessárias ao desenvolvimento da região e, no campo econômico, restringe-se ao estímulo à iniciativa privada. Covas, ao contrário, planeja que o apoio ao setor privado seja acompanhado de metas capazes de garantir níveis de empregos satisfatórios, além de um projeto redistributivo, via reforma agrária. O Estado é o agente que viabiliza o

setor produtivo e é mediador das relações de trabalho, urbanas e rurais.

Para que o Estado possa realmente executar essas tarefas estruturais é indispensável que passe por um processo de reavaliação que lhe recapacite a atuar. A máquina estatal tem de voltar a agir de acordo com os padrões que definam seu desempenho positivo, no decorrer da história brasileira, em outras regiões do país.

A reativação da Sudene insere-se neste contexto. É através dela que Covas pensa em formular e administrar o planejamento da infra-estrutura e das políticas sociais para a região nordestina. O órgão não se resume apenas a instrumentalizar os agentes privados como acontece nas proposições de Afif, mas em otimizar um desenvolvimento global do nordeste.

De modo geral, é importante destacar que tanto para Covas, como para Afif, a atividade estatal é imprescindível, pelo menos em regiões menos desenvolvidas. Esta postura implica em propostas que revertam a crise do Estado e demarquem o campo de sua atuação. No caso de Afif, esta ocorre mediante a racionalização e diminuição da atividade pública; no caso de Covas, pelo planejamento, que se no projeto para o nordeste requer a forte intervenção do Estado, o mesmo não ocorre na definição da macro política

econômica, cuja tônica é a redução da interferência estatal.

Ulysses Guimarães, como Covas, deixa de expor um projeto dirigido especificamente a delimitar o alcance e as funções do Estado. Mas tal como nos pronunciamentos do candidato tucano, é possível encontrar, em fragmentos esparsos, enunciados através dos quais Ulysses estabelece orientações sobre a atuação estatal. A particularidade de Ulysses é a de associar a reorganização do Estado aos dispositivos constitucionais e à presença de um estadista:

"Falta o Estado. O Estado não privatizado por subsídios indecorosos, isenções fiscais escandalosas, especulações desenfreadas, inclusive preços. Falta o Estado não subjugado pelo credor exterior, uma afronta à soberania nacional; relapso nas cobranças de impostos; perdulário ao jogar fora o dinheiro do povo pelo desperdício. É preciso por ordem nesta bagunça (...) O Estado depende de um líder, para ser sua voz, suas mãos, sua vontade política. Este país precisa de um homem, de um homem de Estado." (48)

"É a constituição-cidadã. É a parte de transição do Estado criado pelo homem, pago pelo homem para servir o homem (...) Promulguei e jurei a Constituição como Presidente da Assembléia Nacional Constituinte. Com ela o Estado será servidor do homem." (49)

"Os cidadãos são credores do Estado pela Constituição para prestação de serviços essenciais ao seu bem-estar, até sua sobrevivência." (50)

No primeiro fragmento, a ausência do Estado significa uma crítica às formas atuais de gestão e atuação da máquina pública. Observa-se que a parte inicial da fala é construída de modo a criar a impressão de afastamento do enunciador: Ulysses nada tem em comum com um Estado corrupto, submisso, incompetente e perdulário. Isto é, o candidato não tem responsabilidades pela crise do Estado. Ao contrário, Ulysses sugere o que "falta" para superá-la: um Estado honesto, onde os subsídios, isenções e o mercado financeiro sejam decentes; autônomo, que seja independente perante o sistema internacional; competente, que torne mais eficiente sua capacidade arrecadadora e tributária; e controlador dos gastos públicos.

A existência deste Estado, de características antagônicas ao em crise, está na dependência de uma liderança que encarne o cidadão, que conheça os meandros estatais, argumento que produz o retorno do enunciador ao pronunciamento na figura de um estadista. A ação deste é vinculada, a partir dos outros dois fragmentos, à base legal estabelecida com a promulgação da Constituição de 1988. Com a nova Carta o estadista moraliza as relações entre o Estado e a sociedade, fundando um pacto que prevê, por um lado, o rompimento dos privilégios concedidos a grupos exclusivos pela máquina governamental e, por outro, a garantia aos cidadãos de um contrato mediante o qual o

Estado assume plenamente a tarefa de ser o mantenedor dos meios essenciais de vida.

Deste modo, ao contrário de Afif, Covas e Maluf, Ulysses não aponta soluções que pressuponham racionalização, planejamento ou reordenamento de funções como instrumentos preferenciais no combate à crise do Estado. O candidato, com seu passado e com sua responsabilidade pela Constituição, coloca-se como o sujeito da moralização pública, estando mais próximo, portanto, de Collor de Mello.

Os candidatos situados mais à esquerda postulavam, de maneira geral, uma reorientação das práticas de intervenção estatal que permitisse efetivar políticas governamentais com uma abrangência suficiente para deter e/ou reverter o conflito distributivo da sociedade brasileira.

Na verdade, esta é a ênfase dos pronunciamentos de Lula e Freire, posto que Brizola manifesta-se pouco sobre o assunto. As razões desta economia discursiva do candidato do PDT a respeito de um tema de extrema relevância não parecem afastarem-se muito das explicações para outras ausências temáticas verificadas nos pronunciamentos de Brizola ao longo da campanha: a priorização do projeto educacional. Entretanto, em alguns fragmentos dispersos,

encontram-se referências de Brizola à questão do reordenamento do setor público:

"Nós precisamos recuperar um mínimo de estabilidade (...) Para isto será necessário uma espécie de enxugamento do setor público e do setor privado também. Nós precisamos combater os desperdícios em todos os campos." (51)

"E agora eles ameaçam para corrigir a inflação, eles ameaçam o funcionalismo público como se fora o vilão da história." (52)

Inicialmente, Brizola estabelece a relação de equivalência que vincula a recuperação da estabilidade governamental com políticas de redução do Estado, o que o aproxima dos candidatos de orientação neoliberal. Difere destes, porque, ao mesmo tempo, propõe políticas de contenção para a iniciativa privada. Brizola não explora as formas de implementar o enxugamento de ambos os setores, apenas justifica a medida como modo capaz de assegurar ao Estado o controle dos gastos públicos.

No segundo fragmento o candidato refere-se a problemas do Estado, ao retomar a questão do funcionalismo público. As condições de emergência deste pronunciamento são importantes para o entendimento das relações citadas pelo candidato entre o processo inflacionário e o funcionalismo. O programa de Brizola reproduz cenas de um comício em Brasília, onde a maioria dos presentes são funcionários públicos. A fórmula utilizada pelo candidato

visa associar aqueles que produziam e beneficiavam-se daquele que era considerado o maior problema do País, a inflação, aos que perseguiram o funcionalismo. O candidato aparece como um sujeito externo que reconhece a injustiça a que os funcionários estão submetidos durante a campanha e sugere que com ele - presidente - terão um tratamento diferente.

Desta maneira, Brizola atribui significados à questão que o distingue de Collor, Afif e Covas. Brizola não marca, como estes candidatos o fazem, dentro do contingente funcional do Estado, aqueles que estão em situação correta ou incorreta, sendo estes últimos os sujeitos demissíveis e, por consequência, integrantes das medidas para diminuir o tamanho e os gastos da máquina pública. O candidato do PDT solidariza-se e os defende como um todo, o que acaba por desvinculá-los do processo de enxugamento do Estado.

Lula, ao contrário de Brizola, procura delimitar o campo de atuação do Estado de modo preciso. O reordenamento das funções estatais não é proposto somente como uma etapa necessária à superação da crise do Estado, versão presente na maioria dos candidatos, mas como medidas fundamentais para instrumentalizar e orientar a ação governamental em um sentido redistributivo:

"Se o empresário tem a sua parte, o Estado também tem a sua parte. Porque a

renda pode ser direta através de salário, mas ela pode ser indireta através de benefícios oferecidos pelo Estado. O Estado pode distribuir renda, ajudar na distribuição de renda, oferecendo uma melhor educação, oferecendo um melhor sistema de saúde, oferecendo um melhor sistema de transporte, promovendo uma política agrícola, uma política de reforma agrária, que possa fazer com que o alimento chegue mais barato na casa do trabalhador (...). É lógico que nós não queremos distribuir renda mexendo com a classe média. Nós queremos distribuir renda é mexendo com os bilionários desse país, com os grandes latifundiários, com os grandes banqueiros, com as grandes riquezas acumuladas nesses últimos trinta anos no Brasil (...). Para fazer uma política correta de distribuição de renda (...) é preciso que haja investimento na produção e o Estado pode ser o incentivador disso." (53)

É importante destacar na proposta de Lula uma postura bastante distinta dos demais candidatos, principalmente os de centro e os de direita. Enquanto Afif, Covas e mesmo Collor e Ulysses pretendem a racionalização, planejamento, enxugamento e moralização do Estado, Lula propõe um Estado agente de transformações estruturais. Para que o Estado possa exercer tarefas com esta magnitude, ou seja, que alterem substancialmente a ordem sócio-econômica, o candidato projeta uma reorientação nas atribuições do setor privado e do poder público, proposta que Brizola, por exemplo, apenas sugere.

Ao empresariado cabe o investimento no processo produtivo e a garantia aos trabalhadores que esses terão

remunerações compatíveis com seus encargos. A parte estatal corresponde à implantação de políticas sociais que abrangem áreas vitais para o cidadão, como educação, saúde, transporte e reforma agrária. Embora o Estado já atue nestes setores, o faz de maneira insuficiente e/ou ineficiente (54). Lula, e de certo modo todos os não-liberais na campanha, vê-se diante do seguinte dilema: a incompetência dos serviços públicos e políticos sociais é vivida cotidianamente pelo eleitor/cidadão, fato que pode contribuir de modo decisivo para a legitimação do discurso privatizante. Lula constrói um contra-argumento com base em uma justificativa ausente nos pronunciamentos dos candidatos neoliberais: o Estado enquanto agente de reformas estruturais viabiliza a distribuição indireta da renda produzida nacionalmente.

Neste contexto, para Lula, por um lado, é necessário preservar e melhorar estes serviços e políticas, e, por outro, é preciso uma interferência do Estado nos grandes representantes da iniciativa privada, estratégia que, por sua vez, gera a expectativa da redistribuição de terras e maior participação dos trabalhadores nos lucros das empresas. A idéia da intervenção estatal nos estratos mais poderosos do setor privado, como meio de criar condições para otimizar a própria atuação do Estado, marca mais uma diferença de Lula com os candidatos ligados, de um ou outro modo às premissas neoliberais. Uma vez que estes

também propõem a manutenção da administração pública na condução de certas políticas e serviços sociais, mas sem com isso entrar em algum tipo de atrito aberto com qualquer nível da área privada.

Roberto Freire segue um itinerário que, de modo geral, assemelha-se ao de Lula. No entanto, no número de pronunciamentos que Freire dedica à reorganização do Estado é expressivamente superior ao de Lula, e também de todos os outros candidatos, só encontrando paralelo na produção de Afif, cujo conteúdo das propostas lhe são antagônicas. Esta coincidência quantitativa entre Afif e Freire exemplifica com clareza as oposições discursivas de ambos: enquanto o primeiro procura construir o discurso do Estado mínimo, o segundo tem por princípio sua desconstrução.

A posição refratária de Freire em relação às candidaturas neoliberais organiza-se a partir de três argumentos centrais: 1) a crise do Estado como justificativa para as ações *laissez-fairianas*; 2) o debate em torno do enxugamento do Estado; 3) a questão da participação do Estado na economia.

O primeiro ponto é exposto no seguinte pronunciamento:

"Se vocês pegarem a maioria dos candidatos, eles vão falar da crise e falam da crise do Estado, querendo tirar o Estado da economia, querendo demitir servidores, querendo discutir

apenas os gastos do Estado. Eles não discutem o que esse Estado brasileiro fez para beneficiar grupos privados econômicos, para beneficiar grupos privados econômicos internacionais. O que esses governos fizeram (...) de acabar com a escola pública, de não termos saúde pública. Eles são os responsáveis por isso." (55)

O candidato procura mostrar para o eleitor/espectador o modo como a "maioria" neoliberal vem se apropriando da crise do Estado. Segundo Freire, o discurso desses candidatos tem por objetivo construir bases para suas idéias a partir da omissão do histórico desempenho da máquina pública. Através de seus enunciadores na campanha, o neoliberalismo projeta-se como o conjunto de medidas necessárias a aplacar a crise estatal, desconsiderando as atividades do Estado no passo recente, cujo perfil de atuação fora marcado por formas de intervenção na economia, tendo por metas erguer e amparar a expansão da iniciativa privada nacional e internacional. Inversamente, ao mesmo tempo que o Estado atuou a favor do setor particular, consolidou-se a crise dos serviços públicos essenciais (56).

Freire pensa em desconstruir o discurso dos candidatos neoliberais divulgando o que seria uma contradição com efeitos sobre a legitimidade de suas propostas atuais: os porta-vozes da doutrina mantiveram relações com um Estado cujas políticas tinham uma

orientação opostas às premissas centrais que agora defendem.

Um dos pressupostos neoliberais a que Freire faz alusão é a política de enxugamento da máquina pública iniciada no período do governo Sarney. Para o candidato é fundamental uma rediscussão deste assunto, levando-se em consideração os problemas pelos quais o país atravessava. As críticas e a contribuição de Freire para este debate correspondem, respectivamente, à demonstração que a redução estatal está sendo efetivada nas áreas erradas, e que a presença do Estado na economia precisa ser reavaliada fora do eixo de argumentação neoliberal:

"Um dos problemas que nós vivemos recentemente, inclusive no Congresso Nacional, foi a discussão sobre o chamado enxugamento da máquina do Estado. E nós assistimos alguns absurdos. Se aplaudiu esse enxugamento, mas não se levou em consideração onde se estava enxugando. Por exemplo, o Brasil tem déficit habitacional. O problema de uma política habitacional é uma necessidade (...) que tem que exigir do governo uma atuação concreta, um ministério, uma política habitacional, recursos financeiros. Pois bem, o governo resolveu simplesmente extinguir o Ministério que cuidava da habitação no Brasil (...) E o déficit habitacional? E a política de moradia? E a questão da casa popular? (...) Mas tem mais. Nós precisamos fazer a reforma agrária na sociedade injusta, perversa do campo, concentra propriedades. Mas se extingue o Ministério da Reforma Agrária. É para não se fazer reforma agrária, mas se aplaude o enxugamento do Estado. Olha, é bom se dizer, o Estado brasileiro não

é um Estado muito presente na economia. Ao contrário, há uma pouca participação do setor público na economia nacional. E quem diz isto não é um comunista, quem diz isso é o relatório do Banco Mundial. Que diz exatamente que o papel do Estado brasileiro na economia é pequeno: é menos de 30% do produto interno bruto. Causador da crise é o modelo concentrador, é esta classe dominante, é a nossa elite dirigente, que terá que ser mudada. Por isso a nossa alternativa (...) democrática e socialista." (57)

O pronunciamento de Freire, novamente, é de extrema relevância para a hipótese central deste estudo. Ele reproduz as posições do candidato verificadas quando da análise de suas falas sobre o tema das privatizações/estatizações, nas quais Freire apreende e localiza a condição de poder do discurso neoliberal durante a campanha presidencial.

Neste sentido, a forma como o enxugamento do Estado vem se processando é uma comprovação da condução e estruturação da ação política sob o domínio neoliberal. Freire decifra este código ao perceber que era mais importante cumprir a premissa liberal de redução estatal indiferentemente a seu objeto. A lógica é enxugar acima de tudo, sem considerar o objeto que se está enxugando. A diminuição do Estado através da desativação dos ministérios responsáveis pelo planejamento de habitação e da reforma agrária, no contexto da crise sócio-econômica a qual o país estava submetido, constitui-se na resposta governamental ao

estímulo neoliberal. O governo Sarney cede aos apelos neoliberais e reduz a máquina pública em setores que, embora potencialmente conflitivos, de fato são aqueles em que os prejudicados detêm poucos instrumentos de pressão para canalizar suas reivindicações. Os cidadãos "sem-teto" vêem-se institucionalmente desamparados em nome, e respeito, às diretrizes neoliberais, consideradas, naquele momento, por muitos o mais moderno dos termos de prática política e desenvolvimento econômicos.

Com o objetivo de centralizar a orientação neoliberal Freire desconstrói aquela que parece ser a principal ênfase da doutrina, ou seja, a de que a ampla participação do Estado na economia é o fator gerador de sua ineficiência e, conseqüentemente, a razão para a implementação do plano de enxugamento como medida saneadora da crise estatal. Com efeito, o candidato inaugura um "novo" enunciado na campanha que contém a fórmula inversa da receita neoliberal: o Estado pouco muito presente na economia nacional. Segundo Freire, não é o tamanho do Estado ou o alcance de sua interferência na esfera privada a causa de sua crise. Ao contrário, alguns dias depois deste pronunciamento, em um rápido fragmento, o candidato diz que o Estado quando está presente na economia tem como meta "criar condições para economia privada dos grandes grupos" (58).

Para Freire os culpados pela crise, do Estado e do país, são os representantes da "classe dominante", outrora beneficiários da atuação do Estado na área econômica e que continuam querendo aproveitar-se do Estado, só que agora pela sua diminuição e desmembramento. Os valores desta classe que usufruem do Estado como se este fosse o "comitê executivo" de suas atividades devem ser, portanto, estruturalmente alterados. Freire propõe uma nova classe dominante que imponha (democraticamente, pelo voto) o projeto de uma sociedade e poder público definidos de acordo com os princípios socialistas, no qual o Estado terá aumentadas suas prerrogativas (59).

Os pronunciamentos sobre a reorganização do Estado brasileiro fazem parte das estratégias desenvolvidas pelos candidatos para solucionar a própria crise estatal. A exposição desses projetos constitui-se na base a partir da qual buscava-se construir as condições mínimas requeridas para que se efetivassem os diversos planos de governo. Os candidatos tiveram, assim, que demonstrar ao eleitor/espectador o que pensavam a respeito das formas que o Estado deveria assumir para recuperar os serviços públicos e a estabilidade econômica do país.

É neste tema, com efeito, que o discurso neoliberal manifesta-se com maior evidência ao longo da campanha presidencial. Os candidatos identificados à doutrina do Estado mínimo propõem a redução e reforma (aqui incluída a

questão do funcionalismo público) do Estado sob múltiplas justificativas: para Collor, são medidas moralizadoras; para Maluf, as desestatizações devem ser feitas pelo fato de a iniciativa privada ser mais competente para administrar certas áreas; e, para Afif, o mais ortodoxo representante do neoliberalismo no pleito, que condensa, articula e divulga as propostas neoliberais com mais insistência que Collor e Maluf, é preciso além de moralizar o Estado, como diz Collor, também racionalizar suas atividades e transferir a maior parte de suas responsabilidades que se encontram em precárias condições ao setor privado, definido, segundo a mesma ótica de Maluf, como capaz de geri-las com eficácia superior.

De modo geral, para os neoliberais a diminuição do Estado brasileiro é fundamental para superar e evitar crises no âmbito público. Por outro lado, quando a presença do Estado é considerada imprescindível, sua atuação não deve causar uma concorrência com a iniciativa privada e sim um suporte para esta. Por fim, estimula-se a idéia de que a liberalização do mercado por si só encarregar-se-ia de atender e regular as demandas sócio-econômicas.

Já para Mário Covas a ênfase da reforma estatal concentra-se na necessidade de um planejamento no qual se inserem mecanismos de redução da atividade estatal, apoio ao setor privado, mas também planos de se implementar

políticas governamentais de caráter social, preocupação pouco notada em Collor, Maluf e Afif.

Ulysses Guimarães, por sua vez, trata do assunto de um modo original. Tal como Collor, faz-se sujeito da moralização pública, mas, diferentemente daquele, autoriza-se a moralizar o Estado porque seu passado, de acordo com suas próprias afirmações, confere-se a capacitação política que a tarefa de superar a crise estatal exige. A dimensão que a biografia de Ulysses lhe fornece para agir sintetiza-se no signo que representa o estadista.

A posição das candidaturas de esquerda partem de pressupostos inversos ao neoliberalismo, à exceção de Brizola, que se limita a falar em controle dos gastos públicos e nas ameaças ao funcionalismo. Para Lula e Freire, o Estado não tem que ser reduzido, mas necessariamente reordenado. E em um sentido que possa atuar como um agente de transformações estruturais, através da maior participação do Estado nas políticas sociais e na área econômicas. Neste sentido, para ambos, a reorganização estatal implica em uma intervenção contrária aos interesses de certas instâncias do setor privado.

Poder-se-ia objetar a esta constatação que pelo menos Lula, assim como Afif e Covas, incorporou em seus pronunciamentos propostas nas quais o Estado deveria proteger e auxiliar os médios, pequenos e micro

empresários. No entanto, é forçoso reconhecer que este tipo de argumento evita o elogio ou a defesa dos grandes conglomerados privados. Geralmente, Afif e Covas silenciam a respeito do papel dos mega-empresários e suas relações com a máquina pública. Não é este o caso de Lula, nem de Brizola ou Freire, que rompem este silêncio divulgando nomes e esclarecendo os vínculos mantidos pelos grandes da iniciativa privada com o Estado. Por exemplo, enquanto Brizola direciona suas críticas a um alvo imóvel, porém poderoso - a Rede Globo de Televisão -, Lula e Freire, embora também salientem em alguns pronunciamentos como negativa a influência e os monopólios dos meios de comunicação, preferem situar a questão em termos históricos. Ambos enfatizam que os empresários, além de terem mantido historicamente uma relação espoliativa com a classe trabalhadora, são os que mais benefícios obtiveram do Estado. A ênfase das críticas de Lula centraram-se nos governos militares e na Nova República, período em que a memória recente registrava o surgimento e o desenvolvimento do PT, enquanto Freire faz duros ataques a própria história das elites brasileiras que em sua fase republicana obliteraram a participação do PCB na maior parte do tempo de existência do partido.

Em suma, para Freire e Lula, as reformas no Estado passam pela ruptura com os padrões exclusivistas herdados, que originaram e/ou mantiveram os grandes da área privada e

pelo estabelecimento de uma máquina pública capaz de dirimir o conflito distributivo da sociedade brasileira.

À crise do Estado, enfim, correspondem projetos que se antagonizam, mais ou menos, se equivalem, mais ou menos. Projetos estes que encontram seus pólos definidores e excludentes, por um lado, nos partidários do neoliberalismo e, por outro, naqueles candidatos que defendem um Estado francamente ativista, isto é, entre o discurso que tem por base a crença na "mão invisível" e o discurso que evidencia a perseverança da retórica do *welfare*.

NOTAS

- (1) "'Certamente, (diz Guy Sorman em seu ensaio intitulado o 'Estado Mínimo') devemos o renovado impulso de nossa reflexão liberal aos sucessos americanos e britânicos dos anos 80.' Isso não é tudo, naturalmente, mas um papel primordial acaba sendo atribuído a Reagan e ao suposto êxito de sua política econômica." (KUNTZ, R. O neoliberalismo é um entreguismo. In: *Revista USP: Dossiê Liberalismo/Neoliberalismo*, n. 17, p. 57, mar./abr./maio 1993). No que concerne às políticas sociais, "de início, nos momentos mais agudos da crise, o redirecionamento da política social quase que se resumia às propostas de corte do gasto social, à desativação dos programas, à efetiva redução do papel do Estado nesse campo. Com muito pouca sofisticação e quase nula reflexão, além de repetir os argumentos gerais de Friedman, as proposições no campo social foram basicamente aquelas que inspiraram os governos Thatcher e Reagan: as tentativas de desestabilização dos pilares do *welfare state*, reduzindo a universalidade e os graus de cobertura dos muitos programas sociais, 'assistencializando' - isto é, retirando do campo dos direitos sociais - muitos dos benefícios e, quando

puderam, privatizando a produção, a distribuição ou ambas as formas públicas de provisão dos serviços sociais. Na base de tal 'redirecionamento' estava a vontade de quebrar a espinha dorsal dos sindicatos e dos movimentos organizados da sociedade." (DRAIBE, S. As políticas sociais e o neoliberalismo. In: Revista USP: Dossiê Liberalismo/Neoliberalismo, n. 17, p. 92, mar./abr./maio 1993). Habermas observa, em artigo de 1987, que o "neoconservadorismo encontra-se em ascensão. Ele também orientou a sociedade industrial, mas manifesta-se decididamente crítico do Estado social. A administração Reagan e o governo de Margaret Thatcher tomaram posse em seu nome; o governo conservador da República Federal vai em linha semelhante." O neoconservadorismo caracteriza-se, segundo o mesmo autor, entre outros fatores, por "uma política econômica orientada pela oferta deve aperfeiçoar as condições de valorização do capital e pôr o processo de acumulação novamente em movimento. Ele tolera uma taxa de desemprego relativamente alta e, segundo a intenção, apenas transitória. A redistribuição da renda sobrecarrega - como provam as estatísticas nos EUA - os grupos da população mais pobre, enquanto apenas os grandes proprietários de capital conseguem nítidas melhorias de renda. De mãos dadas com isso vem uma clara limitação dos serviços do Estado Social." (HABERMAS, J. A nova

intransparência: a crise do estado de bem-estar social e o esgotamento das energias utópicas. In: Novos Estudos Cebrap. São Paulo, p. 110, set. 1987).

- (2) Segundo Norberto Bobbio, "na formulação hoje mais corrente, o liberalismo é a doutrina do 'Estado mínimo' (o *minimal state* dos anglo-saxões). Ao contrário dos anarquistas, para quem o Estado é um mal absoluto e deve, pois, ser eliminado, para o liberal o Estado é sempre um mal, mas é necessário, devendo, portanto, ser conservado embora dentro de limites os mais restritos possíveis (...). A conclusão é que o Estado mínimo, embora sendo mínimo, é o Estado mais extenso que se possa conceber: qualquer outro Estado é imoral." (BOBBIO, N. *Liberalismo e democracia*. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 89-91). Em outro texto o mesmo autor afirma que para o liberalismo "através do monopólio da força legítima - legítima porque regulada pelas leis (trata-se do estado racional-legal descrito por Max Weber) -, o Estado deve assegurar a livre circulação das idéias, e portanto o fim do estado confessional e de toda forma de ortodoxia, e a livre circulação dos bens, e portanto o fim da ingerência do Estado na economia." (BOBBIO, N. *Liberalismo velho e novo*. In: BOBBIO, N. O futuro da democracia: uma defesa das

regras do jogo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 115).

- (3) Sônia Draibe esclarece que muitos destes enunciados atribuídos "ao neoliberalismo não são, efetivamente, monopólio daquela tendência, nem mesmo das fontes originais em que parece nutrir-se. Ao contrário, fizeram ou fazem parte de ideários democratas ou socialistas, circunstancialmente apagados pela onda neoliberal. Esta apropriação resulta numa estratégia eficiente de predominância ideológica, conferindo aparente originalidade e força persuasiva a esta corrente que terminou, por exemplo, por reclamar exclusividade sobre quaisquer propostas de modernização social e política. Diga-se de passagem que a condição dessa apropriação é que o neoliberalismo confirma tendências profundas de modificações da sociedade, apreendidas a seu modo pelos setores politicamente colocados à direita do espectro político, mas obviamente também reconhecidas pelos que, à esquerda, identificam e advogam transformações sociais e políticas." Portanto, continua a mesma autora, "não há um corpo teórico neoliberal específico, capaz de distingui-lo de outras correntes do pensamento político. As 'teorizações' que manejam os assim ditos neoliberais são geralmente emprestadas do pensamento liberal

(clássico) ou de conservadores e quase que se reduzem à afirmação genérica da liberdade e da primazia do mercado sobre o Estado, do individual sobre o coletivo. E, derivadamente, do Estado mínimo, entendido como aquele que não intervém no livre jogo dos agentes econômicos." Enfim, Draibe conclui que o neoliberalismo "é antes um discurso e um conjunto de regras práticas de ação (ou de recomendações), particularmente referidas a governo e a reformas do Estado e das suas políticas. É essa sua característica que conduz Thérét a qualificá-lo como '... sistema de receitas práticas para a gestão pública'." (DRAIBE, S., op. cit., p. 88). Um outro aspecto que fortalece a assimilação do discurso neoliberal durante a campanha presidencial é o fato de que "como é arquissabido, as reformas liberalizantes que visam reduzir os poderes regulatórios e o tamanho do Estado são parte do receituário das agências de financiamento internacional. Seu peso nas decisões de política econômica interna aumenta na razão direta da dependência em que se encontra o país das fontes de financiamento internacional; e, é claro, de sua importância geopolítica e econômica no quadro emergente das relações internacionais, que são de força e de cooperação." (SOLA, L. Estado, reformas estruturais e democratização no Brasil. In: Revista

USP: *Dossiê Liberalismo/Neoliberalismo*, n. 17, p. 159, mar./abr./maio 1993; grifos l.s.). Sobre a questão do gigantismo estatal ver a tese de Wanderley Guilherme dos Santos (1993) apresentada no Capítulo I.1, na qual o autor, através de dados comparativos, mostra que o Estado brasileiro não tem as dimensões alegadas, principalmente, pelos porta-vozes do neoliberalismo.

- (4) Analisando o período em que se desenvolvem os trabalhos constituintes, ou seja, quando se gestam ou se consolidam a maior parte das candidaturas à Presidência da República, Aspásia Camargo diz que "convém lembrar que esta proposta liberal contraria práticas corporativas historicamente estabelecidas no país, com as quais a classe empresarial comprometeu-se desde os anos trinta, e que as têm sustentado através de proteções, subsídios e reservas de mercado, como garantia de crescimento e de continuidade para as grandes empresas. Por outro lado, é importante enfatizar o deslocamento entre os compromissos com o liberalismo econômico e o ideário no liberalismo político. Identificam-se hoje como 'liberais' atores tão diversos quanto Guilherme Afif Domingos, Roberto Cardoso Alves, Álvaro Valle, Marco Maciel, Delfim Netto, Roberto Campos e Francisco Dornelles, além de Ronaldo Caiado (UDR) e Mário

Henrique Simonsen. Muitos deles estiveram paradoxalmente ligados durante décadas ao PSD - partido das clientelas rurais -, outros foram quadros técnicos e ministros do regime militar, comprometidos, portanto, com práticas estatizantes e de cunho corporativo. Outros ainda, embora no PMDB, acobertam-se no liberalismo apenas para defender os interesses das classes produtoras contra medidas sociais consideradas socializantes, ou excessivamente reformistas. Ambigüidades profundas podem também ser observadas entre os progressistas: em princípio, estes advogam medidas identificadas com o intervencionismo estatal, com o corporativismo e a expansão do Estado do bem-estar, o que não impede que possam ser ultraliberais em medidas que se referem à organização dos sindicatos e à lei de greve, tanto quanto a itens referentes à ordem política." (CAMARGO, A., op. cit., p. 48; grifos a.c.).

Especificamente quanto aos agentes que ocupam a máquina pública, Lourdes Sola constatou "a inexistência de tradição neoliberal na maioria dos bolsões de eficiência que integram o Estado brasileiro". Por outro lado, segue a cientista política, em nota anexa, "isso não significa que não existam técnicos de orientação liberalizante. Mas sim que, por razões históricas, de várias ordens, os órgãos burocráticos a cargo da gestão da economia não

lograram uma concentração de expertize técnica suficientemente representativa dessa linha de pensamento." (SOLA, L., op. cit., p. 164, nota 10; grifo l.s.).

- (5) CAMARGO, A., op. cit., p. 49-50.
- (6) BOSCHI, R. Dilemas da política neoliberal. *In: Jornal do Brasil*. Cad. Idéias/Ensaio, 24 set. 1989, p. 5.
- (7) ABRANCHES, S., op. cit., p. 120.
- (8) Roberto Freire afirma que vai estatizar o sistema educacional (16/09/89), o sistema de saúde (21/09/89) e o transporte coletivo de modo progressivo (23/09/89).
- (9) Os pronunciamentos em que se encontram manifestações deste teor são os seguintes: Maluf em 18/09/89 e 27/10/89; Afif em 29/10/89, 31/10/89, 03/11/89 e 12/11/89; Collor em 28/11/89, 05/12/89, 08/12/89 e 12/12/89, todos no 2º turno do pleito. Ver quadro Anexo. TSE/HN. A tentativa de associar neoliberalismo e modernidade não é exatamente uma idéia original, mas uma certa tendência do movimento, como comprova a análise do neoliberal Guy Souman para quem o neoliberalismo é "a combinação de uma grande tradição ocidental, que remonta ao século XVIII, com a modernidade." (Apud KUNTZ, R., op. cit., p. 57).

- (10) Collor de Mello, 29/11/89, TSE/HN.
- (11) Este ponto será desenvolvido com mais detalhes na segunda parte deste Capítulo.
- (12) Mário Covas, 27/10/89, TSE/HN.
- (13) Sérgio Abranches faz uma crítica às condições do Banco do Brasil nos anos recentes, op. cit., p. 143-51.
- (14) Mário Covas, 26/10/89, TSE/HN.
- (15) A condição histórica do Banco do Brasil é lembrada por Covas através da SUMOC, a Superintendência da Moeda e do Crédito, cuja função precípua era controlar o meio circulante por intermédio da emissão de moeda, tarefa que passou para o BACEN. O candidato também fala em prerrogativas outrora existentes, como a dispensa do depósito compulsório, que era o meio utilizado pelo governo para tentar diminuir as importações mediante um depósito obrigatório em igual valor à mercadoria estrangeira. Especificamente sobre a Carteira de Comércio Exterior (CACEX), ver MARTINS, L. *Estado capitalista e burocracia no Brasil pós-64*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p. 155-91, onde ressalta a posição empresarial da CACEX.
- (16) Mário Covas, 28/09/89, TSE/HN.

- (17) A postura de Covas pode ser explicada a partir das considerações de W. Schneider sobre o neoliberalismo. Para o autor, a política neoliberal é uma espécie de "cultura da solução dos problemas", fórmula na qual se idealiza a especialização e a competência, projetando uma cultura política "despolitizada" na aparência e movida pela busca de soluções ágeis e eficientes. Criam-se, assim, regras de ação prática que passam a ser repetidas mecanicamente por todos que se fazem porta-vozes deste princípio: "Em lugar de ideologia, os neoliberais têm conceitos. Gastar é ruim. É bom ter prioridades. É ruim exigir programas. Precisamos de parcerias, não de governo forte. Falem de necessidades nacionais, não de demandas de interesses especiais. Exijam crescimento, não distribuição." (SCHNEIDER, W. Compreensão e neoliberalismo. *In: Diálogo*, n. 1, v. 13, p. 7, 1990).
- (18) Bresser Pereira descreve a implantação da Petrobrás como uma "longa batalha política, em que as forças do Brasil novo e do Brasil velho, do nacionalismo então em plena expansão, e do colonialismo, minado pelo complexo de inferioridade nacional, se digladiaram (...). Esta empresa, que teria um papel fundamental no desenvolvimento econômico do país, produz nos seus primeiros três anos de funcionamento três vezes mais

do que durante os 19 anos e sete meses anteriores, em que a produção nacional ficara sob o controle do Conselho Nacional de Petróleo." (BRESSER PEREIRA, L.C. *Desenvolvimento e crise no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 45-6). Sérgio Abranches destaca a "considerável autonomia global" da Petrobrás, principalmente, em termos financeiros e gerenciais: "Só não se pode dizer que gozam (além da Petrobrás, a CVRD) de alta autonomia pública porque sofrem ingerência na nomeação de diretorias, superintendências e outros cargos de confiança, mesmo quando exclusivos de funcionários de carreira. Além disso, não têm liberdade de formação de preços no mercado interno. Finalmente, têm sido prejudicadas por controles burocráticos e indiscriminados, em função da maneira pouco eficiente com que os governos têm buscado promover a austeridade no setor público, mediante redução de gastos e investimentos." (ABRANCHES, S., op. cit., p. 150). Ver também o quadro comparativo apresentado pelo autor dos diversos graus de autonomia das principais empresas públicas do setor produtivo estatal (Tabela 6, p. 150). É importante ressaltar, ainda, que o complexo de empresas e subsidiárias que constituem a Petrobrás, legalmente, não eram passíveis de privatização, uma vez que o monopólio do produto na alçada do poder público era garantido pela Constituição Federal. Com efeito, sua

privatização dependeria de uma alteração na Constituição, cuja revisão estava prevista para o ano de 1993, quando a nova Carta completaria cinco anos. Ver Constituição Federal, Título VII, Capítulo I, Art. 177.

(19) Mário Covas, 22/09/89, TSE/HN.

(20) Leonel Brizola, 19/09/89, TSE/HN.

(21) Não era a primeira vez que Brizola procurava ser um dos primeiros a criticar planos de impacto do Governo Sarney. Em 1986, o candidato havia sido um dos primeiros políticos de expressão nacional a questionar o Plano Cruzado e a afirmar que o plano não daria certo. O mesmo recurso é utilizado neste momento, embora o projeto de privatizações tenha um impacto ínfimo diante daquele causado pelo Plano Cruzado.

(22) Leonel Brizola, 19/09/89, TSE/HN.

(23) Leonel Brizola, 18/09/89, TSE/HN.

(24) Leonel Brizola, 25/10/89, TSE/HN.

(25) Em matéria publicada no *Jornal do Brasil*, no início da campanha eleitoral gratuita no rádio e televisão, Brizola diz que no seu "capitalismo social" o Estado estará pronto a "agir segundo o interesse público.

(Na gangorra da sucessão. *In: Jornal do Brasil, Cad. Idéias/Ensaaios, 24 set. 1989*).

- (26) Lula, 02/10/89, TSE/HN.
- (27) Lula, 29/09/89, TSE/HN.
- (28) Lula, *idem*.
- (29) Por outro lado, Afif Domingos também procurou marcar posição na defesa destes grupos. Ver Capítulo I.2 e Capítulo IV.2.
- (30) Lula, 21/10/89, TSE/HN.
- (31) Roberto Freire, 06/10/89, TSE/HN.
- (32) Roberto Freire, *idem*.
- (33) Roberto Freire, 14/10/89, TSE/HN.
- (34) Roberto Freire, *idem*.
- (35) Collor de Mello, 29/11/89, TSE/HN.
- (36) Afif Domingos, 10/10/89, TSE/HN.
- (37) Afif Domingos, 27/09/89, TSE/HN.
- (38) Afif Domingos, 28/09/89, TSE/HN.
- (39) Neste sentido Sônia Draibe destaca que "o investimento nos recursos humanos e, em consequência, o reforço às políticas sociais de educação, saúde e

infra-estrutura social voltaram a fazer parte da agenda de reformas e de redirecionamento do gasto social, mesmo daquela do neoliberalismo. Ainda pouco explícita, esta ênfase parece reverter, em parte, as teses sobre diminuição do papel do Estado, de um lado, e focalização e seletividade, de outro, pelo menos no que se refere à educação e à saúde." (op. cit., p. 93; grifos s.d.).

- (40) Collor já havia se manifestado deste modo quando da apresentação do seu plano de reforma patrimonial, onde enfatiza as mordomias ministeriais. Ver Capítulo IV.1.
- (41) Afif Domingos, 21/10/89, TSE/HN.
- (42) Os ministérios militares são mantidos por Afif, uma vez que o EMFA e o SNI tornam-se departamentos de Estado ligados diretamente à Presidência. Sendo assim, dificilmente perderiam seu *status* de ministérios, tal como provavelmente aconteceria acaso ficassem subordinados a pastas estritamente militares. Na verdade, o assunto era extremamente delicado e poucos apresentam propostas mais claras, pois a presença militar na vida política nacional fazia-se sentir de modo muito forte. Lula é um dos que propõem uma alternativa à questão militar: condenar os ministérios militares em um Ministério da

Defesa. Sobre os militares e a Nova República, ver REIS, F.W. Consolidação democrática e construção do Estado. Notas introdutórias e uma tese. In: REIS, F.W.; O'DONNELL, G. (orgs.) *A democracia no Brasil: dilemas e perspectivas*. São Paulo: Vértice, 1988. p. 13-40, onde o autor considera válida uma experiência constitucional de concessão às Forças Armadas de algum tipo de representação corporativa no âmbito do Poder Executivo e talvez mesmo do Legislativo. Walder de Góes opõe-se a esta tese propondo o absenteísmo das Forças Armadas, na medida que lhes dar mais poder de infiltração política retiraria os já curtos espaços de entidades democráticas (GOÉS, W. *Militares e política, uma estratégia para a democracia*. In: REIS, F.W.; O'DONNELL, G., op. cit., p. 233). E Alfred Stepan defende que a sociedade política e a sociedade civil criem formas de controle sobre o sistema militar e a inteligência (*Os militares: da abertura à Nova República*. Rio de Janeiro: Paz e Terras, 1986. p. 102-8). Sobre as prerrogativas dos militares brasileiros após a instauração da Nova República, ver o estudo comparativo de Alfred Stepan "As prerrogativas militares nos regimes pós-autoritários: Brasil, Argentina, Uruguai e Espanha, 3." In: STEPAN, A. (org.) *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 521-62.

- (43) Afif Domingos, 17/10/8, TSE/HN.
- (44) A articulação de interesses é uma das formas através da qual os agentes políticos engendram a "voz" no sentido de Hirschman: "A voz é aqui definida como qualquer tentativa de modificação, em vez de fuga, de um estado ao qual se pode fazer objeções, através de petições individuais ou coletivas à administração diretamente responsável, apelos a autoridades superiores, com a intenção de pressionar a direção, ou vários tipos de ação e protesto, inclusive os destinados a mobilizar a opinião pública." (HIRSCHMAN, A. *Saída, voz e lealdade*. São Paulo: Perspectiva, 1973. p. 40). Por outro lado, a coincidência de opiniões vai ao encontro do que Draibe fala a respeito das relações entre o neoliberalismo e outras tendências políticas, entre as quais o socialismo. Ver Nota 3 deste Capítulo.
- (45) Paulo Maluf, 19/09/89, TSE/HN.
- (46) Mário Covas, 27/10/89, TSE/HN.
- (47) Mário Covas, 23/10/89, TSE/HN. Lula também fala em reformulação da SUDENE, em 17/10/89.
- (48) Ulysses Guimarães, 05/11/89, TSE/HN.

- (49) Ulysses Guimarães, 05/10/89, TSE/HN.
- (50) Ulysses Guimarães, 29/10/89, TSE/HN.
- (51) Leonel Brizola, 18/09/89, TSE/HN.
- (52) Leonel Brizola, 24/10/89, TSE/HN.
- (53) Lula, 29/11/89, TSE/HN.
- (54) A questão da reforma agrária é um exemplo notável das incapacidades e falta de vontade política dos governos em resolver o problema do campo. O Estado conta inclusive com um órgão específico destinado ao tema - o INCRA - cuja pouca utilidade e eficiência é de conhecimento público. A "questão rural" continua a ser, assim, um dos problemas cruciais para se efetivar um processo coerente de distribuição de renda no país. Segundo Lula, que dedica mais de um pronunciamento ao tema, o Estado, ao promover a reforma agrária, deve investir no setor como um todo. Para ele não basta desapropriar terras e loteá-las entre os agricultores se não lhes foram destinados estímulos à produção. Portanto, além da mera e necessária afirmação de que haverá reforma agrária, Lula propõe que o Estado não abandone o setor, pois além dos recursos fundamentais para sustentar a proposta, é necessário dar-lhes garantia de que ela não detonará o verdadeiro barril de pólvora que

subjaz à questão. Com efeito, o inerente conflito presente em qualquer projeto de reforma na estrutura agrária do país encontra na forma enunciativa - "distribuição de renda e desapropriação apenas dos grandes latifúndios" - senão uma amenização do embate em si, ao menos um chamamento, aos temerosos às propostas de Lula, a observarem o tema de outro modo que aqueles tradicionais, como por exemplo, coletivização forçada da terra, comunismo, etc., argumentos de alguns candidatos de direita, principalmente do representante da UDR, Ronaldo Caiado. Lula fala da reforma agrária nos seguintes programas: 22/09/89, 28/09/89, 08/10/89, 17/10/89, 18/10/89, 23/10/89, 24/10/89, 05/11/89, 08/11/89 e 03/12/89.

(55) Roberto Freire, 26/09/89, TSE/HN.

(56) Esta é uma das razões que Freire utiliza-se para propor a estatização da saúde e educação públicas. Ver Capítulo III.

(57) Roberto Freire, 16/10/89, TSE/HN.

(58) Roberto Freire, 22/10/89, TSE/HN. Sobre a tese da pouca participação do Estado na economia, ver Wanderlei G. dos Santos, op. cit., e a Nota 3 deste Capítulo.

(59) Freire deixa claro esta postura também em outros pronunciamentos. Por exemplo, em 26/10/89, Freire afirma que "mudar tudo isso, é redefinir o papel do Estado brasileiro. É discutir um serviço público que seja para atender às necessidades da sociedade brasileira. É definir qual o papel que o Estado vai exercer na discussão dos excedentes sociais que são criados por todos. Controle social, nova hegemonia, busca de uma nova classe dirigente, a classe operária e os trabalhadores, faz parte deste objetivo de construir o socialismo." O argumento de Freire pode ser explicado a partir do conceito que Pierre Bourdieu dá à "classe dominante": ela se constitui no "lugar de uma luta pela hierarquia dos princípios de hierarquização." (1989:12). Freire no poder é um importante passo na hierarquia que define padrões de diferenciação das propostas socialistas em relação a outros projetos políticos. Outro pronunciamento em que Freire trata a questão nestes termos é o do dia 10/11/89.

CONCLUSÃO - O ESTADO EXPOSTO À SOCIEDADE

"O mito de que o Estado brasileiro é absurdamente grande, paquidérmico, tem sido responsável por políticas administrativas com relação à burocracia pública, cujo resultado demonstra-se oposto ao pretendido. Ao contrário de agilizar a capacidade operacional do Estado, aumentar sua eficiência e credibilidade, produziu-se o desmantelamento das poucas estruturas ainda eficazes, comprometeram-se a capacidade fiscalizatória, ordenadora e extrativa do Estado de maneira que, hoje, os pobres e desvalidos dele nada esperam, enquanto os ricos e poderosos dele nada temem." (Wanderley Guilherme dos Santos) (1)

Ao longo deste estudo procurou-se mostrar como a crise do Estado brasileiro foi construída no discurso dos candidatos à Presidência da República em 1989. Nesse ato, a situação da máquina pública havia atingido um dos níveis mais críticos da história recente do país, refletindo a incapacidade do governo da Nova República em promover um consenso mínimo para superar a crise, paralisado que estava pela retomada de um padrão neopatrimonial de gestão político-administrativa (2).

Os aspectos da crise do Estado que obtiveram centralidade durante a campanha eleitoral foram os temas que retratavam, segundo os candidatos, a inoperância dos

serviços públicos e a ineficiente política econômica do governo federal. Paralelamente a estas temáticas os candidatos privilegiaram em seus pronunciamentos propostas de reorganização do Estado, como alternativas para superação dos problemas decorrentes de sua própria crise.

As principais conseqüências que emergiram do discurso sobre a crise do Estado podem ser sintetizadas, de um lado, pelo seu alto custo social; de outro, pela ampliação dos espaços para o argumento neoliberal. Desta última constatação derivou a hipótese central do presente trabalho, ou seja, a de que a crise do Estado e seus efeitos correlatos orientaram-se segundo as formas enunciativas características do discurso neoliberal. Isto significa dizer que tanto o diagnóstico como as soluções à crise estatal foram conduzidos por uma agenda de intenções neoliberais. Verificou-se nos assuntos analisados a presença de questões colocadas a partir de premissas vinculadas à doutrina do Estado mínimo, entretanto, sem que os enunciadores se comprometessem claramente com ela. De fato, o que tornou visível o neoliberalismo no discurso político da campanha foram antes os atos de defesa anti-liberais, do que um porta-voz plenamente assumido.

A explicação para esta postura neoliberal parece corresponder às duas hipóteses específicas apresentadas como subsidiárias à hipótese central. A primeira esclarece que a posição neoliberal foi adaptada às circunstâncias

locais do próprio jogo político e, principalmente, ao corte estabelecido pela histórica participação do Estado na vida nacional. A segunda registra a resistência ao neoliberalismo, mas não nega certos pressupostos desta como medidas alternativas para a reversão da crise estatal, como por exemplo a possibilidade de desestatizações.

Neste sentido, embora os capítulos de análise do discurso apresentem-se como conclusivos, é importante que se faça uma breve reconstituição dos resultados finais de cada um deles, de modo a encadeá-los ao conjunto de hipóteses.

No capítulo dedicado à análise dos serviços públicos concluiu-se que a forma como o sistema de saúde e previdência aparecem nos pronunciamentos dos candidatos evidencia a responsabilidade do Estado nesta área. Paradoxalmente, este foi um dos temas em que o Estado esteve mais exposto à sociedade: as cenas da desestruturação dos serviços de saúde são veiculadas à exaustão.

No entanto, isto não foi suficiente para que o discurso neoliberal apresentasse fórmulas de privatização do sistema, embora destaque a importância da iniciativa particular no setor. Ou seja, os candidatos neoliberais mantêm a questão nos parâmetros clássicos da doutrina do *laissez-faire*: a saúde é uma das atribuições mínimas do

Estado mínimo. Além disto, o Estado brasileiro tem uma estrutura montada na área, mesmo que inoperante e ineficaz, e um plano definido constitucionalmente - o SUS. Portanto, instrumentos que a "criativa" neoliberal no poder poderia revitalizar.

Os candidatos avessos ao neoliberalismo também ressaltam a necessidade do Estado no setor, sendo que Freire inverte o fluxo neoliberal e projeta a estatização do sistema.

Já na questão da crise educacional, o neoliberalismo fez-se mais presente. Os porta-vozes da doutrina procuram demonstrar a competência da iniciativa privada no setor, o que para eles se constitui em argumento suficiente para o Estado continuar a transferir verbas para as instituições particulares. Os demais candidatos indicam a responsabilidade do Estado com o sistema educacional público. Novamente, Freire propõe a estatização do setor como medida saneadora do problema.

De modo geral, os serviços públicos refletem a dimensão mais visível da crise do Estado durante a campanha presidencial. Todos os candidatos posicionam-se pela reativação dos serviços em níveis qualitativamente superiores e mantidos, pelo menos inicialmente, na alçada pública. Pode-se afirmar, assim, que o neoliberalismo manifestou-se com prudência em relação ao tema e não chegou

a fixar metas genuinamente neoliberais - a privatização, por exemplo; mas fixou argumentos: a competência privada.

Quanto ao capítulo onde são analisados os pronunciamentos relativos à política econômica, encontram-se medidas que projetam reformas no Estado, como forma de se criar condições estruturais que garantam a eficácia dos planos propostos para resolver a crise econômica do país. Este procedimento aparece com mais vigor nos pronunciamentos sobre o problema da inflação, visto que a questão da dívida externa inseriu-se como mecanismo de combate àquela e como peça importante na definição da posição do país no contexto internacional.

As questões sobre política econômica foram construídas de modo a facilitar seu entendimento para o eleitor/espectador, notadamente o problema inflacionário. Observou-se também uma tendência de os candidatos, independente de posturas ideológicas, concordarem que as indefinições da política econômica contribuiriam para a manutenção da crise econômica em patamares crônicos, o que gerava um agravamento da crise do Estado.

É no último capítulo que as hipóteses ficam mais evidentes. Em primeiro lugar, nota-se a presença neoliberal no debate envolvendo a privatização e estatização, mesmo que somente Collor assuma, e discretamente, o preceito privatizante como medida para recuperar o Estado. O que

revêla a existência do argumento neoliberal nestes termos é a defesa nominal das empresas públicas feitas pelo centro-esquerda. Estes, por sua vez, deixam espaços a eventuais projetos de desestatizações: nenhum candidato defende uma empresa, órgão ou instituição pública que não tenham uma certa história junto à sociedade brasileira ou que sejam deficitárias e onerosas.

Tem-se, em síntese, a seguinte circulação de enunciados na campanha presidencial: 1) a privatização é uma medida originária do meio neoliberal (variante da hipótese central); 2) os representantes do neoliberalismo não têm espaços suficientes para proporem abertamente um amplo projeto de privatizações (variante da primeira hipótese específica); e 3) os candidatos de centro e de esquerda rebelaram-se contra a tentativa de privatizar o que consideram as partes fundamentais do Estado, mas diferentes dos outros temas, como os serviços públicos por exemplo, não descartam as desestatizações como alternativa a superação da crise estatal. A diferença básica da esquerda em relação aos neoliberais é a de que consideram eventuais privatizações sob o argumento de que assim se está instituindo uma medida auxiliar para as políticas redistributivas que querem implementar. Neste caso, não é o tamanho do Estado a justificativa mais relevante para se adotar uma política desestatizante, como pensam os neoliberais (variante da segunda hipótese específica).

As diferenças entre os candidatos acentuam-se nos pronunciamentos cujos objetivos são os de demonstrar as formas através das quais o Estado deve intervir nos processos sócio-econômicos. Aqui o neoliberalismo aparece com maior nitidez. Os candidatos identificados à doutrina do Estado mínimo propõem a redução do espaço público e quando esta medida não for possível, isto é, quando o Estado for necessário, que ele atue em concordância com as diretrizes da iniciativa privada: que a máquina pública não se torne um obstáculo, mas um amparo, afastando-se do mercado e liberando-o aos agentes particulares.

O discurso dos candidatos de centro não é contrário à redução estatal, mas articula a este procedimento políticas sociais, como é o caso de Covas.

A posição refratária à idéia minimalista dos neoliberais parte da esquerda, que projeta reorganizar o Estado e reordená-lo para intervir nas áreas sociais e econômicas de modo a romper com os padrões exclusivistas herdados do passado.

Com efeito, nota-se que a condução neoliberal manifestou-se mais pelas formas como as temáticas foram impostas na agenda da campanha, gerando resistências e contradições, do que por uma defesa explícita de um programa ortodoxo das disposições do Estado mínimo.

Em 1989, o discurso que construiu a crise do Estado na campanha presidencial incorporou parcialmente a mítica de que fala Wanderley Guilherme dos Santos: a idéia de que o Estado brasileiro era "absurdamente grande". A sua histórica presença foi traduzida, em parte, pelos neoliberais como justificativa para seu plano de diminuição dos espaços estatais em níveis compatíveis ao que, segundo eles, era "reconhecido internacionalmente como o que há de mais moderno" em termos de noções de Estado. Em outro sentido, aqueles candidatos que não se identificaram ao neoliberalismo vivenciavam este mito de forma diversa: as dimensões do Estado, seu tamanho e espessura não eram importantes diante da necessidade de reorientá-lo para efetivar políticas sociais.

Naquele mesmo ano, por outro lado, apesar da crise do Estado, "pobres e desvalidos", "ricos e poderosos" estiveram diante de um acontecimento em comum, a eleição presidencial, aguardada, no entanto, com expectativas distintas: enquanto aqueles podiam vislumbrar a possibilidade de uma inversão em seu cotidiano, onde a inibição de suas demandas fossem sustadas; estes investiram na manutenção de uma lógica privada e oligarquizante de Estado que lhes garantissem a preservação de seus domínios.

NOTAS

- (1) SANTOS, W.G., op. cit., p. 101.
- (2) Sobre este assunto ver CAMARGO, A., op. cit., e
DINIZ, E., op. cit.

BIBLIOGRAFIA

- ACCARDO, A., CORCUFF, P. *La sociologie de Bourdieu: textes choisis et commentés*. Bordeaux : Le Mascaret, 1986.
- BARBALET, J.M. *A cidadania*. Lisboa : Estampa, 1989.
- BARTHES, R. *O rumor da língua*. São Paulo : Brasiliense, 1988.
- BENEVIDES, M.V. O velho PTB paulista. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, São Paulo, n. 17, jun. 1990.
- BOBBIO, N. *O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1986.
- _____. *Liberalismo e democracia*. São Paulo : Brasiliense, 1988.
- BOSCHI, R. Dilemas da política neoliberal. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 24 set. 1989, Cad. Idéia/Ensaio, p. 5.
- BOURDIEU, P. *La distinction: critique sociale du jugement*. Paris : Minuit, 1979.
- _____. *Le sens pratique*. Paris : Minuit, 1980a.
- _____. *Questions de sociologie*. Paris : Minuit, 1980b.
- _____. *O poder simbólico*. Lisboa : Difel, 1989.
- BRASIL. Constituição (1988). Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1988.
- BRAUNSTEIN, N. *Psiquiatria, teoria del sujeito, psicanálisis (hacia Lacan)*. México : Siglo XXI, 1980.
- CAMARGO, A., DINIZ, E. (orgs.). *Continuidade e mudança no Brasil na Nova República*. São Paulo : Vértice/IUPERJ, 1989.
- CAMPOS, G.W.S. *Reforma da reforma: repensando a saúde*. São Paulo : Hucitec, 1992.
- CARDOSO, R.C.L. Participação política e democracia. *Novos Estudos Cebrap: dossiê eleições presidenciais*, São Paulo, n. 26, mar. 1990.

- CARNOY, M. *Estado e teoria política*. Campinas : Papyrus, 1988.
- CASTRO, A.B., SOUZA, F. *A economia brasileira em marcha forçada*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1985.
- CIGNOLI, A. *Estado e força de trabalho: introdução à política social no Brasil*. São Paulo : Brasiliense, 1985.
- DINIZ, E. A candidatura Sílvio Santos: inconsciência das massas ou subversão das elites? *Cadernos de Conjuntura*, Rio de Janeiro, n. 22, nov. 1989.
- DINIZ, E., BOSHI, R., LESSA, R. *Modernização e consolidação democrática no Brasil: dilemas da Nova República*. São Paulo : Vértice, 1989.
- DRAIBE, S. As políticas sociais e o neoliberalismo. *Revista USP: dossiê liberalismo/neoliberalismo*, São Paulo, n. 17, mar./maio 1993.
- FIORI, J.L. Transição terminada: crise superada? *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 28, out. 1990.
- FOUCAULT, M. *L'ordre du discours*. Paris : Gallimard, 1971.
- _____. *Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro : Forense Universitária, 1987.
- _____. El sujeto y el poder. *Revista Mexicana de Sociología*, México, n. 3, jul./sept. 1988.
- GADET, F., HAK, T. (orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas : Unicamp, 1990.
- GIANNOTTI, J.A. Tráfico de esperanças. *Novos Estudos Cebrap: dossiê eleições presidenciais*, São Paulo, n. 26, mar. 1990.
- GREIMAS, A.J., COURTÉS, J. *Dicionário de semiótica*. São Paulo : Cultrix, 1988.
- GREIMAS, A.J., LANDOWSKI, E. (orgs.). *Análise do discurso em ciências sociais*. São Paulo : Global, 1988.
- HABERMAS, J. A nova intransparência: a crise do Estado de bem-estar social e o esgotamento das energias utópicas. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, set. 1987.
- HALL, J., IKENBERRY, G. *O Estado*. Lisboa : Estampa, 1990.

- HIRSCHMAN, A. *Saída, voz e lealdade*. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- JAGUARIBE, H. (org.). *Sociedade, Estado e partidos na atualidade brasileira*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1992.
- KRISTEVA, J. *História da linguagem*. Lisboa : 70, 1988.
- KUNTZ, R. O neoliberalismo é um entreguismo. *Revista USP: dossiê liberalismo/neoliberalismo*, São Paulo, n. 17, mar./maio 1993.
- LACLAU, E., MOUFFE, C. *Hegemony and socialist strategy: towards a radical democratic politics*. London : Versus, 1985.
- LAMOUNIER, B. *Partidos e utopias: o Brasil no limiar dos anos 90*. São Paulo : Loyola, 1989.
- LAMOUNIER, B., MENEGUELLO, R. *Partidos políticos e consolidação democrática: o caso brasileiro*. São Paulo : Brasiliense, 1986.
- LANDOWSKI, E., CHABROL, C. Les discours du pouvoir. In: *Sémiotique: l'école de Paris*. Paris : Hachette, 1982.
- LYOTARD, J.F. *O pós-moderno*. Rio de Janeiro : José Olímpio, 1986.
- MAIGUENEAU, D. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas : Pontes/Unicamp, 1989.
- MARTINS, L. *Estado capitalista e burocracia no Brasil pós-64*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1985.
- MENEGUELLO, R. *PT, a formação de um partido (1979-1982)*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1989.
- O'DONNELL, G. *Contrapontos: autoritarismo e democratização*. São Paulo : Vértice, 1986.
- OFFE, C. *Problemas estruturais do Estado capitalista*. Rio de Janeiro : Tempo Brasileiro, 1984.
- OLIVEIRA, F.A., BIASOTO Jr., G. (orgs.). *A política econômica no limiar da hiperinflação*. Campinas: [s.n.], 1990.
- ORLANDI, E.P. *Terra à vista. Discurso do confronto: velho e novo mundo*. São Paulo : Cortez/UNICAMP, 1990.

PÊCHEUX, M. Sur les contextes épistémologiques de l'analyse de discours. *Mots*. Paris, Presses de Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1984, n. 9.

_____. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas : Unicamp, 1988.

PEREIRA, L.C.B. *Desenvolvimento e crise no Brasil*. São Paulo : Brasiliense, 1983.

_____. *A crise do Estado: ensaios sobre a economia brasileira*. São Paulo : Nobel, 1992.

PINTO, C.R.J. *Com a palavra o senhor presidente José Sarney: o discurso do plano cruzado*. São Paulo : Hucitec, 1989a.

_____. Onde está a mulher na campanha presidencial? In: *Reflexões acerca da apropriação pelos discursos políticos das significações construídas pelos movimentos sociais*. Porto Alegre : [s.n.], 1989b. (mimeo).

_____. Brasil - Eleições presidenciais/89: Collor e Lula na batalha pelo voto. *Cadernos de Estudo do CPG-História/UFRGS*, Porto Alegre, [UFRGS], fev. 1990a.

_____. *Le second tour des élections brésiliennes de 1989: stratégies discursives des candidats*. Hermès, Paris, n. 8-9, 1990b.

_____. *Era uma vez uma jovem abandonada que... ou, de como se dissolve o político no privado*. Porto Alegre : 1990c. (no prelo).

_____. Collor: a nova roupagem do velho. In: CONGRESSO DA LASA, 1991, Washington. Anais... Washington : LASA, 1991, p. 15.

REIS, F.N., O'DONNELL, G. (orgs.). *A democracia no Brasil: dilemas e perspectivas*. São Paulo : Vértice, 1988.

ROBIN, R. *L'analyse du discours entre la linguistique et les sciences humaines: l'éternel malentendu*. [s.n.t.].

SALLUM Jr., B., GRAEFF, E.P., LIMA, E.G. Eleições presidenciais e crise do sistema partidário. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, São Paulo, n. 20, maio 1990.

SANTOS, W.G. Mitologias institucionais brasileiras: do Leviatã paralisado ao Estado de natureza. *Revista da USP - Estudos Avançados*, São Paulo, v. 17, n. 7, 1993.

- SAUSSURE, F. *Curso de lingüística geral*. São Paulo : Cultrix, 1989.
- SCHNEIDER, W. Compreensão do neoliberalismo. *Diálogo*, v. 23, n. 1, 1990.
- SHAPIRO, M. *Language and political understanding: the politics of discursive practices*. New Haven : Yale University Press, 1981.
- SOLA, L. (org.). *O Estado da transição: política e economia na Nova República*. São Paulo : Vértice, 1988.
- SOLA, L. Estado, reformas estruturais e democratização no Brasil. *Revista USP: dossiê liberalismo/neoliberalismo*, São Paulo, n. 17, mar./maio 1993.
- STEPAN, A. *Os militares: da abertura à Nova República*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1986.
- STEPAN, A. (org.). *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1988.
- VERÓN, E. *A produção do sentido*. São Paulo : Cultrix-Edusp, 1980.
- VERÓN, E., SIGAL, S. Péron: discurso político e ideologia. In: POUQUIÉ, A. (org.). *Argentina hoy*. Buenos Aires : Siglo XXI, 1982.